



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Estudos Regionais

Pólo Econômico de Sorocaba

Organizadores: Claudio Dedecca, Lilia Montali, Rosana Baeninger

Março/2009

FINEP/NEPP/NEPO/IE

UNICAMP

Pólo Econômico de Sorocaba



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
CAPÍTULO 1 – ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO	7
<i>Claudio Dedecca</i>	
CAPÍTULO 2 – DINÂMICA DEMOGRÁFICA	27
<i>Rosana Baeninger e Claudia Gomes de Siqueira</i>	
Introdução	27
Evolução da População	31
Tendência do crescimento da população.....	40
Movimentos Migratórios Inter e Intra-Regionais.....	56
Estrutura Etária – RG de Sorocaba	70
Referências Bibliográficas	77
ANEXO I - Municípios da Região de Governo de Sorocaba	78
CAPÍTULO 3 - A QUESTÃO SOCIAL NO PÓLO DE SOROCABA	79
<i>Lília Montali, Eugenia Troncoso Leone e Stella B. Silva Telles</i>	
1. Renda, Pobreza e Desigualdade Pólo de Sorocaba	79
2. Mudanças no domicílio, na inserção domiciliar no mercado de trabalho e as políticas sociais	88
2.1. Mudanças nos arranjos domiciliares: configurações e tamanho.....	90
2.2. Mudanças nos arranjos domiciliares de inserção no mercado de trabalho e na provisão dos domicílios.....	102
2.3. Arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento.....	113
2.4. A mulher e a renda dos domicílios: 1991-2000	129
3. Políticas Sociais no Pólo Regional de Sorocaba.....	139
3.1. Os programas de transferência de renda no Pólo Regional de Sorocaba - Mapeamento e Acesso	139
3.2. Educação Básica no Pólo Regional de Sorocaba	155
3.3. Atenção Básica à Saúde e Acesso às Ações e Serviços de Saúde	169
Referências Bibliográficas	182



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



Apresentação

Nesses últimos 20 anos, a dinâmica socioeconômica paulista não mais se associa a dualidade região metropolitana – interior prevalecente até os anos 70. Novas regiões metropolitanas se consolidaram, outras se encontram em processo de formação e pólos regionais com algum grau de integração econômica vêm sendo constituídos. Essa nova configuração impõe tanto um melhor conhecimento da dinâmica espacial como a construção de instrumentos de política pública adequados da estrutura socioeconômica do Estado de São Paulo.

A implantação de bases industriais em diversas regiões do interior do Estado e o revigoreamento da atividade agrícola, nestes quase 30 anos, induziram um processo de transformação substantiva da configuração econômica e social do interior do Estado, que tem resultado em progressiva metropolização, bem como na constituição de diversos pólos econômicos com alguma integração e especialização no espaço local.

Os desequilíbrios sociais hoje presentes no Estado exigem a construção de um diagnóstico mais integrado de sua diversidade regional, que apóie adequadamente a elaboração de políticas públicas mais consistentes para o desenvolvimento econômico e social paulista.

Este projeto tem o propósito de produzir um mapa da dinâmica socioeconômica do Estado com foco nas regiões metropolitanas e em alguns pólos econômicos, que possibilite acesso estruturado e rápido à informação básica para a elaboração e implementação das políticas públicas para o desenvolvimento estadual. Três eixos temáticos são adotados na análise e no sistema informação produzidos: i. economia e trabalho, ii. dinâmica demográfica; e iii. proteção social. Os dois primeiros eixos articulam as dinâmicas econômica, social e demográfica. O último congrega, no âmbito das políticas públicas, o acesso dos segmentos específicos da população, a disponibilidade de equipamentos e de serviços pelos órgãos competentes e o perfil das recentes políticas de transferência de renda.

Em suma, este projeto espera contribuir para a compreensão da complexidade econômica e social presente no Estado, bem como para o desenho e a gestão das políticas públicas voltadas para o Estado de São Paulo.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



Capítulo 1 – Economia e Mercado de Trabalho¹

Segundo a Fundação Seade, a população residente estimada do pólo de Sorocaba era da ordem de 1,4 milhão de pessoas em 2005. Do total da população do Estado de São Paulo, o pólo de Sorocaba representa cerca de 4,8%, sendo que os municípios mais expressivos eram Sorocaba, Itu e Votorantim, respectivamente, o que dá a idéia da importância desses municípios para a conformação do mercado de trabalho nesta região.

O pólo apresentou a maior taxa anual de crescimento populacional, aproximadamente 2,4%, entre os pólos regionais deste estudo, revelando-se importante para a compreensão da dinâmica demográfica e econômica dentro do Estado de São Paulo.

Tabela 1
Evolução da População Residente
Pólo de Sorocaba, 2000 - 2005

	População total		Taxa anual de crescimento
	2000	2005	
Pólo de Sorocaba	1.250.957	1.405.126	2,4
Alumínio	15.252	16.335	1,4
Araçariguama	11.154	13.216	3,5
Araçoiaba da Serra	20.112	23.027	2,7
Ibiúna	64.384	73.396	2,7
Iperó	18.384	22.017	3,7
Itu	135.366	151.268	2,2
Jumirim	2.196	2.481	2,5
Mairinque	39.975	46.188	2,9
Piedade	50.131	53.561	1,3
Pilar do Sul	23.948	26.299	1,9
Porto Feliz	45.514	49.647	1,8
Salto	93.159	104.479	2,3
Salto de Pirapora	35.072	41.174	3,3
São Roque	66.637	71.695	1,5
Sorocaba	493.468	560.250	2,6
Tapiraí	8.570	10.429	4,0
Tietê	31.710	35.762	2,4
Votorantim	95.925	103.902	1,6

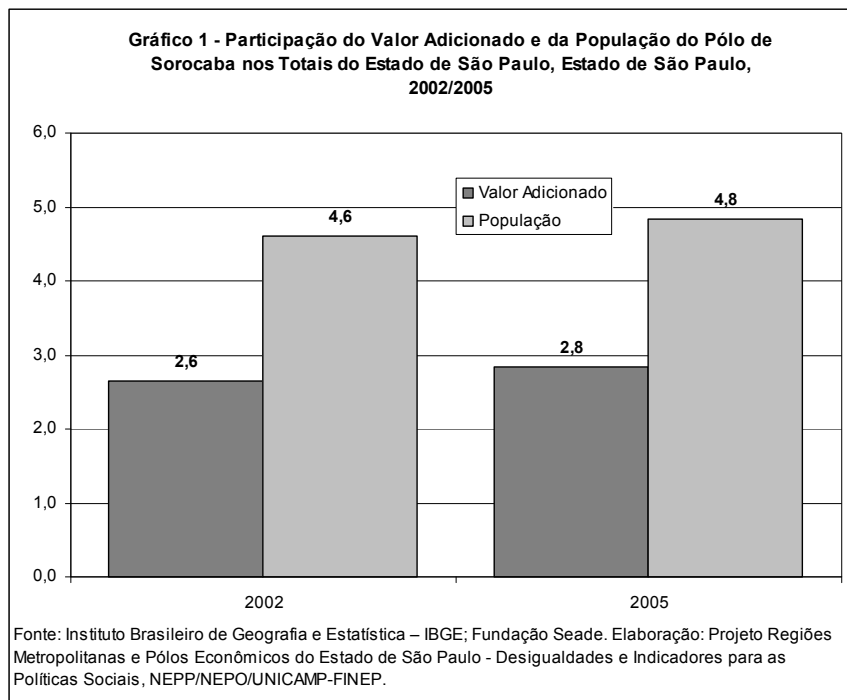
Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Fundação Seade. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Elevadas taxas de crescimento anuais da população podem ser observadas em municípios pequenos como Tapiraí (4%), Iperó (3,7%) e Araçariguama (3,5%), apresentando taxas superiores a média do Estado e da RM de São Paulo, o que indica que o pólo de

¹ Ficha Técnica: Coordenação: Claudio Dedecca, Auxiliares de pesquisa: Adriana Jungbluth, Cassiano Trovão, Camila Ribeiro, Fernando Hajime.

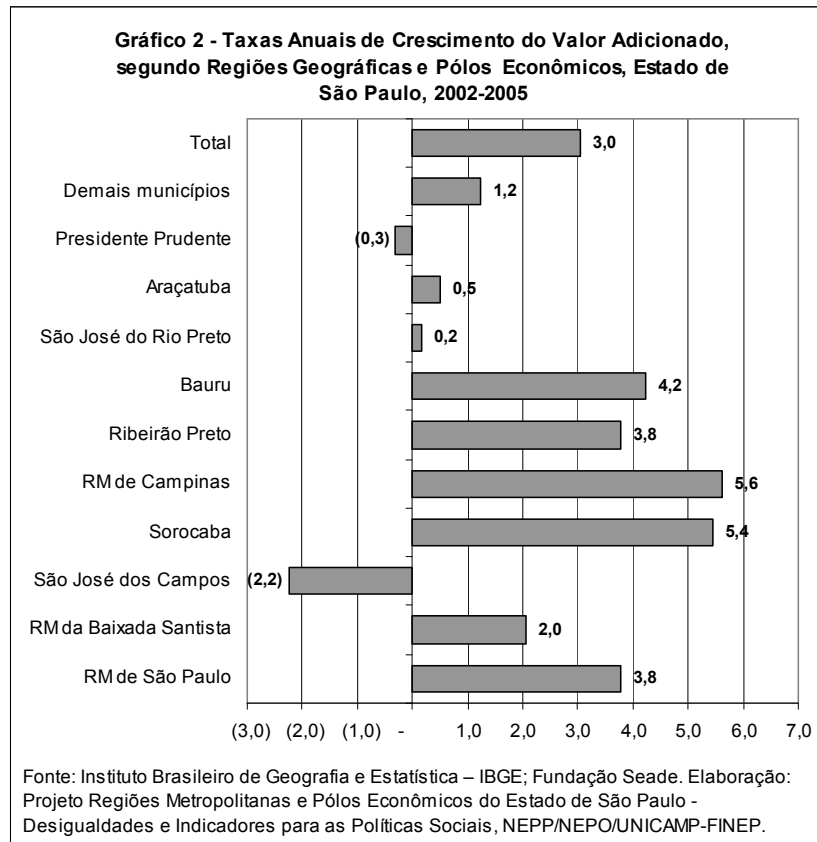


Sorocaba revela fortes atrativos demográficos. Ademais, deve-se destacar que este é um pesado representante da atividade industrial no interior do estado de São Paulo, sendo favorecido pela sua localização geográfica, entre as regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas, e pelo acesso a diversas formas de escoamento da produção: grandes rodovias (Raposos Tavares, Castelo Branco e Santos Dumont) e rede ferroviária.

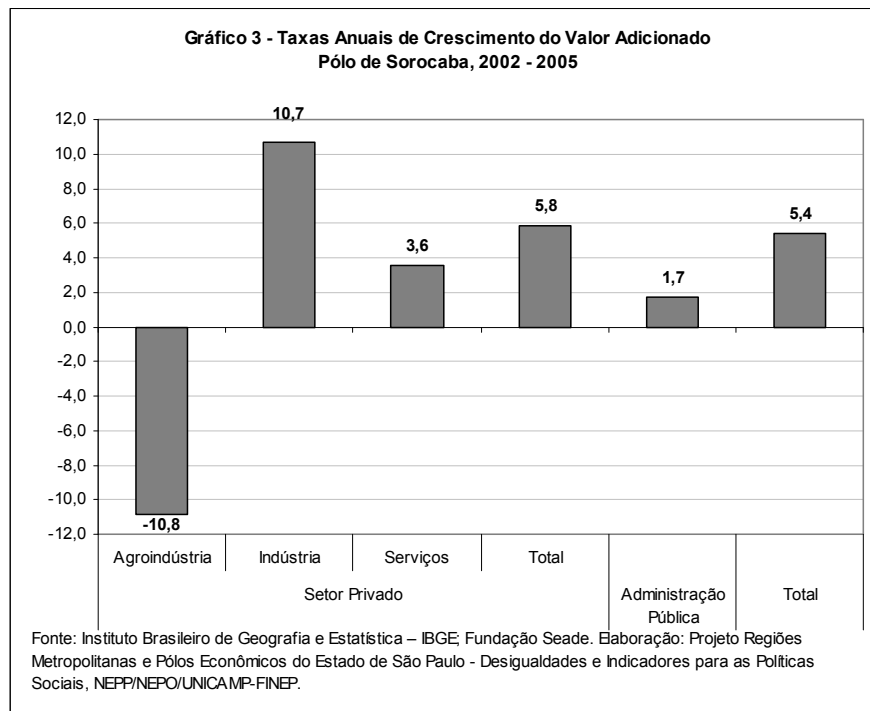


O pólo apresentou um crescimento relevante da população em comparação com as outras regiões e ampliou sua participação, tanto em termos de número de pessoas quanto em relação ao valor adicionado, aumentando sua importância frente a demais regiões e pólos do Estado de São Paulo. Esse incremento nas participações do pólo indica uma tendência de que a recuperação recente da economia, principalmente da atividade industrial, foi de suma importância para aquecer a dinâmica econômica e do mercado de trabalho, na primeira metade da atual década.

A análise da evolução recente do valor adicionado das diversas regiões metropolitanas e pólos, objeto deste estudo, permite situar absoluta e relativamente o desempenho econômico do Pólo de Sorocaba, no âmbito do Estado.



Ao longo da recuperação econômica recente da economia brasileira, o Estado de São Paulo conheceu um crescimento anual de seu produto interno bruto da ordem de 3% ao ano. O pólo de Sorocaba apresentou um crescimento do valor adicionado de 5,4 %, ao ano, que se mostrou superior a média do estado, perdendo apenas pra região metropolitana de Campinas, o que indica que o crescimento elevado do produto será importante para a incorporação da crescente população no mercado de trabalho regional, principalmente no mercado formal, peça fundamental para a população que almeja melhores condições de inserção na atividade econômica.

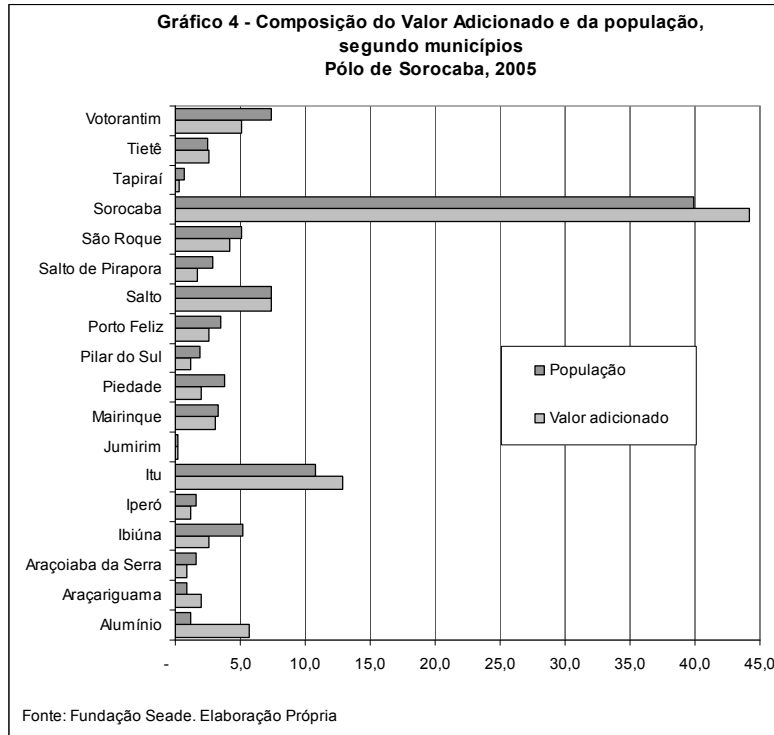


O setor privado cresceu a uma elevada taxa de 5,8% ao ano, entre 2002 e 2005, mesmo com a atividade agrícola apresentando perdas significativas em termos de produto. Nesse período, a atividade industrial, que representa cerca de 36% do produto total do pólo, foi a grande responsável pelo crescimento da atividade econômica, abrindo a possibilidade para que o crescimento populacional da região possa ser absorvido pela atividade econômica. Isso significa que a indústria ainda se mostra peça chave na absorção do excesso de oferta de trabalho da região, contrariando a idéia de que o setor de serviços deveria cumprir toda a função de locus da mão-de-obra do mercado. A participação dos serviços nesse pólo é relevante e apresentou crescimento significativo, porém, a indústria foi o setor que alavancou o crescimento do produto, permitindo que esse pólo ficasse em segundo lugar entre as regiões contempladas por esse estudo.

No que se refere aos fatores estruturais da dinâmica econômica da região, pode-se perceber que o contexto de crescimento e de recuperação econômica recente, fortalecendo o setor industrial e proporcionando um robusto crescimento anual, reitera a conformação da estrutura econômica, cujos pilares mestres ainda são a indústria e o setor de serviços. No entanto, deve-se salientar que o crescimento industrial é de suma importância como fonte



geradora de postos de trabalho e que se mostra como o carro-chefe entre fatores que permitem alterações significativas sobre o mercado de trabalho da região.



Nesse sentido deve-se se focar a análise na composição do valor adicionado e da população segundo municípios do pólo de Sorocaba, o que permite avaliar tanto a contribuição de cada um deles para o produto da região, como as possíveis disparidades das dimensões da atividade econômica e da população na região.

O gráfico 4 permite o entendimento da dinâmica que existe entre população e produto. Municípios como Sorocaba, Itu, Alumínio, Araçariguama e Tietê encontram-se em posições favoráveis, no que se refere à participação do produto na estrutura da população. A conclusão a que se pode chegar é que esses municípios aparecem em uma situação mais vantajosa, pois seu produto é relativamente superior ao contingente populacional, o que não implica, necessariamente, que haverá uma melhor distribuição dos recursos, porém, deve-se ter em mente que o crescimento do produto é importante, pois implica na geração de novos postos de trabalho, principalmente pela via da indústria que se mostrou muito forte no pólo de Sorocaba.



O fato relevante que se pode destacar é que Sorocaba e Itu, juntos, representam mais da metade de todo o valor adicionado da região, o que indica que possivelmente esses municípios continuem sendo os motores que impulsionam o crescimento do produto da região. Ademais, deve-se destacar que estes dois municípios fomentam o crescimento regional. Sorocaba apresenta um forte setor industrial e Itu aparece como grande lócus de Arranjos Produtivos Locais (APL's)², como é o caso da cerâmica vermelha.

Quanto aos outros municípios pode-se perceber que, no que tange à relação população-produto, ainda encontram-se em situação menos favorável. Como mencionado anteriormente, o produto da região cresceu anualmente, durante a primeira metade desta década, 5,4%, o que faz com que se suponha que o crescimento econômico continua sendo condição indispensável para que esses municípios consigam absorver adequadamente a oferta de trabalho e viabilizar melhores remunerações para seus trabalhadores.

Tanto o crescimento da população em idade ativa quanto o da população economicamente ativa, ao longo dos anos 2000, aparecem como indicadores de que a região continuará a demandar um aumento razoável da atividade econômica para permitir tanto uma absorção adequada da oferta de trabalho como para viabilizar uma elevação das remunerações em seu mercado de trabalho.

De acordo com o resultado do Censo Demográfico de 2000, no que tange a estrutura do mercado de trabalho neste pólo, percebe-se que, juntos, Sorocaba e Itu representam mais de 50% da PIA e da PEA. Vale destacar a elevada participação do município de Sorocaba, que apresenta cerca de 40% do total.

Quando observadas as taxas de desemprego percebe-se que Sorocaba, com elevada participação do total da população economicamente ativa, apresenta um indicador de desemprego acima da média do pólo, o que deve ser ressaltado, pois esse município é um dos mais representativos, tanto em termos de população quanto em termos de atividade econômica.

² Ver sobre o assunto CANO, W. et all “Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005” página 238.



Tabela 2
Participação dos municípios, segundo indicadores de mercado de trabalho e
taxas de desemprego
Pólo de Sorocaba, 2000

	PIA	PEA	Taxa de Desemprego
Pólo de Sorocaba	100,0	100,0	15,6
Alumínio	1,2	1,1	22,2
Araçariçuama	0,9	0,9	17,3
Araçoiaba da Serra	1,6	1,5	11,4
Ibiúna	4,9	4,9	12,5
Iperó	1,4	1,3	18,8
Itu	10,9	11,5	14,4
Jumirim	0,2	0,2	6,8
Mairinque	3,1	3,1	17,6
Piedade	3,8	4,0	12,3
Pilar do Sul	1,8	1,9	13,4
Porto Feliz	3,7	3,7	11,3
Salto	7,5	7,7	17,6
Salto de Pirapora	2,6	2,5	18,0
São Roque	5,4	5,5	15,3
Sorocaba	40,1	39,7	16,5
Tapiraí	0,6	0,6	11,4
Tietê	2,7	2,8	10,6
Votorantim	7,7	7,2	17,4

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Apesar da sua baixa taxa de crescimento populacional, Alumínio apresenta a maior taxa de desemprego da região (22,2%), indicando que o município sofre grande dificuldade em absorver a oferta de mão-de-obra. Ademais, deve-se destacar que Iperó e Araçariçuama, com elevadas taxas de crescimento populacionais, ainda não conseguem absorver um contingente significativo de trabalhadores.

A recuperação do nível de atividade pode se traduzir em geração de novos postos de trabalho, mas pode também não atenuar os problemas de renda e mesmo aqueles do mercado de trabalho, observados nos municípios com maior participação da PEA.

A questão migratória é importante para se observar o movimento conjunto da economia e do mercado de trabalho, em especial, quando se encontram condições econômicas favoráveis e se estas serão capazes de favorecer uma maior absorção da população pelo mercado de trabalho e se este será capaz de garantir melhores remunerações.



Tabela 3
Participação da população por município e por condição de migração
Pólo de Sorocaba, 2000

	Natural	Até 3 anos	4 a 9 anos	10 anos e mais	Total
Pólo de Sorocaba	50,6	3,5	5,9	40,0	100,0
Alumínio	46,0	4,7	7,7	41,7	100,0
Araçariguama	36,5	9,5	14,2	39,8	100,0
Araçoiaba da Serra	54,5	2,8	5,6	37,2	100,0
Ibiúna	63,5	3,8	4,8	27,9	100,0
Iperó	40,7	3,5	7,8	48,0	100,0
Itu	50,9	4,5	7,1	37,6	100,0
Jumirim	40,0	3,3	12,0	44,6	100,0
Mairinque	41,8	4,9	8,6	44,6	100,0
Piedade	73,6	1,4	2,7	22,3	100,0
Pilar do Sul	64,8	3,0	3,2	29,0	100,0
Porto Feliz	55,9	3,6	6,2	34,3	100,0
Salto	40,3	4,1	7,6	48,0	100,0
Salto de Pirapora	49,3	2,6	5,6	42,5	100,0
São Roque	55,0	3,7	5,9	35,5	100,0
Sorocaba	48,7	3,1	5,6	42,7	100,0
Tapiraí	49,5	3,3	6,3	40,9	100,0
Tietê	54,1	4,4	5,6	35,9	100,0
Votorantim	47,9	3,0	4,4	44,7	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

O Censo Demográfico de 2000 é capaz de mostrar como o pólo de Sorocaba é composto por uma população predominantemente natural ou que reside nos seus municípios a mais de 10 anos.

A tabela 3 mostra que a população que reside na região a menos de 10 anos não se mostra significativa. Os municípios que mais se afastam dessa situação são: Jumirim e Araçariguama, que apresentam cerca de 12% e 14%, respectivamente, de pessoas nessa condição.

O foco, nesse sentido, é a diferenciação dos municípios, no que concerne aos estratos de renda, por meio de alguns indicadores capazes de identificar características importantes para se entender a estrutura de renda, na década atual.

A formalização representa a proporção dos ocupados que contribuem para a previdência social no total dos ocupados. De maneira geral o que se pode perceber é que cerca de 65% dos trabalhadores da região de Sorocaba estavam inseridos no mercado de trabalho formal. Esse dado indica que uma parcela significativa da população ocupada ainda se encontrava inserida de forma precária, isto é, informalmente no mercado de trabalho.



Tabela 4
Taxa de Formalização segundo Municípios e Intervalos decílicos de Renda Domiciliar
Pólo de Sorocaba, 2000

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	Total
Pólo de Sorocaba	39,3	56,0	56,8	62,5	64,0	66,0	69,3	73,1	74,2	78,7	65,7
Alumínio	44,9	66,8	66,8	75,2	84,2	81,1	80,9	86,3	85,0	77,6	78,2
Araçariguama	16,2	64,0	54,2	59,0	62,3	62,4	68,7	73,7	59,4	59,3	59,0
Araçoiaba da Serra	52,4	52,6	52,0	59,1	52,7	48,0	64,1	75,6	64,8	78,9	58,7
Ibiúna	28,4	37,1	41,9	51,5	46,6	46,2	48,7	51,7	46,8	67,0	44,1
Iperó	38,6	64,7	58,9	50,1	57,6	64,9	61,7	80,2	59,4	54,4	60,2
Itu	45,6	63,3	64,5	70,8	66,0	70,0	71,4	75,5	74,2	75,2	69,8
Jumirim	69,1	73,8	64,2	68,2	60,4	72,8	71,0	88,1	93,5	50,0	73,9
Mairinque	37,8	67,3	55,3	62,2	72,1	66,9	71,5	77,1	78,4	87,5	67,8
Piedade	28,3	36,0	37,8	39,4	44,5	50,9	60,0	56,3	61,6	61,7	44,9
Pilar do Sul	28,1	34,7	42,9	44,4	40,2	48,9	51,0	59,0	62,1	62,9	44,1
Porto Feliz	41,3	64,5	54,6	61,9	62,3	64,0	60,6	64,8	78,9	73,5	62,3
Salto	54,6	61,2	64,1	70,8	69,0	68,6	71,3	75,0	79,9	78,0	70,4
Salto de Pirapora	39,4	52,3	52,3	44,9	60,7	71,0	72,5	63,2	67,2	76,1	59,5
São Roque	42,8	57,6	57,9	62,4	65,1	66,8	69,7	75,2	73,4	77,0	66,0
Sorocaba	40,4	58,4	60,2	64,6	66,9	67,6	70,6	75,0	75,6	81,9	69,4
Tapirai	32,8	50,7	51,5	58,3	67,3	59,9	60,5	67,3	61,2	52,3	52,8
Tietê	57,1	59,0	57,5	68,2	72,0	70,9	71,1	65,7	69,2	81,4	68,6
Votorantim	51,1	63,0	62,7	69,3	70,7	72,5	75,8	75,7	78,3	79,1	71,3

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Piedade, Ibiúna e Pilar do Sul são municípios cuja atividade informal de trabalho mostrava-se muito elevada, mais da metade dos ocupados dessas localidades não contribuíam para a previdência social no início da década atual. Já os municípios que apresentavam as maiores taxas de formalização era os municípios de Alumínio, Jumirim e Votorantim, cujas taxas foram próximas de 78%, 74% e 71%, respectivamente. O que se pode destacar é que o desempenho do setor industrial pode ser importante tanto para manter uma alta taxa de formalização quanto para melhorar a situação do mercado de trabalho, que ainda se mostra fortemente ligado à informalidade. Pois o setor é um dos principais responsáveis pela geração de postos de trabalho formais, seja pela necessidade de formalização para obtenção de crédito, movimento atual e crescente na economia brasileira, seja pela própria eficácia de fiscalização da atividade industrial, que se mostra mais eficiente que na atividade dos serviços.

Os indicadores referentes ao mercado de trabalho, quando analisados por classes de rendimento, representadas por intervalos decílicos, podem ser de suma importância para se identificar características próprias de cada segmento de renda. A tabela 3 indica uma tendência geral de que quanto maior o estrato de renda menor é a proporção dos ocupados que se encontram no mercado informal de trabalho.

Pode-se observar que os estratos inferiores apresentam baixas taxas de formalização o que indica que municípios como Araçariguama, Ibiúna, Piedade e Pilar do Sul apresentavam mais de 70% dos ocupados mais pobres como trabalhadores informais. Isso mostra que ocupações de baixa remuneração eram e são partes integrantes do setor informal da economia.



Nesse ponto, algumas considerações devem ser feitas à configuração do desemprego, no início da década atual, quanto às classes de renda. Como apresentado anteriormente, o pólo de Sorocaba apresentava elevada taxa de desemprego.

Nota-se uma tendência inexorável de que quanto menor a remuneração maior é a taxa de desemprego. Isso indica que o mercado de trabalho apresentava problemas estruturais expressos na maior dificuldade da população de baixa renda superar a situação de desemprego (Tabela 5).

Tabela 5
Taxa de Desemprego segundo Municípios e Decis de Renda Domiciliar
Pólo de Sorocaba, 2000

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	Total
Pólo de Sorocaba	35,6	24,6	20,1	16,9	15,4	13,7	12,8	10,2	7,9	5,2	15,6
Alumínio	59,1	32,3	31,7	17,8	23,0	20,2	11,7	15,9	11,0	7,5	22,2
Araçariguama	29,8	33,9	17,4	20,3	16,1	8,5	10,7	9,6	10,3	8,8	17,3
Araçoiaba da Serra	18,3	23,0	9,6	7,5	8,2	4,9	12,8	14,1	6,2	7,2	11,4
Ibiúna	20,4	13,0	15,1	18,2	7,5	10,5	9,0	6,0	5,3	4,3	12,5
Iperó	43,9	27,1	23,6	9,8	14,3	15,4	4,6	8,5	7,8	16,9	18,8
Itu	40,1	21,8	20,5	16,8	14,3	14,1	11,7	10,2	6,0	5,4	14,4
Jumirim	33,4	6,3	12,6	8,8	-	3,7	9,4	-	-	-	6,8
Mairinque	32,4	22,8	21,0	21,2	19,3	16,3	13,9	10,8	6,0	6,3	17,6
Piedade	20,4	16,3	15,1	12,7	10,0	7,0	9,4	7,0	8,0	4,4	12,3
Pilar do Sul	24,3	17,2	14,9	15,9	9,7	7,5	6,2	2,3	10,5	7,3	13,4
Porto Feliz	30,8	16,9	10,0	13,4	9,9	10,1	9,2	7,2	2,4	1,8	11,3
Salto	42,4	30,9	23,6	13,2	18,5	16,1	15,6	10,1	7,0	5,8	17,6
Salto de Pirapora	29,9	23,0	22,1	19,7	13,4	14,3	18,3	15,3	10,5	6,9	18,0
São Roque	34,5	22,6	19,3	16,6	15,2	13,9	13,8	8,0	6,0	4,4	15,3
Sorocaba	44,1	30,0	22,7	18,7	17,3	15,0	13,9	10,9	8,9	5,3	16,5
Tapiraí	17,1	10,1	16,6	13,8	7,3	11,9	8,8	-	11,6	-	11,4
Tietê	26,8	26,3	16,1	9,8	11,3	9,6	6,5	7,1	5,8	3,0	10,6
Votorantim	41,2	26,6	21,1	20,4	20,4	12,8	12,9	12,1	9,2	5,0	17,4

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Os primeiros e segundos intervalos decílicos, para todos os municípios, apresentaram taxas de desemprego ao redor de 30%, com alguns municípios podendo chegar a mais de 50%, situação muito grave, principalmente por que essas pessoas representam os 20% mais pobres da população. Já os 10% mais ricos da estrutura do mercado de trabalho deparam-se com uma taxa muito mais baixa de desemprego, inferiores a 10%, com exceção do município de Iperó, onde os 10% mais ricos sofrem igualmente com uma elevada taxa de desemprego.

Outra dimensão a ser explorada do mercado de trabalho regional é o grau de assalariamento, que representa a participação dos trabalhadores empregados sobre o total dos ocupados. Pode-se perceber que, com exceção de Ibiúna e Araçoiaba da Serra, os outros municípios que compõem o pólo de Sorocaba possuem mais de 50% dos seus ocupados sob a forma de remuneração assalariada. O motivo para que isso ocorra é o elevado peso que os trabalhadores autônomos e os domésticos possuem na estrutura do mercado de trabalho



desses municípios, aproximando-se de quase metade do total de ocupados (49%). Apesar da importância do setor industrial, é expressiva a participação das formas não assalariadas de trabalho.

Ademais, deve-se destacar que há uma tendência de que as posições de menor remuneração apresentem formas diferentes da condição de assalariamento, esses em sua grande maioria são trabalhadores domésticos, autônomos ou não remunerados que trabalham mais de 15 horas semanais, isto é, os 10% mais pobres da população estão excluídos, em grande medida, de ocupações vinculadas ao recebimento de salários.

Tabela 6
Taxa de Assalariamento segundo Municípios e Decis de Renda Domiciliar (1)
Pólo de Sorocaba, 2000

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	Total
Pólo de Sorocaba	49,2	59,0	60,6	65,8	66,9	67,2	70,3	70,7	67,4	55,5	64,4
Alumínio	53,8	67,6	69,9	67,0	85,1	80,6	79,9	87,6	83,7	70,9	77,9
Araçariquama	40,7	63,5	58,3	64,8	64,5	68,6	72,2	85,5	52,6	47,2	63,3
Araçoiaba da Serra	28,3	39,3	49,1	50,1	48,5	44,7	49,0	55,7	46,3	45,3	46,2
Ibiúna	37,3	47,4	39,9	51,6	52,7	44,3	52,9	39,2	39,2	36,6	44,5
Iperó	48,4	63,9	60,5	52,4	69,7	67,1	70,0	76,8	59,5	22,3	62,7
Itu	52,0	60,7	64,2	68,4	64,8	71,7	71,8	70,4	70,2	55,1	66,3
Jumirim	100,0	71,8	71,8	64,3	63,2	77,3	80,3	86,5	82,7	-	75,5
Mairinque	46,3	61,6	54,3	69,3	71,5	73,9	72,8	81,6	69,7	56,8	67,1
Piedade	52,2	55,6	53,3	67,4	62,7	59,0	65,0	53,5	52,7	33,9	56,2
Pilar do Sul	55,4	61,2	57,7	53,3	53,5	67,1	51,5	63,6	43,0	37,6	55,8
Porto Feliz	53,4	59,5	52,7	70,6	69,1	65,7	67,1	62,9	61,1	40,4	62,3
Salto	65,0	66,7	67,5	78,4	73,0	74,5	71,8	74,3	67,5	53,0	70,3
Salto de Pirapora	58,1	55,7	65,2	60,0	71,2	69,0	72,9	70,4	71,8	58,1	65,9
São Roque	39,9	52,7	55,6	55,1	66,4	62,6	65,6	69,2	62,8	51,3	58,9
Sorocaba	48,8	60,4	64,8	67,2	68,3	67,5	71,9	72,7	70,0	59,8	66,9
Tapiraí	52,3	55,4	60,1	73,7	71,0	71,3	53,3	60,6	33,0	45,7	58,6
Tietê	49,6	61,2	59,3	53,6	66,0	63,7	67,9	65,9	56,8	50,3	60,7
Votorantim	55,5	66,4	70,2	71,4	73,3	73,8	78,2	77,2	74,2	57,5	71,9

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) Assalariados, exclusive o emprego doméstico, no total da população ocupada.

Diferenças entre classes de rendimentos também podem ser observadas, tanto no âmbito do mercado de trabalho, quanto no que se refere à questão das condições de vida da população, mais precisamente, o acesso a bens públicos como no caso do tratamento geral de esgoto.



Tabela 7
Porcentagem de Domicílios com Rede Geral de Esgotamento Sanitário
Pólo de Sorocaba, 2000

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	Total
Pólo de Sorocaba	64,8	68,9	73,7	78,1	80,7	83,4	87,4	89,7	91,2	89,7	80,5
Alumínio	70,1	59,1	76,2	76,2	84,1	85,4	87,5	88,9	90,3	87,1	80,4
Araçariçuama	36,0	40,5	28,1	51,1	50,1	55,0	49,5	40,9	46,5	41,9	43,8
Araçoiaba da Serra	28,1	30,2	27,0	37,7	34,7	32,6	50,3	41,3	34,9	28,3	34,2
Ibiúna	7,5	10,9	11,2	9,1	15,0	15,7	30,6	34,2	25,1	36,3	15,4
Iperó	42,8	52,0	65,3	49,5	69,3	63,7	57,3	70,8	46,7	49,6	56,1
Itu	78,3	76,5	79,5	86,8	87,5	89,6	94,2	92,6	94,2	94,3	87,7
Jumirim	42,5	33,4	17,8	41,4	11,3	51,5	30,1	52,9	40,5	100,0	36,4
Mairinque	37,0	45,8	59,1	59,4	58,2	65,2	66,8	77,6	80,2	80,4	60,7
Piedade	18,7	20,7	24,2	36,0	30,6	39,4	54,5	59,2	58,6	53,9	33,9
Pilar do Sul	59,3	56,9	74,5	66,9	77,0	66,2	67,6	82,9	84,6	58,9	67,7
Porto Feliz	77,5	64,2	72,6	73,8	79,7	78,1	88,9	88,8	92,3	87,1	78,8
Salto	89,6	89,3	92,1	92,2	93,9	94,7	94,8	94,4	94,6	80,3	92,2
Salto de Pirapora	65,4	74,6	74,9	65,5	70,6	82,7	77,3	87,9	84,0	62,6	74,1
São Roque	44,1	49,9	47,9	51,8	64,5	65,6	65,7	76,0	79,8	75,6	61,1
Sorocaba	89,9	90,1	91,4	93,4	94,3	96,2	96,8	97,7	98,3	98,1	95,0
Tapiraí	40,4	35,4	41,8	63,8	60,5	53,3	61,7	53,4	65,5	82,1	49,0
Tietê	75,7	84,9	80,8	82,3	84,3	89,7	88,6	94,5	91,6	92,3	86,9
Votorantim	89,6	84,9	91,5	92,8	94,6	96,3	95,3	96,5	98,2	89,4	93,1

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

No caso do acesso ao esgotamento geral, a parcela dos 10% mais pobres da população ainda se encontra em condições desfavoráveis. Isto se torna mais evidente quando são comparados os 10% mais pobres com os 10% mais ricos. Os mais pobres do pólo de Sorocaba possuem cerca de 64% de pessoas com acesso ao esgotamento geral, enquanto que para os mais ricos esse valor sobe para, aproximadamente, 90%, indicando assim, a forte disparidade entre classes de renda.

Os municípios que aparecem em melhores condições de acesso a esse bem são Sorocaba, Votorantim e Salto, que em média chegam a atingir mais de 92% de pessoas atendidas. Porém as disparidades de renda não desaparecem em diversos municípios, pois aqueles mais pobres continuam tendo participação insuficiente, no acesso a um sistema geral de coleta de esgoto.

Deve-se destacar ademais, que muitos municípios como: Ibiúna, Araçoiaba da Serra, Jumirim e Piedade apresentaram condições precárias de acesso à rede geral de esgoto, o que implica em afirmar que é necessária uma ação coordenada e planejada do Estado e das prefeituras, para que essa população possa ter acesso a um conjunto de bens, em especial as redes gerais de esgoto, cuja importância para a melhoria da qualidade e das condições de vida é fundamental.

Mostra-se de suma importância à análise da configuração da estrutura das classes de renda a identificação da forma como aparecem as diferenças entre os municípios que constituem o pólo de Sorocaba.



Em 2000, a taxa de emprego formal no pólo de Sorocaba correspondia a 53%, o que significa que, pouco menos da metade da população da região encontrava-se fora do mercado de trabalho assalariado formal.

O indicador de taxa de emprego formal refere-se aos dados obtidos na RAIS sobre o total da população que pode ser encontrada no Censo. A ressalva que deve ser feita é que os dados da RAIS referem-se ao local de trabalho de cada trabalhador e os dados do Censo referem-se ao local de moradia da população, portanto é possível que se observem valores acima de 100% como é o caso dos municípios de Alumínio e de Pilar do Sul, que certamente são cidades que abrigam um grande contingente de trabalhadores que moram em cidades vizinhas.

A Relação Anual de Informações Sociais, RAIS, permite mostrar a evolução do emprego formal, entre os anos de 2000 e 2005, segundo município.

Tabela 8

**Taxa de crescimento do emprego formal, número de estabelecimentos e tamanho médio do estabelecimento
Pólo de Sorocaba, 2000 - 2005**

	Taxa de emprego formal (1)	Emprego formal				
		2000	2005	Taxa anual de crescimento	Número de estabelecimentos 2005	Tamanho médio do estabelecimento 2005
Pólo de Sorocaba	53,2	253.314	285.664	2,4	23.439	12
Alumínio	101,6	5.077	6.852	6,2	135	51
Araçariguama	65,2	2.721	4.811	12,1	243	20
Araçoiaba da Serra	36,3	2.694	2.862	1,2	432	7
Ibiúna	24,0	5.754	7.557	5,6	908	8
Iperó	41,4	2.382	4.674	14,4	261	18
Itu	58,0	32.347	37.581	3,0	3.081	12
Jumirim	47,0	461	824	12,3	60	14
Mairinque	41,8	6.097	6.542	1,4	509	13
Piedade	94,6	19.018	6.370	(19,6)	824	8
Pilar do Sul	249,2	21.694	8.648	(16,8)	592	15
Porto Feliz	57,4	10.471	8.855	(3,3)	895	10
Salto	45,9	16.391	21.112	5,2	1.632	13
Salto de Pirapora	24,6	2.789	4.119	8,1	366	11
São Roque	42,3	11.095	13.199	3,5	1.379	10
Sorocaba	50,7	95.137	128.633	6,2	10.138	13
Tapiraí	26,4	776	962	4,4	131	7
Tietê	57,4	8.243	12.318	8,4	1.019	12
Votorantim	30,3	10.167	9.745	(0,8)	834	12

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE e Relação Anual de Informações Sociais 2000 e 2005. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) Emprego formal informado pela RAIS sobre o total da ocupação encontrada no Censo Demográfico

Em média, no pólo de Sorocaba o número de empregos formais cresceu 2,4% a.a., entre 2000 e 2005, merecendo destaque a cidade de Sorocaba, que representa a maior parcela



dos trabalhadores formais do pólo e que cresceu a uma taxa significativa da ordem de 6%. Os municípios de Piedade e Pilar do Sul apresentaram taxas muito elevadas de diminuição do emprego formal, pois algumas grandes empresas fecharam suas portas nesses municípios, não aparecendo na RAIS em 2005, e deslocaram para outras regiões.

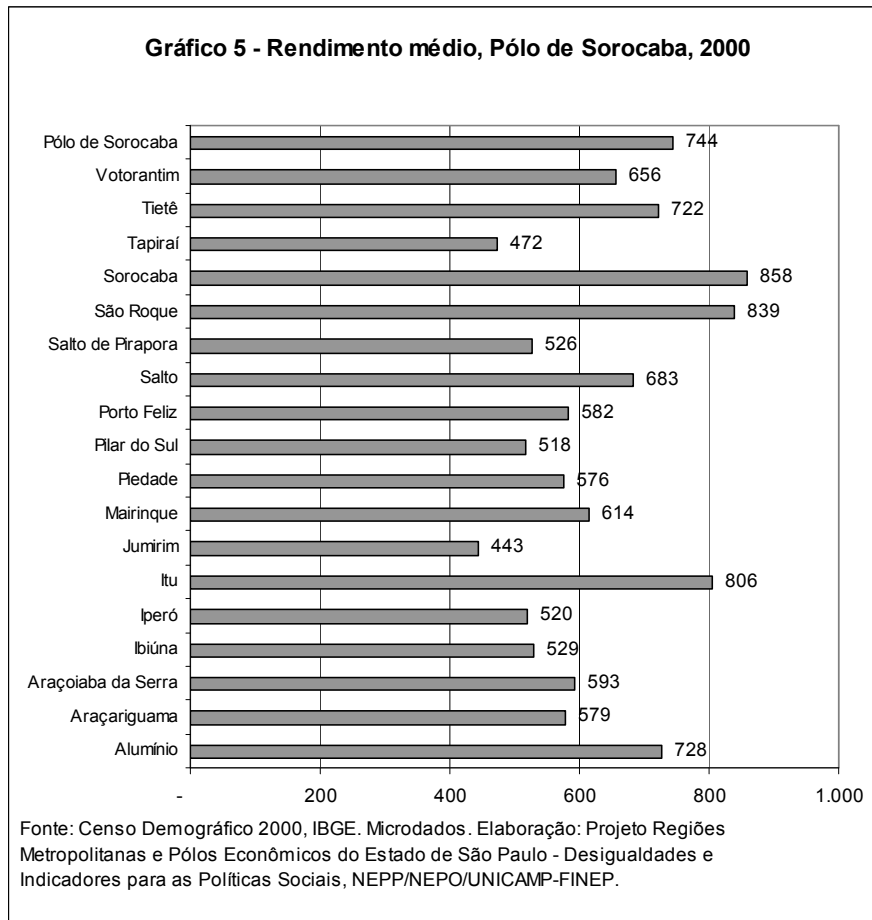
Municípios como: Iperó, Jumirim e Araçatiguama apresentaram expressivas taxas de crescimento do emprego formal, todas acima de 10%. Esses municípios possuem uma peculiaridade no que se refere à dimensão das empresas que compõem os seus mercados de trabalho, as empresas apresentam tamanhos médios, em número de empregados, que se encontra acima da média da região.

A questão relevante que deve ser levantada diz respeito ao fato de que o emprego formal tem crescido consideravelmente, apesar da maioria dos municípios conviverem com taxas de desemprego respeitáveis e taxas de emprego formal muito aquém do desejável.

O Mercado de trabalho do pólo de Sorocaba possui uma configuração complexa em termos de ocupação e desemprego, que se reflete nas informações obtidas sobre a renda. Há disparidades entre os municípios, mas o que mais chama a atenção é o fato de que todos os municípios com exceção de Sorocaba, São Roque e Itu, todos os outros municípios encontravam-se abaixo da média, de acordo com o Censo Demográfico, em 2000.

A renda média do pólo (R\$ 744,00) encontra-se muito abaixo da observada na RM de São Paulo, cujo valor estava em torno de R\$ 1.028,00, em valores correntes. Vale destacar que na maioria dos municípios da região de Sorocaba, o rendimento era quase metade da média da RMSP, o que mostra que há dificuldades a serem enfrentadas pelo mercado de trabalho.

Os municípios em situações menos favoráveis são Jumirim e Tapiraí, cujos rendimentos não alcançaram 500 reais, em 2000. Já o município de Sorocaba, fonte do maior número de trabalhadores e de pessoas é aquele que melhor aparece em termos de salário médio.



Outra questão relevante para se entender a dinâmica da renda no interior do mercado de trabalho da região é a distinção entre salários e rendimentos médios, que apresentam divergências intermunicipais. Os rendimentos dizem respeito ao rendimento médio revelados pelo Censo Demográfico e abarca o total da ocupação residente em cada município, já os salários referem-se aos ganhos do trabalho formal, no ambiente de trabalho.

O que se pode notar é a forte heterogeneidade entre os municípios do pólo de Sorocaba, pois alguns apresentavam uma relação entre salário médio e rendimento médio, superior a 100%, o que significa que os ganhos do trabalho formal mostraram-se superiores aos ganhos médios do total da ocupação, no início da década. Em suma, os dados ressaltam uma configuração heterogênea da estrutura de renda no interior do pólo, além de identificar o papel diferenciado da dinâmica do mercado formal de trabalho para a composição da renda dos municípios.



Tabela 9
Indicadores de Rendimento Médio, Salário Médio, Massa Total de rendimentos e Massa Total de Salários (1)
Pólo de Sorocaba, 2000 - 2005

	2000		Salário Médio / Rendimento Médio	Crescimento anual do Salário Médio Real 2000- 2005	2000		Crescimento anual da Massa Real de Salários 2000-2005
	Rendimento Médio	Salário Médio			Massa Total de Rendimentos	Massa Total de Salários	
Pólo de Sorocaba	744	707	95,0	-0,2	354.341.904	179.135.560	2,2
Alumínio	728	1.305	179,3	-0,1	3.639.272	6.626.480	6,1
Araçariçuama	579	778	134,3	0,3	2.417.325	2.116.197	12,5
Araçoiaba da Serra	593	515	86,9	-1,4	4.405.397	1.387.633	-0,2
Ibiúna	529	495	93,6	0,7	12.663.731	2.847.940	6,3
Iperó	520	578	111,2	5,5	2.988.440	1.377.921	20,7
Itu	806	723	89,7	-1,3	44.958.680	23.382.997	1,7
Jumirim	443	431	97,2	0,7	434.140	198.505	13,2
Mairinque	614	701	114,2	-0,1	8.958.260	4.276.795	1,3
Piedade	576	353	61,3	6,7	11.582.784	6.711.492	-14,3
Pilar do Sul	518	469	90,5	0,1	4.510.226	10.173.178	-16,8
Porto Feliz	582	519	89,1	0,5	10.608.114	5.429.701	-2,8
Salto	683	745	109,1	-3,1	24.402.907	12.211.648	2,0
Salto de Pirapora	526	701	133,6	-2,0	5.952.216	1.955.484	5,9
São Roque	839	608	72,5	-3,1	21.992.707	6.750.245	0,4
Sorocaba	858	845	98,5	-1,6	160.868.136	80.396.281	4,5
Tapiraí	472	471	99,8	-1,7	1.389.096	365.512	2,6
Tietê	722	503	69,7	-1,9	10.363.588	4.149.562	6,4
Votorantim	656	863	131,6	-3,8	22.000.272	8.777.988	-4,6

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE e Relação Anual de Informações Sociais 2000 e 2005. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNI

(1) Os dados sobre rendimentos tem como fonte o Censo Demográfico e aqueles de salários a Relação Anual de Informações Sociais

Os municípios mais exemplares e expressivos dessa dinâmica foram: Alumínio, Araçariçuama, Salto de Pirapora e Votorantim, cuja relação entre salário médio e rendimento médio foi superior a 130%. Nesse sentido, o setor formal pode contribuir positivamente para o comportamento do rendimento médio, na medida em que o emprego gerado abarque a população residente do próprio município. Por outro lado, nos municípios em que o setor formal contribui menos, para a composição da renda, há, de certa forma, uma dependência da estrutura produtiva, aquela que apresenta maior capacidade de geração de empregos com carteira assinada e que está intimamente ligada à dinâmica do crescimento econômico.

Considerando-se apenas o segmento formal do mercado de trabalho, pode-se perceber que este apresentou, em média, uma tendência desfavorável à evolução do salário médio real. Verificou-se que, ao longo do período, os municípios que apresentaram relações positivas entre salários e rendimentos foram aqueles que sofreram as maiores perdas reais de salário médio, indicando que há uma tendência de os salários, aqueles advindos do emprego formal, se aproximarem dos rendimentos gerais, que implica na obtenção de renda sob qualquer forma.

Esse movimento traduz os problemas a serem enfrentados quanto à estrutura de remunerações, principalmente do emprego formal, que apesar de ter crescido significativamente durante todo o período, sentiu uma forte pressão de contração dos ganhos de salário real.



A dinâmica geral e mais importante que deve ser apreendida, no que concerne à estrutura e à configuração da renda no âmago do mercado de trabalho do pólo de Sorocaba, entre 2000 e 2005, é um duplo movimento: por um lado observa-se uma queda no salário real médio e por outro há um considerável incremento na massa real de salários. Esse duplo movimento, que está na base da dinâmica da renda, desse período, revela que o crescimento do emprego formal, e não o aumento dos salários foi o determinante do incremento da massa de salários, na composição da renda da região.

Vale destacar ainda, dois casos específicos: Piedade e Pilar do Sul, cuja dinâmica de evolução da massa de salários foi inversa. Esse dois municípios apresentam uma especificidade, pois, de acordo com a RAIS, algumas grandes empresas não responderam à RAIS em 2005, e por esse motivo, milhares de trabalhadores não aparecem mais como peças integrantes dos seus respectivos mercados de trabalho. Estas empresas podem ter transferido sua sede para outro pólo, mais provavelmente para a Região Metropolitana de São Paulo.

Em síntese, pode-se perceber que se houver uma elevação nos níveis de rendimentos e/o de salários e ao se somar ao crescimento nos níveis de emprego formal, poderá haver uma ampliação significativa da massa total de rendimentos/salários.

Após a exploração das dimensões gerais do mercado de trabalho, algumas considerações devem ser feitas a respeito da dinâmica do mercado de trabalho regional, sob a ótica da estrutura setorial da atividade econômica.

De maneira geral, como já mencionado anteriormente, o pólo de Sorocaba, no que tange a estrutura setorial de emprego, apresenta grande volume de trabalhadores no setor industrial, o que representa 36% do mercado formal de trabalho da região. O setor de Serviços (inclusive comércio) também tem um papel importante ficando responsável por mais de 40% do total do emprego.



Tabela 10
Estrutura e crescimento anual do número de trabalhadores do mercado de trabalho formal, segundo municípios e setores de Pólo de Sorocaba, 2005

	Estrutura de emprego, 2005								Total
	Indústria de Transformação	Serviços Ind. de Util. Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, Extração Vegetal		
Pólo de Sorocaba	36,0	0,5	4,6	19,9	26,6	9,1	3,5	100,0	
Alumínio	79,2	-	0,8	3,3	4,6	12,1	0,1	100,0	
Araçariçuama	49,4	0,2	7,6	8,7	21,9	11,8	0,4	100,0	
Araçoiaba da Serra	5,8	0,6	10,1	20,4	31,4	20,7	11,0	100,0	
Ibiúna	18,1	4,3	0,5	24,5	14,7	15,6	22,3	100,0	
Iperó	46,6	0,2	0,8	10,7	6,0	32,0	3,7	100,0	
Itu	37,6	0,0	2,6	19,6	27,2	9,3	3,8	100,0	
Jumirim	71,0	-	0,5	5,0	1,0	17,7	4,9	100,0	
Mairinque	41,2	1,4	0,7	18,4	15,2	19,2	3,9	100,0	
Piedade	18,9	0,6	0,8	31,9	17,8	12,9	17,1	100,0	
Pilar do Sul	2,3	0,3	0,4	10,4	69,2	5,3	12,0	100,0	
Porto Feliz	39,4	-	0,4	18,2	14,1	12,7	15,2	100,0	
Salto	44,3	0,4	2,2	19,9	22,7	9,2	1,3	100,0	
Salto de Pirapora	31,5	0,6	0,8	14,8	30,5	16,5	5,3	100,0	
São Roque	28,5	0,3	2,0	22,8	30,0	11,7	4,7	100,0	
Sorocaba	33,8	0,2	7,7	22,4	30,1	5,5	0,3	100,0	
Tapiraí	19,8	3,9	-	22,8	11,3	27,8	14,4	100,0	
Tietê	58,0	-	3,3	11,6	12,9	6,5	7,6	100,0	
Votorantim	37,4	4,2	1,5	17,9	22,4	16,1	0,4	100,0	

	Crescimento anual, 2000-2005							
Pólo de Sorocaba	3,5	(9,8)	15,1	6,4	(3,1)	5,2	6,1	2,4
Alumínio	4,9	-	-	6,2	12,8	12,6	43,1	6,2
Araçariçuama	13,1	4,6	(5,8)	12,4	19,2	18,0	(3,4)	12,0
Araçoiaba da Serra	2,9	4,2	18,2	12,0	(7,5)	3,6	4,3	1,2
Ibiúna	3,1	-	-	9,2	2,4	9,5	4,1	5,8
Iperó	5,5	-	-	30,6	6,4	38,3	24,7	14,5
Itu	1,9	(9,0)	-	4,4	4,5	0,6	8,2	3,1
Jumirim	9,9	-	-	52,3	-	17,9	8,2	12,3
Mairinque	(2,3)	0,7	-	5,6	6,8	6,0	(6,3)	1,4
Piedade	0,6	0,5	-	14,9	(40,7)	3,3	9,3	(19,7)
Pilar do Sul	-	-	-	9,2	(21,3)	2,0	10,9	(16,8)
Porto Feliz	(6,9)	(100,0)	(18,1)	(0,6)	(6,6)	2,2	8,1	(3,4)
Salto	3,4	-	-	9,1	3,0	10,9	(1,4)	5,2
Salto de Pirapora	14,3	3,7	30,5	9,9	10,6	2,6	3,8	9,5
São Roque	2,7	(21,9)	-	6,0	3,6	1,9	8,6	3,5
Sorocaba	5,6	(26,1)	-	6,1	5,8	4,3	(2,2)	6,2
Tapiraí	6,0	(1,6)	#DIV/0!	6,5	7,6	2,1	(0,1)	3,8
Tietê	10,2	-	14,6	4,5	7,3	3,6	6,7	8,4
Votorantim	(8,6)	2,1	46,0	6,8	10,5	1,7	8,2	(0,8)

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais 2000 e 2005. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Deve-se destacar que é de suma importância a observação das diferenças entre os municípios, pois algumas características específicas do mercado formal de trabalho regional revelam a possibilidade de se avaliar a relevância das dimensões da participação de cada setor de atividade, na composição da estrutura municipal do mercado de trabalho, indicando possíveis alvos de políticas públicas de emprego e de valorização do mercado de trabalho.

A dimensão não desprezível da participação da indústria de transformação e da construção civil, em alguns municípios do pólo, que, segundo a RAIS, continua tendo seu nível



de emprego crescendo durante o período analisado aponta para a questão do crescimento econômico como forma de incorporação de parte da população ao mercado de trabalho.

Contudo, percebe-se que, de modo geral, apesar do setor de serviços ainda apresentar relevância na estrutura do mercado de trabalho, este conheceu tendência de queda no nível de emprego formal durante todo o período. Porém, tal movimento foi compensado pelo setor de Comércio que apresentou taxa de crescimento de 6,4% a.a.

Em síntese, deve-se realçar que o pólo de Sorocaba apresenta uma estrutura de emprego bastante diferenciada em seu interior. Isto é, os municípios guardam diferenças bastante significativas entre si em termos de estrutura de emprego, não se podendo identificar um padrão comum na região. Esta heterogeneidade de estruturas de emprego sustenta basicamente três tipos de dominância sobre a estrutura do mercado formal de trabalho: a do setor de Serviços (inclusive administração públicas), a da Indústria de Transformação e a da agropecuária. Araçoiaba da Serra, Alumínio e Ibiúna, são respectivamente três exemplos dessa tipologia.

Segundo as informações da RAIS, vários municípios apresentaram, na primeira metade da década, taxas anuais de crescimento do emprego na Indústria de Transformação superiores a 5%, de fato elevadas, pois quando observa o período como um todo percebe-se que isso representa um incremento do emprego que corresponderia a mais de 1/3 do estoque encontrado no início do período. Portanto, é fundamental reconhecer que o pólo de Sorocaba preserva e reproduz um espaço para o emprego industrial que deve não somente ser analisado, como pressupõe o cuidado que qualquer estratégia de política pública orientada para a atividade econômica ou para o mercado de trabalho deva ter.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



Capítulo 2 – Dinâmica Demográfica³

Introdução⁴

A Região de Governo (RG) de Sorocaba situa-se ao sudoeste do Estado de São Paulo, contando com 7.285 Km² de extensão, limitando-se com as Regiões de Registro, Jundiaí, Campinas, Piracicaba, Botucatu, Itapetininga e a Região Metropolitana de São Paulo. A RG de Sorocaba é composta por 18 municípios (Anexo I), dos quais, dois se originaram no século XVII – Sorocaba e Itu – e dois foram criados no processo recente de desmembramento municipal, ao longo da década de 1990: Alumínio e Araçariguama (Figura I).

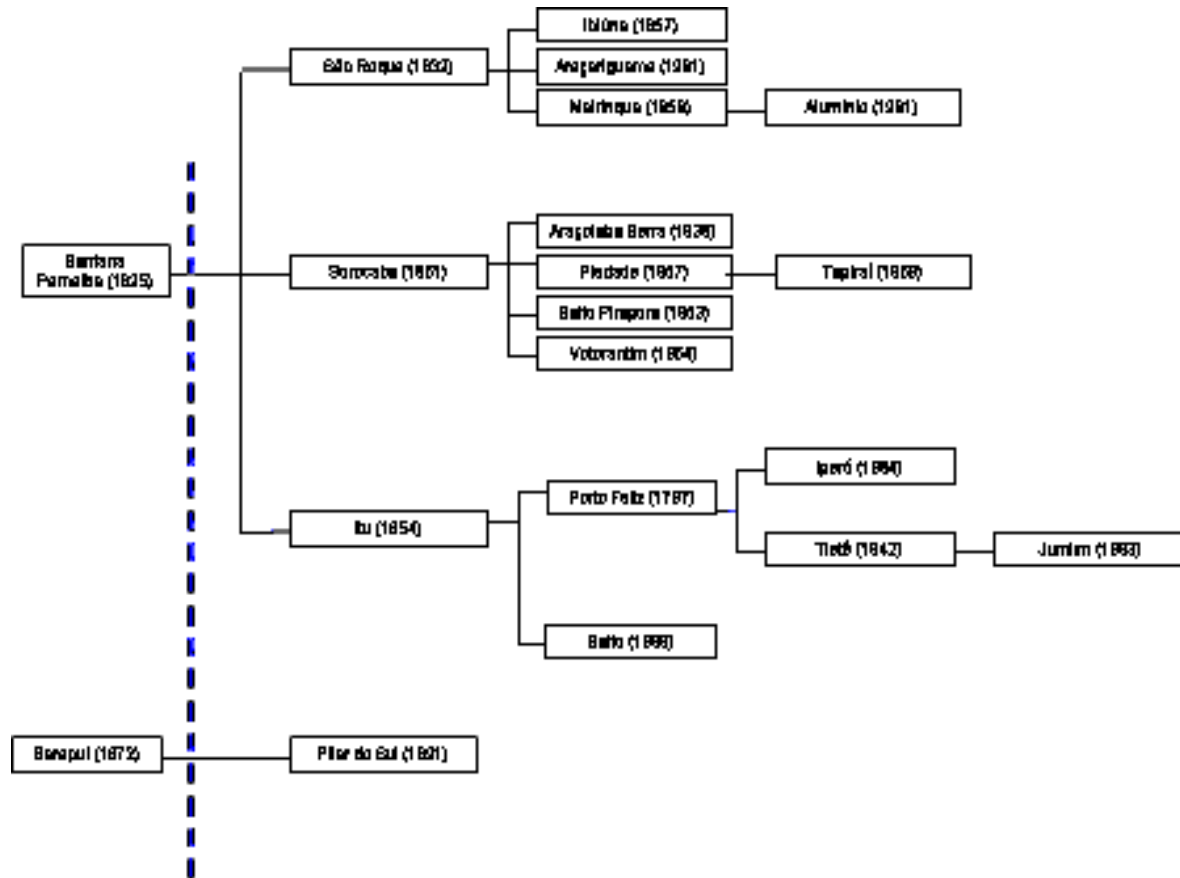
Esta Região experimentou ciclos econômicos importantes. No século XVII constituiu-se em ponto de irradiação das bandeiras rumo às áreas de mineração; em seguida, e atuando até o final do século XIX, desempenhou papel significativo como centro de distribuição de animais, especialmente muars. Ainda no século XIX, as atividades pecuárias começaram a ser substituídas pelas atividades agrícolas, principalmente pela cana-de-açúcar. Nessa etapa, a Região já havia se transformado em importante eixo geo-econômico entre o norte e o sul do País. Com a implantação da cultura cafeeira, na segunda metade do século passado, a região integrou-se à malha ferroviária paulista.

³ Ficha Técnica: Coordenação: Rosana Baeninger, Coordenação Adjunta: Claudia Gomes de Siqueira; Auxiliares de Pesquisa: Juliana Arantes Dominguez, Kátia Isaías, Karina Silveira, Maria Ivonete Zorzetto Teixeira, Camila Matias, Natália Belmontti, Katiane Shishito, Flávia Cescon.

⁴ Este estudo consiste em versão atualizada e ampliada de Souza (1993). Texto NEPO 24 (1993). Migração em São Paulo 3. Região de Governo de Sorocaba.



Figura I
Desmembramentos de Municípios
Região de Governo de Sorocaba – 1654-2000



Fonte: Fundação Seade. Memórias das Estatísticas Demográficas – para municípios criados até 1990; Siqueira (2003), para municípios criados a partir de 1991. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



A decadência do ciclo do café, no final dos anos 20, provocou transformações no panorama econômico regional, principalmente no setor agrícola, com a intensificação do cultivo da cana-de-açúcar e do algodão. Nesse período, o incipiente processo de industrialização que se iniciava absorvia parte da mão-de-obra procedente das áreas rurais (Escritório Regional de Planejamento-ERPLAN, 1990).

Esse processo de industrialização regional intensificou-se nas décadas seguintes, sendo impulsionado, entre outros motivos, pela construção da Rodovia Castelo Branco, em 1967, que proporcionou a ligação entre a Região de Sorocaba e as demais regiões economicamente importantes do Estado.

De fato, o processo de desconcentração relativa das atividades industriais a partir da Região Metropolitana de São Paulo, particularmente nos anos 70, contribuiu para que a Região de Governo de Sorocaba se constituísse em um dos eixos de expansão econômica do Estado de São Paulo (Negri, 1988).

Entre as principais indústrias da Região, destacam-se as têxteis, mecânicas, metalúrgicas, mineradoras, de cimento, de papel, de alumínio etc. O mercado consumidor destas indústrias abrange também os Estados do Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 1990, a região de Sorocaba contava com 2.107 indústrias.

O elevado desenvolvimento do setor industrial na Região contribuiu para que, em 1980, 54% da População Economicamente Ativa (PEA) regional estivessem inseridas no setor secundário da economia. No entanto, as atividades agrícolas ainda desempenham importante papel regional, particularmente nos municípios de Araçoiaba da Serra, Ibiúna, Iperó, Piedade, Pilar do Sul, Porto Feliz, Salto de Pirapora, São Roque, Tapiraí e Tiête, onde se destacam as culturas do chá e da uva e o beneficiamento de milho e arroz (ERPLAN, 1990). As principais atividades industriais da Região estão concentradas nos municípios: Sorocaba, Itu, Mairinque, Salto e Votorantim.

Os núcleos primários se caracterizam por apresentarem uma produção basicamente industrial e comportarem uma boa infra-estrutura urbana. Nesta categoria, encontram-se os municípios de Sorocaba, Votorantim, Mairinque, Itu e Salto. Já os núcleos secundários, embora apresentem forte presença de indústrias, não possuem as mesmas condições de desenvolvimento urbano das cidades do primeiro grupo; são eles: Tiête, Porto Feliz, Iperó, Salto de Pirapora e São Roque. Finalmente, os núcleos terciários têm uma economia voltada, principalmente, para a agricultura, com elevada participação da população



rural (Araçoiaba da Serra, Pilar do Sul, Tapiraí, Piedade e Ibiúna). Essa caracterização das áreas fornece suporte para o entendimento dos processos migratórios e da inserção da população nos setores de atividades econômicas na Região.

O setor agrícola regional, mesmo representando 44,5% da economia da Região, vem sofrendo sérios problemas com relação a armazenagem dos produtos, escoamento da produção (as estradas municipais são, na maioria, de terra) e a falta de pessoal capacitado em atender a demanda do setor. Em 1980, apenas 4% da PEA regional estavam alocadas no setor primário.

No caso do setor terciário, que continha 41 % da PEA da Região em 1980, sua expansão não tem sido considerada satisfatória frente às necessidades da Região. Segundo os agentes institucionais entrevistados, a proximidade e o acesso facilitado à Capital podem estar inviabilizando o crescimento deste setor. Recentemente, o setor tecnológico vem ocupando lugar de destaque na Região de Sorocaba com o projeto do Centro Experimental de Aramar instalado pela Marinha e situado no Município de Iperó, cujo objetivo é o enriquecimento de urânio funcionando como combustível para os reatores nucleares.

A dinâmica econômico-populacional expressa pela Região de Governo de Sorocaba contribuiu para que, já nos anos 70, esta área fosse caracterizada como importante pólo regional no cenário estadual (Patarra & Baeninger, 1988). No contexto intra-regional, a integração entre alguns municípios vem delineando um corredor de circulação de atividades econômicas e de população que parte da Grande São Paulo em direção a uma faixa, bastante nítida, onde estão localizados os municípios que efetivamente parecem compor a atual dinâmica regional. No trabalho de campo foi possível identificar essas áreas, como se verá a seguir.



Evolução da População

A evolução da população da RG de Sorocaba entre 1940 e 2007 pode ser acompanhada através dos dados da tabela 1. Nesse período, a população da região passou de 218.258 habitantes, no início do período, para 1.463.380 habitantes, ao seu término. Na década de 80, evidencia-se, inclusive, um aumento da participação relativa dessa RG no total da população estadual. Nas décadas posteriores seguiu-se o aumento da participação relativa da população da RG de Sorocaba no total da população do estado, crescendo de 2,71%, em 1980, para 3,57%, em 2007. O menor ritmo de crescimento populacional registrado para a Região Metropolitana de São Paulo no período 1980/91 contribuiu para aumentar o peso relativo das demais regiões, particularmente as mais dinâmicas.

De 1940 a 1960, o crescimento do estado de São Paulo foi superior às taxas de crescimento da RG de Sorocaba. No entanto, no período de 1970 a 1980, essa tendência sofre uma inversão. Enquanto, de 1970 a 1980, o estado de São Paulo crescia em torno de 3,49% a.a, a RG em questão crescia em 4,02% a.a. Nos períodos seguintes, o ritmo de crescimento diminuiu, porém a RG continuou a apresentar taxas superiores. De 2000 a 2007, por exemplo, o estado cresceu em 1,50% a.a. e a RG cresceu 2,82% a.a, como pode ser verificado pelos dados presentes na Tabela 1.

Tabela 1: Evolução da População Total
Região de Governo de Sorocaba e Estado de São Paulo
1940/2007

Ano	RG de Sorocaba	Estado de São Paulo	Dist. Relat. RG/ESP (%)	Taxas de crescimento (% a.a.)	
				RG Sorocaba	Estado de S. Paulo
1940	218.258	7.180.316	3,04	1.70	2.44
1950	258.363	9.134.423	2,83	3.01	3.46
1960	347.531	12.829.806	2,71	2.81	3.31
1970	458.374	17.771.948	2,58	4.02	3.49
1980	679.802	25.040.712	2,71	3.30	2.12
1991	971.434	31.436.273	3,09	2.82	1.82
2000	1.247.741	36.974.378	3,37	2.30	1.50
2007	1.463.380	41.029.414	3,57		

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



As taxas de crescimento da população da RG de Sorocaba, ao longo de quatro décadas, evidenciam um acelerado crescimento da população urbana (Tabela 2). No período 1940/50 a taxa de crescimento da população urbana já havia sido superior a 3% a.a., elevando-se para 4,26%a.a., na década 1950/60, 4,44% a.a., na década 1960/70, e alcançando 5,8% a.a., no período 1970/80.

Nas décadas seguintes, há uma diminuição no ritmo de crescimento da população urbana em relação aos períodos anteriores. Assim, se na década de 1980, a população urbana cresceu a 3,6%a.a., na década de 1990, o crescimento caiu para 2,88%a.a. e, entre 2000 e 2007, a população urbana cresceu a 2,53%a.a.

Em contrapartida, já na década de 60 evidencia-se para a RG de Sorocaba taxa negativa de crescimento da população rural de 0,28% a.a., para -1,73% a.a., no período 1970/80.

Entretanto, nos períodos que vão de 1980 a 2007, pode-se observar, de acordo com a Tabela 2, o aumento da taxa de crescimento da população rural. Entre 1980 e 1991, essa taxa passou a representar o crescimento de 1,76% a.a. da população rural. De 1991 a 2000 é verificado o maior acréscimo da população rural, que apresentou uma taxa de crescimento de 2,43% a.a. Por fim, de 2000 a 2007, verifica-se uma diminuição no crescimento dessa taxa, a qual passa ser de 0,73% a.a.

Tabela 2: Taxas de crescimento da População Total, Urbana e Rural
Região de Governo de Sorocaba
1940/2007

Período	Taxas de Crescimento (% a.a.)		
	Urbana	Rural	Total
1940/50	3,07	0,33	1,70
1950/60	4,26	1,35	3,01
1960/70	4,44	-0,28	2,81
1970/80	5,80	-1,73	4,02
1980/91	3,60	1,76	3,30
1991/2000	2,88	2,43	2,82
2000/2007	2,53	0,73	2,3

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Os dados das tabelas 3 e 4 ilustram a evolução do setor de comércio na região administrativa de Sorocaba. Pode-se verificar, pela análise da Tabela 3, que a Região de Governo de Sorocaba engloba o maior número dos estabelecimentos do comércio varejista e atacadista e de pessoal ocupado da Região Administrativa de Sorocaba em todos os anos analisados.

Em 1995, apesar de ter crescido o número de estabelecimentos comerciais e de pessoal ocupado neste segmento, o número de trabalhadores ocupados por estabelecimento comercial manteve-se igual a 4,2 na RG de Avaré, porém caiu para 4,8 na RG de Sorocaba, 3,7 na RG de Botucatu, 4,1 na RG de Itapetinga e 3,7 na RG de Itapeva. Isso, em grande parte, indica que o crescimento no número de estabelecimentos não foi acompanhado de um aumento proporcional de pessoas ocupadas. Em 2005, seguiu-se a tendência de avanço na quantidade de estabelecimentos comerciais e de trabalhadores, com crescimento ou manutenção de sua distribuição relativa em todas as Regiões de Governo.

A RG de Sorocaba passou a apresentar 10.431 estabelecimentos comerciais, as demais Regiões de Governo de Avaré, Botucatu, Itapetinga e Itapeva, apresentaram, respectivamente, 2.063, 2.193, 3.466 e 2.037 estabelecimentos de comércio. O número de trabalhadores somou o total, na RG de Sorocaba, de 56.610, na RG de Avaré, de 8.671, na RG de Botucatu, de 9.740, na RG de Itapetinga, de 15.869 e, finalmente, na RG de Itapeva, de 8.587 indivíduos.

As Regiões de Governo que obtiveram crescimento na distribuição relativa de pessoal ocupado por estabelecimento comercial foram Sorocaba (5,4 pessoal ocupado por estabelecimento), Botucatu (4,4 pessoal ocupado por estabelecimento), Itapetinga (4,6 pessoal ocupado por estabelecimento) e Itapeva (4,2 pessoal ocupado por estabelecimento). A Região de Governo de Avaré manteve essa relação em 4,2 trabalhadores por estabelecimento comercial.



Tabela 3: Número de Estabelecimentos do Comércio Varejista e Atacadista e Pessoal Ocupado
Região Administrativa de Sorocaba
1991-2005

Áreas	1991			1995			2005		
	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/ Estabelec.	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/ Estabelec.	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/ Estabelec.
RA Sorocaba	9.296	43.030	4,6	11.909	52.647	4,4	20.190	99.477	4,9
RG Sorocaba	4.820	23.444	4,9	6.203	30.024	4,8	10.431	56.610	5,4
RG Avaré	1.024	4.258	4,2	1.269	5.297	4,2	2.063	8.671	4,2
RG Botucatu	1.049	4.920	4,7	1.339	4.953	3,7	2.193	9.740	4,4
RG Itapetininga	1.443	6.319	4,4	2.085	8.579	4,1	3.466	15.869	4,6
RG Itapeva	960	4.089	4,3	1.013	3.794	3,7	2.037	8.587	4,2

Fonte: Fundação SEADE. Informações Municipais, 1991, 1995 e 2005, disponível em www.seade.gov.br, acessado: 03/08/2008. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

A Tabela 4 indica que, em relação ao período de 1991 a 1995, houve uma queda na taxa de crescimento e do número de estabelecimentos comerciais na Região Administrativa de Sorocaba entre 1995 a 2005. No entanto, a queda na taxa de crescimento do número de estabelecimentos do comércio não foi acompanhada de decréscimo na taxa de pessoal ocupado, a qual, inclusive, aumentou, passando de 5,17% a.a., entre 1991 a 1995, para 6,57% a.a., entre 1995 a 2005.



Tabela 4: Taxa de crescimento (% a.a.) de Estabelecimentos e Pessoal ocupado - Comércio Varejista e Atacadista
Região Administrativa de Sorocaba
1991-2005

Áreas	1991-1995		1995-2005	
	Número estabelecimentos.	Pessoal Ocupado	Número estabelecimentos.	Pessoal Ocupado
RA Sorocaba	6,39	5,17	5,42	6,57
RG Sorocaba	6,51	6,38	5,33	6,55
RG Avaré	5,51	5,61	4,98	5,05
RG Botucatu	6,29	0,17	5,06	7,00
RG Itapetininga	9,64	7,94	5,21	6,34
RG Itapeva	1,35	-1,85	7,24	8,51

Fonte: Fundação SEADE. Informações Municipais, 1991, 1995 e 2005, disponível em www.seade.gov.br, acessado: 03/08/2008.

Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

A Região de Governo de Sorocaba e de Botucatu seguiram a mesma tendência apresentada pela Região Administrativa, com especial destaque para a RG de Botucatu que, apesar da taxa de crescimento de estabelecimentos ter passado de 6,29% a.a. entre 1991 a 1995, para 5,06% a.a., em 1995 a 2005, a taxa de crescimento de pessoal ocupado saltou de 0,17 a.a. para 7,00% a.a. no mesmo período.

A RG Avaré, em 1995 a 2005, caracterizou-se por queda nas taxas de crescimento de estabelecimentos comerciais e de pessoal ocupado, quando comparado com o período anterior. A RG de Itapeva, por outro lado, apresentou aumento em ambas as taxas, com destaque para a taxa de crescimento de pessoal ocupado, a qual passou de -1,85% a.a., entre 1991 e 1995, para 8,51% a.a., de 1995 a 2005.

Por sua vez, os dados das tabelas 5 e 6 referem-se à evolução do setor industrial. Entre 1991 a 2005, houve aumento no número de estabelecimentos da indústria de transformação (3.742 estabelecimentos, em 1991; 3.986, em 1995; e 5.122, em 2005) e de pessoal ocupado (130.459 trabalhadores em 1991; 123.824, em 1995; e 163.745, em 2005) neste setor na Região Administrativa de Sorocaba. Porém, a proporção de pessoal ocupado por estabelecimento da indústria, de 1995 e 2005, sofreu uma pequena redução em relação ao ano de 1991. No ano de 1991, a distribuição relativa de trabalhadores por estabelecimento industrial



foi de 34,9. Nos próximos períodos, 1995 e 2005, essa proporção passou para, respectivamente, 31,1 e 32,0 trabalhadores por estabelecimento da indústria de transformação.

As Regiões de Avaré e Itapetininga apresentaram crescimento, durante os períodos analisados, no número de estabelecimentos industriais (355 estabelecimentos em Avaré e 606 em Itapetininga, em 1991, para 458 e 837 industriais, respectivamente, em Avaré e Itapetininga), de pessoal ocupado (a Regiões de Avaré e Itapetininga apresentaram, cada uma, 4.599 e 14.903 trabalhadores, em 1991. Em 2005, esse total passou a ser de, respectivamente, 8.557 e 27.452 trabalhadores) e da proporção de pessoas ocupadas pelo número de estabelecimentos (em 1991, 13,0 e 24,6 trabalhadores por estabelecimento industrial, em Avaré e Itapetininga, para 18,7 e 32,8, em 2005).

A RG de Itapeva, por outro lado, apesar de ter apresentar crescimento em ambos os números, a distribuição relativa de pessoal ocupado por estabelecimento reduziu, em 2005 – em 1991, a RG de Itapeva registrava 316 indústrias e 6.590 trabalhadores deste segmento; em 2005, essa mesma RG, registrou 343 estabelecimentos da indústria e 6.836 trabalhadores. A distribuição relativa, por sua vez, passou de 20,9, em 1991, para 19,9 pessoas ocupadas por estabelecimento da indústria, em 2005.

A RG de Botucatu manifestou queda no número de pessoal ocupado para 10.615, em 1995 (em 1991, o número de trabalhadores somava o total de 12.185) e aumento no número de estabelecimentos industriais para 526 e de trabalhadores empregados neste setor para 16.447, em 2005 (em 1995, esses números foram de 423 indústrias e 10.615 trabalhadores).



Tabela 5: Número de Estabelecimentos da Indústria de Transformação e Pessoal Ocupado

Região Administrativa de Sorocaba

1991-2005

Áreas	1991			1995			2005		
	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/ Estabelec.	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/ Estabelec.	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/ Estabelec.
RA Sorocaba	3.742	130.459	34,9	3.986	123.824	31,1	5.122	163.745	32,0
RG Sorocaba	2.068	92.182	44,6	2.216	83.127	37,5	2.958	104.453	35,3
RG Avaré	355	4.599	13,0	402	6.470	16,1	458	8.557	18,7
RG Botucatu	397	12.185	30,7	423	10.615	25,1	526	16.447	31,3
RG Itapetininga	606	14.903	24,6	645	16.790	26,0	837	27.452	32,8
RG Itapeva	316	6.590	20,9	300	6.822	22,7	343	6.836	19,9

Fonte: Fundação SEADE. Informações Municipais, 1991, 1995 e 2005, disponível em www.seade.gov.br, acessado: 03/08/2008.

Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Em contrapartida, em 1995, a Região de Governo de Sorocaba apresentou diminuição no número de trabalhadores do setor industrial para o total de 83.127 (em 1991 esse total foi de 92.182) embora, neste mesmo ano, em relação a 1991, tenha aumentado o número de estabelecimentos industriais para o total de 2.216.

Em 2005, a RG de Sorocaba seguiu a mesma tendência, apresentada pelas demais Regiões de Governo da Região Administrativa e, conseqüentemente, pela própria RA, de aumento do número de estabelecimentos da indústria de transformação (2.958 indústrias de transformação) e de pessoal ocupado (104.453 trabalhadores), porém obteve redução da proporção de trabalhadores por estabelecimentos industriais em relação ao ano de 1995 (em 1995, a distribuição relativa de pessoal ocupado por estabelecimento industrial foi de 37,5; em 2005, essa proporção passou a ser de 35,3 trabalhadores para cada estabelecimento).

Sobre as taxas de crescimento de estabelecimentos e de pessoal ocupado na indústria de transformação de 1991 a 2005, a Região Administrativa de Sorocaba obteve crescimento em ambas as taxas entre 1995 a 2005. A taxa de pessoal ocupado neste setor industrial, entre 1991 e 1995, era negativa de -1,30% a.a. Nos dez anos seguintes, essa taxa passou a ser de 2,83% a.a.



Tabela 6: Taxa de crescimento (% a.a.) de Estabelecimentos e Pessoal ocupado - Indústria de Transformação
Região Administrativa de Sorocaba
1991-2005

Áreas	1991-1995		1995-2005	
	Número estabelecimentos.	Pessoal Ocupado	Número estabelecimentos.	Pessoal Ocupado
RA Sorocaba	1,59	-1,30	2,54	2,83
RG Sorocaba	1,74	-2,55	2,93	2,31
RG Avaré	3,16	8,91	1,31	2,84
RG Botucatu	1,60	-3,39	2,20	4,48
RG Itapetininga	1,57	3,03	2,64	5,04
RG Itapeva	-1,29	0,87	1,35	0,02

Fonte: Fundação SEADE. Informações Municipais, 1991, 1995 e 2005, disponível em www.seade.gov.br, acessado: 03/08/2008.
Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

A RG Avaré demonstrou consideráveis reduções nas referidas taxas ao longo dos anos. De 1991 a 1995, a taxa de crescimento de estabelecimentos industriais e de pessoal ocupado era de, respectivamente, 3,16% a.a. e 8,91% a.a., passando para 1,31% a.a. e 2,84% a.a., entre 1995 e 2005.

A RG Itapeva, embora tenha apresentado aumento na taxa de crescimento de estabelecimentos, entre 1995 a 2005, obteve, em relação ao período anterior, redução na taxa de pessoal ocupado neste setor.

A RG de Sorocaba, Botucatu e Itapetininga seguem o mesmo padrão de aumento das taxas de crescimento de estabelecimento e de pessoal ocupado no setor da indústria de transformação. Especialmente em relação a RG de Sorocaba, a taxas de crescimento de estabelecimentos industriais e de pessoal ocupado foram de, respectivamente, 1,74% a.a. e -2,55% a.a., entre 1991 a 1995, e de 2,93% a.a. e 2,31% a.a., entre 1995 e 2005.

Os dados da tabela 7 referem-se à produção de álcool na RA de Sorocaba, entre os anos de 1995 a 2000.



Tabela 7: Produção de Álcool por tipo (em 1000 litros) e Taxa de crescimento (% a.a.)

Região Administrativa de Sorocaba e Regiões de Governo

1995-2000

Áreas	Produção de álcool (em 1000 litros)		Taxa de crescimento (% a.a.)
	1995	2000	1995-2000
RA Sorocaba			
Anidro	44.338	43.417	-0,4
Hidratado	131.877	77.588	-10,1
Total	176.215	121.005	-7,2
RG Sorocaba			
Anidro	0	0	*
Hidratado	13.312	2.282	-29,7
Total	13.312	2.282	-29,7
RG Avaré			
Anidro	0	20.783	*
Hidratado	34.086	20.309	-9,8
Total	34.086	41.092	3,8
RG Botucatu			
Anidro	0	2.830	*
Hidratado	48.893	37.056	-5,4
Total	48.893	39.886	-4,0
RG Itapetininga			
Anidro	44.338	19.804	-14,9
Hidratado	35.586	17.941	-12,8
Total	79.924	37.745	-13,9

Fonte: Fundação SEADE. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1995 e 2000, disponível em: www.seade.gov.br (acessado: 03/08/2008). Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



A produção do álcool anidro e hidratado na Região Administrativa de Sorocaba decresceu, durante os anos de 1995 a 2000. Neste período, a RA apresentou taxa de crescimento da produção de total de álcool em -7,2% a.a. A maior redução foi na produção do álcool tipo hidratado, a qual representou taxa de crescimento de -10,1% a.a.

A RG de Sorocaba, aparentemente, não se caracteriza como o principal pólo produtor de álcool da RA, uma vez que a sua produção, em litros, foi significativamente menor nos anos de 1995 e 2000, em comparação com as demais Regiões de Governo, evidenciando as menores taxas de crescimento da produção total de álcool e do álcool tipo hidratado.

As Regiões de Governo de Avaré e Botucatu apresentam crescimento na produção em litros do álcool tipo anidro. A Região de Avaré, inclusive, tem taxa de crescimento da produção total de álcool positiva. A RG de Itapetininga, por sua vez, apresenta diminuição da produção de álcool em litros e taxas de crescimento negativas em todas as categorias.

Tendência do crescimento da população

A Região de Governo de Sorocaba, juntamente com as Regiões de Governo de Avaré, Botucatu, Itapetininga e Itapeva, compõem a Região Administrativa (RA) de Sorocaba, que em 1991 chegou a registrar mais de 2 milhões de habitantes, representando 6,4% da população estadual. A participação da população da Região de Governo de Sorocaba tem contribuído de forma expressiva no total populacional da Região Administrativa nas últimas décadas (Tabela 8).

Em 1970, a Região de Governo de Sorocaba concentrava 40% do total populacional de sua Região Administrativa, elevando para 45% essa participação em 1980 e chegando a representar 48% da população total em 1991. Enquanto as demais Regiões de Governo, com exceção de Itapetininga, vêm registrando decréscimos em sua participação relativa na população regional, a Região de Governo de Sorocaba permanece como centro polarizador da Região Administrativa.

É interessante observar que a década de 80 trouxe algumas alterações no que diz respeito ao crescimento populacional nas Regiões de Governo que compõem esta Região Administrativa. Apesar do decréscimo na participação relativa de grande parte das RGs no total populacional da RA de Sorocaba, as taxas de crescimento populacional elevaram-se nos casos das RGs de Avaré, Botucatu e, com menor intensidade, Itapetininga, sendo que se



apresentaram decrescentes para as Regiões de Governo de Itapeva e Sorocaba. De fato, os dados do censo demográfico de 1991 apontaram um menor ritmo de crescimento para as áreas que haviam registrado no período 1970/80 elevado crescimento populacional; esse é, particularmente, o caso da Região de Governo de Sorocaba (Baeninger, 1992).

Em 2000, a Região de Governo de Sorocaba concentrava 50,64% do total populacional da RA e representava 6,53% da população do interior paulista. No ano de 2007, a RG de Sorocaba passou a concentrar 51,77% da população da RA e 6,82% do total populacional do interior. Pode-se, portanto, observar, de acordo com a Tabela 8, que a participação da RG de Sorocaba no componente total da população da RA e do interior do Estado continua expressiva e, até mesmo, crescente.

De fato, nas duas últimas décadas, esta Região de Governo tem apresentado taxas de crescimento populacional superior às verificadas para a Região Administrativa em seu conjunto e, inclusive, superior às das demais regiões. Na década 1970/80, a taxa média de crescimento da população da Região Administrativa de Sorocaba foi de 2,84% a.a. e a da Região de Governo de Sorocaba de 4,08% a.a. No período 1980/91 enquanto a primeira registrou uma taxa de 2,6% a.a., a segunda apresentou uma das taxas mais elevadas do Estado: 3,26% a.a.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 8: Evolução da População, segundo Regiões de Governo
Região Administrativa de Sorocaba
1960-2007

Regiões de Governo	População Total						Distribuição Relativa no Total da RA (%)						Participação Relativa no Total Populacional do Interior (%)						Taxas Anuais de crescimento populacional (% a.a.)				
	1960	1970	1980	1991	2000	2007	1960	1970	1980	1991	2000	2007	1960	1970	1980	1991	2000	2007	60/70	70/80	80/91	91/2000	2000/2007
RG Avaré	150.094	171.185	187.587	219.274	254.588	281.614	16,27	15,00	12,48	10,93	10,33	9,96	1,83	1,78	1,51	1,36	1,33	1,31	1,32	0,92	1,43	1,67	1,45
RG Botucatu	133.981	142.078	154.337	203.866	242.838	270.362	14,52	12,45	10,27	10,16	9,86	9,57	1,64	1,47	1,24	1,27	1,27	1,26	0,59	0,83	2,56	1,96	1,55
RG Itapetininga	139.408	171.636	225.250	307.025	388.741	453.155	15,11	15,04	14,98	15,31	15,78	16,03	1,70	1,78	1,82	1,91	2,03	2,11	2,10	2,76	2,86	2,66	2,21
RG Itapeva	151.419	197.722	256.506	304.189	329.846	357.920	16,42	17,33	17,06	15,17	13,39	12,66	1,85	2,05	2,07	1,89	1,72	1,67	2,70	2,64	1,56	0,90	1,17
RG Sorocaba	347.531	458.374	679.802	971.434	1.247.741	1.463.380	37,68	40,17	45,22	48,43	50,64	51,77	4,25	4,75	5,48	6,05	6,53	6,82	2,81	4,02	3,30	2,82	2,30
RA SOROCABA	922.433	1.140.995	1.503.482	2.005.788	2.463.754	2.826.431	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	11,27	11,84	12,12	12,48	12,88	13,18	2,15	2,80	2,66	2,31	1,98

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1960 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007



Nos períodos de 1991/2000 e 2000/2007, A RG de Sorocaba registrou pequenas quedas na sua taxa de crescimento, porém esta ainda mantém-se superior às da RA. Enquanto, no período de 1991/2000, a taxa de crescimento da Região de Governo de Sorocaba era de 2,82% a.a., a Região Administrativa registrava crescimento de 2,31% a.a. No último período, 2000/2007, a taxa de crescimento da RG de Sorocaba decresceu para 2,30% a.a., porém a RA alcançou menor crescimento de 1,98% a.a.

Entre 1991 a 2007, a participação relativa da Região Administrativa de Sorocaba no total populacional do interior de São Paulo registrou crescimento (12,48%, em 1991, 12,88%, em 2000, 13,18%, em 2007). Porém, apenas as Regiões de Governo de Sorocaba e Itapetinga alcançaram crescimento de suas participações relativas no total populacional do interior paulista. As taxas de crescimento populacional, nos períodos de 1991/2000 e 2000/2007, por outro lado, continuaram decrescentes na maioria das Regiões de Governo da Região Administrativa Sorocabana.

Uma exceção que se fez sentir é a Região de Governo de Itapeva, que, no período de 1991/2000, registrava taxa de crescimento de 0,90% a.a., sendo que, no período seguinte, 2000/2007, alcançou um pequeno aumento no crescimento, passando para 1,17% a.a., porém este é ainda consideravelmente menor que as taxas registradas nas décadas anteriores.



Tabela 9: Evolução da População Urbana, Rural e Total segundo Municípios

Região de Governo de Sorocaba

1970/2007

Municípios	População Total					População Urbana					População Rural					Grau de Urbanização				
	1970	1980	1991	2000	2007	1970	1980	1991	2000	2007	1970	1980	1991	2000	2007	1970	1980	1991	2000	2007
Alumínio	*	*	*	15.237	16.766	*	*	*	13.713	15.287	*	*	*	1.524	1.479	*	*	*	90,0	91,2
Araçariguama	*	*	*	11.104	14.040	*	*	*	7.208	10.260	*	*	*	3.896	3.780	*	*	*	64,9	73,1
Araçoiaba da Serra	6.557	8.469	14.436	19.758	24.276	1.883	4.454	8.782	13.639	18.340	4.674	4.015	5.654	6.119	5.936	28,7	52,6	60,8	69,0	75,5
Ibiúna	24.391	31.615	48.769	64.220	76.424	6.506	18.899	17.715	21.302	24.639	17.885	12.716	31.054	42.918	51.785	26,7	59,8	36,3	33,2	32,2
Iperó	6.439	6.558	10.480	18.289	23.474	3.160	3.866	7.801	12.584	14.605	3.279	2.692	2.679	5.705	8.869	49,1	59,0	74,4	68,8	62,2
Itu	49.091	73.778	106.506	135.069	157.399	36.041	62.815	96.023	123.670	146.341	13.050	10.963	10.483	11.399	11.058	73,4	85,1	90,2	91,6	93,0
Jumirim	*	*	*	2.190	2.591	*	*	*	1.090	1.524	*	*	*	1.100	1.067	*	*	*	49,8	58,8
Mairinque	18.858	30.669	42.917	39.860	48.645	5.722	23.647	35.744	34.241	43.194	13.136	7.022	7.173	5.619	5.451	30,3	77,1	83,3	85,9	88,8
Piedade	27.640	35.786	43.415	50.065	55.024	6.951	13.065	18.224	22.028	27.825	20.689	22.721	25.191	28.037	27.199	25,1	36,5	42,0	44,0	50,6
Pilar do Sul	10.265	13.769	19.416	23.902	27.262	4.495	8.033	13.564	17.438	20.991	5.770	5.736	5.852	6.464	6.271	43,8	58,3	69,9	73,0	77,0
Porto Feliz	22.152	26.991	36.713	45.424	51.266	13.898	19.619	28.041	36.532	42.640	8.254	7.372	8.672	8.892	8.626	62,7	72,7	76,4	80,4	83,2
Salto	21.772	42.027	71.513	92.933	108.686	19.058	42.027	71.513	91.842	107.628	2.714	0	0	1.091	1.058	87,5	100,0	100,0	98,8	99,0
Salto de Pirapora	9.001	14.562	25.136	34.965	43.581	4.275	9.427	18.932	27.300	36.145	4.726	5.135	6.204	7.665	7.436	47,5	64,7	75,3	78,1	82,9
São Roque	37.049	49.342	63.342	66.537	73.643	17.221	31.250	47.831	48.654	56.294	19.828	18.092	15.511	17.883	17.349	46,5	63,3	75,5	73,1	76,4
Sorocaba	175.677	268.396	376.513	492.245	584.936	169.599	264.560	371.626	485.520	578.412	6.078	3.836	4.887	6.725	6.524	96,5	98,6	98,7	98,6	98,9
Tapiraí	5.267	5.094	5.735	8.538	11.235	729	1.508	2.768	5.765	8.545	4.538	3.586	2.967	2.773	2.690	13,8	29,6	48,3	67,5	76,1
Tietê	17.283	19.945	26.353	31.638	37.316	11.041	15.474	22.055	28.613	34.382	6.242	4.471	4.298	3.025	2.934	63,9	77,6	83,7	90,4	92,1
Votorantim	26.932	52.801	80.190	95.767	106.816	22.988	50.129	78.637	92.570	103.715	3.944	2.672	1.553	3.197	3.101	85,4	94,9	98,1	96,7	97,1
RG SOROCABA	458.374	679.802	971.434	1.247.741	1.463.380	323.567	568.773	839.256	1.083.709	1.290.767	134.807	111.029	132.178	164.032	172.613	70,6	83,7	86,4	86,9	88,2

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

(*) Dados não disponíveis - municípios criados na década de 1990



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 10: Taxa de Crescimento Populacional (% a.a.) e Distribuição Relativa da População (%)

Região de Governo de Sorocaba

1970/2007

Municípios	Taxa de Crescimento (% a a)												Distribuição Relativa na População Total				
	1970/80			1980/91			1991/2000			2000/2007			1970	1980	1991	2000	2007
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural					
Alumínio	*	*	*	*	*	*	*	*	*	1,38	1,56	-0,43	*	*	*	1,22	1,15
Araçariguama	*	*	*	*	*	*	*	*	*	3,41	5,17	-0,43	*	*	*	0,89	0,96
Araçoiaba da Serra	2,59	8,99	-1,51	4,97	6,37	3,16	3,55	5,01	0,88	2,99	4,32	-0,43	1,43	1,25	1,49	1,58	1,66
Ibiúna	2,63	11,25	-3,35	4,02	-0,59	8,46	3,11	2,07	3,66	2,52	2,10	2,72	5,32	4,65	5,02	5,15	5,22
Iperó	0,18	2,04	-1,95	4,35	6,59	-0,04	6,38	5,46	8,76	3,63	2,15	6,51	1,40	0,96	1,08	1,47	1,60
Itu	4,16	5,71	-1,73	3,39	3,93	-0,41	2,67	2,85	0,94	2,21	2,43	-0,43	10,71	10,85	10,96	10,83	10,76
Jumirim	*	*	*	*	*	*	*	*	*	2,43	4,90	-0,43	*	*	*	0,18	0,18
Mairinque	4,98	15,25	-6,07	3,10	3,83	0,19	-0,82	-0,48	-2,68	2,89	3,37	-0,43	4,11	4,51	4,42	3,19	3,32
Piedade	2,62	6,51	0,94	1,77	3,07	0,94	1,60	2,13	1,20	1,36	3,39	-0,43	6,03	5,26	4,47	4,01	3,76
Pilar do Sul	2,98	5,98	-0,06	3,17	4,88	0,18	2,34	2,83	1,11	1,90	2,68	-0,43	2,24	2,03	2,00	1,92	1,86
Porto Feliz	2,00	3,51	-1,12	2,84	3,30	1,49	2,39	2,98	0,28	1,74	2,23	-0,43	4,83	3,97	3,78	3,64	3,50
Salto	6,80	8,23	**	4,95	4,95	**	2,95	2,82	**	2,26	2,29	-0,44	4,75	6,18	7,36	7,45	7,43
Salto de Pirapora	4,93	8,23	0,83	5,09	6,54	1,73	3,74	4,15	2,38	3,20	4,09	-0,43	1,96	2,14	2,59	2,80	2,98
São Roque	2,91	6,14	-0,91	2,30	3,95	-1,39	0,55	0,19	1,59	1,46	2,11	-0,43	8,08	7,26	6,52	5,33	5,03
Sorocaba	4,33	4,55	-4,50	3,13	3,14	2,23	3,02	3,01	3,61	2,50	2,53	-0,43	38,33	39,48	38,76	39,45	39,97
Tapiraí	-0,33	7,54	-2,33	1,08	5,68	-1,71	4,52	8,49	-0,75	4,00	5,78	-0,43	1,15	0,75	0,59	0,68	0,77
Tietê	1,44	3,43	-3,28	2,57	3,27	-0,36	2,05	2,93	-3,83	2,39	2,66	-0,44	3,77	2,93	2,71	2,54	2,55
Votorantim	6,96	8,11	-3,82	3,87	4,18	-4,81	1,99	1,83	8,35	1,57	1,64	-0,43	5,88	7,77	8,25	7,68	7,30
RG SOROCABA	4,02	5,80	-1,92	3,30	3,60	1,60	2,82	2,88	2,43	2,30	2,53	0,73	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

(*) Dados não disponíveis - municípios criados na década de 1990

(**) População rural é igual a zero, em 1980 e 1991 - o que afetou o cálculo da taxa de crescimento.



As informações referentes aos dados da Tabela 9 apontam para o crescimento dos números da população total, assim como da população urbana, da Região de Governo de Sorocaba, de 1970 a 2007. É interessante notar, no entanto, que a população rural aumentou numericamente durante os períodos analisados, passando de um total de 134.807 habitantes, em 1970, para 172.613, em 2007. Nota-se que a maior redução da população rural dos municípios da RG foi registrada, na década de 1980. No entanto, a partir de 1991, pode-se observar o crescimento do total da população rural da RG.

O município de Piedade e Salto do Pirapora mantiveram crescimento constante da população rural ao longo dos anos – em 1970, a população rural de Piedade e Salto do Pirapora era de, respectivamente, 20.689 e 4.726 habitantes; em 2007, esse total foi de 27.199 e 7.436 habitantes –, porém com grau de urbanização crescente – Piedade apresentou grau de urbanização de 25,1%, em 1970, e 50,6%, em 2007; Salto do Pirapora apresentou grau de urbanização de 47,5%, em 1970 e 82,9%, em 2007. Entretanto, talvez, o maior crescimento numérico da população rural tenha sido representado por Ibiúna – a população rural saltou de 17.885 habitantes, em 1970, para 51.785, em 2007 –, município que demonstra o menor grau de urbanização da RG (32,2%, em 2007).

De 1970 para 1980, observou-se um acréscimo no peso relativo do Município de Sorocaba no total regional (38,3% para 39,5%, respectivamente); já, em 1991, verifica-se que esta participação passou a ser de 38,8% do total. Este decréscimo está relacionado ao aumento relativo da participação populacional dos municípios de Votorantim, que representava 5,9% da população regional, em 1970, passando para 8,3%, em 1991; Salto (4,7% em 1970 e 7,4%, em 1991); Itu (10,7% e 11,0%, respectivamente); e Mairinque (4,1%, em 1970 e 4,6%, em 1991).

Dentre os municípios que compõem a RG de Sorocaba, a participação relativa do Município-sede, Sorocaba, decresceu ligeiramente apenas no ano de 1991. Nos demais anos analisados, a participação relativa de Sorocaba vem crescendo aos poucos (39,45%, em 2000, e 39,97%, em 2007).

As taxas de crescimento populacional dos municípios acima citados, no período 1980/91, apresentaram-se superiores à taxa média da Região, porém bem menores que as registradas, no período 1970/80. Os municípios que evidenciaram aumento nas taxas de crescimento populacional, sendo superiores às taxas médias da Região (3,30% a.a.), no período de 1980/91 foram: Araçoiaba da Serra (4,97% a.a.), Ibiúna (4,02% a.a.), Iperó (4,35% a.a.) e Salto do Pirapora (5,09% a.a.). Itu, Salto e Votorantim, no entanto, apesar de



demonstrarem taxas de crescimento populacional superior às taxas da Região (respectivamente, 3,39% a.a., 4,95% a.a. e 3,87% a.a.), registraram arrefecimento do crescimento populacional neste período, visto que no período de 1970/80 suas taxas de crescimento foram, respectivamente, de 4,16% a.a., 6,80% a.a. e 6,96% a.a.

Por outro lado, Mairinque (4,98% a.a.) e Sorocaba (4,33% a.a.), que na década anterior possuíam taxas de crescimento superiores às taxas da Região (4,02% a.a.), no período de 1980/91, registraram diminuição no crescimento (3,10% a.a. e 3,13% a.a., respectivamente).

De fato, os municípios menores foram os que demonstraram maiores taxas de crescimento populacional de acordo com o censo demográfico de 1991. Além disso, a tendência atual aponta para um menor ritmo de crescimento da população do Município-sede e taxas mais elevadas no entorno (PATARRA et alli, 1992), como também pôde ser observado para a RG de Sorocaba. Enquanto que para o Município-sede se observou uma taxa de 3,1 % a.a. (ver Tabela 10), no período 1980/91, Salto de Pirapora, Salto, Iperó, Ibiúna e Araçoiaba da Serra registraram taxas superiores a 4% a.a., apontando para um intenso processo de redistribuição da população no âmbito intra-regional.

No período de 1991/2000, a taxa de crescimento regional demonstrou um incremento de 2,82% a.a., sendo, portanto, consideravelmente menor que a taxa de crescimento populacional apresentada na década anterior (3,30% a.a.). Os municípios que apresentaram taxas de crescimento superiores às observadas para a RG foram: Araçoiaba da Serra (3,55% a.a.), Ibiúna (3,11% a.a.), Iperó (6,38% a.a.), Salto (2,95% a.a.), Salto do Pirapora (3,74% a.a.), Sorocaba (3,02% a.a.) e Tapiraí (4,52% a.a.). No entanto, Araçoiaba da Serra, Ibiúna, Salto, Salto do Pirapora e Sorocaba apresentaram redução da taxa de crescimento populacional em relação ao período anterior.

É interessante o caso do município de Mairinque que, no período de 1991/2000, registrou taxa de crescimento de -0,82% a.a. (o único município da Região de Governo a apresentar taxa de crescimento populacional negativa), apesar de já ter alcançado taxa de crescimento de 4,16% em 1970/80 e 3,10 em 1980/91. Mairinque foi também o único município da RG que registrou taxa de crescimento urbano negativa (-0,48% a.a.) em 1991/2000.

O município de Iperó, que alcançou a maior taxa de crescimento da RG em 1991/2000, obteve a maior taxa de crescimento rural (8,76% a.a.) neste mesmo período. Tapiraí e Tietê, por sua vez, registraram, respectivamente maior taxa de crescimento urbano (8,49% a.a.) e menor taxa de crescimento rural (-3,83% a.a.) de 1991/2000.



De 2000 a 2007, a taxa de crescimento regional obteve, novamente, uma pequena redução, representando crescimento de 2,30% a.a. Além dos municípios anteriormente mencionados, Araçariguama, Jumirim, Mairinque e Tietê obtiveram taxas de crescimento superiores à da Região de Governo do período. Todos os municípios da RG, entre 2000 a 2007, apresentaram taxas de crescimento rural negativas em torno de -0,40% a.a., com exceção de Ibiúna (2,72% a.a.) e Iperó (6,51% a.a.).

Ao longo dos anos analisados (1970 a 2007), o município que mais cresceu na distribuição relativa de sua população no total da Região de Governo foi Salto (4,75% em 1970 para 7,43% em 2007). Por outro lado, o município que mais diminuiu a participação de sua população no total populacional da RG foi São Roque (8,08% em 1970 para 5,03% em 2007).

Considerando o processo emancipatório da década de 1990, podemos observar que os desmembramentos municipais recentes tiveram um impacto bastante significativo sobre crescimento populacional dos municípios da Região de Governo de Sorocaba, envolvidos no processo, e, conseqüentemente, causando mudanças na hierarquia de municípios da região.

Quadro 1: População Total, Taxas de Crescimento e Distribuição Relativa Municípios desmembrados
Região de Governo de Sorocaba
1991-2000

Municípios	População Total (1991)	População Total (2000)	Distribuição Relativa (2000)	Taxa de Crescimento (% a.a.) 1991-2000	
				Com Desmembramento	Sem Desmembramento
Mairinque	42.917	39.860	3,19	-0,82	2,81
Alumínio (*)	-	15.237	1,22	-	-
São Roque	63.342	66.537	5,33	0,55	2,29
Araçariguama (*)	-	11.104	0,89	-	-
Tietê	26.353	31.638	2,54	2,05	2,81
Jumirim (**)	-	2.190	0,18	-	-
RG SOROCABA	971.434	1.247.741	100,00	2,82	2,82

Fonte: Fundação SEADE. Censo demográfico de 1991 e 2000 (IBGE). Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Nota: (*) Municípios criados pela Lei 7664, de 30-12-1991; (**) Município criado pela Lei 8550, de 30-12-1993 *apud* Siqueira (2003).



A partir dos dados do quadro 1, é possível identificar que a Região de Sorocaba apresentou três situações distintas no processo emancipatório recente, que resultaram na criação de três novos municípios, na década de 1990. A primeira situação refere-se ao desmembramento sofrido pelo município de Mairinque, com 42 mil habitantes, em 1991, que deu origem ao município de Alumínio, cuja população era de 15 mil habitantes, em 2000.

Numa segunda situação, o município de São Roque, com 63 mil habitantes, em 1991, deu origem ao município de Araçariguama que, em 2000, possuía uma população de 11 mil habitantes. Por fim, numa terceira situação, o município de Tietê, com 26 mil habitantes, em 1991, deu origem a um micro-município: Jumirim, com 2 mil habitantes, em 2000.

Considerando-se as taxas de crescimento populacional, no período 1991-2000, nas duas situações destacadas (com e sem desmembramento municipal), observa-se que o processo emancipatório recente teve impacto na dinâmica dos municípios originários, principalmente naqueles que deram origem a municípios com mais de 10 mil habitantes, principalmente o caso de Mairinque.

Com os dados do quadro 1, observa-se que o município de Mairinque, sem o desmembramento do município de Alumínio, teria apresentado uma taxa de crescimento de 2,81%a.a., entre 1991 e 2000, ao invés do crescimento negativo de 0,82%a.a., em função da criação do novo município. Por sua vez, o município de São Roque, ao invés de um crescimento de 0,55%a.a., teria apresentado, sem o desmembramento de Araçariguama, um crescimento de 2,29%a.a. Por fim, destaca-se o município de Tietê, onde o impacto do desmembramento foi relativamente menor: sem a criação do município de Jumirim, Tietê teria crescido a uma taxa de 2,81%a.a., ao invés da taxa de 2,05%a.a.

Destaca-se, com isso, que o processo emancipatório recente causou impacto na dinâmica demográfica, na região de Sorocaba, alterando as taxas de crescimento populacional dos municípios originários, porém esse impacto foi mais significativo naqueles municípios originários que deram origem a municípios com mais de 10 mil habitantes, principalmente o município de Mairinque.

Por sua vez, tomando os dados de crescimento vegetativo e de saldo migratório (apresentado na tabela 11, da próxima seção), podemos captar uma outra dimensão do impacto do desmembramento municipal na dinâmica demográfica regional. Assim, o crescimento absoluto dos três municípios originários, no período 1991-2000, mostra-se consonante com as taxas de crescimento anual, apresentadas no quadro 1: enquanto São Roque e Tietê apresentaram um crescimento absoluto positivo (3.195 pessoas e 5.285



peças, respectivamente), Mairinque registrou um valor negativo de -3.057 pessoas (tabela 11).

Além disso, dos três municípios originários, somente Tietê apresentou um crescimento absoluto superior à população do município desmembrado de Jumirim, com população de 2.190 habitantes, em 2000.

Concentrando-se, primeiramente, no crescimento vegetativo, que, por um lado, os volumes apresentados por Mairinque (8.160 pessoas) e São Roque (10.776 pessoas) são inferiores à população de seus respectivos municípios desmembrados – Alumínio (15.237 habitantes, em 2000) e Araçariguama (11.104 habitantes, em 2000) – o que indica que o crescimento vegetativo dos municípios originários não foi o suficiente para substituir a população perdida em função do desmembramento municipal, sendo que no caso de São Roque, essa substituição quase aconteceu.

Por outro lado, o crescimento vegetativo de Tietê (3.738 pessoas) foi superior à população do município a que deu origem: Jumirim possuía 2.190 habitantes, em 2000. Com isso, pode-se dizer que, neste caso, o crescimento vegetativo foi o suficiente para substituir a população perdida em função da criação do novo município, amenizando, assim, o impacto do processo emancipatório no caso do município de Tietê.

Considerando-se, por sua vez, o saldo migratório dos municípios originários, no período de 1991 a 2000, tem-se, por um lado, Mairinque e São Roque apresentando valores negativos – respectivamente, -10.325 pessoas e -5.812 pessoas –, indicando “perda” populacional nas trocas migratórias e, sendo esses valores inferiores à população dos municípios criados, pode-se afirmar que se não tivesse ocorrido tais desmembramentos, os municípios originários teriam registrado saldo migratório positivo.

Por outro lado, o município de Tietê apresentou saldo migratório positivo de 2.567 pessoas, o que indica que o município “ganhou” população nas trocas migratórias que realizou, permitindo afirmar que, independentemente, do desmembramento municipal, Tietê apresentaria saldo migratório positivo.

Assim, a partir da consideração dos componentes do crescimento populacional dos municípios originários, da região de Sorocaba, pode-se afirmar que o impacto do desmembramento municipal recente sobre a dinâmica populacional na região foi significativa, principalmente nos municípios de Mairinque e São Roque, sendo que esse impacto não se fez sentir no município de Tietê.



Essa discussão é complementada com a consideração das mudanças ocorridas na estrutura da hierarquia de municípios, entre 1991 e 2007. Nesse sentido, os dados do quadro 2 orientam essa análise:

Quadro 2: Número de municípios existentes, por classes de tamanho da população
Região de Governo de Sorocaba - Estado de São Paulo
1991-2007

Classes de municípios	1991		2000		2007	
	n	%	n	%	n	%
Até 5.000 habitantes	0	0,0	1	5,6	1	5,6
5.000 a 10.000 habitantes	1	6,7	1	5,6	0	0,0
10.000 a 20.000 habitantes	3	20,0	4	22,2	3	16,7
20.000 a 50.000 habitantes	6	40,0	5	27,8	6	33,3
50.000 a 100.000 habitantes	3	20,0	5	27,8	4	22,2
100.000 a 500.000 habitantes	2	13,3	2	11,1	3	16,7
Acima de 500.000 habitantes	0	0,0	0	0,0	1	5,6
Total	15	100,0	18	100,0	18	100,0

Fonte: Fundação SEADE. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Observa-se, de acordo com os dados acima, que, em 1991, antes do processo de criação de municípios característico dos anos 90, marcado pela criação preponderante de pequenos municípios em todo país (Gomes & Mac Dowell, 2000; 1997), a Região de Governo de Sorocaba possuía 15 municípios, sendo que 3 municípios possuíam população entre 10 mil e 20 mil habitantes; 6 municípios possuíam entre 20 mil e 50 mil habitantes; 3 municípios possuíam entre 50 mil e 100 mil habitantes e 2 municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes.

Destaca-se, ainda, que a Região de Sorocaba possuía apenas 1 município na classe populacional entre 5.000 e 10.000 habitantes e não possuía nenhum município com menos de 5 mil habitantes.

Dessa forma, em 1991, a região é caracterizada pelo fato de 60% dos seus municípios apresentarem população entre 10 mil e 50 mil habitantes e pela presença significativa de municípios médios (entre 50 e 100 mil habitantes) e de grandes municípios (entre 100 e 500 mil habitantes).



Com isso, pode-se afirmar que a Região de Sorocaba possuía uma hierarquia de municípios diversificada, caracterizada pela importante presença de municípios de porte médio e grande, e com o peso pouco significativo de pequenos municípios.

Em 2000, a hierarquia de municípios da região de Sorocaba sofre mudanças que contribuem para a sua maior diversificação, sendo que as principais alterações ocorrem em três classes de municípios: a classe de até 5 mil habitantes; a classe de 10 mil a 20 mil habitantes; e a classe de municípios médios, de 50 mil a 100 mil habitantes. Essas alterações na hierarquia dos municípios da região ocorreram em função de dois fatores: os desmembramentos municipais da década de 1990 e o próprio crescimento populacional dos municípios.

Já em 2007, na ausência de desmembramentos municipais, a distribuição dos municípios pelas classes populacionais sofreu algumas alterações, que a levaram a uma maior diversificação da hierarquia de municípios da região, sendo que as principais alterações foram expressas pelo aumento na participação dos municípios, por um lado, com população entre 20 mil e 50 mil habitantes e, por outro, da classe dos municípios maiores, ou seja, do grupo com população entre 100 mil e 500 mil habitantes e do grupo de municípios com população acima de 500 mil habitantes.

Com relação ao primeiro fator de alteração da hierarquia dos municípios, tem-se o processo emancipatório recente. A partir dos dados do quadro 3, observa-se que, entre 1991 e 2000, o país registrou a ocorrência de 1.405 desmembramentos municipais – número que representou $\frac{1}{4}$ do total dos municípios existentes no Brasil, em 2000 (Siqueira, 2003).



Quadro 3: Número de municípios criados, durante a década de 1990
RG Sorocaba, Estado de São Paulo, Região Sudeste e Brasil (*)
1991-2000

Classes de municípios	RG Sorocaba		São Paulo		Sudeste		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Até 5.000 habitantes	1	33,3	50	68,5	116	46,2	735	52,3
5.000 a 10.000 habitantes	0	0,0	12	16,4	87	34,7	360	25,6
10.000 a 20.000 habitantes	2	66,7	6	8,2	29	11,6	234	16,7
20.000 a 50.000 habitantes	0	0,0	4	5,5	14	5,6	61	4,3
50.000 a 100.000 habitantes	0	0,0	0	0,0	2	0,8	11	0,8
100.000 a 500.000 habitantes	0	0,0	1	1,4	3	1,2	4	0,3
Total	3	100,0	73	100,0	251	100,0	1.405	100,0

Fonte: Fundação IBGE, para Brasil e Sudeste *apud* GOMES & MACDOWELL, 2000. Fundação SEADE, para São Paulo e RG Sorocaba *apud* SIQUEIRA, 2003. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

(*) Para Brasil e Sudeste, os dados são de 1997 – o que torna necessária atualização dos dados, incluindo os desmembramentos a partir de 1997. No caso do estado de São Paulo e da Região de Sorocaba, a fonte utilizada inclui todos os desmembramentos ocorridos no período, atualizados até o ano de 2000.

Desses 1.405 novos municípios brasileiros criados, 78% (1.095 municípios) tratavam-se de pequenos municípios, ou seja, possuíam população inferior a 10.000 habitantes, sendo que, 735 municípios possuíam menos de 5.000 habitantes.

Destaca-se, ainda, que a mesma tendência observada em nível nacional foi registrada nas escalas sub-nacionais. Assim, observa-se que a região Sudeste seguiu a tendência nacional, registrando, no mesmo período, a ocorrência de 251 desmembramentos municipais, onde 81% (203 municípios) possuíam menos de 10.000 habitantes.

Por sua vez, no estado de São Paulo, durante 1991 e 2000, foram criados 73 municípios, que correspondem a 11% do total dos municípios paulistas existentes, atualmente, nos permitindo afirmar que o processo emancipatório recente foi mais significativo em nível nacional do que no contexto paulista.

Desses municípios, 62 (85%) possuíam população inferior a 10.000 habitantes; em contraste, foi criado somente um município no estado, no mesmo período, com população superior a 100.000 habitantes.

Especificamente com relação ao estado de São Paulo, em Siqueira (2003) foi destacado que o processo emancipatório recente apresentou um significado peculiar: na década de 1990, ocorreu uma alteração na lógica de criação de municípios no estado. Nesse sentido, destaca-se



que, até então, o ritmo do processo de criação de municípios, esteve diretamente relacionado pelo maior ou menor dinamismo econômico e populacional vivenciado pelas diferentes regiões paulistas.

A partir de 1990, por sua vez, tendo já consolidado o processo de ocupação territorial do estado (Gonçalves, 1998), a lógica no desmembramento municipal passou a ser determinada, principalmente, pela dimensão político-institucional, a partir da qual a criação de um novo município não se constituiria na resultante direta de um significativo crescimento econômico e demográfico, mas teria representado um mecanismo para se beneficiar do espírito municipalista e descentralizante, presente na Constituição de 1988 (Siqueira, 2003).

Assim, através da criação de novos municípios, grupos políticos locais buscaram ter acesso aos cargos públicos surgidos com o desmembramento e à parcela de transferências intergovernamentais proveniente, principalmente, do Fundo de Participação dos Municípios – FPM (Gomes e Mac Dowell, 2000 e 1997; Serra e Afonso, 1999).

Por sua vez, se essas benesses foram o estímulo ao processo, o seu facilitador foi representado pelas regras e condições pouco rigorosas para a efetivação do processo de surgimento de novos municípios, elaboradas pelas diferentes Assembléias Estaduais, favorecendo enormemente a proliferação de micro-municípios por todo o país (Tomio, 2002).

A Região de Sorocaba não foi uma expressão desse fenômeno dentro do estado de São Paulo, pois, de acordo com os dados do quadro 3, observa-se que, dos três municípios criados, dois municípios tinham população entre 10 mil e 20 mil habitantes, tendo registrado a criação de apenas 1 município com menos de 5 mil habitantes. Com isso, observa-se, no processo emancipatório recente, Sorocaba não apresenta a mesma tendência registrada em escalas nacional e estadual, contribuindo para que os desmembramentos municipais tenham um significado diferente, em comparação com as demais regiões selecionadas para o estudo.

A criação do município de Jumirim fez com que, a partir de 2000, começasse a figurar, no contexto regional, a participação da classe de municípios com até 5 mil habitantes, constituindo-se no efeito direto do desmembramento municipal da década de 1990.

Por sua vez, a criação de dois municípios na classe populacional entre 10 mil e 20 mil habitantes não fez com que essa classe passasse a apresentar cinco municípios, em 2000. De fato, esses desmembramentos contribuíram para a entrada de dois novos municípios nesse grupo (Alumínio e Araçariguama), mas esse efeito foi contrabalançado pelo segundo fator de alteração na estrutura da hierarquia dos municípios, no período 1991 a 2000, ou seja, o próprio crescimento populacional dos municípios.



Assim, a classe de municípios 10 mil a 20 mil habitantes deixou de apresentar 5 municípios, em 2000, devido ao crescimento populacional vivenciado pelo município de Pilar do Sul que, em 1991, possuía 19 mil habitantes e, em 2000, passou a apresentar cerca de 23 mil habitantes (tabelas 9 e 10).

Outra alteração na hierarquia de municípios da região de Sorocaba, em função do crescimento populacional, foi o caso dos municípios de Ibiúna e Piedade que, em 1991, possuíam população de 48.769 e 43.415 habitantes, respectivamente, e, em 2000, apresentaram população superior a 50 mil habitantes.

Já em relação ao período 2000-2007, as principais alterações na estrutura de hierarquia de municípios relacionam-se, por um lado, ao crescimento populacional do município de Araçoiaba da Serra, que passou de uma população de 19,7 mil habitantes para 24,2 mil habitantes, contribuindo para que ele entrasse na classe de municípios de 20 mil a 50 mil habitantes (tabelas 9 e 10).

Por outro lado, destaca-se o crescimento populacional registrado, entre 2000 e 2007, pelos municípios de Salto (2,26%a.a.) e Votorantim (1,57%a.a.), que fez com que esses municípios passassem da classe de 50 a 100 mil habitantes para a classe de 100 a 500 mil habitantes, em 2007 (tabelas 9 e 10).

Destaca-se, ainda, o crescimento populacional vivenciado pelo município de Sorocaba, que, entre 2000 e 2007, foi de 2,5%a.a., que contribuiu para que a população do município passasse de 400 mil habitantes para mais de 500 mil habitantes (tabelas 9 e 10).

Com isso, o que se observa é que os dois fatores de alteração na hierarquia dos municípios – desmembramento municipal e crescimento populacional – contribuíram para que a RG de Sorocaba apresentasse uma estrutura de distribuição de municípios diversificada, ao longo do período 1991-2007, ao final do qual, a região apresenta uma estrutura caracterizada por uma importante presença de municípios médios e de grande porte, por um lado, e com uma presença pouco significativa de pequenos municípios, de outro.

Esse tipo de estrutura de hierarquia de municípios, juntamente com a antiguidade da ocupação territorial da região, assemelha-se bastante com a hierarquia de municípios apresentada pela Região Metropolitana da Baixada Santista, onde se delineia um tipo situação caracterizada pela preponderância de prefeituras com, potencialmente, maior margem de atuação e de tomada de decisão, em função de maior recurso disponível e de uma organização institucional mais consolidada e com maior experiência prévia, sendo que em Sorocaba essa situação seria menos acentuada do que na Baixada Santista.



Assim mesmo, pode-se verificar a possibilidade de não ocorrer diferenciais muito grandes de organização institucional entre um município e outro, evitando, assim, diferenças significativas na oferta dos serviços entre diferentes municípios, numa mesma região, assim como nos resultados objetivados pelo desenho de determinadas políticas, principalmente as de transferência de renda que, além do repasse monetário direto ao beneficiário, prevê ações de geração de renda e de capacitação para o mercado de trabalho.

Movimentos Migratórios Inter e Intra-Regionais

A Região de Governo de Sorocaba teve crescimento absoluto de 221.428 pessoas no período 1970/80, dos quais aproximadamente 51% deveram-se ao componente migratório (Tabela 11).

Dentre os municípios que compõem a RG, o maior saldo migratório nesse período foi registrado pelo Município de Sorocaba (mais de 50 mil pessoas), representando 46% do saldo migratório regional. Seguiram-se os municípios de Votorantim com saldo migratório superior a 18 mil pessoas, Salto (15 mil), Itu (14 mil) e Mairinque (7 mil). Apenas Tapiraí e Iperó chegaram a revelar saldo migratório negativo, na década de 70.

De 1980/91, a Região de Governo de Sorocaba teve crescimento absoluto 291.632 habitantes, sendo que destes 58% foram referentes ao crescimento vegetativo e 42% foram relativos à migração. Logo, pode-se observar o decréscimo do componente migratório no crescimento absoluto da população, apesar de o saldo migratório ter demonstrado crescimento, o crescimento vegetativo de 1980/91 superou o obtido, em 1970/80.

Os municípios de Sorocaba, Itu, Salto e Votorantim obtiveram o maior crescimento absoluto no período 1980/1991 (108.117 pessoas para Sorocaba, 32.728 para Itu, 29.486 para Salto e 27.389 para Votorantim). Nestes municípios o crescimento vegetativo foi o maior responsável pelo total do crescimento absoluto. A única exceção, no entanto, é referente ao município de Salto, no qual 87,26% do crescimento absoluto de sua população no período 1980/91 foi referente ao componente migratório. Possivelmente, neste período, Salto caracterizou-se como o segundo município mais atrativo da Região de Governo (o município que mais atraiu imigrantes foi Sorocaba, o qual obteve saldo migratório de 41.943 migrantes). Em contrapartida, Salto do Pirapora, Piedade e Tapiraí foram os únicos municípios da RG a



apresentar saldos migratórios negativos de, respectivamente, -2.197, -1.385 e -691, no período 1980/91.

Entre 1991/2000, em relação ao período analisado anteriormente, o crescimento absoluto da Região de Governo de Sorocaba passa por uma pequena redução (276.307 pessoas). Neste período, o crescimento vegetativo continua ligeiramente superior ao saldo migratório (crescimento vegetativo de 140.710 pessoas e saldo migratório de 135.597 migrantes), apesar deste ter obtido um pequeno aumento em relação ao momento passado. O crescimento vegetativo, neste período, representa, portanto, 51% do crescimento absoluto da população.



Tabela 11: Crescimento Absoluto Populacional, Crescimento Vegetativo e Saldo Migratório
Região de Governo de Sorocaba
1970/2007

Municípios	Crescimento Absoluto				Crescimento Vegetativo				Saldo Migratório			
	1970/80	1980/91	91/2000	2000/2007	1970/80	1980/91	91/2000	2000/2007	1970/80	1980/91	91/2000	2000/2007
Alumínio	*	*	*	1.529	*	*	*	1.561	*	*	*	-32
Araçariguama	*	*	*	2.936	*	*	*	1.552	*	*	*	1.384
Araçoiaba da Serra	1.912	5.967	5.322	4.518	1.843	2.262	2.090	1.507	69	3.705	3.232	3.011
Ibiúna	7.224	17.154	15.451	12.204	7.397	9.241	8.296	5.896	-173	7.913	7.155	6.308
Iperó	119	3.922	7.809	5.185	638	1.030	1.373	1.490	-519	2.892	6.436	3.695
Itu	24.687	32.728	28.563	22.330	10.592	18.036	15.830	10.760	14.095	14.692	12.733	11.570
Jumirim	*	*	*	401	*	*	*	117	*	*	*	284
Mairinque	11.811	12.248	-3.057	8.785	4.941	8.160	7.268	3.272	6.870	4.088	-10.325	5.513
Piedade	8.146	7.629	6.650	4.959	7.602	9.014	6.316	3.206	544	-1.385	334	1.753
Pilar do Sul	3.504	5.647	4.486	3.360	3.019	3.834	3.193	2.318	485	1.813	1.293	1.042
Porto Feliz	4.839	9.722	8.711	5.842	4.082	5.835	4.693	2.709	757	3.887	4.018	3.133
Salto	20.255	29.486	21.420	15.753	5.461	3.755	11.780	6.263	14.794	25.731	9.640	9.490
Salto de Pirapora	5.561	10.574	9.829	8.616	2.494	12.771	3.943	2.655	3.067	-2.197	5.886	5.961
São Roque	12.293	14.000	3.195	7.106	8.751	10.776	9.007	4.767	3.542	3.224	-5.812	2.339
Sorocaba	92.719	108.117	115.732	92.691	40.331	66.174	52.141	34.617	52.388	41.943	63.591	58.074
Tapiraí	-173	641	2.803	2.697	1.222	1.332	1.054	849	-1.395	-691	1.749	1.848
Tietê	2.662	6.408	5285	5678	2.315	3.738	2.718	1.836	347	2.670	2.567	3.842
Votorantim	25.869	27.389	15.577	11.049	7.943	13.235	11.008	8.286	17.926	14.154	4.569	2.763
RG SOROCABA	221.428	291.632	276.307	215.639	108.631	169.193	140.710	93.661	112.797	122.439	135.597	121.978

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

(*) Dados não disponíveis - municípios criados na década de 1990



O maior crescimento absoluto foi obtido pelos municípios de Sorocaba, Itu, Salto, Votorantim e Ibiúna entre 1991/2000 (respectivamente, 52.141, 15.830, 11.780, 11.008 e 8.296). Os maiores saldos migratórios foram registrados por Sorocaba (63.591), Itu (12.733), Salto (9.640) e Ibiúna (7.155). Saldos migratórios negativos foram apenas registrados para Mairinque (-10.325) e São Roque (-5.812). No entanto, apenas Mairinque apresentou crescimento vegetativo insuficiente (7.268) para encobrir seus altos valores de emigração, o que acabou por determinar um crescimento absoluto negativo (-3.057) para o município no período.

De 2000 a 2007, em comparação com o período anterior, nota-se uma considerável queda no crescimento vegetativo (93.661) e uma ligeira queda no valor total do saldo migratório (-121.978), porém o componente migratório representou maior peso no crescimento absoluto do período, cerca de 56,56% do total.

Especificamente sobre o município de Sorocaba, o saldo migratório representou 62,65% do total do crescimento do município, no período de 2000 a 2007, sendo, portanto, maior que o percentual verificado no momento anterior (54,94%). Porém, deve-se destacar que o aumento do peso do componente migratório no crescimento absoluto da população do município está fundamentalmente relacionado ao baixo desempenho do crescimento vegetativo. Entre 1991/2000 o crescimento vegetativo de Sorocaba somava o total de 52.141 pessoas, passando para 34.617 indivíduos, entre 2000 a 2007.

Logo, pode-se verificar que o crescimento absoluto da Região de Governo de Sorocaba passou por aumentos nos períodos de 1970/80 (221.428) a 1980/91 (291.632), porém nos próximos momentos, 1991/2000 e 2000/2007, nota-se um declínio do crescimento absoluto (276.307 em 1991/2000 para 215.639 em 2000/2007), em grande parte, decorrente da redução do ritmo do crescimento vegetativo.

A Região de Governo de Sorocaba recebeu 237.438 mil migrantes no período de 1970/80, dos quais, aproximadamente, 62% foram provenientes de outras unidades da federação. Os fluxos interestaduais representaram 38%, sendo que o estado do Paraná respondeu por 25% do total (Souza, 1993).

Mais especificamente sobre a migração intra-estadual, as Regiões de Governo vizinhas a Região de Governo de Sorocaba apresentaram significativa participação nos fluxos em destino a RG. As Regiões de Governo de Itapetininga,



Itapeva e Avaré, por exemplo, contribuíram com, respectivamente, 9,25%, 6,92% e 6,29% do total dos fluxos intra-estaduais, no período de 1970/80⁵.

Por sua vez, para o período 1995-2000, a migração inter-estadual pode ser captada a partir dos dados da tabela 12. No período de 1995/2000, os fluxos migratórios para a Região de Governo de Sorocaba com origem na Região Nordeste representaram 41,2% do conjunto da migração interestadual recebida, sendo que, deste percentual, 14,7% foram oriundos da Bahia.

A segunda maior origem dos fluxos interestadual em direção à RG é a Região Sul, a qual representa 34,9% do total da migração recebida (12.007 imigrantes), deste percentual 31,7% (10.904 imigrantes) são provenientes do estado do Paraná. Não se pode, no entanto, desprezar o papel da Região Sudeste (exceto o estado de São Paulo) na participação do fluxo migratório: 15,3% dos migrantes que chegaram a RG de Sorocaba foram originários da Região Sudeste (5.240 imigrantes). As Regiões Centro Oeste e Norte, por sua vez, representaram um percentual menor na participação migratória da RG, 6,5% (2.232 imigrantes) e 1,8% (605 imigrantes), respectivamente.

Tabela 12: Movimentos Migratórios Interestaduais
Região de Governo de Sorocaba
1995/2000

Grandes Regiões e Estados	Valor Absoluto do Fluxo	Distribuição Relativa
Região Sudeste (exceto SP)	5.240	15,3
Região Sul	12.007	34,9
Paraná	10.904	31,7
Região Centro Oeste	2.232	6,5
Mato Grosso do Sul	897	2,6
Região Nordeste	14.160	41,2
Bahia	5.046	14,7
Região Norte	605	1,8
Brasil s/ espec. e s/ decl.	113	0,3
Total Interestadual	34.357	100,0

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

No contexto intra-estadual, no período 1970-1980, os fluxos migratórios com origem na Região Metropolitana São Paulo em direção à Região de Sorocaba

⁵ Dados constantes em Souza, 1993, p.12.



representaram 39% do conjunto da migração estadual recebida, perfazendo um total de mais de 34 mil pessoas. Seguindo-se os fluxos migratórios procedentes das regiões vizinhas como Itapetininga (cerca de 9 mil pessoas), Itapeva e Avaré (próximo a 6 mil pessoas, cada área) e Botucatu e Campinas (com aproximadamente 4 mil pessoas, cada área). Em terceiro lugar, os fluxos com origem nas regiões do oeste do estado, como Presidente Prudente, Ourinhos e Assis⁶.

Os dados da tabela 13 referem-se ao movimento intra-estadual, no período 1995-2000. No período de 1995 a 2000, a Região Metropolitana de São Paulo foi o principal local de origem dos imigrantes com destino a Região de Governo de Sorocaba (56,95%), evidenciando um fluxo de 42.308 mil imigrantes. As Regiões de Governo de Itapeva, Itapetininga e Avaré, vizinhas da RG de Sorocaba, representaram, respectivamente, 6,31% (4.687 imigrantes), 6,23% (4.630 imigrantes) e 2,88% (2.142 imigrantes) do conjunto total do movimento migratório intra-estadual, o qual representa o valor de 74.295 imigrantes. As Regiões de Campinas e Registro evidenciaram 4,77% (3.546 imigrantes) e 3,70% (2.748 imigrantes) do total dos movimentos migratório intra-estaduais.

Tabela 13: Movimentos Migratórios Intra-Estaduais
Região de Governo de Sorocaba
1995/2000

Origem dos Imigrantes	Valor Absoluto dos Fluxos	Distribuição Relativa (%)
Região Metropolitana de São Paulo	42.308	56,95
Itapeva	4.687	6,31
Itapetininga	4.630	6,23
Campinas	3.546	4,77
Registro	2.748	3,70
Avaré	2.142	2,88
Santos	1.879	2,53
Botucatu	1.359	1,83
Jundiaí	1.126	1,52
Outras RGs	9.870	13,28
Total Intra-Estadual	74.295	100,00

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Embora tenha recebido volume considerável de migrantes, a RG de Sorocaba registrou também um fluxo emigratório de, aproximadamente, 50 mil pessoas, sendo que a Região Metropolitana de São Paulo recebeu cerca de 45,2% das pessoas que

⁶ Dados constantes em Souza, 1993, p.12.



deixaram a RG de Sorocaba na década de 70. Os demais fluxos emigratórios, em menor volume, destinaram-se a Campinas, Itapetininga, Piracicaba e Itapeva (Souza, 1993).

Por sua vez, os dados da tabela 14 referem-se ao movimento emigratório da Região de Sorocaba, no período 1995-2000. Nesse período, 95% dos fluxos emigratórios da Região de Governo de Sorocaba destinavam-se a outros estados do país. Por outro lado, 45,05% dos fluxos de emigrantes foram intra-estaduais. Deste percentual, a maior opção de destinos dos emigrantes foi a Região Metropolitana de São Paulo, a qual representou o destino de 26,61% dos emigrantes da RG de Sorocaba, tendo um valor absoluto de 9.118 mil emigrantes.

A região vizinha, RG de Itapetininga, recebeu 15,98% dos emigrantes provenientes da Região de Governo de Sorocaba. A RG de Campinas, por sua vez, foi o terceiro maior destino dos emigrantes, 12,33%, representando um valor absoluto dos fluxos de 4.223 mil pessoas. É importante destacar que os fluxos emigratórios para regiões mais próximas, como as Regiões de Governo de Itapeva, Avaré e Botucatu, apesar de menores, também foram significativos, representaram, respectivamente, 5,02%, 4,05% e 3,09% dos fluxos emigratórios intra-estaduais.



Tabela 14: Movimentos Emigratórios Intra-Estadual
Região de Governo de Sorocaba
1995/2000

Destino dos Emigrantes	Valor Absoluto dos Fluxos	Distribuição Relativa (%)
RM São Paulo	9.118	26,61
Itapetininga	5.473	15,98
Campinas	4.223	12,33
Santos	1.740	5,08
Itapeva	1.720	5,02
Avaré	1.388	4,05
Piracicaba	1.255	3,66
Botucatu	1.057	3,09
Jundiaí	891	2,60
Outras RGs	7.394	21,58
Total Estado de São Paulo	34.259	100,00
Total Intra-Estadual	34.259	45,05
Outros Estados	41.781	54,95
Total Brasil	76.040	100,00

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Os dados da tabela 15, por sua vez, referem-se às principais trocas líquidas intra-estaduais, registradas pela região de Sorocaba. Com relação a isso, nota-se que a troca líquida final da Região de Governo de Sorocaba com as demais Regiões de Governo é positiva, com saldo final de 40.036 mil pessoas, o que indica que a RG recebeu mais imigrantes que perdeu emigrantes, no período de 1995 a 2000.

A migração entre a RG Sorocaba e a Região Metropolitana de São Paulo resulta no maior valor positivo de troca líquida, 33.190 pessoas. O segundo maior valor é resultado das trocas líquidas com a RG de Itapeva, 2.967 pessoas. Apesar de pequenas, as trocas líquidas da RG de Sorocaba entre duas Regiões vizinhas, Avaré



e Botucatu, também são positivas, representam, respectivamente, 754 e 302 migrantes. No entanto, as trocas líquidas são negativas entre as Regiões de Itapeva e de Campinas, o que indica que essas regiões estão recebendo mais migrantes originários da Região Sorocabana.

Tabela 15: Trocas Líquidas Populacionais Intra-Estaduais
Região de Governo de Sorocaba
1995/2000

Regiões	Imigrantes para a RG	Emigrantes da RG	Troca Líquida
RM São Paulo	42.308	9.118	33.190
Itapeva	4.687	1.720	2.967
Itapetininga	4.630	5.473	-843
Campinas	3.546	4.223	-677
Registro	2.748	808	1.940
Avaré	2.142	1.388	754
Santos	1.879	1.740	139
Botucatu	1.359	1.057	302
Jundiaí	1.126	891	235
Outras RGs	9.870	7.841	2.029
Total	74.295	34.259	40.036

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

De acordo com Souza (1993), Votorantim configurou-se nos anos 70 como importante subcentro regional, chegando a registrar volume migratório intra-regional ligeiramente superior a Sorocaba: 7.390 migrantes e 7.181 migrantes, respectivamente⁷.

A intensa mobilidade da população no espaço regional transformou muitas cidades em **cidades-dormitório**, de onde se observa uma migração pendular significativa. Com o levantamento de campo, apresentado a seguir, foi possível

⁷ Dados constantes em Souza, 1993, p.12.



apreender esse novo tipo de movimento migratório no espaço urbano-regional (Souza, 1993).

Em Sorocaba, por sua vez, a mobilidade espacial da população no contexto intra-regional foi bastante elevada em Sorocaba, na década de 70: cerca de 34.198 mil pessoas declararam ter mudado de município de residência, pelo menos uma vez, na década⁸.

Na década de 70, os fluxos intra-regionais mais significativos ocorreram em direção ao Município de Sorocaba que recebeu, na maioria, migrantes de Votorantim, Mairinque e Piedade. Votorantim, por sua vez, teve na sua migração intra-regional forte participação de migrantes com origem em Sorocaba, cerca de 75% desse movimento migratório. Municípios como Sorocaba, Votorantim, Itu e Salto apresentaram na década de 70, ganhos populacionais em suas trocas líquidas migratórias⁹.

Para o período de 1995-2000, os dados da tabela 16 ilustram as trocas migratórias intra-regionais de cada município que compõe a região de Sorocaba. De acordo com eles, pode-se verificar que o município de Sorocaba foi aquele que mais forneceu migrantes para as demais localidades da Região de Governo, um total de 8.682 mil emigrantes, tendo, portanto, saldo migratório intra-regional negativo. No entanto, não se pode desprezar o volume de imigrantes que chegam ao município sede, uma vez que é o maior volume de imigrantes intra-regionais.

Os municípios de Votorantim e Salto foram, respectivamente, segundo e terceiro maior destino dos imigrantes da RG. Votorantim recebeu 4.491 mil imigrantes e forneceu 2.743 emigrantes, resultando, portanto em um saldo migratório intra-regional de 1.748 pessoas. Salto, por sua vez, recebeu 2.302 imigrantes e forneceu 1.170 emigrantes, produzindo, desta forma, uma troca líquida entre os municípios da RG de 1.132 indivíduos.

Depois de Sorocaba, Itu é o município que mais forneceu emigrantes para as demais localidades da RG, um total de 3.133, o que determina o segundo maior saldo migratório intra-regional negativo, - 1.339 pessoas.

⁸ Dados constantes em Souza, 1993, p.13.

⁹ Idem.



Tabela 16: Volumes de Imigração e Emigração Intra-Regional
Região de Governo de Sorocaba
1995/2000

Municípios da RG	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório Intra-Regional
Alumínio	578	575	3
Araçariguama	301	358	-57
Araçoiaba da Serra	1.163	808	355
Ibiúna	685	832	-147
Iperó	1.027	338	689
Itu	1.794	3.133	-1.339
Jumirim	34	11	23
Mairinque	1.419	1.402	17
Piedade	1.415	1.497	-82
Pilar do Sul	533	657	-124
Porto Feliz	1.021	993	28
Salto	2.302	1.170	1.132
Salto de Pirapora	1.676	899	777
São Roque	1.122	1.775	-653
Sorocaba	6.271	8.682	-2.411
Tapiraí	264	324	-60
Tietê	322	221	101
Votorantim	4.491	2.743	1.748
RG SOROCABA	26.418	26.418	0

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Por sua vez, os dados da tabela 17 referem-se aos principais fluxos migratórios dos municípios que compõem da RG de Sorocaba, no período recente, os quais indicam que dos dezoito municípios que compõem a Região de Governo de Sorocaba, dezesseis tiveram Sorocaba como um dos três principais municípios de origem dos imigrantes. Os municípios de Araçoiaba da Serra, Iperó, Votorantim e Salto do Pirapora, por exemplo, tiveram, respectivamente, 78,42%, 78,29%, 75,77% e 61,10% dos imigrantes originários de Sorocaba.

Por outro lado, quinze municípios da Região de Governo Sorocabana perderam população para o município de Sorocaba. Em valor absoluto, o município de Votorantim foi aquele que mais forneceu emigrantes para Sorocaba, um total de 1.821 pessoas, o que representa um total de 66,39% do total dos emigrantes de Votorantim. No entanto, apesar do valor numérico ser pequeno, no valor percentual do fluxo emigratório, Iperó forneceu em torno de 91,72% dos seus emigrantes para Sorocaba. Araçoiaba da Serra perde, também, o maior percentual do seu fluxo emigratório intra-regional (79,46%) para Sorocaba.



O município de Sorocaba, por sua vez, recebe mais imigrantes de Votorantim, Itu e Araçoiaba da Serra. Contudo, perde mais população para Votorantim, Salto do Pirapora e Araçoiaba da Serra.

Tabela 17: Fluxos Migratórios Intra-Regionais Numericamente mais Importantes
RG de Sorocaba
1995/2000

Destino	Imigrantes			Emigrantes		
	Municípios	n	%	Municípios	n	%
Alumínio	Mairinque	203	35,12	Sorocaba	254	44,17
	Sorocaba	180	31,14	Mairinque	137	23,83
	São Roque	131	22,66	Porto Feliz	54	9,39
	Outros	64	11,07	Outros	130	22,61
	Total	578	100,00	Total	575	100,00
Araçariguama	Sorocaba	121	40,20	Mairinque	109	30,45
	São Roque	71	23,59	São Roque	83	23,18
	Mairinque	64	21,26	Pilar do Sul	50	13,97
	Outros	45	14,95	Outros	116	32,40
	Total	301	100,00	Total	358	100,00
Araçoiaba da Serra	Sorocaba	912	78,42	Sorocaba	642	79,46
	Votorantim	143	12,30	Salto de Pirapora	78	9,65
	Salto de Pirapora	45	3,87	Votorantim	36	4,46
	Outros	63	5,42	Outros	52	6,44
	Total	1.163	100,00	Total	808	100,00
Ibiúna	Piedade	275	40,15	Piedade	354	42,55
	São Roque	190	27,74	Sorocaba	199	23,92
	Sorocaba	72	10,51	São Roque	173	20,79
	Outros	148	21,61	Outros	106	12,74
	Total	685	100,00	Total	832	100,00
Iperó	Sorocaba	804	78,29	Sorocaba	310	91,72
	São Roque	104	10,13	Porto Feliz	28	8,28
	Porto Feliz	40	3,89		0	0,00
	Outros	79	7,69	Outros	0	0,00
	Total	1.027	100,00	Total	338	100,00
Itu	Salto	726	40,47	Salto	1.766	56,37



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

	Sorocaba	449	25,03	Sorocaba	708	22,60
	Porto Feliz	227	12,65	Porto Feliz	362	11,55
	Outros	392	21,85	Outros	297	9,48
	Total	1.794	100,00	Total	3.133	100,00
Jumirim	Tietê	28	82,35	Porto Feliz	11	100,00
	Porto Feliz	6	17,65			0,00
			0,00			0,00
	Outros	0	0,00	Outros	0	0,00
	Total	34	100,00	Total	11	100,00
Mairinque	São Roque	847	59,69	São Roque	486	34,66
	Sorocaba	146	10,29	Sorocaba	279	19,90
	Alumínio	137	9,65	Alumínio	203	14,48
	Outros	289	20,37	Outros	434	30,96
	Total	1.419	100,00	Total	1.402	100,00
Piedade	Sorocaba	400	28,27	Sorocaba	507	33,87
	Ibiúna	354	25,02	Votorantim	418	27,92
	Votorantim	210	14,84	Ibiúna	275	18,37
	Outros	451	31,87	Outros	297	19,84
	Total	1.415	100,00	Total	1.497	100,00
Pilar do Sul	Sorocaba	197	36,96	Piedade	167	25,42
	Salto de Pirapora	135	25,33	Sorocaba	163	24,81
	Piedade	82	15,38	Salto de Pirapora	159	24,20
	Outros	119	22,33	Outros	168	25,57
	Total	533	100,00	Total	657	100,00
Porto Feliz	Itu	362	35,46	Sorocaba	363	36,56
	Sorocaba	292	28,60	Itu	227	22,86
	Tietê	83	8,13	Salto	206	20,75
	Outros	284	27,82	Outros	197	19,84
	Total	1.021	100,00	Total	993	100,00
Salto	Itu	1.766	76,72	Itu	726	62,05
	Porto Feliz	206	8,95	Sorocaba	156	13,33
	Sorocaba	180	7,82	Tietê	103	8,80
	Outros	150	6,52	Outros	185	15,81



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

	Total	2.302	100,00	Total	1.170	100,00
Salto de Pirapora	Sorocaba	1.024	61,10	Sorocaba	354	39,38
	Votorantim	304	18,14	Votorantim	217	24,14
	Pilar do Sul	159	9,49	Pilar do Sul	135	15,02
	Outros	189	11,28	Outros	193	21,47
	Total	1.676	100,00	Total	899	100,00
São Roque	Mairinque	486	43,32	Mairinque	847	47,72
	Sorocaba	277	24,69	Sorocaba	316	17,80
	Araçoiaba da Serra	173	15,42	Araçoiaba da Serra	190	10,70
	Outros	186	16,58	Outros	422	23,77
	Total	1.122	100,00	Total	1.775	100,00
Sorocaba	Votorantim	1.821	29,04	Votorantim	3.403	39,20
	Itu	708	11,29	Salto de Pirapora	1.024	11,79
	Araçoiaba da Serra	642	10,24	Araçoiaba da Serra	912	10,50
	Outros	3.100	49,43	Outros	3.343	38,50
	Total	6.271	100,00	Total	8.682	100,00
Tapiraí	Sorocaba	115	43,56	Piedade	162	50,00
	Pilar do Sul	76	28,79	Sorocaba	100	30,86
	Ibiúna	39	14,77	Salto	29	8,95
	Outros	34	12,88	Outros	33	10,19
	Total	264	100,00	Total	324	100,00
Tietê	Sorocaba	110	34,16	Sorocaba	99	44,80
	Salto	103	31,99	Porto Feliz	83	37,56
	Porto Feliz	63	19,57	Jumirim	28	12,67
	Outros	46	14,29	Outros	11	4,98
	Total	322	100,00	Total	221	100,00
Votorantim	Sorocaba	3.403	75,77	Sorocaba	1.821	66,39
	Piedade	418	9,31	Salto de Pirapora	304	11,08
	Salto de Pirapora	217	4,83	Piedade	210	7,66
	Outros	453	10,09	Outros	408	14,87
	Total	4.491	100,00	Total	2.743	100,00

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000 (tabulações especiais). Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Estrutura Etária – RG de Sorocaba

Gráfico I
Estrutura Etária por Sexo
RG Sorocaba - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Ao analisar a população residente na Região de Governo de Sorocaba no ano de 2000, pode-se perceber significativo estreitamento na base da pirâmide, o que indica uma queda na fecundidade da RG nas últimas décadas. A população de jovens é bastante expressiva, principalmente as dos grupos etários de 10 a 14 anos e 15 a 19 anos.

No que se refere à proporcionalidade entre o número de homens e mulheres, aparentemente, há um equilíbrio nesta proporção em grande parte dos grupos etários. No grupo etário de 25 a 29 anos, pode-se observar uma maior proporção de homens. Nos grupos etários de idade mais avançadas, sobretudo a partir dos 65 anos, há uma quantidade superior de mulheres.

Sobre as pirâmides específicas de cada município da Região de Governo de Sorocaba, pode-se perceber a existência de configuração de estruturas etárias bem diferentes entre si. Entretanto, o município de Sorocaba apresenta estrutura etária mais semelhante às contidas na pirâmide da Região de Governo.

Em diversos municípios, nota-se, pela base estreita da pirâmide, o processo de queda de fecundidade em relação aos períodos anteriores. Em contrapartida, Araçariguama, Ibiúna, Pilar do Sul e, principalmente, Tapiraí, são municípios que ainda



apresentam base piramidal bastante larga, o que pode indicar que suas taxas de fecundidade ainda permanecem relativamente altas.

O maior peso relativo dos grupos etários mais idosos é observado nas pirâmides dos municípios de Jumirim, São Roque e Tietê. Esta situação pode ser explicada pela diminuição do peso relativo dos grupos etários mais jovens, principalmente das crianças – fato relacionado, possivelmente, à queda da fecundidade nas décadas mais recentes.

Por outro lado, com relação ao caso de Tapiraí, este município apresentou uma pirâmide etária de base acentuadamente larga, com maior proporção de meninos no primeiro grupo etário. No total da população parece haver maior proporção de homens e o peso relativo das idades mais avançadas aparentemente é reduzido.

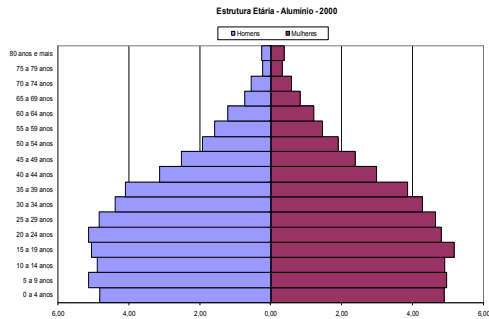
O município de Jumirim apresenta a estrutura etária mais irregular da RG. Todavia, é importante destacar que estes dois municípios, Tapiraí e Jumirim, que, em 2000, apresentaram, respectivamente, população total de 8.538 e 2.190 habitantes, justamente por serem de pequeno porte são muito mais suscetíveis a quaisquer alterações migratórias e vegetativas em suas populações.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

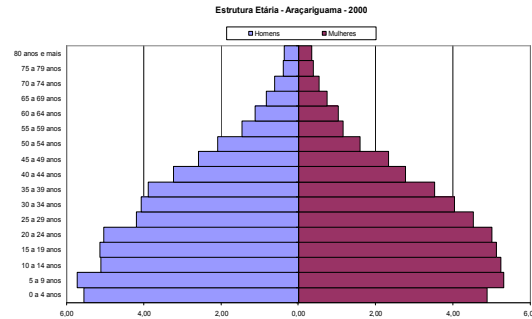
Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Gráfico II
Estrutura Etária por sexo
Alumínio - 2000



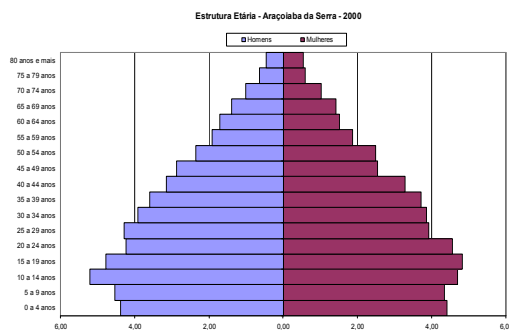
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico III
Estrutura Etária por sexo
Araçariçuama - 2000



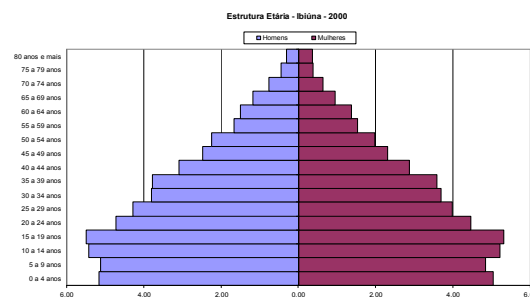
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico IV
Estrutura Etária por sexo
Araçoiaba da Serra - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico V
Estrutura Etária por sexo
Ibiúna - 2000



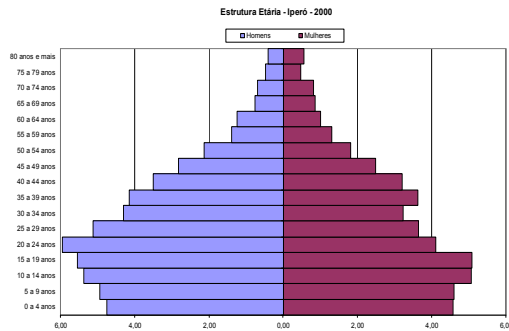
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

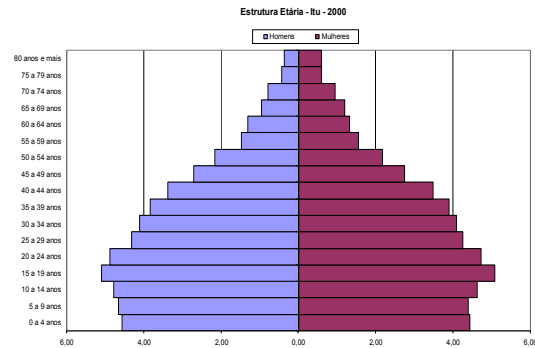
Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Gráfico VI
Estrutura Etária por sexo
Iperó - 2000



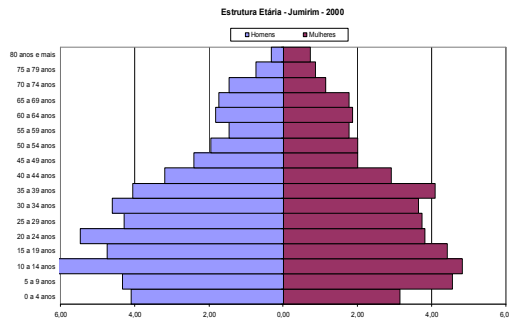
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico VII
Estrutura Etária por sexo
Itu - 2000



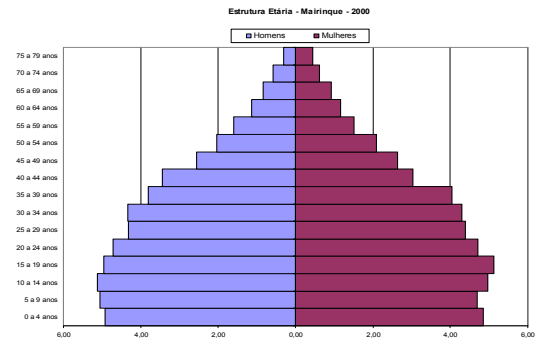
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico VIII
Estrutura Etária por sexo
Jumirim - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico IX
Estrutura Etária por sexo
Mairinque



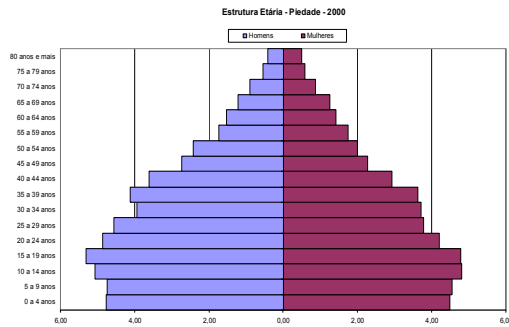
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

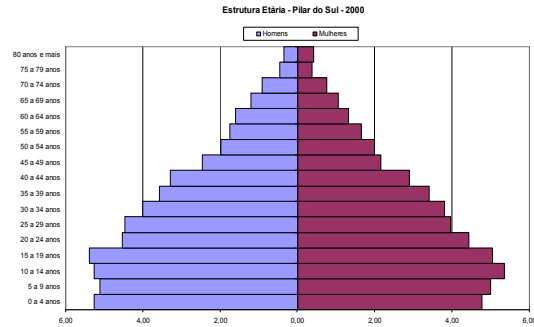
Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Gráfico X
Estrutura Etária por sexo
Piedade - 2000



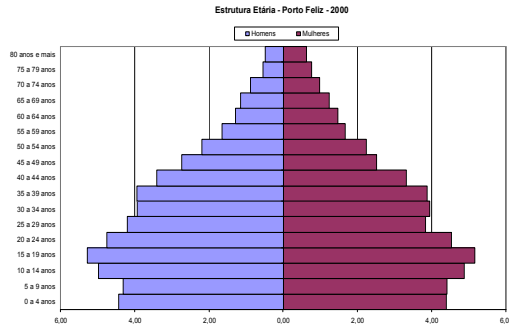
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XI
Estrutura Etária por sexo
Pilar do Sul - 2000



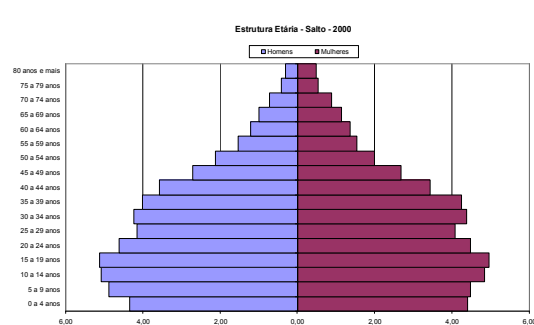
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XII
Estrutura Etária por Sexo
Porto Feliz - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XIII
Estrutura Etária por Sexo
Salto - 2000



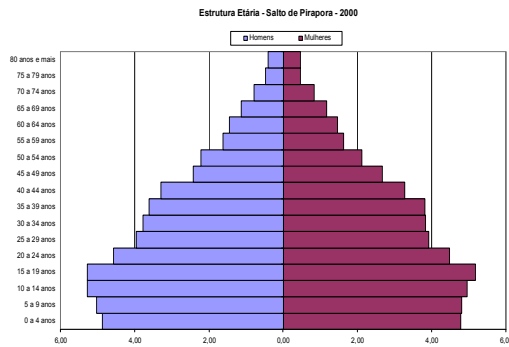
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

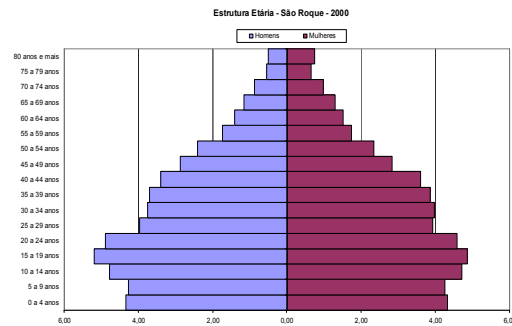
Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Gráfico XIV
Estrutura Etária por Sexo
Salto do Pirapora - 2000



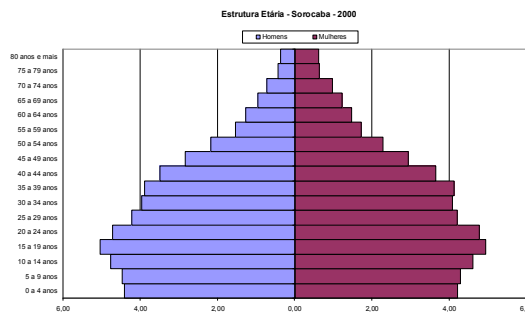
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XV
Estrutura Etária por Sexo
São Roque - 2000



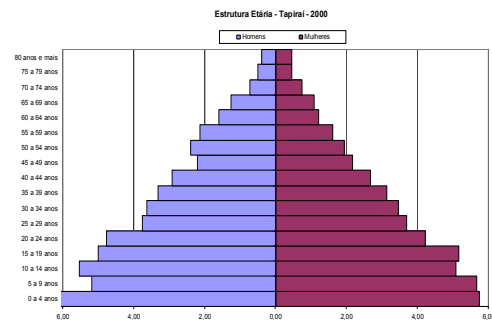
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XVI
Estrutura Etária por Sexo
Sorocaba - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

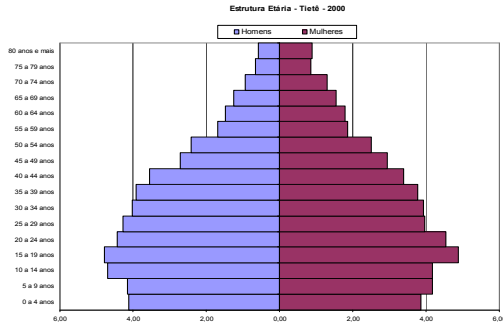
Gráfico XVII
Estrutura Etária por Sexo
Tapiraí - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

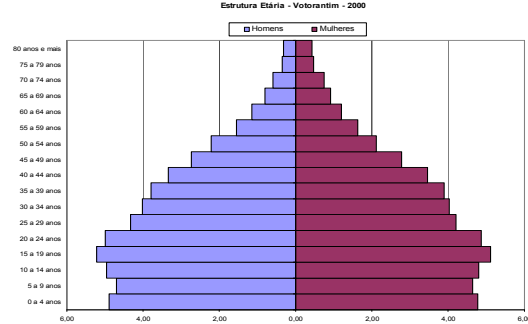


Gráfico XVIII
Estrutura Etária por Sexo
Tietê - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XIX
Estrutura Etária por Sexo
Votorantim - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Referências Bibliográficas

BAENINGER, R. Processo de urbanização no Brasil: características e tendências. In: BOGUS, L. M. M.; WANDERLEY, L. E. W. **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1992.

ESCRITÓRIO REGIONAL DE PLANEJAMENTO DE SOROCABA (ERPLAN). **Diagnóstico regional de Sorocaba**. Sorocaba, 1990.

GOMES, G. M.; MAC DOWELL, M. C. Descentralização política, federalismo fiscal e criação de Municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. **Texto para Discussão n.706**, Brasília, IPEA, fev.2000.

_____. Os elos frágeis da descentralização: observações sobre as finanças dos Municípios Brasileiros, 1995. In: Encontro Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 25., 1997, Recife. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPEC, 1997.

GONÇALVES, M. F. **As engrenagens da locomotiva**. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

NEGRI, B. et al. **O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: SEADE/FECAMP, 1988.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Movimentos migratórios: novas características, novas indagações. In: ENCONTRO DA ANPUR, 3., 1988, Águas de São Pedro. **Anais...** São Paulo: ANPUR, 1988.

SERRA, J.; AFONSO, J. R. R. **O federalismo fiscal à brasileira**: algumas reflexões. 1999. (Texto apresentado no Forum of Federations Internacional Conference of Federalism, Canadá, apoio do BNDES).

SIQUEIRA, C. G. **Emancipação Municipal Pós Constituição de 1988**: um estudo sobre o processo de criação dos novos Municípios Paulistas. Campinas, 2003, 236f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SOUZA, M. R. Região de Governo de Sorocaba. **Texto NEPO 24**, Campinas, Nepo/Unicamp, 1993. (Migração em São Paulo 3).

TOMIO, F. R. L. **Instituições, processo decisório e relações executivo-legislativo nos Estados**: estudo comparativo sobre o processo de criação após a Constituição de 1988. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.



ANEXO I - Municípios da Região de Governo de Sorocaba

1 - Alumínio	10 - Pilar do Sul
2 - Araçariguama	11 - Porto Feliz
3 - Araçoiaba da Serra	12 - Salto
4 - Ibiúna	13 - Salto de Pirapora
5 - Iperó	14 - São Roque
6 - Itu	15 - Sorocaba
7 - Jumirim	16 - Tapiraí
8 - Mairinque	17 - Tietê
9 - Piedade	18 - Votorantim



Capítulo 3 - A Questão Social no Pólo de Sorocaba¹⁰

Introdução

A análise da questão social nas espacialidades estudadas no Estado de São Paulo concentra-se em três vertentes.

A primeira tem por objeto a pobreza e a desigualdade, indicando as tendências observadas entre os anos 1991 e 2000, com base nos dados censitários, que são os únicos disponíveis para a análise dessas regiões; bem como evidenciando para esses períodos as desigualdades entre as regiões analisadas.

A segunda toma por objeto as mudanças na família e as mudanças na provisão familiar nesse período, relacionando-as a mudanças demográficas e a mudanças no papel da mulher na sociedade, dando destaque ao aumento da participação desta no mercado de trabalho e na responsabilidade pela manutenção do domicílio.

Nesta vertente ressaltam-se a importância do conhecimento das mudanças na família e no domicílio como elementos importantes para o planejamento e implementação de políticas de proteção social. O destaque é dado à política de transferência de renda, que tem a família como principal unidade de referência.

A terceira vertente trata das políticas sociais, privilegiando quatro aspectos, quais sejam, identificar nas distintas espacialidades o perfil da recente política de transferência de renda, os programas de apoio ao migrante pobre, o acesso e a qualidade dos serviços básicos de educação e de saúde.

1. Renda, Pobreza e Desigualdade Pólo de Sorocaba

Renda e população

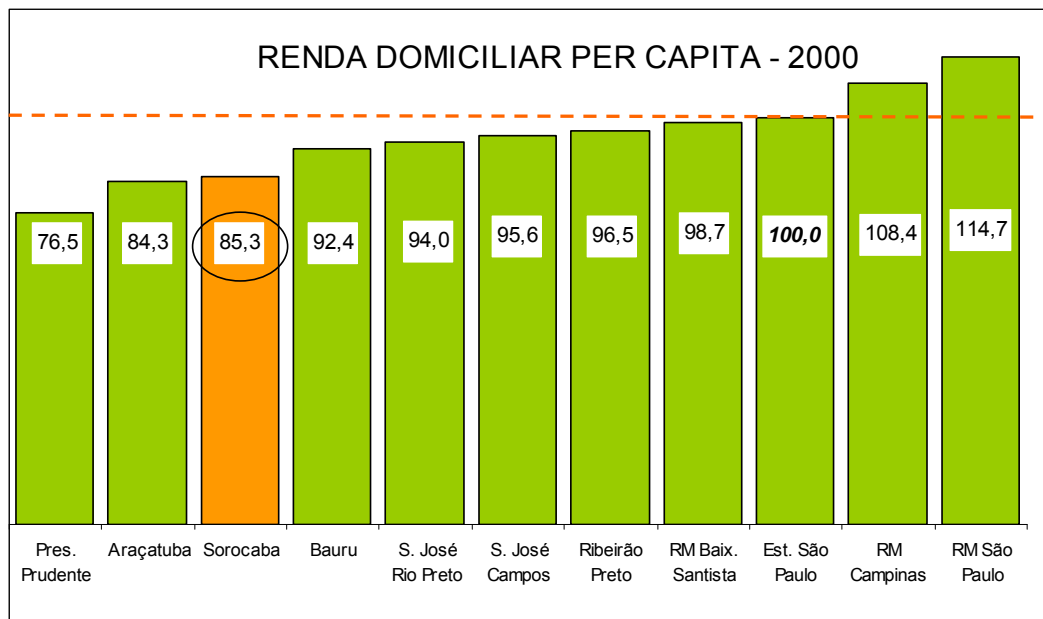
O pólo de Sorocaba, com uma população de 1.405.128 pessoas que concentra 3,5% da população do estado, respondia, em 2005, por 2,8% do PIB estadual. Em termos de renda, no ano 2000, o pólo de Sorocaba detinha uma renda

¹⁰ Ficha Técnica: Coordenação: Lilia Montali, Coordenação Adjunta: Eugenia Troncoso Leone e Stella Barberá da Silva Telles, Assistentes de Pesquisa: Fabiana de Andrade, Luciana Ramirez Cruz, Marcelo Tavares de Lima e Alessandra Scalioni Brito, Auxiliares de pesquisa: Bruno Martins de Oliveira e Edina Paula Souza.



domiciliar per capita de R\$ 377,2, inferior à média estadual em 14,7%. Sua renda era a terceira menor de todas Gráfico 1.

Gráfico 1: Renda Domiciliar per capita. Estado de São Paulo, Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais, 2000.



Fonte: Censo Demográfico, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP.

Em 2000, o pólo de Sorocaba participava com 2,9% da renda domiciliar total do estado, uma participação relativamente importante em comparação aos outros pólos. Na década de 90 a taxa anual de crescimento da renda domiciliar total de Sorocaba foi de 6,0% ao ano e a da população de 2,8% ao ano¹¹. Verifica-se que as taxas anuais de crescimento da renda total e da população na década de 90 foram superiores às estaduais (Tabela 1).

¹¹ Como salientado, é difícil a partir dos dados do censo avaliar o verdadeiro desempenho da economia paulista na década de 90, pois o ano de 1991 foi de atividade econômica muito baixa e a do ano 2000 razoável, o que leva a superestimar o verdadeiro desempenho desta economia na década de 90



Ao analisar o que ocorreu com a renda domiciliar no interior do pólo de Sorocaba, com base nos seus municípios ordenados de maior a menor em função de sua renda domiciliar per capita em 2000 e atribuindo o valor 100 à renda domiciliar per capita e à população do pólo da Sorocaba, o que sobressai é o elevado tamanho da população do município de **Sorocaba** (39,5%). Os demais municípios participam com menos de 10% da população do pólo, sendo que os maiores são **Itú** (10,8%), **Salto** (7,5%) e **Votorantim** (7,7%). Observa-se, também, que os municípios de **Sorocaba**, **Tietê**, **São Roque** e **Itu** possuíam renda domiciliar per capita superior à do conjunto do pólo de Sorocaba (18,9%, 13,8%, 13,1 e 11,8% maior, respectivamente). O município de **Tapiraí** apresentou a menor renda per capita (42,1% abaixo da média do pólo).

Tabela 1: Renda domiciliar per capita, população e taxas de crescimento anual
Pólo de Sorocaba e Municípios
1991-2000

Pólo de Sorocaba e municípios	Renda domiciliar per capita 2000	População 2000	taxa variação anual 1991-2000 (*)	
			População	renda domiciliar total
Pólo de Sorocaba	100,0	100,0	2,8	6,0
Sorocaba	118,9	39,5	3,0	6,1
Tietê	113,8	2,5	2,1	5,8
São Roque	113,1	5,3	0,5	5,4
Itu	111,8	10,8	2,7	6,3
Salto	91,2	7,5	2,8	6,2
Pilar do Sul	85,4	1,9	2,5	7,5
Araçoiaba da Serra	82,0	1,6	3,7	7,8
Votorantim	80,8	7,7	1,9	5,8
Alumínio	78,8	1,2	-	-
Porto Feliz	77,0	3,7	2,4	4,1
Mairinque	76,6	3,2	-6,9	-0,3
Piedade	73,5	3,9	1,4	6,6
Araçariguama	72,0	0,9	-	-
Jumirim	67,2	0,2	-	-
Salto de Pirapora	62,6	2,7	4,0	7,5
Ibiúna	62,2	5,1	2,8	4,1
Iperó	61,7	1,4	5,7	6,5
Tapiraí	57,9	0,7	4,7	9,2

(*) OBS: os números negativos referem-se à variação no período

Fonte: Censo Demográfico 1991, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.



Como mencionado, entre 1991 e 2000, a renda domiciliar total do pólo de Sorocaba cresceu 6,0% ao ano enquanto a população cresceu a um ritmo de 2,8% ao ano. Merece registro, o reduzido crescimento populacional do município de **São Roque** (0,5% ao ano) e o crescimento negativo de **Mairinque** (-6,9% no período). Acima da taxa média do crescimento da população do pólo se destacam os municípios de **Sorocaba, Araçoiaba da Serra, Salto de Pirapora, Iperó e Tapiraí**. Todos os outros municípios cresceram abaixo da média.

Quanto à renda domiciliar, alguns municípios mostraram taxas de crescimento superiores à média do pólo (6,0% ao ano). Os destaques foram **Pilar do Sul, Araçoiaba da Serra, Salto de Pirapora e Tapiraí**. Entre estes municípios, **Salto de Pirapora e Araçoiaba da Serra** registraram também taxas de crescimento importante de sua população. Os demais municípios mencionados que apresentaram crescimento relativamente expressivo de renda domiciliar per capita tiveram pouco crescimento de população.

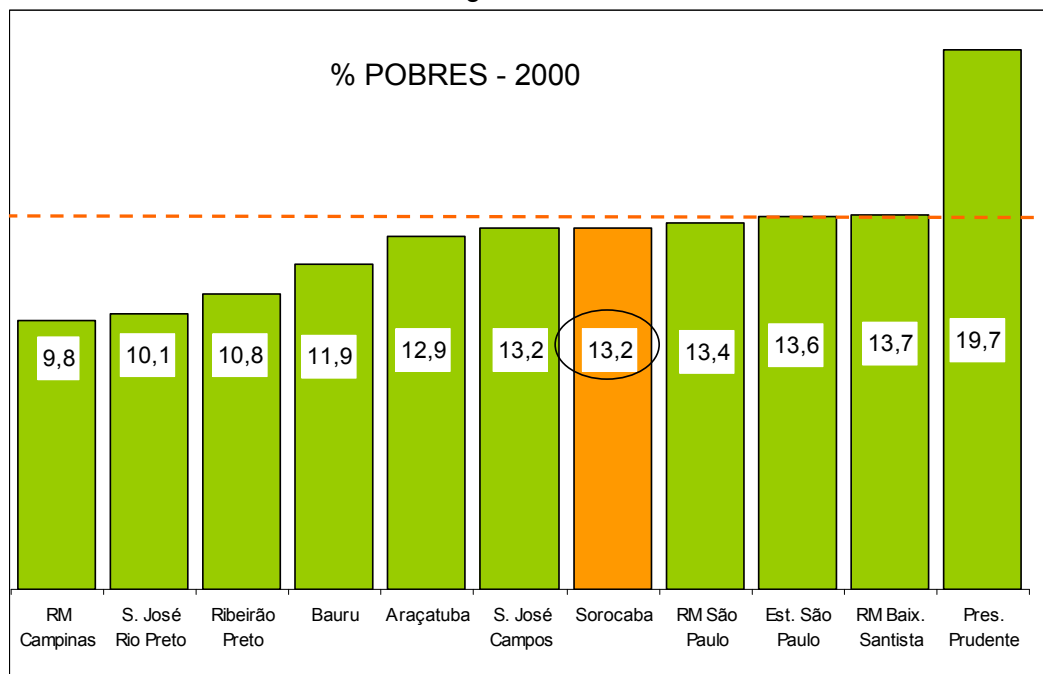
Pobreza, desigualdade e concentração de renda

A proporção de pobres diminuiu na década de 90 no pólo de Sorocaba de 15,5% para 13,2%. O gráfico 2 a seguir mostra a situação de pobreza deste pólo no ano de 2000 em comparação às três regiões metropolitanas paulistas e aos pólos regionais. Em 2000, a proporção de pobres no pólo de Sorocaba ocupava uma posição intermediária.¹²

¹² Utilizou-se uma linha de pobreza de ½ salário mínimo de 2000 (R\$ 75,50).



Gráfico 2: Proporção de pobres. Estado de São Paulo, Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais, 2000.

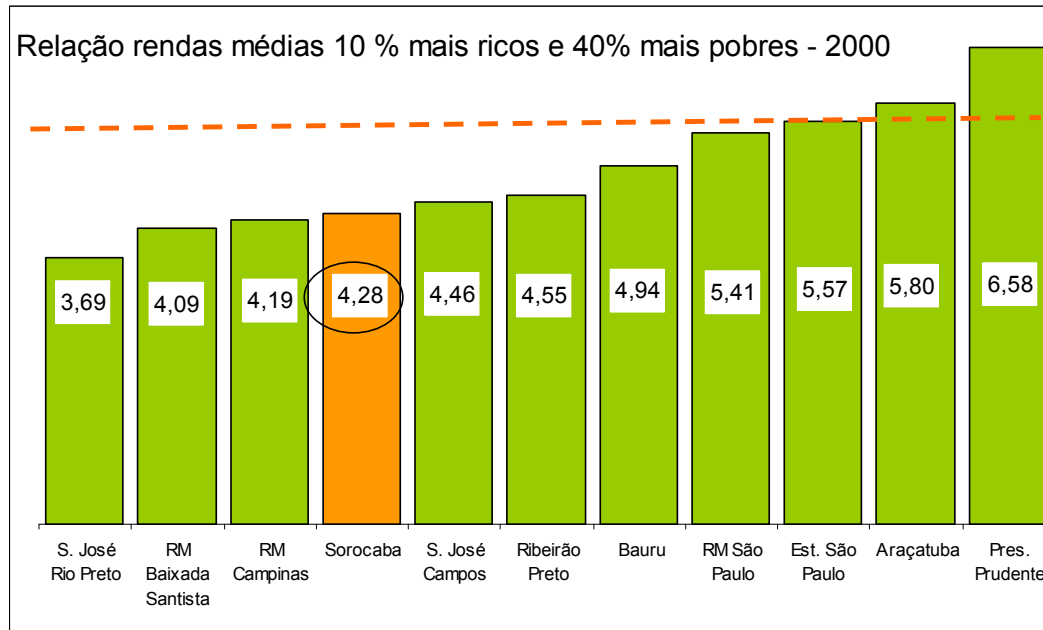


Fonte: Censo Demográfico, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP.

No que diz respeito à desigualdade, o índice de Gini do pólo de Sorocaba não era dos mais elevados (0,543) em 2000, nem a relação entre as rendas médias dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres (4,28). Assim, em termos de desigualdade, analogamente ao verificado com a pobreza, a situação do pólo de Sorocaba ficava numa posição intermediária.



Gráfico 3: Relação entre as rendas médias dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres.
Estado de São Paulo, Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais, 2000.

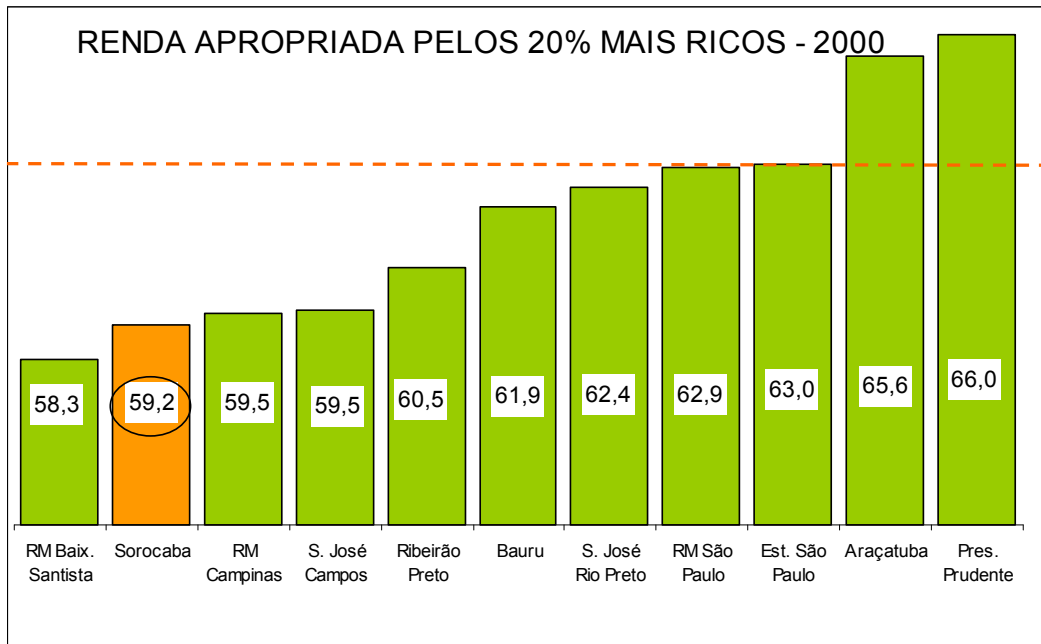


Fonte: Censo Demográfico, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP.

Quanto à concentração de renda, os 20% mais ricos do pólo de Sorocaba concentravam 59,2% da renda em 2000. Este valor era um dos menores do estado superando somente a região metropolitana da Baixada Santista (Gráfico 4).



Gráfico 4: Renda apropriada pelos 20% mais ricos. Estado de São Paulo, Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais, 2000.



Fonte: Censo Demográfico, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP.

Do ponto de vista dos municípios do pólo de Sorocaba, as situações de pobreza (% de pobres), desigualdade (relação entre as rendas médias dos 10% mais ricos e 40% mais pobres) e concentração (20% mais ricos) são ilustradas na Tabela 2.

Como os municípios estão ordenados conforme sua renda domiciliar per capita de 2000, de maior a menor observa-se uma correlação inversa entre renda per capita e proporção de pobres. Ou seja, a proporção de pobres é em geral maior para aqueles municípios com renda per capita menor. Ademais, nota-se que as proporções de pobres são inferiores à média do conjunto do pólo nos municípios de **Sorocaba, Tietê, Itu, Salto, Porto Feliz, Jumirim e Votorantim**. Alguns municípios ainda que apresentem renda per capita não tão baixa apresentam significativa proporção de pobres. São os casos, por exemplo, de **São Roque e Pilar do Sul**. A pior situação de pobreza em 2000 é encontrada em **Tapiraí** (29,6% de pobres).



Tabela 2: Pobreza, Concentração e Desigualdade da renda Domiciliar

Pólo de Sorocaba e Municípios

1991 – 2000

Pólo de Sorocaba e Municípios	% pobres		Proporção da renda apropriada pelos 20% mais ricos		Relação entre as rendas médias dos 10% mais ricos e 40% mais pobres	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Pólo de Sorocaba	15,0	13,1	55,1	59,2	3,5	4,3
Sorocaba	10,0	9,9	61,8	65,3	5,8	6,6
Tietê	10,2	7,5	54,5	61,7	3,8	5,1
São Roque	21,1	15,7	56,1	64,9	3,3	5,6
Itu	11,2	11,6	57,6	64,1	4,3	5,7
Salto	13,0	10,8	46,3	52,3	2,2	3,1
Pilar do Sul	24,6	24,2	48,9	57,9	1,8	3,0
Araçoiaba da Serra	22,1	13,2	42,6	49,1	1,5	2,2
Votorantim	17,8	12,5	39,6	46,1	1,5	2,2
Alumínio	-	14,8	-	45,4	-	2,0
Porto Feliz	15,2	11,1	49,0	43,1	2,3	1,9
Mairinque	9,1	16,6	48,0	46,2	2,9	2,1
Piedade	26,0	24,0	37,5	52,2	1,1	2,2
Araçariguama	-	16,8	-	45,2	-	1,9
Jumirim	-	9,3	-	29,3	-	0,7
Salto de Pirapora	26,6	18,4	32,6	36,1	0,9	1,2
Ibiúna	35,4	22,3	52,3	41,5	2,2	1,4
Iperó	21,0	21,1	37,1	33,4	1,4	1,0
Tapiraí	31,0	29,6	33,0	44,0	0,8	1,4

Fonte: Censo Demográfico 1991, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.



Deve-se mencionar que o município de **Mairinque** teve ampliação de sua proporção de pobres na década. Além disso, alguns municípios mantiveram inalterada sua proporção de pobres na década como são os casos de **Itu, Pilar do Sul, Sorocaba, Piedade, Iperó e Tapiraí**. Em geral, os municípios que reduziram sua pobreza são aqueles municípios que apresentaram uma proporção de pobres elevada em 1991. São os casos, por exemplo, de **São Roque, Araçoiaba da Serra, Salto de Pirapora e Ibiúna**.

A concentração de renda expressa pela renda apropriada pelos 20% mais ricos revela que no pólo de Sorocaba os 20% mais ricos concentravam 59,2% da renda no ano 2000, tendo sofrido um acréscimo de quatro pontos percentuais na década. Em 2000, a concentração de renda era superior à média do pólo nos municípios de **Sorocaba, Tietê, São Roque, e Itu**. Deve-se chamar à atenção para a correlação direta entre renda e concentração. Ou seja, aqueles municípios que possuem renda per capita mais elevada têm também maior concentração de renda. Entre 1991 e 2000 a concentração da renda aumentou na maioria dos municípios. Os destaque fica com o município de **Sorocaba** que já era muito elevada em 1992 e aumentou na década, variando de 61,8% para 65,3% em 2000 a proporção da renda apropriada pelos 20% mais ricos. A concentração de renda dos 20% mais ricos só diminuiu entre os municípios de renda intermediária e de menor renda (**Porto Feliz, Mairinque, Ibiúna e Iperó**).

A desigualdade medida pela razão entre as rendas médias dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres revela no pólo de **Sorocaba** em 2000: os 10% mais ricos tinham uma renda média equivalente a 4,3 vezes a renda média dos 40% mais pobres do pólo. Essa razão foi ainda superada pelos municípios de **Sorocaba, Tietê, São Roque e Itu**. Entre 1991 e 2000, a desigualdade, medida por este indicador, aumentou na maioria dos municípios. O destaque fica novamente com **Sorocaba** onde essa razão era muito elevada em 1991 e continuou elevada em 2000 variando de 5,8 para 6,6 na década.

Considerações Finais

Na década de 90 houve aumento da renda domiciliar per capita no pólo de Sorocaba abrangendo seus 18 municípios. Somente o município de Mairinque teve, decréscimo na sua renda domiciliar total. A concentração e a desigualdade



aumentaram em alguns municípios e diminuíram em outros. Isto também se verificou com a proporção de pobres.

Os municípios de Sorocaba, Tietê, São Roque e Itú merecem destaque por apresentar as maiores rendas per capita, acima da média do pólo. Somente o município de São Roque teve crescimento reduzido de sua população. Estes municípios apresentam, também, as maiores desigualdade e concentração de renda e estas aumentaram na década.

2. Mudanças no domicílio, na inserção domiciliar no mercado de trabalho e as políticas sociais

Introdução

Neste projeto, o trabalho e o domicílio são considerados como elementos centrais para a análise das mudanças sociodemográficas nas diferentes regiões metropolitanas e pólos regionais e de suas implicações para as demandas das políticas públicas.

Nesse sentido, este item tem por objetivos recuperar as mudanças nos domicílios e nos arranjos domiciliares de inserção no mercado de trabalho e para a provisão familiar. A análise destas mudanças, bem como a identificação dos arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento visa também oferecer indicações para a orientação das políticas sociais voltadas para a superação da pobreza e para a redução da desigualdade.

Por outro lado, os indicadores de pobreza e de não pobreza e de desigualdade social apresentam maior precisão por serem elaborados a partir de informações que têm o domicílio como unidade de análise e as especificidades de sua estruturação.

Assim, a composição dos arranjos domiciliares e o ciclo vital das famílias são adotados como referências para se pesquisar os grupos de domicílios mais suscetíveis ao empobrecimento nos contextos regionais diferenciados. Outro aspecto relevante na análise é a ampliação do numero de domicílios com renda da mulher e o aumento da participação da renda da mulher na renda do domicilio¹³.

¹³ Neste estudo as unidades domiciliares são assumidas como equivalentes a unidades familiares, tendo por referência análise metodológica de Bilac (2001) explicitada no item 2.1., a seguir.



A relevância desta abordagem está ancorada na centralidade na família assumida para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos como um dos princípios da Política Nacional de Assistência Social desde 1993, mantida em 2004 na atualização da Política Nacional de Assistência Social e nas diretrizes da atual gestão federal ¹⁴. A centralidade na família é reafirmada ao ter sido eleita como unidade do principal programa de transferência de renda federal, o Programa Bolsa-Família, que visa atingir a totalidade das famílias pobres. O Programa Bolsa-Família de forma distinta dos programas anteriores e sob a referida concepção, inclui o conjunto dos membros da família como público alvo. A recente implantação do SUAS, por sua vez, implementa tais diretrizes e dá ênfase à atenção familiar. Como se sabe, o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) em implantação no País é assentado em alguns princípios, dentre eles: a universalidade; a matricialidade sociofamiliar, que se fundamenta no direito à proteção das famílias; e a territorialização.

Frente às novas características das políticas de proteção social cada vez mais o conhecimento sobre as famílias e as mudanças que a família vem sofrendo, passam a ser de interesse crescente para os agentes institucionais envolvidos na implementação das novas políticas sociais. Por outro lado, desperta o interesse dos estudiosos da família, que procuram entender tanto suas transformações e as novas configurações; bem como as possibilidades de que as novas políticas sociais provoquem novas mudanças na estruturação das famílias, na relação interna de poder, dentre outras.

É importante acrescentar nesta introdução uma informação metodológica. Este projeto optou por utilizar como fonte básica de informação para a análise das três regiões metropolitanas paulistas e dos pólos regionais os microdados do Censo Demográfico 1991 e 2000 - IBGE. Isto porque o Censo Demográfico é a única fonte de informação domiciliar que possibilita investigar estas questões para as novas áreas metropolitanas e as espacialidades regionais adotadas pelo projeto (pólos regionais), através do recurso de agregar o conjunto de municípios que compõem tais regiões. As PNADs – IBGE, que poderiam trazer dados mais recentes, não permitem desagregação da informação para as regiões estudadas. Apresentam informações desagregadas apenas para as Unidades da Federação (UF) e para as regiões metropolitanas que incluem as capitais das UF, não incluindo, portanto as regiões

¹⁴ Política Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004 (DOU 28/10/2004).



metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista e as demais regiões pesquisadas. Nas análises dos censos são utilizados os dados da Amostra, representativos da população das áreas estudadas.

No tópico 1. são apresentadas as principais mudanças nos arranjos domiciliares identificados no Pólo Regional de Sorocaba entre 1991 e 2000, bem como os perfis dos arranjos domiciliares e tamanho de família nos dois momentos censitários.

No tópico 2. são tratados os arranjos domiciliares de inserção no mercado de trabalho, bem como se investigam mudanças na responsabilidade pela manutenção do domicílio no Pólo Regional de Sorocaba.

No tópico 3 são indicados os arranjos familiares mais suscetíveis ao empobrecimento, oferecendo indicações para os arranjos domiciliares que demandam maior atenção das políticas sociais e, também indicações de acesso programas de transferência de renda.

No tópico 4 é analisada a participação da renda da mulher no domicílio no Pólo Regional de Sorocaba.

2.1. Mudanças nos arranjos domiciliares: configurações e tamanho

Na análise das mudanças na família e não desconhecendo as dificuldades de se identificar famílias através dos censos demográficos, optou-se neste estudo por assumir as unidades domiciliares como equivalentes a unidades familiares, tendo por referência análise metodológica de Bilac (2001) que fundamenta essa escolha, por apontar três aspectos. O primeiro é que o Censo Brasileiro identifica famílias no domicílio assim considerando “um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência ou normas de convencia, que moram num mesmo domicílio” (IBGE, 1990, apud Bilac, 2001, pp.4). O segundo aspecto é que aponta no Censo critérios de identificação de domicílio particular independente, que o aproxima do conceito de “unidade doméstica”¹⁵, que pressupõe o partilhamento de orçamento

¹⁵ “Ao empregar os critérios de Separação e de Independência para a determinação do número de domicílios particulares permanentes existentes em uma determinada habitação, deverá ser verificado, inicialmente, se a pessoa ou grupo de pessoas vive e se alimenta separadamente das demais e, em seguida, se a pessoa ou grupo de pessoas têm acesso direto ao seu local de habitação sem passar por habitação de outras pessoas. Se em um dos casos ou em ambos a conclusão for negativa, a habitação será considerada um domicílio particular.” (IBGE, 1990, pp.22, apud Bilac, 2001).



comum, definido minimamente pelo partilhamento das despesas com alimentação. O terceiro aspecto é que Bilac no estudo referido, ao analisar a presença de famílias conviventes em um mesmo domicílio identifica relações de parentesco entre as pessoas de referência das famílias conviventes na maior parte dos casos, sugerindo a existência de família ampliada, bem como aponta a pequena ocorrência de famílias conviventes, da ordem de 7 % dos domicílios (Bilac, 2001).

As mudanças nas formas de organização familiar nas regiões metropolitanas e pólos regionais do Estado de São Paulo em 2000, aqui analisadas através dos dados censitários, expressam tendências de mudanças iniciadas em décadas anteriores para as famílias brasileiras, acentuadas nos anos 90. As mais importantes são: - redução do tipo de organização familiar predominante constituído pelas famílias conjugais e casais com filhos; - crescimento da proporção de famílias monoparentais, tanto chefiadas por mulheres como por homens; - crescimento dos domicílios unipessoais. Outra tendência observada é a redução do tamanho da família que se relaciona tanto às novas formas de estruturação da família como à redução do número de filhos.

Estas tendências são também as principais observadas no Pólo Regional Sorocaba no período 1991-2000.

Os arranjos domiciliares no Pólo Regional de Sorocaba no ano 2000

Os arranjos domiciliares do Pólo Regional de Sorocaba apresentam perfil com as seguintes características, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000: os arranjos familiares nucleados por casais compreendem 75,5% do total dos arranjos domiciliares e os arranjos de chefes masculinos e femininos sem cônjuges totalizam 24,5%, com maior peso dos arranjos chefiados por mulheres, que perfazem 17,5% dos arranjos domiciliares (Tabela 3).

Comparando-se esses percentuais entre as três regiões metropolitanas paulistas e pólos regionais, observa-se que o perfil apresentado pelo Pólo Regional de Sorocaba é mais próximo ao apresentado pelos demais pólos do Estado de São Paulo sob análise, diferenciando-se das regiões metropolitanas e especialmente da Região Metropolitana da Baixada Santista e da Região Metropolitana de São Paulo. Apresenta no entanto algumas especificidades quando comparado ao perfil de configuração familiar predominante nos pólos regionais por ter a maior proporção de domicílios nucleados por casais entre todos e ainda a menor proporção de domicílios chefiados pela mulher sem a presença de cônjuge, e também a menor proporção de domicílios chefiados pelo homem sem a presença de cônjuge. Ainda que o perfil dos arranjos



domiciliares do Pólo Regional de Sorocaba seja próximo ao apresentado pelos pólos regionais, diferencia-se bastante quando comparado ao Estado de São Paulo (Tabela 3).

Dessa maneira, a configuração familiar predominantemente no Pólo de Sorocaba é do tipo conjugal com ou sem a presença de filhos residentes, compreendendo 75,5% dos domicílios do pólo, destacando-se a maior proporção de arranjos nucleados por casais com filhos e parentes, os quais representam um percentual de 62,4% dos domicílios, percentual superior apresentado pelo Estado de São Paulo (58,2%), o mais elevado entre os pólos regionais, secundado pelo de Sorocaba. Considerando os arranjos de casais com a presença de filhos, estes apresentam maior percentual entre os casais de até 34 anos, 25% dos arranjos domiciliares, seguidos daqueles de 35 até 49 anos, 24% dos arranjos domiciliares, ambos acima da média do Estado de São Paulo para estes arranjos. Os casais de 50 anos e mais com filhos e ou parentes, apresentam percentual de 9,8% dos arranjos domiciliares, um dos menores entre os apresentados pelos pólos regionais, semelhante apenas aos apresentados pelos Pólos Regionais Presidente Prudente e Sorocaba e também igual à média do Estado para esse arranjo domiciliar.

Por outro lado, a proporção de casais sem a presença de filhos no Pólo Regional de Sorocaba 13% dos arranjos domiciliares, uma das menores apresentadas entre as espacialidades analisadas, ou seja, entre os pólos regionais e também em relação às regiões metropolitanas paulistas e, próxima à apresentada pelo Estado (13,4%), Tabela 3.

Com relação aos arranjos com chefia feminina sem cônjuge (17,5%), o Pólo Regional de Sorocaba apresenta proporção menor quando comparado ao Estado de São Paulo (20,5%) e especialmente quando comparado às RMSP e RMBS; e, embora esteja mais próximo em relação às proporções observadas nos pólos regionais, a mais baixas entre estes (Tabela 3). Destaca-se também por apresentar proporção, embora um pouco menor, semelhante aos demais pólos no que se refere aos arranjos domiciliares com chefia feminina sem cônjuge com a presença de filhos e/ou parentes (13,6%) e a segunda menor proporção de domicílios unipessoais femininos dentre as espacialidades analisadas (3,9%) no ano 2000.

Por outro lado, a proporção de arranjos domiciliares chefiados por homem sem a presença de cônjuge, de 7%, é a menor entre as apresentadas pelos pólos regionais analisados e inferior à média do Estado (7,9%). Merece observar que estes se



distribuem entre aqueles com a presença de filhos 3,4% e os domicílios unipessoais masculinos, 3,6% (Tabela 3).

Estas especificidades da estruturação dos arranjos domiciliares no Pólo de Sorocaba podem ser associadas às características da sua estrutura etária. No ano de 2000 o Pólo Regional de Sorocaba apresentava, estrutura etária mais jovem que a apresentada pelo Estado de São Paulo, ou seja, comparativamente maior proporção de pessoas com até 14 anos de idade, 27,8%; menor proporção de pessoas entre as idades de 15-59, 63,7%, e apenas 8,5% de pessoas com 60 anos e mais, uma das menores observadas entre as regiões sob análise¹⁶. Informações sobre a estrutura etária da população do Pólo Regional de Sorocaba podem ser encontradas no Capítulo 3, Item 2.1. do Documento 1 – Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo, deste Projeto, bem como no Capítulo 2 do mesmo Documento 1, na análise das pirâmides etárias.

Tabela 3
Distribuição dos domicílios segundo arranjo domiciliar
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais
1991-2000

	Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total
	Com filhos e parentes						com filhos e/ou parentes			com filhos e/ou parentes			
	Total	Sem filhos	Total	até 34 anos	de 35 a 49 anos	50 anos e mais	Total	Unipessoal	Unipessoal	Total	Unipessoal	Unipessoal	
Estado São Paulo	77,0	12,8	64,2	28,2	23,3	9,6	16,0	12,4	3,7	7,0	4,1	2,9	100,0
RM São Paulo	74,7	12,5	62,2	26,9	23,2	8,8	17,8	13,8	4,0	7,5	4,6	2,9	100,0
RM Baixada Santista	73,0	14,4	58,6	24,7	21,6	8,8	19,0	14,3	4,8	8,0	4,0	4,0	100,0
RM Campinas	80,1	12,8	67,3	30,1	24,5	9,9	13,8	10,7	3,1	6,1	3,7	2,4	100,0
Pólo Araçatuba	79,8	13,5	66,3	29,5	23,6	10,5	14,4	11,3	3,1	5,9	3,2	2,6	100,0
1991 Pólo Bauru	78,9	12,8	66,0	29,5	23,0	10,5	15,1	11,3	3,8	6,1	3,5	2,6	100,0
Pólo Presidente Prudente	79,4	12,5	66,9	30,3	23,2	10,7	14,6	11,2	3,4	6,0	3,1	2,9	100,0
Pólo Ribeirão Preto	79,3	12,4	66,8	29,9	23,6	10,5	14,8	11,4	3,4	6,0	3,3	2,6	100,0
Pólo São José dos Campos	78,6	10,4	68,3	31,4	25,4	8,5	13,9	11,5	2,4	7,4	4,1	3,3	100,0
Pólo São José do Rio Preto	79,6	15,0	64,6	28,7	23,0	10,4	14,5	10,7	3,7	6,0	3,4	2,6	100,0
Pólo Sorocaba	80,6	12,2	68,5	32,0	23,5	9,9	13,5	10,6	2,9	5,9	3,2	2,7	100,0
Estado São Paulo	71,6	13,4	58,2	22,3	22,9	9,7	20,6	15,6	4,9	7,9	3,7	4,1	100,0
RM São Paulo	69,6	12,6	56,9	21,8	22,4	9,3	22,4	17,2	5,2	8,0	4,0	4,1	100,0
RM Baixada Santista	67,0	14,2	52,8	19,5	20,7	8,9	23,8	17,7	9,2	3,9	6,1	5,3	100,0
RM Campinas	74,2	14,1	60,1	22,8	24,6	9,8	18,3	13,9	7,5	3,7	4,4	3,9	100,0
Pólo Araçatuba	73,7	15,5	58,2	21,5	23,3	10,4	19,2	14,2	4,9	7,1	3,1	4,0	100,0
2000 Pólo Bauru	73,1	13,9	59,2	22,5	23,1	10,4	19,6	14,5	5,2	7,3	3,2	4,1	100,0
Pólo Presidente Prudente	73,0	14,3	58,7	23,3	22,3	9,7	19,6	14,5	5,2	7,4	2,9	4,5	100,0
Pólo Ribeirão Preto	72,6	13,4	59,2	22,2	23,7	10,4	19,5	14,6	4,9	7,9	3,7	4,2	100,0
Pólo São José dos Campos	73,3	11,5	61,9	23,1	25,7	9,7	18,5	14,9	3,6	8,2	3,7	4,5	100,0
Pólo São José do Rio Preto	73,3	16,4	56,9	21,1	22,8	10,0	19,3	13,7	5,7	7,4	3,1	4,3	100,0
Pólo Sorocaba	75,5	13,1	62,4	25,1	24,1	9,8	17,5	13,6	3,9	7,0	3,4	3,6	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000. IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

¹⁶ Em 2000, a estrutura etária do Estado de São Paulo era a seguinte: 26,2% de pessoas com até 14 anos de idade; 64,3% entre as idades de 15-59 e proporção de pessoas com 60 anos e mais, da ordem de 9,4%.



Ainda que seja esse o perfil de configurações familiares do Pólo Regional de Sorocaba no ano de 2000, existem variações entre os municípios que o compõem. Observando-se os percentuais dos municípios para os arranjos chefiados por casais, é possível perceber que estes variam entre 73% e 80%, no ano de 2000, sendo que a média do Pólo é de 75,5% dos domicílios (Tabela 4).

Nos arranjos chefiados por mulheres sem cônjuges os percentuais apresentados pelos municípios variam entre 11,6% e 20%, sendo que a média do pólo é de 17,5%. Por fim, nos arranjos chefiados por homens sem cônjuges os percentuais variam entre 5,6% e 10,3%, sendo que a média é de 7% dos arranjos domiciliares no ano de 2000.

O município de **Sorocaba**, sede do Pólo regional e o maior município – 560 mil habitantes segundo a Contagem de 2007, IBGE -, apresenta um perfil de arranjos domiciliares distinto da média regional, pois apresenta proporção de domicílios nucleados por casais da ordem de 73,4% e 27% nucleados por chefe feminino ou masculino sem cônjuge, dentre os quais, 20,1% chefiados por mulheres sem cônjuge, a maior proporção observada no Pólo, e 6,9% com chefia masculina sem cônjuge, no ano 2000. As especificidades observadas nesse município, além da maior proporção de domicílios de chefes feminina sem cônjuge, abrangem os arranjos nucleados por casais, com proporções sempre mais baixas que as apresentadas pelo Pólo, tanto quando consideradas a presença ou não de filhos, como em relação às idades dos componentes do casal (que se toma como indicativo de momento do ciclo vital familiar), excetuando-se a proporção de casais de 50 anos e mais com filhos, que é igual à média regional. Assim, o município-sede apresenta proporção menor de casais e de casais com filhos que a maioria dos demais municípios (Tabela 4).

Para evidenciar a heterogeneidade entre os municípios do Pólo em relação ao perfil dos arranjos domiciliares, apresentam-se outros dois municípios com características distintas. O município de **Itu**, o segundo maior em tamanho (147 mil habitantes - Contagem de 2007, IBGE), com perfil bastante semelhante à média regional no ano 2000; tem percentuais de arranjos chefiados por casais muito próximos da média regional (75,8%) e percentual de casais com filhos e/ou parentes igual à média regional (62,4%). Apresenta ainda percentual de arranjos domiciliares de chefes femininas sem a presença de cônjuge de 17,3%, próximo da média do pólo e percentual de arranjos domiciliares de chefes masculinos sem a presença de cônjuge pouco abaixo da média regional (6,9%). Estes dois arranjos sem a presença de cônjuge perfazem 24,1% dos domicílios de **Itu**, também próximo da média regional.



Por outro lado, **Tapiraí**, município considerado pequeno - pois tem cerca de 8 mil habitantes, segundo a Contagem Populacional de 2007, IBGE -, e o município com menor renda per capita do Pólo, apresenta percentual de arranjos chefiados por casais maior que a média do Pólo, totalizando 76,2%, dentre estes a proporção de casais sem filhos acima da média regional (15,7%); o arranjo domiciliar de casais com filhos, apresenta percentuais de 60,6%, abaixo da média regional. Apresenta ainda como peculiaridade percentuais de arranjos de chefes femininos menores que a média regional (13,5%) e a proporção mais elevada de arranjos masculinos sem cônjuges (10,3%) do Pólo, sendo que ambos perfazem 23,8% dos arranjos domiciliares, um pouco abaixo da média regional (Tabela 4).

Tendências de mudanças nos arranjos domiciliares: 1991-2000

As principais tendências de mudanças nos arranjos domiciliares apresentadas pelo Pólo Regional de Sorocaba entre 1991 e 2000, são de queda nos arranjos domiciliares chefiados por casais e de crescimento nos arranjos chefiados por homens e mulheres sem cônjuges. Compartilha dessas tendências tanto com o Estado de São Paulo, como com as outras Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais Paulistas (Tabela 3).

O Pólo Regional de Sorocaba, no ano de 1991, apresentava percentual de 80,6% dos arranjos domiciliares nucleados por casais, que caiu para 75,5% em 2000, apresentando queda nessa configuração familiar menos acentuada que a observada para as demais espacialidades sob análise.

Os arranjos domiciliares chefiados por homens e mulheres sem cônjuges, em movimento inverso, passaram de 19,4% em 1991 para 24,5% no Pólo de Sorocaba em 2000.

Ambas as tendências foram apresentadas, com maiores ou menores proporções, por todo o Estado de São Paulo. No caso do Estado de São Paulo, este apresentava, em 1991, 77% dos arranjos domiciliares chefiados por casais e 23% dos arranjos com chefias femininas e masculinas sem cônjuges; no ano 2000 esses percentuais passaram a ser de 71,6% e de 28,4%, respectivamente.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 4
Distribuição dos Domicílios segundo arranjos domiciliares
Pólo Regional de Sorocaba
1991

	Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total
	Casal		Com filhos e/ou parentes				com filhos e/ou parentes		Unipessoal	Com filhos e/ou parentes		Unipessoal	
	Total	sem filhos	Total	Até 34 anos	de 35 a 49 anos	50 anos e mais	Total	Unipessoal		Total	Unipessoal		
Pólo Sorocaba	80,6	12,2	68,5	32,0	23,5	9,9	13,5	10,6	2,9	5,9	3,2	2,7	100,0
Alumínio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Araçariguama	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Araçoiaba da Serra	80,6	16,3	64,3	30,1	19,9	11,1	11,1	8,6	2,4	8,4	3,5	4,9	100,0
Ibiúna	82,9	10,5	72,4	35,4	22,5	10,8	9,8	8,6	1,2	7,3	3,5	3,9	100,0
Iperó	81,8	12,8	69,0	32,9	24,0	9,9	11,4	8,7	2,7	6,8	4,3	2,5	100,0
Itu	79,8	13,5	66,3	31,0	23,0	9,3	13,6	11,4	2,1	6,6	3,9	2,8	100,0
Jumirim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mairinque	81,7	9,6	72,2	36,6	23,6	7,5	10,6	8,3	2,4	7,6	3,5	4,1	100,0
Piedade	82,8	11,8	71,0	33,9	23,3	10,3	10,6	7,9	2,8	6,6	2,8	3,9	100,0
Pilar do Sul	80,5	11,0	69,5	36,3	21,0	8,7	10,7	8,9	1,9	8,7	3,9	4,9	100,0
Porto Feliz	83,3	13,8	69,5	31,6	22,1	11,9	11,2	9,2	2,0	5,5	2,7	2,9	100,0
Salto	82,6	11,2	71,4	35,9	23,3	9,6	12,0	8,9	3,1	5,4	3,6	1,8	100,0
Salto de Pirapora	83,0	12,0	71,0	36,8	22,9	8,3	11,5	7,9	3,6	5,6	2,2	3,3	100,0
São Roque	78,8	14,4	64,4	28,9	22,7	9,7	14,2	11,2	3,0	7,0	3,8	3,1	100,0
Sorocaba	79,3	12,2	67,0	29,9	24,0	10,2	15,6	12,1	3,5	5,2	2,9	2,3	100,0
Tapiraí	84,3	10,6	73,8	35,1	27,6	7,4	10,0	8,1	1,9	5,7	2,8	2,9	100,0
Tietê	79,0	12,0	67,0	28,1	22,3	14,5	15,1	11,8	3,3	5,9	3,0	3,0	100,0
Votorantim	83,0	10,1	72,9	36,0	25,3	8,5	12,1	9,5	2,6	4,9	3,1	1,8	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1991. IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Tabela 4
Distribuição dos domicílios segundo arranjos domiciliares
Pólo Regional de Sorocaba
2000

	Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total
	Casal		Com filhos e/ou parentes				com filhos e/ou parentes		Unipessoal	Com filhos e/ou parentes		Unipessoal	
	Total	sem filhos	Total	Até 34 anos	de 35 a 49 anos	50 anos e mais	Total	Unipessoal		Total	Unipessoal		
Pólo Sorocaba	75,5	13,1	62,4	25,1	24,1	9,8	17,5	13,6	3,9	7,0	3,4	3,6	100,0
Alumínio	79,8	11,1	68,8	32,1	23,6	10,0	12,6	10,2	2,4	7,6	3,0	4,6	100,0
Araçariguama	80,2	15,0	65,2	30,1	23,4	7,1	11,7	9,4	2,4	8,1	3,5	4,6	100,0
Araçoiaba da Serra	77,4	17,9	59,6	23,0	22,3	12,0	15,1	11,5	3,6	7,5	4,1	3,4	100,0
Ibiúna	78,8	14,1	64,7	28,8	21,7	9,9	11,6	9,9	1,8	9,6	3,8	5,8	100,0
Iperó	78,0	14,9	63,1	28,6	23,2	7,3	14,3	11,3	3,1	7,7	4,1	3,6	100,0
Itu	75,8	13,4	62,4	24,7	24,8	9,3	17,3	13,9	3,5	6,8	3,0	3,8	100,0
Jumirim	77,6	13,9	63,8	24,9	24,8	12,8	15,8	12,7	3,1	6,5	3,4	3,1	100,0
Mairinque	78,8	13,5	65,3	30,1	23,6	8,3	15,1	12,6	2,5	6,1	2,7	3,4	100,0
Piedade	78,0	14,0	64,0	27,6	21,4	11,4	14,5	11,1	3,4	7,6	3,3	4,3	100,0
Pilar do Sul	79,9	14,6	65,3	31,1	20,4	10,7	13,5	11,1	2,4	6,6	2,2	4,4	100,0
Porto Feliz	79,2	14,6	64,6	26,6	23,7	10,4	15,2	11,6	3,6	5,6	2,6	3,0	100,0
Salto	77,4	12,7	64,7	26,8	25,6	9,2	16,4	12,5	4,0	6,2	3,4	2,7	100,0
Salto de Pirapora	77,2	13,7	63,4	26,8	23,2	9,5	15,2	12,3	3,0	7,6	3,2	4,4	100,0
São Roque	74,0	14,2	59,8	22,3	23,6	9,8	18,5	14,7	3,8	7,5	3,3	4,2	100,0
Sorocaba	73,1	12,5	60,6	23,2	24,4	9,8	20,1	15,3	4,7	6,9	3,6	3,3	100,0
Tapiraí	76,2	15,7	60,4	28,2	19,4	8,8	13,5	10,9	2,7	10,3	4,6	5,7	100,0
Tietê	74,6	13,5	61,2	22,0	23,9	12,3	18,0	13,4	4,7	7,4	3,7	3,7	100,0
Votorantim	77,1	11,5	65,6	26,9	25,4	9,6	16,4	13,1	3,2	6,6	3,9	2,7	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2000. IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

A tendência de redução dos arranjos domiciliares nucleados pelo casal, no Pólo Regional de Sorocaba, foi acentuada naqueles arranjos chefiados por casais com a presença filhos e/ou parentes, que passaram de 68,5% em 1991 para 62,4% em



2000. A redução desse arranjo domiciliar no período ocorre com diferentes intensidades também no restante do Estado de São Paulo.

A queda nos arranjos nucleados pelo casal ocorreu, principalmente, nos domicílios dos casais na faixa etária de até 34 anos, com a presença de filhos, que somavam 32% em 1991 e passaram a ser 25% em 2000, expressando diversas mudanças pelas quais passa a família, nestas incluindo tanto a redução da fecundidade, como as mudanças nos padrões de nupcialidade. Observa-se por outro lado, no Pólo de Sorocaba praticamente a manutenção das proporções dos arranjos domiciliares nucleados pelo casal entre aqueles de 35 a 39 anos com a presença de filhos (23,5% em 1991 e 24,1% em 2000) e também a manutenção daqueles na faixa etária de 50 anos ou mais com a presença de filhos (9,9% em 1991 e 9,8% em 2000).

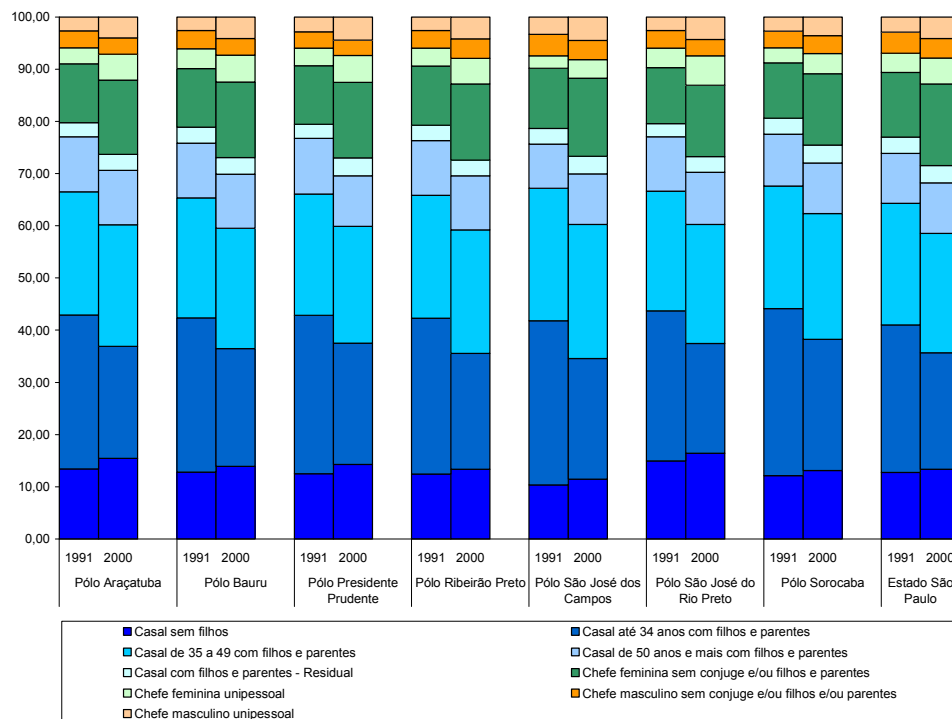
Deve-se ainda ressaltar, dentre os arranjos nucleados por casais, o crescimento moderado nos arranjos de casais sem filhos, que passam de 12,2% para 13,1% no período analisado; tais percentuais são, entretanto, menores do que os apresentados pelo Estado de São Paulo, que no mesmo período manteve a proporção de 12,5% (Tabela 3).

Os arranjos chefiados por homens e mulheres sem a presença de cônjuge, por sua vez, apresentaram no Pólo Regional de Sorocaba, crescimento significativo e mais acentuado para aqueles com chefia feminina; ou seja, os domicílios com esta configuração com chefia feminina passam de 13,5% em 1991, para 17,5% em 2000, enquanto os arranjos dos chefes masculinos sem cônjuge, representavam 5,9% dos arranjos em 1991 e passaram a ser 7% em 2000.

Considerando-se os arranjos domiciliares com chefes femininas, o crescimento foi mais relevante naqueles com a presença de filhos e/ou parentes, que passaram de 10,6% em 1991 para 13,6% em 2000, enquanto os domicílios unipessoais passaram de 2,9% em 1991 para 3,9% em 2000. No caso dos arranjos domiciliares com chefias masculinas sem cônjuge, o crescimento no período foi devido principalmente aos domicílios unipessoais, que de 2,7%, em 1991, passaram para 3,6% em 2000, ao passo que os arranjos com a presença de filhos e/ou parentes permanecem cerca de 3% (3,2% em 1991 e 3,4% em 2000), ver Tabela 4 e Gráfico 5.



Gráfico 5
Distribuição dos arranjos domiciliares segundo tipologia
Pólos Regionais – Estado de São Paulo
1991 – 2000



Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

A análise dos municípios do Pólo de Sorocaba no período de 1991-2000, evidencia, ainda que com diferenciações nesse processo, as tendências de mudanças nos arranjos domiciliares indicadas acima, ou seja, queda nos arranjos domiciliares chefiados por casais; crescimento de domicílios com chefias femininas sem cônjuges, e menor crescimento de domicílios com chefias masculinas sem cônjuge (Tabela 4). Para evidenciar algumas das diferenciações dos processos de mudanças nos arranjos domiciliares no Pólo apresentamos indicações destas em dois municípios com características distintas.

Assim, observa-se em **Sorocaba**, município sede do Pólo, acentuada queda nos arranjos chefiados por casais para o período de 1991-2000, bem como acentuado crescimento nos arranjos chefiados por mulher sem a presença de cônjuge e menor aumento nos arranjos com essa configuração chefiados por homem. Em 1991, os arranjos nucleados por casais representavam 79,3% dos domicílios e passam a representar 73,1%, em 2000. Em contrapartida, ocorreu crescimento no período para



os arranjos chefiados por mulheres sem cônjuges, que passam de 15,6% para 20% dos arranjos domiciliares do município; aqueles com esse arranjo e com a presença de filhos e/ou parentes atingem, em 2000, a cifra de 15,3% dos arranjos domiciliares em **Sorocaba** (Tabela 4) e os domicílios unipessoais femininos são 4,7% em 2000. Ocorreu ainda o crescimento no período para os arranjos domiciliares de homens sem cônjuges, que passam de 5,2% para 6,9% dos arranjos domiciliares no período, com crescimento tanto para aqueles com filhos e/ou parentes (3,6% em 2000), como dos domicílios unipessoais masculinos, que chegam a 3,3% dos domicílios do município em 2000.

Tapiraí, já referido acima como um município pequeno e com a menor renda per capita do Pólo, também apresentou redução acentuada nos arranjos domiciliares chefiados por casais, que passaram de 84,3% em 1991, para 76,2% em 2000, com forte crescimento da proporção de arranjos chefiados por casais sem filhos, de 10,6%, para 15,7% no período e redução entre aqueles com filhos, que em 2000 se assemelha à proporção apresentada por **Sorocaba** (Tabela 4). Dentre os casais com filhos, apresentaram queda os casais jovens (até 34 anos), que passaram de 35% para 28% entre 1991 e 2000; os casais entre 35 e 49 anos, apresentaram também acentuada redução de sua proporção de 27,6% para 19,4% e os casais mais velhos (50 e mais), apresentaram crescimento passando de 7,4% dos domicílios do município, para 8,8%.

Esse município apresentou ainda moderado crescimento dos domicílios com chefe feminino sem a presença de cônjuge (10% em 1991, e 13,5% em 2000); e acentuado crescimento daqueles com chefia masculina sem cônjuge (5,7% em 1991, e 10,3% em 2000). Nos casos dos arranjos domiciliares com chefe feminino sem a presença de cônjuge apresentam crescimento especialmente aqueles com a presença de filhos; no caso dos arranjos com chefia masculina sem cônjuge crescem ambos os tipos de arranjos, mas crescem mais fortemente os domicílios unipessoais (Tabela 4).

Mudanças no tamanho médio dos domicílios

A literatura especializada aponta a tendência de redução do tamanho médio dos domicílios no país. Essa tendência foi constatada também para o Estado de São Paulo e para as regiões metropolitanas paulistas e pólos regionais na análise do período entre os censos 1991 e 2000.

Como já se mencionou, a redução no tamanho médio dos domicílios expressa mudanças na família, tais como a redução na fecundidade e no número de filhos tidos,



a nuclearização da família e o aumento da proporção das famílias monoparentais e dos domicílios unipessoais. Essas mudanças, por afetarem a composição dos núcleos familiares, revestem-se de importância para a análise das alterações na inserção familiar no mercado de trabalho e das alterações na responsabilidade pela provisão do domicílio.

O tamanho médio dos domicílios é relevante também para a análise do rendimento domiciliar per capita, cujo valor é utilizado como critério de elegibilidade na seleção de famílias beneficiárias de programas sociais diversos.

O Pólo de Sorocaba também apresenta no período de 1991-2000 tendência de redução do número de pessoas por domicílio. Observa-se que, em 1991, a média de pessoas por domicílio no Pólo era de 4, tendo passado em 2000 para 3,7 pessoas. Apresenta queda, no entanto no ano 2000 o tamanho médio do domicílio é superior à média estadual, às médias das metrópoles paulistas e a todos os outros Pólos Regionais analisados, com a exceção do Pólo de Sorocaba, com o mesmo número médio de pessoas por domicílio (Tabela 5).

Tabela 5
Número médio de componentes dos domicílios segundo tipologia de arranjo domiciliar
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais - Estado de São Paulo
1991-2000

	Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total (1)
	Total	Sem Filhos	com filhos e/ou parentes				Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal	Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal	
			Total	até 34 anos	de 35 a 49 anos	50 anos e mais							
Estado São Paulo	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,7	3,0	3,6	1,0	2,4	3,4	1,0	3,9
RM São Paulo	4,2	2,2	4,6	4,3	5,0	4,7	3,0	3,6	1,0	2,4	3,3	1,0	3,9
RM Baixada Santista	4,1	2,2	4,6	4,2	5,0	4,6	2,9	3,6	1,0	2,1	3,3	1,0	3,7
RM Campinas	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,7	3,0	3,6	1,0	2,5	3,4	1,0	3,9
Pólo Araçatuba	4,1	2,2	4,5	4,1	4,9	4,7	3,0	3,6	1,0	2,3	3,4	1,0	3,9
1991 Pólo Bauru	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,6	3,0	3,6	1,0	2,4	3,4	1,0	3,9
Pólo Presidente Prudente	4,2	2,2	4,6	4,1	5,1	4,8	3,0	3,6	1,0	2,2	3,3	1,0	3,9
Pólo Ribeirão Preto	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,6	3,0	3,6	1,0	2,3	3,3	1,0	3,9
Pólo São José dos Campos	4,4	2,2	4,7	4,3	5,1	5,1	3,4	3,9	1,0	2,2	3,3	1,0	4,1
Pólo São José do Rio Preto	4,0	2,2	4,4	4,1	4,7	4,4	2,7	3,3	1,0	2,2	3,2	1,0	3,7
Pólo Sorocaba	4,3	2,2	4,7	4,3	5,2	4,8	3,1	3,7	1,0	2,4	3,5	1,0	4,0
Estado São Paulo	3,9	2,2	4,3	4,0	4,6	4,4	2,8	3,4	1,0	2,0	3,1	1,0	3,5
RM São Paulo	4,0	2,2	4,3	4,0	4,6	4,4	2,8	3,4	1,0	2,0	3,1	1,0	3,6
RM Baixada Santista	3,9	2,2	4,4	4,1	4,6	4,4	2,8	3,4	1,0	1,9	3,0	1,0	3,5
RM Campinas	3,9	2,1	4,3	4,0	4,5	4,4	2,8	3,3	1,0	2,0	3,1	1,0	3,5
Pólo Araçatuba	3,8	2,2	4,2	3,9	4,4	4,2	2,7	3,3	1,0	1,9	3,1	1,0	3,4
2000 Pólo Bauru	3,9	2,2	4,3	4,0	4,5	4,3	2,8	3,4	1,0	2,0	3,2	1,0	3,5
Pólo Presidente Prudente	3,8	2,2	4,2	4,0	4,5	4,3	2,6	3,2	1,0	1,8	3,0	1,0	3,4
Pólo Ribeirão Preto	3,9	2,2	4,3	4,1	4,6	4,3	2,8	3,4	1,0	2,0	3,2	1,0	3,6
Pólo São José dos Campos	4,1	2,2	4,4	4,1	4,7	4,6	3,0	3,5	1,0	2,0	3,3	1,0	3,7
Pólo São José do Rio Preto	3,7	2,2	4,1	3,9	4,3	4,2	2,5	3,1	1,0	1,8	3,0	1,0	3,3
Pólo Sorocaba	4,0	2,2	4,4	4,1	4,7	4,5	2,9	3,5	1,0	2,0	3,1	1,0	3,7

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) O Total inclui outros tipos de arranjos domiciliares.

A redução no número de componentes foi observada em todos os tipos de arranjos domiciliares entre 1991 e 2000 no Pólo de Sorocaba, no entanto esta foi mais acentuada nos arranjos de casais com filhos e/ou parentes, que se destacam por



apresentar redução na média de componentes de 4,7 para 4,4 pessoas, permanecendo, entretanto como os arranjos domiciliares mais numerosos em 2000 no Pólo Regional de Regional de Sorocaba. Considerando-se os arranjos nucleados por casais com filhos nas diferentes idades que correspondem a etapas do ciclo vital da família, todos experimentaram queda em seu tamanho. Com os tamanhos maiores estão, no ano 2000, os domicílios dos casais entre 35 e 49 anos (4,7 pessoas), seguidos pelos casais de 50 anos ou mais (4,5 pessoas) e, por fim, os domicílios chefiados por casais de até 34 anos, com a presença de filhos (4,1 pessoas), ver Tabela 5. Observa-se que a principal queda no período ocorreu no arranjo domiciliar chefiado por casais com filhos e/ou parentes na faixa etária de 35 a 49 anos, passando de 5,2 pessoas por domicílio em 1991 para 4,7 em 2000.

As menores médias de componentes por domicílio no Pólo de Sorocaba são encontradas entre os arranjos de chefias femininas e masculinas sem cônjuges, e estes também apresentaram reduções: os primeiros passaram de 3,1 componentes em 1991, para 2,9 em 2000, e aqueles com chefia masculina passaram de 2,4 para 2 pessoas por domicílio no ano 2000. É preciso destacar que, nos arranjos citados nesse parágrafo, esse número é mais elevado quando se trata de arranjos domiciliares de chefes sem cônjuges com a presença de filhos e/ou parentes, tanto para os femininos, como para os masculinos, observando-se, respectivamente, os valores de 3,5 e de 3,1 pessoas por domicílio, no ano de 2000, pois as médias para os totais de cada arranjo de chefia sem cônjuge incluem os domicílios unipessoais.

Tabela 6
Número médio de componentes dos domicílios segundo tipologia de arranjo domiciliar
Pólo Regional de Sorocaba
2000

	Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total
	Total	Sem filhos	Com filhos e parentes			Total	com filhos		Total	com filhos e/ou parentes		Unipessoal	
			até 34 anos	de 35 a 49 anos	50 anos e mais		e/ou parentes	Unipessoal					
Pólo Sorocaba	4,0	2,2	4,4	4,1	4,7	4,5	2,9	3,5	1,0	2,0	3,1	1,0	3,7
Alumínio	4,0	2,1	4,4	4,0	4,7	4,7	3,1	3,6	1,0	1,8	3,1	1,0	3,8
Araçariguama	4,1	2,3	4,5	4,2	4,9	4,8	3,2	3,8	1,0	1,7	2,5	1,0	3,8
Araçoiaba da Serra	3,9	2,1	4,4	4,1	4,7	4,4	2,9	3,5	1,0	2,1	3,1	1,0	3,6
Ibiúna	4,1	2,2	4,5	4,1	5,0	4,6	3,2	3,6	1,0	1,8	3,1	1,0	3,8
Iperó	4,0	2,1	4,5	4,2	4,8	4,7	3,0	3,5	1,0	2,1	3,0	1,0	3,7
Itu	4,0	2,2	4,4	4,1	4,7	4,5	3,0	3,5	1,0	2,1	3,4	1,0	3,7
Jumirim	4,1	2,2	4,5	4,2	5,0	4,2	2,8	3,2	1,0	1,7	2,3	1,0	3,7
Mairinque	4,0	2,1	4,3	4,1	4,7	4,3	3,2	3,7	1,0	1,8	2,7	1,0	3,7
Piedade	4,1	2,2	4,5	4,2	5,0	4,6	2,9	3,5	1,0	1,9	3,2	1,0	3,8
Pilar do Sul	4,1	2,1	4,5	4,1	5,0	4,7	3,0	3,5	1,0	1,7	3,2	1,0	3,8
Porto Feliz	4,0	2,2	4,4	4,1	4,6	4,4	2,8	3,4	1,0	2,1	3,3	1,0	3,7
Salto	3,9	2,1	4,3	4,0	4,5	4,5	2,8	3,3	1,0	2,3	3,3	1,0	3,6
Salto de Pirapora	4,1	2,2	4,5	4,1	4,9	4,5	3,2	3,7	1,0	2,2	3,9	1,0	3,8
São Roque	3,9	2,2	4,4	4,0	4,6	4,4	3,0	3,5	1,0	1,9	3,1	1,0	3,6
Sorocaba	4,0	2,2	4,4	4,0	4,6	4,4	2,9	3,4	1,0	2,1	3,0	1,0	3,6
Tapiraí	4,1	2,2	4,6	4,2	5,2	4,2	3,5	4,1	1,0	1,8	2,9	1,0	3,8
Tietê	3,9	2,1	4,3	4,1	4,5	4,3	2,8	3,5	1,0	1,9	2,9	1,0	3,6
Votorantim	4,1	2,1	4,4	4,0	4,7	4,5	3,0	3,5	1,0	2,2	3,1	1,0	3,8

Fonte: Censo Demográfico 2000. IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP



Existe variação entre os municípios no Pólo Regional de Sorocaba com relação ao tamanho dos domicílios. Ao analisar o ano de 2000 observa-se que em oito entre os dezoito municípios o tamanho médio dos domicílios é de 3,8 pessoas, maior que a média regional, e em cinco são encontrados o menor tamanho médio, 3,6 componentes, enquanto a média regional é de 3,7 pessoas por domicílio (Tabela 4).

O município sede, **Sorocaba**, apresentou em 2000, 3,6 componentes por domicílio, tamanho pouco menor que a média observada pelo Pólo Regional, e valores próximos à média regional para todos os arranjos domiciliares. Observa-se, entretanto, número de componentes um pouco menor que a média regional entre os arranjos domiciliares nucleados por casais com filhos em todos os grupos de idade aqui utilizados como referência para análise e, também, menores entre aqueles com chefia feminina e masculina sem cônjuge com a presença de filhos (Tabela 6).

O município de **Tapiraí**, por outro lado, apresenta médias de pessoas por domicílio pouco mais elevadas que a média regional (3,8), bem como em todos os arranjos domiciliares, exceto para os arranjos domiciliares nucleados por casais com idades de 50 anos e mais com filhos (4,2 componentes), e para os domicílios com chefia masculina sem cônjuge (1,8 componentes), ambos menores que a média regional (Tabela 6).

2.2. Mudanças nos arranjos domiciliares de inserção no mercado de trabalho e na provisão dos domicílios.

Introdução

Deve-se mencionar inicialmente, de maneira semelhante ao que foi observado no documento relativo ao conjunto de regiões analisadas para o Estado de São Paulo¹⁷, que este estudo considera que os arranjos de inserção dos componentes da família no mercado de trabalho são definidos, articuladamente, pela dinâmica da economia e pela dinâmica das relações familiares e das relações de gênero. Considera também que a composição familiar predominante da etapa do ciclo de vida familiar é outro aspecto que influi nos arranjos de inserção no mercado de trabalho e

¹⁷ FINEP/NEPP/NEPO/IE. 2009. **Documento 1 - Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo**. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio FINEP-FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas.



de provisão familiar articulados pelos diferentes tipos de família. Estudo longitudinal sobre a Região Metropolitana de São Paulo sobre os anos 80 e 90, mostrou que nesse período alteram-se tanto a composição familiar em alguns tipos de família, como os arranjos de inserção familiar (Montali, 2004). A generalização das mudanças nos arranjos de inserção familiar e na responsabilidade pela provisão familiar é também apontada, por outro estudo, para o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras nos anos 2000, guardadas algumas especificidades regionais (Montali e Tavares, 2007).

No atual projeto, utiliza-se a mesma metodologia dos estudos referidos, buscando-se identificar nas análises as mudanças nos arranjos de inserção familiar e na responsabilidade dos componentes da família pela provisão familiar que ocorreram entre os anos de 1991 e de 2000 nas regiões metropolitanas paulistas e nos pólos regionais.

Análise anterior sobre os anos 90 referente à Região Metropolitana de São Paulo (Montali, 2004), evidenciou que ocorreu nesse período um rearranjo de inserção no mercado de trabalho entre os diferentes componentes da família, fortemente relacionado ao crescente desemprego e às novas características dos desempregados provocados conjuntamente pelo baixo ritmo de crescimento da economia nacional e pelo processo de reestruturação produtiva que se intensificou naquela década. O estudo referido atribui peso preponderante à mudança do padrão de absorção da força de trabalho ocorrida nos anos 90 para explicar as mudanças verificadas nos arranjos familiares de inserção no mercado ocorridas; ainda que considere como elementos importantes na sua explicação as alterações havidas nas características da composição familiar, dentre estas a redução na proporção de filhos menores de 10 anos e a pequena redução no seu tamanho médio.

Assim, a hipótese assumida pelo estudo citado, é que a nova tendência observada na articulação dos arranjos familiares de inserção no mercado foi viabilizada pela mudança no papel da mulher na sociedade, nesta incluindo o aumento de sua inserção no mercado de trabalho, porém expressa fortemente a alteração no padrão de absorção da força de trabalho. A reestruturação produtiva e organizacional nos anos 90 reduziu postos de trabalho principalmente para ocupações predominantemente masculinas e promoveu o crescente desemprego daqueles que eram os principais mantenedores das famílias nos anos 80: chefes masculinos e filhos/filhas maiores de 18 anos (Montali, 2004). Nos anos 90 também aumentam as dificuldades de absorção dos jovens pelo mercado de trabalho e amplia-se a participação da mulher. Tais impactos da reestruturação produtiva sobre o mercado de



trabalho apresentam características semelhantes e são registrados em diversos estudos tanto para o Brasil, como para países da América Latina, destacando-se o aumento da absorção da mulher e as maiores restrições para a absorção dos jovens (Leone, 2003; Oliveira e Salas, 2008).

Considerando-se os arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho nos anos 90, a mudança mais freqüente, verificada em praticamente todos os tipos de família, foi o aumento da participação da mulher-cônjuge e da mulher-chefe entre os ocupados da família em face do desemprego de parte dos componentes do grupo doméstico e da dificuldade em aumentar o número de pessoas ocupadas das unidades familiares. No caso das famílias na etapa final do ciclo de vida familiar (caracterizadas pelos casais com 50 anos e mais) com a presença de filhos, a mudança manifesta-se no aumento da participação do chefe e da cônjuge entre os ocupados, ao mesmo tempo em que cresce o desemprego dos filhos adultos. Dessa maneira, os rearranjos familiares de inserção observados a partir de 1991 – diferenciando-se dos arranjos encontrados na década de 1980 – indicam o maior partilhamento da responsabilidade da manutenção da família. Estas mudanças foram constadas no estudo longitudinal sobre a Região Metropolitana de São Paulo, já referido (Montali, 2004). A análise para o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras também confirma esses padrões de arranjos de inserção nos anos 2004 e 2006 (Montali e Tavares, 2007).

A atual análise sobre as regiões metropolitanas e pólos regionais paulistas com base nos dados censitários, evidenciou características semelhantes às encontradas nos estudos referidos no que se refere aos arranjos domiciliares de inserção, bem como nas mudanças observadas na responsabilidade pela provisão dos domicílios no ano 2000, utilizando-se dos dados dos Censos Demográficos 1991 e 2000.

No Documento 1 - Relatório Consolidado, deste Projeto, que analisa o conjunto das regiões metropolitanas e pólos regionais do Estado de São Paulo, foi possível realizar análise detalhada das mudanças na inserção dos componentes dos domicílios no mercado de trabalho nos diferentes arranjos familiares, por tratar de dados mais agregados, o que não se torna possível na análise regional com detalhamento por municípios¹⁸.

¹⁸ Essa análise pode ser encontrada no Capítulo 3, item 2.2.In: FINEP/NEPP/NEPO/IE. **Documento 1 - Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo.** Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio FINEP-FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas.



Assim, na presente análise regional dessa problemática são utilizados dois indicadores selecionados: a taxa de geração de renda e a participação na composição da renda domiciliar.

A taxa de geração de renda é um indicador das mudanças nos arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho e de responsabilidade pela manutenção da família. Essa taxa expressa a proporção de pessoas que aportam renda de alguma fonte para o grupo familiar, considerando-se sua posição na família. Estudo longitudinal sobre a RMSP mostrou que, embora a taxa específica de geração de renda tenha caído nos anos de maior desemprego do início da década de 1990, ela tem sido crescente a partir de 1995 evidenciando a importante participação dos diversos componentes no aporte de renda para o núcleo doméstico (Montali, 2004). A análise para o Estado de São Paulo e as regiões metropolitanas e pólos regionais paulistas confirmam essa tendência entre os anos censitários de 1991 e 2000, conforme apresentado no Documento 1 - Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo, Capítulo 3, item 2.2., já referido.

No âmbito deste projeto, as tendências observadas no período 1991 e 2000 nas distintas espacialidades do Estado de São Paulo sob análise, e para o conjunto dos arranjos domiciliares, confirmam tanto o crescimento da taxa de geração de renda domiciliar, bem como a queda nas taxas de geração de renda dos chefes, a elevação das taxas das cônjuges, a manutenção da taxa dos filhos e a queda na proporção de parentes e não parentes que contribuem para compor a renda domiciliar (Tabela 7).

Deve-se ressaltar que no Pólo Regional de Sorocaba, entre 1991 e 2000, a taxa de geração de renda por domicílio passou de 45,7%, para 50,2%, significando que, em 2000, a metade dos componentes aporta renda de alguma natureza para o domicílio. Observa-se que nos dois momentos analisados a taxa de geração de renda domiciliar deste Pólo é uma das menores registradas entre os nos pólos regionais e, em 2000, é igual à taxa apresentada pelo Estado de São Paulo.

Observa-se no Pólo Regional de Sorocaba no período de 1991-2000, as tendências indicadas acima. Assim, considerando-se os arranjos domiciliares nucleados por casais, ocorreu redução na taxa de geração de renda dos chefes, com queda de 3,3 pontos percentuais; essa taxa era de 96% em 1991 e cai para 92,6% em 2000, mantendo-se, entretanto, elevada. Por outro lado, eleva-se a taxa de geração de renda das cônjuges, que, em 1991, era de 34% e, passou a ser de 48%, em 2000. Merece ressaltar que a taxa de geração de renda apresentada pelas cônjuges nesse arranjo domiciliar, no Pólo de Sorocaba, está acima da média do Estado de São Paulo,



em posição intermediária entre as observadas nos pólos regionais, e superiores em relação àquelas nas regiões metropolitanas paulistas no ano 2000 (Tabela 7). Ainda nesse arranjo domiciliar, a taxa de geração de renda dos filhos se mantém estável entre 1991 e 2000, em 21,8%. Experimentam queda em sua taxa de geração de renda no período os parentes e não parentes, cuja taxa passa de 44,8% para de 41%. Nestes arranjos domiciliares nucleados por casais houve, no período, elevação da taxa domiciliar de geração de renda de 41% para 45,3%, devido ao aumento da taxa de geração de renda das cônjuges.

Tabela 7
Taxa de geração de renda por tipologia e posição na família
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais - Estado de São Paulo
1991-2000

	Casais					Chefe feminina sem cônjuge					Chefe masculino sem cônjuge					Total				
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total
Estado São Paulo	96,1	34,1	22,1	45,9	44,1	89,5	-	46,6	46,9	61,1	93,1	-	48,1	58,9	71,5	94,9	34,1	25,6	48,4	47,4
RM São Paulo	94,8	34,0	20,2	46,2	43,0	87,9	-	43,3	48,4	59,4	91,1	-	45,2	58,9	70,2	93,3	34,0	23,9	49,3	46,5
RM Baixada Santista	96,7	34,1	20,1	43,8	43,9	92,1	-	42,1	44,0	59,7	94,7	-	39,9	58,1	72,2	95,7	34,1	23,8	46,1	47,5
RM Campinas	96,9	36,4	24,6	49,5	46,4	91,6	-	51,0	48,8	64,3	94,7	-	50,7	62,5	73,6	96,1	36,4	27,9	51,4	49,3
Pólo Araçatuba	97,7	35,8	27,6	43,7	47,6	89,6	-	52,7	46,3	63,7	94,7	-	58,8	54,0	72,6	96,3	35,8	31,0	45,8	50,3
Pólo Bauru	97,6	37,5	24,8	45,4	46,5	93,8	-	52,1	45,8	65,1	96,6	-	56,2	56,4	73,2	97,0	37,5	28,5	47,2	49,6
Pólo Presidente Prudente	97,5	32,2	24,2	41,2	44,6	91,6	-	50,5	43,5	63,3	96,0	-	46,5	57,0	72,2	96,6	32,2	27,7	43,9	47,6
Pólo Ribeirão Preto	97,5	34,1	24,4	48,3	45,6	90,8	-	53,2	45,8	64,3	96,4	-	54,8	63,7	76,6	96,4	34,1	28,1	49,9	48,8
Pólo São José dos Campos	95,9	32,1	19,0	43,2	41,0	91,2	-	42,5	45,4	57,6	93,1	-	39,4	62,3	72,0	95,1	32,1	22,1	46,9	44,1
Pólo São José do Rio Preto	98,4	37,3	26,9	48,3	49,1	94,5	-	55,3	52,5	69,1	97,8	-	51,1	63,5	76,6	97,8	37,3	30,4	51,5	52,3
Pólo Sorocaba	96,0	34,0	21,1	44,8	42,9	91,0	-	46,9	44,0	60,5	94,5	-	48,1	58,6	71,7	95,2	34,0	24,3	46,6	45,7
Estado São Paulo	91,8	46,4	22,5	42,0	47,4	90,1	-	42,2	44,1	59,7	89,6	-	45,5	59,2	72,1	91,3	46,4	26,4	45,2	50,5
RM São Paulo	89,8	45,3	21,2	41,6	45,9	88,6	-	39,7	44,3	57,9	88,4	-	43,1	59,4	71,0	89,5	45,3	25,2	45,3	49,2
RM Baixada Santista	91,1	45,6	20,4	38,7	46,3	90,3	-	39,3	41,7	58,1	86,8	-	41,3	55,2	69,8	90,5	45,6	24,8	41,9	49,7
RM Campinas	92,5	47,9	24,7	43,8	49,5	90,5	-	45,2	45,6	61,6	89,5	-	49,1	61,3	73,3	91,9	47,9	28,4	47,0	52,2
Pólo Araçatuba	94,5	51,8	28,1	42,5	53,0	91,6	-	50,5	44,4	64,5	92,8	-	50,8	60,8	75,7	93,8	51,8	32,2	45,5	55,7
Pólo Bauru	94,1	49,5	24,4	43,0	50,0	93,6	-	44,9	45,1	62,5	92,6	-	49,5	55,4	73,3	93,9	49,5	28,1	45,4	52,9
Pólo Presidente Prudente	92,7	47,9	22,3	39,8	48,3	91,3	-	45,4	44,8	62,7	88,7	-	48,6	56,7	73,3	92,1	47,9	26,4	43,3	51,4
Pólo Ribeirão Preto	94,5	47,4	24,4	44,7	49,3	91,9	-	45,8	46,4	62,7	92,5	-	50,5	57,7	74,0	93,8	47,4	28,3	47,2	52,4
Pólo São José dos Campos	92,3	42,6	21,6	40,2	45,3	90,8	-	40,2	42,0	57,4	89,9	-	40,0	54,3	69,4	91,8	42,6	24,9	42,8	48,2
Pólo São José do Rio Preto	94,0	50,1	25,9	46,2	52,2	92,1	-	49,5	49,6	66,8	92,1	-	51,1	67,8	78,5	93,5	50,1	30,0	50,0	55,4
Pólo Sorocaba	92,6	48,1	21,8	41,1	47,3	92,6	-	44,5	45,0	61,1	91,5	-	45,7	60,6	72,8	92,5	48,1	25,6	44,9	50,2

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP/FINEP

Considerando-se os arranjos chefiados por mulheres sem cônjuge no Pólo de Sorocaba, as chefes apresentam taxa de geração de renda bastante elevada em 1991 (91%), e pequena elevação no período, passando a ser de 92,6% no ano 2000, em ambos os momentos superior à média estadual. Observa-se nesse arranjo domiciliar, no mesmo período, queda na taxa de geração de renda dos filhos, que em 1991 era de 46,9% e, em 2000, passa a ser de 44,5%, possivelmente expressando restrições do mercado ao trabalho jovem e também restrições impostas ao trabalho infantil por políticas governamentais. Outro componente domiciliar, os parentes e não parentes, apresentam pequena elevação em sua taxa de geração de renda nesse arranjo, de 44%% em 1991, para 45% em 2000. Conclui-se o período com a manutenção da taxa de geração de renda deste arranjo domiciliar cerca de 61% dos componentes aportando renda, no ano 2000 (Tabela 7).



Nos arranjos domiciliares dos chefes masculinos sem cônjuges percebe-se a diminuição da taxa de geração de renda dos chefes (94,5% em 1991 e 91,5% em 2000), redução na taxa dos filhos (48%, em 1991, para 45,7%, em 2000) e pequena elevação na taxa dos parentes (58,6%, em 1991, e 60,6% em 2000), resultando para esse arranjo, em pequena elevação na taxa domiciliar de geração de renda no período analisado; assim, em 1991, 71,7%, e em 2000, 72,8 dos componentes em idade ativa aportavam renda para o domicílio (Tabela 7). Esta taxa domiciliar de geração de renda é a mais elevada dentre as observadas nos distintos arranjos domiciliares.

As mesmas tendências assinaladas acima para os diferentes arranjos domiciliares são observadas, com poucas especificidades, na análise dos municípios do Pólo Regional de Sorocaba. Assim, considerando-se os arranjos nucleados por casais, a tendência geral nos municípios da região é de diminuição da taxa de geração de renda dos chefes e de crescimento na taxa de geração de renda das cônjuges; o comportamento da taxa dos filhos embora seja de crescimento na maioria deles, apresenta mais oscilações (Tabela 8).

No período de 1991-2000, no município de **Sorocaba**, sede regional, a taxa de geração de renda domiciliar cresce, passando de 46,7% em 1991, para 51,7% em 2000 (Tabela 8). As tendências observadas nesse município nos arranjos nucleados por casais são as seguintes: a taxa de geração de renda dos chefes cai de 96% em 1991 para 93,2% em 2000 e, em movimento inverso, a taxa de geração das cônjuges experimenta forte crescimento: em 1991 era de 36,3% e, em 2000, de 50,4%, significando que a metade das cônjuges nesse arranjo aportavam renda para o domicílio. Ambas as tendências são acompanhadas de pequena elevação na taxa de geração de renda dos filhos no período (20,8%, em 1991, e 22,2%, em 2000). A taxa domiciliar de geração de renda desse arranjo se eleva de 43,7%, para 48,5% no período em análise.

Considerando-se os arranjos domiciliares com chefia feminina sem cônjuge, observa-se no Pólo de Sorocaba, conforme mencionado acima, taxa regional de geração de renda elevada e pequena elevação no período de 1991-2000. A análise dos municípios mostra crescimento na maioria destes e manutenção da taxa em alguns nesse período (Tabela 8). Nesse arranjo domiciliar, no Pólo de Sorocaba, as chefes apresentam tendência semelhante à do Estado de São Paulo, com elevação na taxa de geração de renda, ainda que se mantenha igual em alguns municípios. Em relação aos filhos nesse arranjo domiciliar, embora a tendência de queda na taxa de geração de renda percebe-se oscilações entre os municípios. Em relação aos



parentes, como a tendência é de pequena redução, Também observam-se oscilações em alguns municípios. Tomando-se novamente o município de **Sorocaba** como referência, observa-se que, em 1991, 93% dos chefes femininos aportavam renda para o domicílio, passando a ser de 94% em 2000. Observa-se ainda que, embora tenha ocorrido queda na taxa de geração dos filhos, de 47% em 1991 para 44,6%, esta permanece elevada em 2000, e que ocorre elevação na taxa dos parentes de 42% em 1991, para 47,3% em 2000. Como resultado dessas tendências ocorre elevação da taxa domiciliar de geração de renda nesse arranjo domiciliar no período, de 61,4% dos componentes, para 62,5% no município de **Sorocaba**.

Tabela 8
Taxa de geração de renda por tipologia e posição da família
Pólo Regional de Sorocaba
1991

	Casais					Chefe feminina sem cônjuge					Chefe masculino sem cônjuge					Total				
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total
Pólo Sorocaba	96,0	34,0	21,1	44,8	42,9	91,0	-	46,9	44,0	60,5	94,5	-	48,1	58,6	71,7	95,2	34,0	24,3	46,6	45,7
Alumínio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Araçariçuama	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Araçoiaba da Serra	96,3	31,7	24,9	51,5	45,3	90,0	-	52,7	45,8	64,6	88,8	-	74,4	75,7	82,8	95,0	31,7	28,1	53,6	48,3
Ibiúna	94,4	24,9	19,6	42,8	38,7	81,4	-	34,1	29,5	45,7	93,7	-	19,8	61,2	69,5	93,0	24,9	21,2	44,3	40,5
Iperó	97,7	32,4	16,8	32,6	40,0	92,3	-	43,4	44,6	58,0	97,1	-	43,4	43,0	62,3	97,1	32,4	20,1	36,8	42,7
Itu	97,1	37,5	23,7	46,8	45,9	91,2	-	49,8	46,5	60,9	98,0	-	52,5	62,6	74,4	96,3	37,5	27,6	49,5	48,8
Jumirim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mairinque	95,7	27,8	16,3	46,9	38,5	83,9	-	38,5	28,7	50,9	88,6	-	41,5	51,5	67,0	93,9	27,8	18,5	44,2	40,7
Piedade	95,0	31,5	23,6	45,5	42,1	92,2	-	56,3	56,8	69,6	87,6	-	58,1	50,7	69,7	94,2	31,5	26,3	47,9	44,9
Pilar do Sul	93,9	23,9	21,0	47,8	38,9	82,5	-	47,8	46,6	58,8	92,2	-	23,5	67,1	73,3	92,5	23,9	23,3	51,3	41,8
Porto Feliz	96,5	30,9	23,9	43,5	44,0	87,2	-	49,4	46,1	60,3	93,2	-	59,8	38,8	65,2	93,3	30,9	27,1	43,3	46,2
Salto	97,3	34,5	22,0	47,6	44,0	91,4	-	47,8	45,0	62,6	97,7	-	60,9	60,0	74,0	96,6	34,5	25,0	49,4	46,7
Salto de Pirapora	94,8	32,4	18,4	35,6	39,1	92,8	-	55,6	35,4	66,1	100,0	-	47,7	35,7	70,5	94,9	32,4	21,2	35,6	41,9
São Roque	95,9	31,1	19,1	40,9	41,5	87,3	-	42,9	48,3	58,2	92,3	-	48,1	61,7	73,8	94,4	31,1	22,2	46,2	44,7
Sorocaba	96,0	36,3	20,8	45,1	43,7	93,0	-	47,1	42,1	61,4	94,5	-	44,6	64,0	72,9	95,5	36,3	24,4	46,4	46,7
Tapiraí	97,3	23,5	17,4	35,3	36,9	100,0	-	22,4	41,8	49,1	94,6	-	18,5	46,4	56,9	97,4	23,5	17,8	38,0	38,4
Tietê	99,1	40,0	30,6	44,9	50,3	93,8	-	65,0	56,7	73,2	97,3	-	42,9	60,6	70,3	98,2	40,0	34,5	50,4	53,6
Votorantim	93,5	33,8	19,1	43,7	40,8	89,5	-	45,4	47,8	59,5	97,5	-	56,5	45,5	67,5	93,2	33,8	22,2	44,8	43,3

Fonte: Censo Demográfico 1991, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos

Tabela 8
Taxa de geração de renda por tipologia e posição na família
Pólo Regional de Sorocaba
2000

	Casais					Chefe feminina sem cônjuge					Chefe masculino sem cônjuge					Total				
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total
Pólo Sorocaba	92,6	48,1	21,8	41,1	47,3	92,6	-	44,5	45,0	61,1	91,5	-	45,7	60,6	72,8	92,5	48,1	25,6	44,9	50,2
Alumínio	91,9	32,3	17,3	30,9	40,1	90,2	-	41,6	47,4	58,3	88,2	-	44,8	53,7	70,6	91,4	32,3	20,4	38,7	43,2
Araçariçuama	93,5	38,4	17,8	35,7	42,4	89,9	-	45,8	45,8	59,6	82,8	-	8,2	53,8	65,7	92,2	38,4	21,0	39,6	44,9
Araçoiaba da Serra	96,6	45,9	21,1	42,2	48,4	97,3	-	43,3	42,5	61,8	94,9	-	38,2	57,7	71,8	96,6	45,9	24,6	45,1	51,1
Ibiúna	88,9	43,7	18,9	33,6	42,8	84,2	-	42,8	41,1	55,4	90,0	-	28,1	52,8	68,8	88,4	43,7	21,6	38,4	45,2
Iperó	90,4	41,0	17,7	36,3	42,4	95,5	-	39,7	50,4	60,5	90,6	-	23,5	42,5	60,6	91,1	41,0	20,5	41,0	45,3
Itu	92,3	48,8	23,0	43,8	48,1	91,8	-	45,7	44,1	60,9	94,2	-	60,7	55,9	75,5	92,4	48,8	27,0	45,4	51,0
Jumirim	99,1	41,7	25,2	53,8	49,5	93,5	-	71,1	39,5	74,5	100,0	-	100,0	100,0	100,0	98,3	41,7	32,2	53,4	53,8
Mairinque	90,2	46,2	18,1	37,0	44,4	88,3	-	39,4	41,1	54,9	90,6	-	45,3	63,3	74,5	89,9	46,2	21,5	40,6	46,7
Piedade	90,4	46,5	23,1	39,8	46,2	92,6	-	43,1	42,5	60,4	89,2	-	29,1	51,5	66,5	90,6	46,5	25,7	42,0	48,5
Pilar do Sul	91,8	44,7	20,3	40,4	44,9	94,4	-	42,3	57,2	62,2	82,6	-	50,6	60,7	72,2	91,5	44,7	23,1	47,6	47,6
Porto Feliz	94,4	45,1	22,8	44,3	47,8	91,8	-	48,1	51,6	64,3	93,9	-	47,3	67,3	76,8	94,0	45,1	26,2	48,7	50,6
Salto	92,5	46,3	22,0	39,1	46,9	91,1	-	43,1	36,7	59,2	90,9	-	41,8	59,9	70,2	92,2	46,3	25,1	41,9	49,3
Salto de Pirapora	91,2	44,6	19,4	32,5	44,0	92,7	-	40,5	39,2	56,6	87,8	-	28,7	51,5	62,3	91,2	44,6	22,6	37,5	46,4
São Roque	92,3	50,2	22,9	36,6	48,3	89,5	-	45,6	39,3	59,1	87,0	-	43,1	60,2	70,7	91,3	50,2	27,0	40,3	50,8
Sorocaba	93,2	50,4	22,2	44,2	48,5	94,0	-	44,6	47,3	62,5	92,2	-	48,5	63,2	74,4	93,3	50,4	26,4	47,7	51,7
Tapiraí	92,5	41,8	17,2	31,8	42,5	91,2	-	37,1	25,0	49,7	93,1	-	31,5	51,6	68,2	92,4	41,8	20,2	31,1	44,7
Tietê	96,7	54,2	27,4	50,4	53,6	96,3	-	60,9	49,1	71,4	100,0	-	64,6	84,5	89,7	96,9	54,2	33,3	54,9	57,5
Votorantim	93,2	48,8	21,4	33,8	46,6	92,2	-	41,6	46,0	59,2	91,6	-	49,7	61,7	71,7	92,9	48,8	25,0	41,1	49,2

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos



No arranjo dos chefes masculinos sem cônjuge, no período de 1991-2000, a tendência geral nos municípios da região é de queda da taxa de geração de renda dos chefes, mantendo-se elevada; outra tendência é a de queda da participação dos filhos, enquanto se eleva a participação dos parentes na geração de renda dos domicílios; no entanto para estes dois últimos componentes observam-se oscilações nas tendências entre os municípios do Pólo. No município de **Sorocaba**, em 1991 a taxa de geração de renda dos chefes masculinos sem cônjuge era de 94,5%, caindo em 2000 para 92,2%; a taxa de geração de renda dos filhos neste arranjo, bastante elevada, apresenta crescimento no período, pois passa de 44,6% em 1991, para 48,5% em 2000; enquanto a taxa dos parentes cai de 64% em 1991, para 63% em 2000; resultando em pequena elevação da taxa domiciliar de geração de renda nesse arranjo, em **Sorocaba** (72,9% em 1991, para 74,4%, em 2000).

Embora tenha havido entre 1991-2000 aumento taxa de geração de renda nos domicílios do Pólo Regional de Sorocaba, indicando o aumento da participação dos componentes do domicílio em atividades para geração de renda, constata-se que a renda domiciliar é predominantemente composta pela contribuição dos chefes do domicílio, sendo eles chefes masculinos ou femininos. Este fato ocorre tanto no Pólo de Sorocaba, como no conjunto de regiões sob análise e no Estado de São Paulo.

Para continuar a análise das mudanças no padrão de arranjos domiciliares de provisão da família, utiliza-se aqui mais um indicador, que é o percentual de contribuição de cada componente na renda do domicílio, apresentado nas tabelas seguintes como participação dos membros da família na composição renda domiciliar. Apresentam-se a seguir as tendências observadas com relação à participação dos componentes na renda domiciliar nos diferentes arranjos domiciliares, lembrando que as tendências encontradas foram as mesmas para o Estado de São Paulo e para as regiões metropolitanas e os pólos regionais paulistas.

Ainda que a participação dos chefes na composição da renda do domicílio seja a mais elevada, o indicador também evidencia a tendência de queda da participação deste componente do domicílio, quando considerado o total da população segundo posição na família. No entanto, a análise considerando os arranjos domiciliares e a posição na família mostra diferenciações nas tendências entre os domicílios nucleados por casal e nos domicílios de chefes sem cônjuges.

Assim, nos arranjos nucleados pelo casal, observa-se como tendência a queda da participação dos chefes na composição da renda domiciliar. De forma distinta, nos



arranjos sem a presença de cônjuge, cresce a participação dos chefes femininos e masculinos na composição da renda domiciliar (Tabela 9).

Nos arranjos nucleados pelo casal observam-se ainda as tendências de crescimento da participação das cônjuges na composição do rendimento domiciliar e de queda na participação dos filhos, nesse período, também verificadas neste pólo regional.

Duas outras tendências, generalizadas entre as diversas regiões do Estado de São Paulo sob análise, são a queda na participação dos filhos e dos parentes e não parentes na composição da renda domiciliar em todos os arranjos domiciliares.

Este conjunto de tendências indica mudanças e um maior partilhamento da responsabilidade pela subsistência entre os componentes do domicílio, embora se mantenha elevada a responsabilidade dos chefes das diferentes configurações domiciliares.

Tabela 9
Participação na composição da massa da renda domiciliar por tipologia e posição na família
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais - Estado de São Paulo
1991-2000

	Casais					Chefe feminina sem cônjuge					Chefe masculino sem cônjuge					Total					
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	
1991																					
Estado São Paulo	70,0	14,1	13,0	3,0	100,0	56,4	.	30,8	12,8	100,0	71,2	.	8,4	20,3	100,0	68,5	11,6	14,7	5,2	100,0	
RM São Paulo	69,8	14,4	12,9	3,0	100,0	57,4	.	29,4	13,2	100,0	71,3	.	7,4	21,3	100,0	68,3	11,6	14,5	5,5	100,0	
RM Baixada Santista	72,1	13,9	10,7	3,3	100,0	60,8	.	27,1	12,1	100,0	77,2	.	6,1	16,7	100,0	70,9	11,2	12,6	5,3	100,0	
RM Campinas	69,7	13,9	13,2	3,2	100,0	55,8	.	31,6	12,6	100,0	73,7	.	8,3	18,0	100,0	68,6	11,7	14,8	4,9	100,0	
Pólo Araçatuba	70,3	14,1	13,0	2,6	100,0	56,3	.	31,2	12,5	100,0	68,5	.	11,8	19,8	100,0	68,9	12,1	14,7	4,3	100,0	
Pólo Bauru	69,2	14,9	13,1	2,8	100,0	53,8	.	35,7	10,5	100,0	70,0	.	10,4	19,6	100,0	67,6	12,7	15,4	4,4	100,0	
Pólo Presidente Prudente	70,6	14,2	12,9	2,2	100,0	51,1	.	40,5	8,4	100,0	74,3	.	10,2	15,5	100,0	68,9	12,3	15,5	3,4	100,0	
Pólo Ribeirão Preto	70,3	13,7	13,0	3,1	100,0	55,4	.	31,7	12,9	100,0	71,2	.	7,8	21,0	100,0	68,8	11,6	14,6	5,0	100,0	
Pólo São José dos Campos	72,7	13,4	11,0	2,9	100,0	50,9	.	31,1	18,0	100,0	70,8	.	10,3	19,0	100,0	70,5	11,3	13,0	5,3	100,0	
Pólo São José do Rio Preto	70,6	13,9	12,7	2,8	100,0	58,4	.	30,2	11,5	100,0	70,7	.	9,6	19,7	100,0	69,4	11,9	14,3	4,4	100,0	
Pólo Sorocaba	70,1	13,2	13,3	3,3	100,0	51,9	.	36,7	11,3	100,0	68,0	.	11,4	20,6	100,0	68,3	11,3	15,5	4,9	100,0	
2000																					
Estado São Paulo	67,0	19,3	11,3	2,4	100,0	63,8	.	25,5	10,7	100,0	78,6	.	7,3	14,1	100,0	67,3	15,2	13,1	4,4	100,0	
RM São Paulo	66,2	20,0	11,5	2,4	100,0	63,8	.	25,2	11,0	100,0	78,6	.	6,7	14,7	100,0	66,7	15,4	13,3	4,6	100,0	
RM Baixada Santista	67,6	19,5	10,1	2,8	100,0	65,6	.	23,0	11,3	100,0	81,0	.	6,9	12,2	100,0	68,2	14,7	12,2	5,0	100,0	
RM Campinas	67,3	18,9	11,5	2,4	100,0	64,8	.	24,9	10,4	100,0	78,1	.	7,4	14,5	100,0	67,6	15,3	13,0	4,1	100,0	
Pólo Araçatuba	69,7	18,0	10,3	2,0	100,0	65,3	.	25,8	8,9	100,0	79,1	.	9,4	11,5	100,0	69,7	15,0	12,0	3,3	100,0	
Pólo Bauru	68,9	19,1	9,9	2,1	100,0	66,3	.	22,8	11,0	100,0	81,5	.	7,2	11,3	100,0	69,3	15,5	11,5	3,8	100,0	
Pólo Presidente Prudente	68,0	20,0	10,0	2,1	100,0	66,0	.	24,2	9,8	100,0	84,0	.	6,6	9,4	100,0	68,7	16,1	11,7	3,5	100,0	
Pólo Ribeirão Preto	68,7	18,1	10,9	2,3	100,0	65,8	.	24,1	10,1	100,0	78,6	.	9,3	12,1	100,0	68,9	14,5	12,6	4,0	100,0	
Pólo São José dos Campos	69,2	17,7	10,7	2,4	100,0	63,2	.	25,7	11,1	100,0	79,2	.	7,3	13,5	100,0	69,2	14,3	12,3	4,2	100,0	
Pólo São José do Rio Preto	68,3	19,0	10,0	2,7	100,0	65,7	.	24,7	9,6	100,0	81,8	.	5,9	12,3	100,0	68,8	15,5	11,7	4,1	100,0	
Pólo Sorocaba	67,3	18,9	11,3	2,5	100,0	61,3	.	27,6	11,1	100,0	76,9	.	8,1	15,0	100,0	67,0	15,5	13,2	4,3	100,0	

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

A análise do Pólo de Sorocaba evidencia todas as tendências apontadas acima. Assim, percebe-se através dos censos de 1991 e 2000, que nos arranjos nucleados pelo casal a participação dos chefes na composição da renda domiciliar na média regional, cai de 70% para 67,3%. Quedas nessa participação são observadas em todos os municípios que compõem o Pólo, ainda que apresentem intensidades variadas (Tabela 10).



Por sua vez, as cônjuges, nos domicílios compostos por casais, elevaram sua participação na composição da renda familiar no período de 1991-2000, nessa região. Considerando-se os arranjos domiciliares nucleados pelo casal, em 1991, a contribuição da cônjuge era de 13,2% e passou a ser de 18,9% em 2000. Essa tendência, que apresenta-se com diferentes intensidades nas diversas espacialidades sob análise, é registrada também para o Estado de São Paulo, para as regiões metropolitanas e para os pólos regionais paulistas (Tabela 9).

A tendência indicada de queda na participação dos filhos e dos parentes na composição da renda domiciliar também evidencia-se no Pólo de Sorocaba. Observa-se a queda dessa participação dos filhos entre os anos de 1991 e 2000 em todos os arranjos domiciliares, com poucas exceções em determinados municípios. Nos arranjos nucleados pelos casais, a contribuição dos filhos para a composição da renda era de 13,3%, em 1991, passando a ser de 11,3% em 2000. Considerando-se os arranjos domiciliares nucleados pelas chefes femininas sem cônjuge, destaca-se a redução apresentada pelos filhos que participavam com a importante parcela de 36,7% na composição da renda domiciliar em 1991 e passaram a contribuir com 27,6% em 2000. Nos arranjos domiciliares dos chefes masculinos sem cônjuge, na média regional é pequena a contribuição dos filhos para a renda domiciliar e esta apresenta redução no período; representava 11,4% da renda em 1991, e passou a ser de 8% em 2000 (Tabela 10).

Tabela 10
Participação na massa da renda domiciliar por tipologia e posição na família
Pólo Regional de Sorocaba
1991

	Casais					Chefe feminina sem cônjuge				Chefe masculino sem cônjuge				Total						
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total
Pólo Sorocaba	70,1	13,2	13,3	3,3	100,0	51,9	-	36,7	11,3	100,0	68,0	-	11,4	20,6	100,0	68,3	11,3	15,5	4,9	100,0
Araçoiaba da Serra	65,5	14,2	15,5	4,9	100,0	48,0	-	42,9	9,1	100,0	67,1	-	17,0	15,9	100,0	64,4	12,5	17,3	5,7	100,0
Araçariçuama	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Araçoiaba da Serra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ibiúna	73,0	9,5	15,0	2,6	100,0	72,1	-	21,0	6,9	100,0	70,1	-	3,9	26,0	100,0	72,8	8,1	15,4	3,8	100,0
Iperó	73,3	11,6	12,7	2,5	100,0	47,7	-	39,5	12,8	100,0	61,7	-	13,8	24,5	100,0	70,5	9,9	14,8	4,8	100,0
Itu	69,4	14,7	12,8	3,1	100,0	47,8	-	38,8	13,4	100,0	68,0	-	8,7	23,3	100,0	67,1	12,4	15,3	5,3	100,0
Jumirim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mairinque	70,8	11,9	13,6	3,6	100,0	49,7	-	41,9	8,4	100,0	74,9	-	9,3	15,8	100,0	69,8	10,2	15,1	5,0	100,0
Piedade	65,6	13,8	17,2	3,5	100,0	52,0	-	37,5	10,5	100,0	72,2	-	14,6	13,3	100,0	64,9	12,2	18,5	4,4	100,0
Pilar do Sul	73,6	12,5	11,7	2,2	100,0	36,1	-	54,6	9,3	100,0	59,5	-	2,7	37,8	100,0	70,8	11,3	14,1	3,9	100,0
Porto Feliz	68,0	12,9	15,2	3,9	100,0	34,7	-	47,1	18,2	100,0	67,8	-	17,6	14,6	100,0	65,3	11,4	17,8	5,5	100,0
Salto	67,8	13,8	15,1	3,3	100,0	55,9	-	36,5	7,6	100,0	69,7	-	10,3	20,0	100,0	66,9	11,9	16,7	4,6	100,0
Salto de Pirapora	68,6	11,7	17,0	2,7	100,0	53,8	-	39,8	6,4	100,0	74,6	-	16,1	9,4	100,0	67,4	10,2	19,2	3,2	100,0
São Roque	72,6	13,2	11,4	2,8	100,0	49,8	-	36,5	13,7	100,0	57,1	-	16,6	26,3	100,0	69,7	11,3	13,9	5,1	100,0
Sorocaba	71,1	13,4	12,1	3,4	100,0	53,3	-	35,7	11,1	100,0	69,5	-	10,5	21,0	100,0	69,1	11,4	14,5	5,0	100,0
Tapiraí	73,1	10,2	14,8	1,9	100,0	56,8	-	40,3	2,9	100,0	85,3	-	9,3	5,4	100,0	72,3	8,9	16,6	2,1	100,0
Tietê	62,9	15,9	18,3	2,8	100,0	49,5	-	39,5	11,1	100,0	71,3	-	15,9	12,9	100,0	61,8	13,2	20,7	4,3	100,0
Votorantim	68,3	11,0	16,5	4,2	100,0	44,8	-	40,5	14,8	100,0	64,0	-	17,7	18,3	100,0	66,2	9,6	18,4	5,7	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1991, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos



Tabela 10
Participação na massa da renda domiciliar por tipologia e posição na família
Pólo Regional de Sorocaba
2000

	Casais				Chefe feminina sem cônjuge				Chefe masculino sem cônjuge				Total							
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total
Pólo Sorocaba	67,3	18,9	11,3	2,5	100,0	61,3	.	27,6	11,1	100,0	76,9	.	8,1	15,0	100,0	67,0	15,5	13,2	4,3	100,0
Alumínio	70,4	14,6	13,2	1,8	100,0	48,5	.	36,1	15,4	100,0	73,2	.	12,8	14,0	100,0	68,5	12,6	15,4	3,6	100,0
Araçariçama	73,5	13,7	9,7	3,2	100,0	52,7	.	39,1	8,3	100,0	77,4	.	2,9	19,7	100,0	71,9	12,1	11,8	4,2	100,0
Araçoiaba da Serra	65,4	19,3	10,6	4,7	100,0	63,0	.	27,0	10,1	100,0	78,3	.	4,5	17,2	100,0	65,9	15,8	12,1	6,1	100,0
Ibiúna	65,8	20,5	11,3	2,4	100,0	55,6	.	33,0	11,5	100,0	81,0	.	4,7	14,4	100,0	65,6	17,1	13,1	4,1	100,0
Iperó	66,6	18,0	12,5	2,9	100,0	60,0	.	25,3	14,7	100,0	82,0	.	7,9	10,2	100,0	66,6	15,2	13,7	4,6	100,0
Itu	68,1	19,0	10,2	2,8	100,0	59,5	.	28,2	12,3	100,0	75,2	.	10,7	14,1	100,0	67,5	15,7	12,3	4,5	100,0
Jumirim	60,0	12,7	21,9	5,5	100,0	47,8	.	46,6	5,6	100,0	58,6	.	31,7	9,8	100,0	57,4	9,5	27,5	5,7	100,0
Mairinque	66,1	20,8	10,9	2,2	100,0	55,7	.	32,7	11,7	100,0	75,4	.	12,3	12,3	100,0	65,2	17,4	13,6	3,8	100,0
Piedade	66,4	18,0	13,0	2,6	100,0	65,4	.	25,4	9,3	100,0	80,1	.	6,4	13,5	100,0	67,0	14,9	14,2	4,0	100,0
Pilar do Sul	75,8	14,1	7,5	2,5	100,0	69,0	.	20,9	10,1	100,0	74,7	.	9,0	16,2	100,0	75,0	12,0	9,2	3,8	100,0
Porto Feliz	65,5	17,6	13,2	3,7	100,0	56,0	.	32,0	12,0	100,0	75,1	.	7,5	17,5	100,0	65,1	15,0	14,8	5,2	100,0
Salto	67,7	18,2	12,1	2,1	100,0	60,0	.	30,3	9,8	100,0	76,3	.	7,7	16,0	100,0	67,3	15,2	13,8	3,7	100,0
Salto de Pirapora	64,5	19,8	13,1	2,6	100,0	57,0	.	30,5	12,6	100,0	74,6	.	7,9	17,5	100,0	64,2	16,6	14,7	4,4	100,0
São Roque	66,7	19,8	11,5	2,0	100,0	66,5	.	24,7	8,8	100,0	77,3	.	7,0	15,8	100,0	67,1	16,5	13,0	3,4	100,0
Sorocaba	67,4	19,1	11,0	2,5	100,0	62,3	.	26,3	11,3	100,0	78,3	.	7,3	14,4	100,0	67,3	15,4	13,0	4,4	100,0
Tapiraí	62,1	16,5	11,1	10,4	100,0	60,7	.	32,4	6,9	100,0	85,3	.	6,5	8,2	100,0	63,7	13,3	13,1	9,8	100,0
Tietê	67,5	17,6	12,4	2,6	100,0	53,4	.	35,9	10,7	100,0	68,3	.	9,1	22,6	100,0	65,5	14,2	15,6	4,7	100,0
Votorantim	65,8	19,5	12,3	1,9	100,0	61,4	.	27,8	10,8	100,0	69,4	.	12,4	18,2	100,0	65,5	16,4	14,4	3,7	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos

No município de **Sorocaba**, considerando-se os arranjos nucleados por casais observa-se que a participação dos chefes na composição da renda domiciliar apresenta redução, passando de 71% para 67,4% entre 1991 e 2000, acompanhada de significativo crescimento da participação da cônjuge, de 13,4% para 19% no período e de pequena redução da contribuição dos filhos na provisão domiciliar, 12% em 1991 e 11% em 2000; nesse arranjo domiciliar é pequena a participação dos parentes na composição da renda e sofre redução no período no município de Sorocaba, passando de 3,4% para 2,5% (Tabela 10). Também em municípios menores e com características distintas da sede regional, são observadas tendências semelhantes (Tabela 10).

Indicando a crescente responsabilidade da mulher na provisão familiar, observa-se no arranjo domiciliar de chefes femininas sem cônjuge o aumento na participação das chefes na composição da renda domiciliar em todas as regiões sob análise. No Pólo de Sorocaba, em 1991, as chefes femininas contribuíam com 51,9% da renda domiciliar e passaram a contribuir com 61,3% em 2000, frente à redução da participação dos filhos apontada acima e a participação dos parentes em 11% nos dois momentos, resultando no aumento do encargo das chefes femininas na manutenção do domicílio. Os dados apresentados seguem tendência semelhante à observada para o Estado de São Paulo, no qual as chefes femininas sem cônjuge contribuíam com 56% em 1991 e passaram a contribuir com 63,8% em 2000 para a composição da renda domiciliar (Tabela 9). No município de **Sorocaba**, em 1991 as chefes femininas sem cônjuge eram responsáveis por 53,3% da renda domiciliar e, em 2000, seu encargo passou a ser de 62,3%.



A tendência de crescimento do encargo na provisão domiciliar é também apresentada pelos dos chefes masculinos sem cônjuge em todas as regiões sob análise. No Pólo de Sorocaba sua contribuição para composição da renda domiciliar desse arranjo era de 68% em 1991 e passou para 76,9% em 2000, com proporções semelhantes às observadas para o Estado de São Paulo. No município de **Sorocaba** a participação do chefe em 1991 era de 68,5% e, em 2000, este passou a ser responsável por 78,3% da composição da renda domiciliar.

Para o arranjo domiciliar dos chefes masculinos sem cônjuge o aumento de seu encargo na manutenção do domicílio resulta, além da queda na contribuição já apontada para os filhos, da redução observada na participação dos parentes e não parentes na composição da renda domiciliar de 20,6% em 1991, para 15% em 2000, no Pólo de Sorocaba.

Analisando-se os demais municípios que compõem o no Pólo de Sorocaba observam-se as mesmas tendências apontadas acima.

2.3. Arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento

Estudos sobre a Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90 e 2000 (Montali, 2004) e sobre o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras na década de 2000 (Montali e Tavares, 2008) evidenciaram que a precarização do trabalho e o aumento do desemprego vigentes nesses períodos afetam diferenciadamente os arranjos familiares de inserção no mercado, que são articulados de maneiras distintas nos momentos do ciclo de vida familiar, evidenciando maior fragilização para determinados segmentos sociais nas formas encontradas para garantir a sobrevivência. Diversos indicadores reafirmam essa maior fragilidade apresentada por determinados arranjos domiciliares.

Os arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento foram assim identificados por apresentarem rendimentos médios familiares per capita mais baixos que os demais arranjos domiciliares e abaixo da média regional, por apresentarem as mais elevadas concentrações entre os decis inferiores de renda familiar per capita, bem como por apresentarem as menores taxas de geração de renda (Montali e Tavares, 2008).

Esse tópico pretende apresentar os arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento no Pólo Regional de Sorocaba no ano de 2000 e destacar os municípios da região em que essa fragilidade se mostra mais acentuada. Para tanto,



serão utilizados dois indicadores: rendimento domiciliar per capita e taxa de geração de renda, ambos analisados segundo arranjo domiciliar.

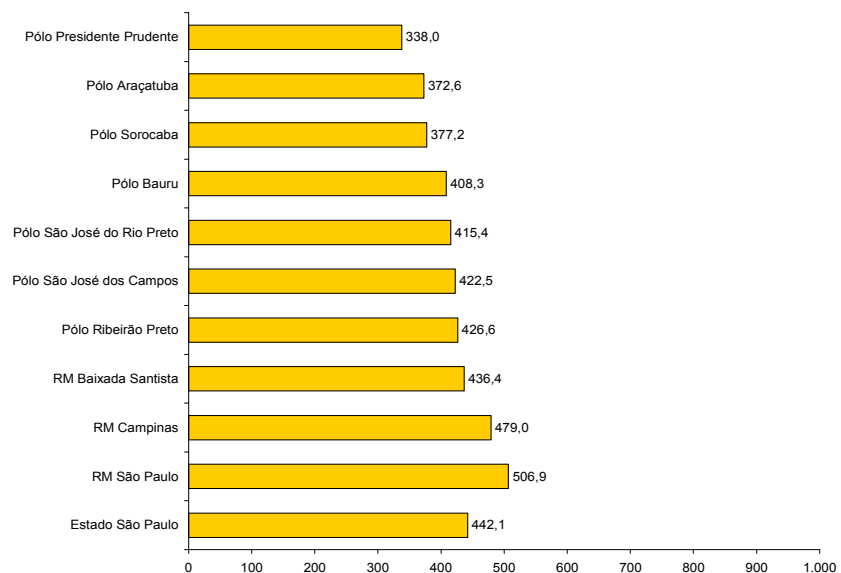
O Pólo Regional de Sorocaba apresentou, no ano de 2000, rendimento domiciliar per capita de R\$ 377,20 valor inferior ao apresentado pelo Estado de São Paulo e pelas regiões metropolitanas paulistas. Entretanto, quando comparado aos outros Pólos Regionais sob análise, o Pólo de Sorocaba apresenta, entre os pólos com menor renda per capita, o terceiro maior rendimento domiciliar per capita, superando apenas os Pólos de Araçatuba e Presidente Prudente (Gráfico 6).

Considerando-se o outro indicador selecionado para análise, a taxa domiciliar de geração de renda verificada para o Pólo de Sorocaba, em 2000, foi de 50,2%, semelhante à média observada no Estado de São Paulo, como mencionado no item anterior (Tabela 7). A análise da taxa de geração de renda por composição familiar no ano de 2000 evidencia que, em todos os arranjos domiciliares, as taxas médias do Pólo correspondem às médias do Estado de São Paulo, com a exceção dos arranjos domiciliares chefiados pela mulher sem a presença de cônjuge, que apresenta taxa de geração de renda mais elevada no Pólo de Sorocaba.

Estes dois indicadores, rendimento per capita e taxa de geração de renda evidenciam que no Pólo Regional de Sorocaba embora tenha se elevado a proporção de pessoas por domicílio envolvidas em atividades de geração de renda, é mais baixa a remuneração auferida por estas, significando em termos comparativos às regiões metropolitanas paulistas, situações mais desfavoráveis de remuneração e indicando a possibilidade de vínculos mais precários de inserção no mercado de trabalho. Entretanto, indicam situações mais favoráveis comparativamente aos Pólos de Araçatuba e Presidente Prudente.



Gráfico 6
Rendimento domiciliar per capita
Região Metropolitanas e Pólos Regionais – Estado de São Paulo
2000



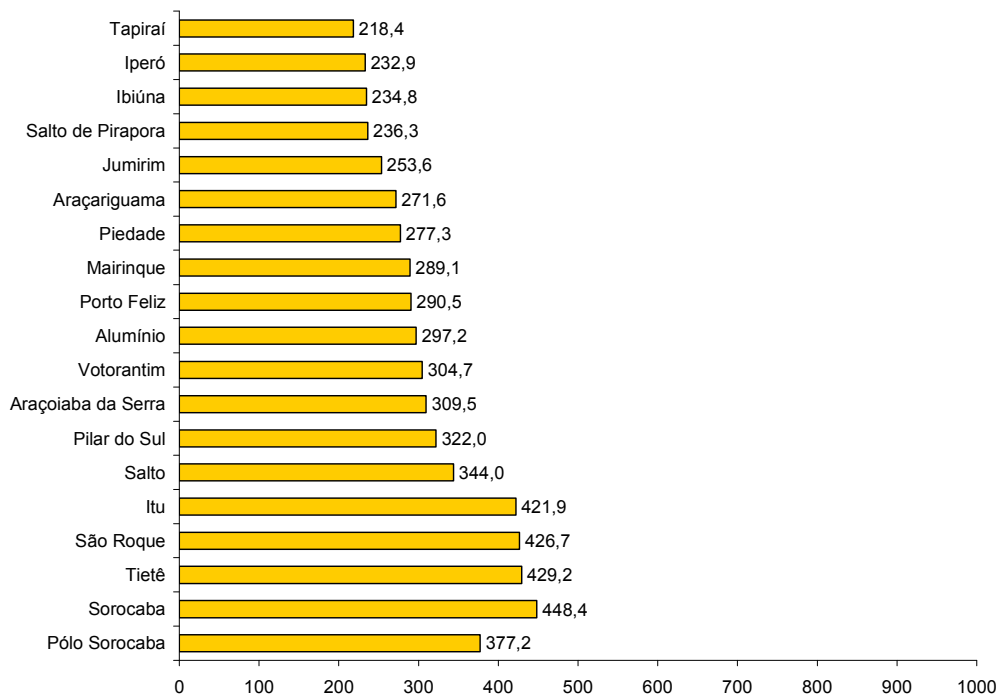
Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Entre os municípios que compõem o Pólo Regional de Sorocaba no ano de 2000, é grande a disparidade de níveis de rendimento domiciliar per capita. Dentre os dezoito municípios que compõem o Pólo, apenas **Sorocaba**, o município-sede da região, e mais três municípios, encontram-se acima do valor correspondente à média regional em relação ao rendimento per capita. Deve-se ressaltar ainda que a renda per capita de **Sorocaba** é duas vezes maior que a do município de **Tapiraí**, que apresenta o menor valor no Pólo de Sorocaba (Gráfico 7). Entre os municípios com renda per capita mais elevada, na seqüência após **Sorocaba**, estão em ordem decrescente os municípios de **Tietê**, **São Roque** e **Itu**, com renda per capita superior à média regional (Gráfico 7).

Dentre os dezoito municípios do Pólo de Sorocaba, quatorze têm rendimento per capita abaixo da média regional. Fica evidente através do Gráfico 7 que quatro municípios apresentam rendimento per capita pouco acima da metade da média regional (**Tapiraí**, **Iperó**, **Ibiúna** e **Salto de Pirapora**), evidenciando a precariedade de rendimentos em grande parte dos municípios do Pólo de Sorocaba.



Gráfico 7
Rendimento domiciliar per capita
Pólo Regional de Sorocaba
2000



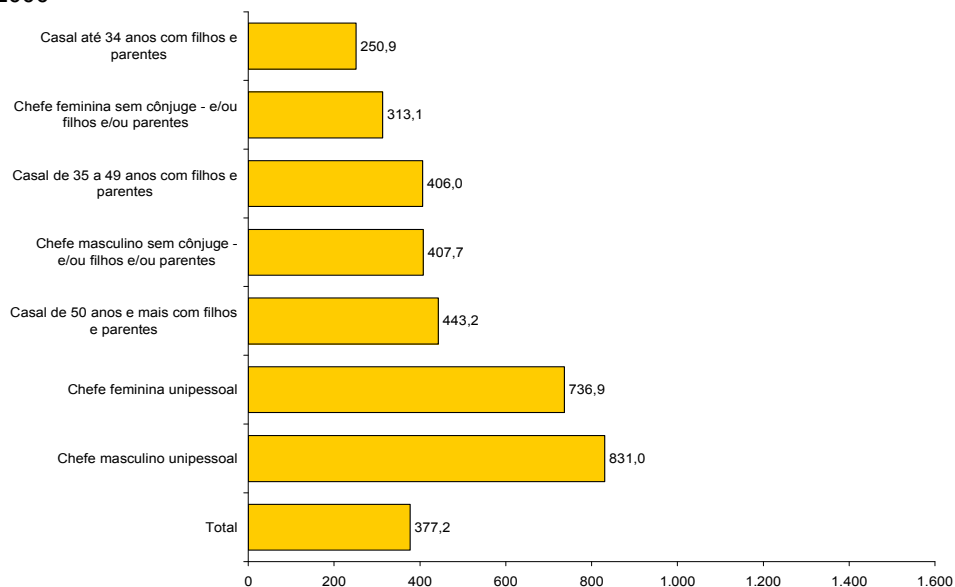
Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

A disparidade regional na renda per capita observada entre os municípios do Pólo Regional vai se refletir nos arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento presentes em cada um deles, acentuando sua fragilidade.

Com base nos dois indicadores selecionados para a análise, constata-se que os arranjos domiciliares mais suscetíveis à pobreza, identificados no Pólo Regional de Sorocaba, no ano de 2000, são, em ordem crescente aqueles chefiados por casais na faixa etária de até 34 anos com filhos e/ou parentes, seguidos pelos arranjos de chefias femininas sem cônjuges com filhos e/ou parentes e, por fim, os chefiados por casais na faixa etária dos 35 aos 49 anos com filhos e/ou parentes (Gráficos 8 e 9). Comparado ao estudo de Montali e Tavares (2008), sobre as regiões metropolitanas brasileiras no ano de 2004, observa-se a mesma ordem de fragilidade identificada por aquele estudo segundo tipos de arranjos domiciliares.

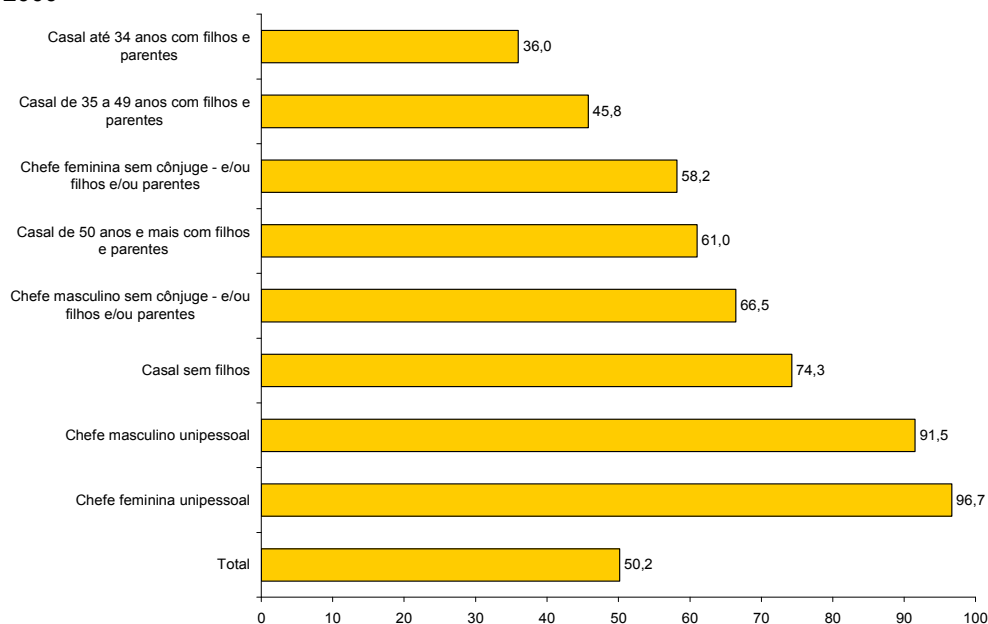


Gráfico 8
Rendimento domiciliar per capita segundo tipo de arranjo domiciliar
Pólo Regional de Sorocaba
2000



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Gráfico 9
Taxa Específica de geração de renda por tipos de arranjos domiciliares
Pólo Regional de Sorocaba
2000



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.



Os arranjos nucleados por casais na faixa etária de até 34 anos com a presença de filhos e/ou parentes, que apresentam maior suscetibilidade à pobreza no ano de 2000 no Pólo de Sorocaba, com base nos indicadores adotados, têm rendimento domiciliar per capita de R\$ 250,00 e taxa de geração de renda do domicílio de apenas 36%, o que significa que pouco mais de um terço da população em idade ativa aporta renda para o domicílio. Outro indicador da fragilidade desse arranjo domiciliar é sua concentração nos decís inferiores de renda no Pólo de Sorocaba. Em 2000, cerca de 66% dos domicílios desse arranjo se encontram abaixo do rendimento mediano, significando que estão entre os 50% mais pobres do Pólo (Anexo 3).

Observa-se, entretanto, que nos municípios do Pólo Regional de Sorocaba, o arranjo domiciliar dos casais na faixa etária de até 34 anos com a presença de filhos e/ou parentes, identificado por sua maior fragilidade no enfrentamento das necessidades para a subsistência, apresenta valores bastante distintos de sua renda domiciliar per capita. Assim, esses arranjos apresentam em todos os municípios os menores valores do rendimento domiciliar per capita, porém, o valor deste varia de forma associada à renda per capita do município (Anexo 2). Foram encontrados entre os municípios analisados valores do rendimento domiciliar per capita para esse tipo de arranjo, que variam entre R\$ 152,00 (**Tapiraí**) e R\$ 310,00 (**Sorocaba**) no ano de 2000. Os municípios do Pólo em que esses arranjos apresentam maior fragilidade para a subsistência são **Tapiraí** com rendimento domiciliar per capita de R\$ 152,00 e taxa de geração de Renda de 32,7%, **Iperó** com rendimento domiciliar per capita de R\$ 156,00 e taxa de geração de renda de 33,8%. Nestes municípios ambos os indicadores estão abaixo da média regional para o arranjo domiciliar, evidenciando uma das situações em que são maiores as fragilidades destes arranjos que caracterizam-se pela maior suscetibilidade ao empobrecimento.

Em **Sorocaba**, município-sede, o arranjo domiciliar dos casais na faixa etária de até 34 anos com filhos e/ou parentes, apresentou taxas de geração de renda de 37% acima da média regional para o arranjo e rendimento domiciliar per capita de R\$ 310,00, também acima da média regional para o arranjo (Anexo 2).

O segundo arranjo domiciliar mais suscetível à pobreza no ano de 2000, do Pólo Regional de Sorocaba é evidenciado nos arranjos domiciliares chefiados por mulheres sem cônjuges com filhos e/ou parentes. Nesse tipo de arranjo, o rendimento domiciliar per capita observado foi de R\$ 313,00, abaixo da média regional (R\$ 422,00) e a taxa de geração de renda foi de 58,2%, mais elevada que a média da



região (50,2%). Ou seja, mais pessoas contribuem para a geração de renda, mas o rendimento domiciliar per capita é menor que nos outros arranjos domiciliares em decorrência das características de sexo e de idade de seus componentes, bem como das características de inserção dos mesmos no mercado de trabalho, com parcela importante em atividades não formalizadas (Montali, 2008). Neste arranjo domiciliar também é elevada a concentração nos decís inferiores de renda no Pólo de Sorocaba, 55% dos domicílios desse arranjo se encontram abaixo do rendimento mediano, no ano de 2000, significando que mais que a metade dos domicílios nesse arranjo estão entre os 50% mais pobres do Pólo (Anexo 3).

Nos municípios do Pólo de Sorocaba, os arranjos domiciliares chefiados por mulheres sem cônjuges com filhos e/ou parentes tiveram rendimento domiciliar per capita variando entre R\$ 193,00 (**Tapiraí**) e R\$ 358,00 (**Sorocaba**) no ano de 2000. Tomando **Tapiraí** como um dos municípios em que esse tipo de arranjo apresentou maior suscetibilidade à pobreza, observa-se rendimento per capita de R\$ 193,00, pouco acima da metade da média regional para o arranjo e taxa de geração de renda de 46,7%, abaixo da média regional, e bastante abaixo da média para o arranjo (58,2%). Situação mais favorável pode ser apontada para no município de **Sorocaba**, no qual esse arranjo domiciliar apresentou rendimento de R\$ 358,00, acima da média do arranjo e taxa de geração de renda de 59,4%, superior, mas próxima da média do arranjo.

Por fim, os casais na faixa etária dos 35 aos 49 anos com filhos e/ou parentes são o terceiro arranjo mais suscetível à pobreza do Pólo de Sorocaba. Estes apresentam rendimento domiciliar per capita de R\$ 406,00, pouco acima da média regional, no entanto, apresentam taxa de geração de renda de 45,8%, abaixo da média regional. No Pólo de Sorocaba, cerca de 47,7% dos domicílios desse arranjo se encontram abaixo do rendimento mediano, significando que quase a metade dos domicílios nesse arranjo estão entre os 50% mais pobres do Pólo (Anexo 3).

Nos municípios do Pólo, o arranjo domiciliar nucleado pelo casal de 35 a 49 anos com filhos e/ou parentes apresentou rendimentos per capita que variaram entre R\$ 225,00 (**Jumirim**) e R\$ 467,00 (**Sorocaba**), no ano de 2000 (Anexo 2). Com os menores valores destacam-se os arranjos domiciliares deste tipo nos municípios de **Jumirim** com rendimento domiciliar per capita de R\$ 225,00 e taxa de geração de renda de 46,9% e **Pilar do Sul** com rendimento domiciliar per capita de R\$ 230,00 e taxa de geração de renda de 45,1%. O município de **Sorocaba**, apresenta mais uma vez situações mais favoráveis, com rendimento per capita de R\$ 467,00 superior à



renda per capita do Pólo e taxas de geração de renda de 45,8%, na média regional para esse arranjo domiciliar.

Esta análise além de apontar os arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento no Pólo Regional de Sorocaba, teve por objetivo explicitar a fragilidade dos mesmos no contexto da disparidade social já indicada. Ao mostrar que o rendimento per capita domiciliar de **Sorocaba** é duas vezes maior que o de **Tapiraí** e pouco menos que duas vezes em relação a **Iperó**, **Ibiúna** e **Salto de Pirapora** (Gráfico 7), estamos também mostrando que é proporcional a gravidade dos arranjos domiciliares mais fragilizados nestes locais, demandando atenção especial das políticas sociais de combate à pobreza.

Arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento em 2006¹⁹

Um dos objetivos do presente projeto ao identificar os arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento nas regiões metropolitanas e pólos regionais do Estado de São Paulo é oferecer indicações sobre os arranjos domiciliares que demandam maior atenção das políticas sociais.

Nesse sentido, e buscando informações mais recentes para essa temática, recorreu-se aos dados de 2006 da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), realizada pelo IBGE.

Pretende-se aqui mostrar no ano 2006, o perfil dos arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento e o acesso destes aos programas de transferência de renda. Embora a fonte de informação disponível (PNAD-IBGE, 2006) não permita a desagregação para as regiões metropolitanas paulistas e pólos regionais, esse fato não invalida a inclusão destas informações no estudo regional, porque estes dados informam sobre o **Estado de São Paulo**, a **Região Metropolitana de São Paulo** (RMSP) e o restante do Estado excluindo-se a RMSP, o qual foi denominado neste estudo como **Interior**.

Deve-se ressaltar que os dados referentes ao ano de 2006, em comparação com os referentes ao ano censitário de 2000 aqui analisados, refletem uma conjuntura econômica distinta, com recuperação do crescimento da economia, expansão do

¹⁹Este item traz informações apresentadas em FINEP/NEPP/NEPO/IE. 2009. **Documento 1 - Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo**. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio FINEP-FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas.



emprego formal, bem como de expansão do acesso a programas de transferência de renda, que passam a ser massivamente implementados a partir de 2004.

A nova fonte de dados confirma os mesmos arranjos domiciliares como os mais suscetíveis ao empobrecimento, identificados através dos censos de 1991 e 2000, e na mesma ordem de maior suscetibilidade, quais sejam, aqueles de casais jovens, de até 34 anos, com filhos e /ou parentes, os arranjos das famílias com chefia feminina sem a presença de cônjuge, com filhos e/ou parentes, e os arranjos de casais com idades entre 35 e 49 anos com filhos e/ou parentes (Gráficos 8 e 10). Essa fonte de dados também indica para o Interior o surgimento de mais um arranjo domiciliar que demanda atenção das políticas de proteção social, que são os arranjos com chefia masculina sem a presença de cônjuge, com filhos e/ou parentes, confirmando a identificação desse arranjo domiciliar por este Projeto, nas análises com base nos dados do Censo 2000.

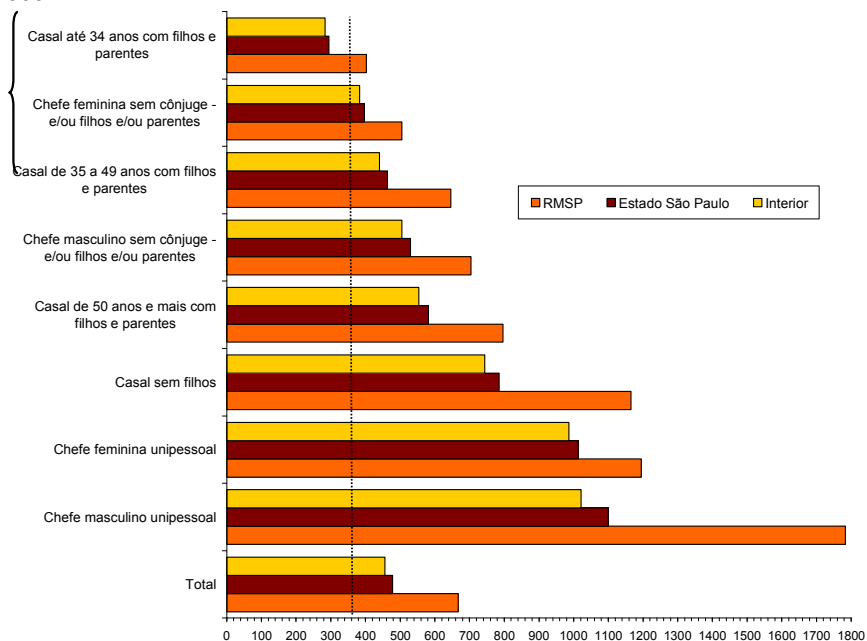
Os arranjos domiciliares identificados como mais suscetíveis ao empobrecimento, conforme análise apresentada nos tópicos anteriores deste Item 2.3- , apresentam os níveis mais baixos de rendimentos familiares per capita e também apresentam maiores concentrações nos decís inferiores de renda domiciliar. Estas características são evidenciadas tanto na análise com base nos dados censitários de 2000 (Anexo 3), como na análise do ano de 2006, utilizando os dados da PNAD 2006 – IBGE (Anexo 1).

Os dados da PNAD 2006 mostram que os três tipos de arranjos domiciliares identificados como mais suscetíveis ao empobrecimento compõem, no ano de 2006, cerca de 56,5% dos domicílios da Região Metropolitana de São Paulo, 55% do Interior e 55,6% do conjunto do Estado de São Paulo e que apresentam concentrações mais elevadas que os demais arranjos domiciliares nos decís inferiores de rendimento domiciliar per capita. Dessa maneira, encontram-se abaixo do valor do 5º decil da distribuição de renda domiciliar per capita metropolitana, que identifica os 50% mais pobres, mais que 70% dos arranjos domiciliares dos casais jovens com filhos. Proporções mais elevadas são encontradas na Região Metropolitana de São Paulo (73%) em comparação como o Interior (71%) (Anexo 1). Nos domicílios com arranjos de chefe feminina sem a presença de cônjuge, com filhos e/ou parentes, pouco menos de 60% apresentam rendimento abaixo do valor do 5º decil; dentre estes se observa percentual um pouco mais elevado no Interior. Entre os domicílios dos casais de 35 a 49 anos com filhos e/ou parentes pouco mais que 50% estão abaixo do valor do 5º decil, com proporções mais elevadas na RMSP (54%) do que no Interior (52%).



Em síntese, os domicílios mais suscetíveis ao empobrecimento apresentam maior concentração entre os 50% mais pobres na Região Metropolitana de São Paulo comparativamente aos do Interior e ao total do Estado de São Paulo. Este indicador está bastante coerente com as análises apresentadas no Estudo Regional – Região Metropolitana de São Paulo²⁰, Capítulo 3, Parte 1. Renda, Pobreza e Desigualdade na Região Metropolitana de São Paulo, que evidencia o aprofundamento da desigualdade de rendimentos entre as pessoas de 10 anos e mais na Região Metropolitana de São Paulo, no ano 2000.

Gráfico 10
Rendimento domiciliar per capita segundo tipo de arranjo domiciliar
Região Metropolitana de São Paulo, Interior e Estado São Paulo
2006



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Os arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento e o acesso aos programas de transferência de renda em 2006

Durante a década de 2000, dentre as políticas de combate à pobreza diversificam-se os programas e amplia-se a cobertura daqueles caracterizados pela

²⁰ FINEP. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/IE-UNICAMP-FINEP. Documento 2 – Estudos Regionais – Região Metropolitana de São Paulo, Capítulo 3.



transferência de renda. Os programas de transferência de renda apresentam abrangência incipiente no ano 2000, portanto não poderiam ser analisados através dos dados censitários correspondentes a esse ano. Na década de 90 inicia-se esse tipo de política de combate à pobreza com a predominância de programas municipais, que passaram a ser implementados a partir de 1995²¹, além de dois programas federais: o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), instituídos em 1996. No decorrer da década de 2000 aumenta a cobertura dos programas de transferência de renda com a ampliação da implementação destes dois programas federais e, a partir de 2001, com a implementação dos programas Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação e na seqüência os programas Auxílio-Gás, em 2002 e o Cartão Alimentação, em 2003. A partir de outubro de 2003, ocorre a implementação do Programa Bolsa-Família, que unifica estes últimos quatro programas de transferência e gradativamente amplia a cobertura, tornando-a massiva. Assim, a partir de 2003 aumenta o acesso a esse tipo de programa de combate à pobreza pelos domicílios com rendimentos mais baixos²².

No entanto ainda é bastante modesto o acesso dos domicílios do Estado de São Paulo e da RMSP a programas de transferência de renda, segundo pesquisa da Fundação SEADE cerca de 9% deles têm acesso a pelo menos um programa dessa natureza²³. Considerando-se o total dos domicílios brasileiros, 18,3% correspondem à proporção dos que receberam transferência de renda de programa social do governo (IBGE, 2008: Tabela 1.2.3). Existem no entanto diferenças regionais na distribuição dos domicílios brasileiros com acesso a tais programas governamentais e as maiores proporções são encontradas nas regiões Nordeste (35,9%) e Norte (24,6%), seguidos pelas das regiões Centro-Oeste (18%), Sul (10,4%) e Sudeste (10,3%).

Tendo por referência os grupos de arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento, investiga-se aqui o acesso destes aos programas de transferência de renda. Constata-se que, se por um lado ainda é restrito o acesso do conjunto dos domicílios a programas de transferência de renda, por outro lado existem indicações de que o acesso a programa social de transferência de renda governamental mostra-

²¹ Detalhamento dos programas municipais de transferência de renda nesse período pode ser encontrado em Fonseca, 2001.

²² Mais informações sobre programas de transferência de renda podem ser encontradas na Parte 3 deste capítulo.

²³ Resultados da Pesquisa de Condições de Vida – PCV 2006 - Fundação SEADE, mostram que 8,7% das famílias do Estado de São Paulo e 9% das famílias da Região Metropolitana de São Paulo têm acesso a benefícios oriundos dos programas governamentais de transferência de renda. Disponível em <http://www.seade.gov.br>. Acesso em 28/03/2008.



se bem focalizado, pois mais que 90% dos domicílios beneficiários no Estado de São Paulo encontram-se entre os 50% mais pobres segundo os dados da PNAD 2006 (Tabela 11). A focalização dos programas sociais de transferência de renda se evidencia também através das proporções mais elevadas do acesso a tais programas sociais pelos domicílios acima caracterizados como arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento nas diversas espacialidades sob análise em comparação com os demais arranjos domiciliares (Tabela 11 % coluna).

Considerando-se o conjunto dos tipos de arranjos domiciliares fica evidente a focalização nos três tipos apontados como mais suscetíveis ao empobrecimento quais sejam: casal de até 34 anos, com filhos e parentes, chefe feminina sem cônjuge, com filhos e parentes, e casal entre 34 e 49 anos com filhos e parentes, que juntos perfazem mais de 80% dos domicílios com acesso a algum programa de transferência de renda em todas as espacialidades analisadas em 2006. Assim, na RMSP, enquanto os arranjos domiciliares identificados por este estudo como mais fragilizados representam 56,5% do total dos domicílios (Anexo 1), ao se considerar os 50% mais pobres representam 83% dos domicílios atendidos por programas de transferência de renda (Tabela 11 % coluna). No Interior, estes arranjos domiciliares representam 55% do total dos domicílios (Anexo 1) e, considerando –se os 50% mais pobres, são 82% dentre os beneficiários destes programas (Tabelas 11, % coluna).

Tabela 11
Distribuição dos domicílios com acesso aos programas de transferência de renda entre os 50% mais pobres - Estimativa (%) (1)
Região Metropolitana de São Paulo, Interior e Estado de São Paulo
2006

	RMSP		Interior		Estado	
	50% mais pobres % linha	50% mais pobres % coluna	50% mais pobres % linha	50% mais pobres % coluna	50% mais pobres % linha	50% mais pobres % coluna
Casais	96,3	69,1	93,0	73,6	94,2	72,0
Casal sem filhos	91,7	3,3	76,3	4,3	78,0	3,9
Casal com filhos e parentes	96,5	65,9	94,3	69,3	95,3	68,2
Casal até 34 anos com filhos e parentes	96,1	29,1	96,4	31,9	96,6	31,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	98,8	25,2	95,2	26,6	96,4	26,1
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	86,4	5,6	80,4	5,5	83,8	5,7
Chefe feminina sem cônjuge	97,1	29,7	95,8	23,6	96,7	25,7
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	97,0	28,5	96,9	23,0	96,9	24,8
Chefe feminina unipessoal	100,0	1,2	66,7	0,6	90,1	0,9
Chefe masculino sem cônjuge	80,0	1,2	95,0	2,8	92,0	2,3
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	80,0	1,2	94,1	2,4	90,9	2,0
Chefe masculino unipessoal	0,0	0,0	100,0	0,5	100,0	0,3
Total (2)	96,3	100,0	93,7	100,0	94,8	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) Estimativa obtida através da variável V1273. Domicílios até o 8º decil do rendimento domiciliar per capita.

(2) O Total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual).



Outro aspecto que se pretende ressaltar é que o acesso a programas de transferência está relacionado à composição dos domicílios e aos distintos arranjos domiciliares associados a ciclos vitais da família (Tabela 12). Observa-se que o Benefício de Prestação Continuada, que atende a deficientes e principalmente idosos em situação de risco, apresenta peso maior entre as famílias unipessoais, caracterizadas por idosos, entre os arranjos nucleados pelos casais de 50 anos com filhos e/ou parentes, bem como entre os casais sem filhos residentes, dentre os quais uma parcela importante é composta por idosos. Representa ainda cerca de 15 % dos benefícios a que têm acesso os domicílios com chefia feminina sem a presença de cônjuge no Estado de São Paulo, lembrando que nestes arranjos cerca de metade das chefes têm 50 anos e mais. Nos demais arranjos familiares é bastante menor a participação desse programa (Tabela 12).

O programa Bolsa-Família, por sua vez, apresenta peso importante entre os programas de transferência de renda, abrangendo cerca de 67% dos domicílios metropolitanos com acesso e 73% dos domicílios do Interior com acesso. No Estado de São Paulo, dentre os beneficiários de algum programa de transferência de renda governamental, 70% têm acesso ao programa Bolsa-Família (Tabela 12).

É mais elevado o acesso ao Bolsa Família pelos três tipos de arranjos identificados como mais suscetíveis ao empobrecimento, que contam em sua composição familiar com parcela importante de crianças, adolescentes e jovens, ou seja, os tipos de arranjo domiciliar: casal de até 34 anos, chefe feminina sem cônjuge, com filhos e/ou parentes e casal entre 34 e 49 anos com filhos e/ou parentes. Na Região Metropolitana de São Paulo, considerando-se os domicílios com acesso a algum tipo programa de transferência de renda, cerca de 70% dos domicílios desses três arranjos domiciliares referidos como mais fragilizados, são beneficiários do Programa Bolsa Família. Proporção mais elevada que a apresentada pelos demais arranjos domiciliares (Tabela 12).



Tabela 12

Distribuição dos domicílios com acesso a programas de transferência de renda por arranjos domiciliares, segundo distribuição por programa
Região Metropolitana de São Paulo, Interior e Estado de São Paulo
2006

Tipos de arranjos	RMSF					Interior					Estado São Paulo				
	BOLSA	BPC	PETI	OUTRO	TOTAL	BOLSA	BPC	PETI	OUTRO	TOTAL	BOLSA	BPC	PETI	OUTRO	TOTAL
	FAMÍLIA		PROGRAMA			FAMÍLIA		PROGRAMA			FAMÍLIA		PROGRAMA		
Casais	67,0	6,5	0,7	25,7	100,0	74,7	11,7	0,7	12,9	100,0	72,1	10,0	0,7	17,2	100,0
Casal sem filhos	61,5	15,4	0,0	23,1	100,0	37,5	52,5	0,0	10,0	100,0	43,5	43,2	0,0	13,3	100,0
Casal até 34 anos com filhos e parentes	70,3	2,5	1,7	25,4	100,0	84,4	3,4	0,8	11,4	100,0	79,6	3,1	1,1	16,1	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	69,0	4,0	0,0	27,0	100,0	75,6	8,5	1,0	14,9	100,0	73,4	7,0	0,7	19,0	100,0
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	48,0	28,0	0,0	24,0	100,0	44,0	38,0	0,0	18,0	100,0	45,4	34,6	0,0	20,0	100,0
Chefe feminina sem cônjuge	68,7	7,0	0,9	23,5	100,0	67,8	21,1	1,1	10,0	100,0	68,1	15,5	1,0	15,3	100,0
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	70,3	4,5	0,9	24,3	100,0	70,1	18,4	1,1	10,3	100,0	70,2	12,9	1,1	15,9	100,0
Chefe feminina unipessoal	25,0	75,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	10,1	89,9	0,0	0,0	100,0
Chefe masculino sem cônjuge	16,7	33,3	0,0	50,0	100,0	60,0	30,0	0,0	10,0	100,0	49,8	30,8	0,0	19,4	100,0
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	16,7	33,3	0,0	50,0	100,0	70,6	23,5	0,0	5,9	100,0	56,3	26,1	0,0	17,6	100,0
Chefe masculino unipessoal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	66,7	0,0	33,3	100,0	0,0	66,7	0,0	33,3	100,0
Total (1)	66,8	7,1	0,8	25,4	100,0	72,7	14,4	0,8	12,2	100,0	70,6	11,8	0,8	16,8	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) o total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual).

Merece destaque o fato de que, na Região Metropolitana de São Paulo, 61% dos domicílios de casais sem filhos e 25% dos domicílios unipessoais femininos são beneficiários do Bolsa Família em 2006. Informações semelhantes foram identificadas por estudo de Montali e Tavares sobre as regiões metropolitanas brasileiras para o mesmo ano e atribui-se o acesso de domicílios sem a presença de crianças ou adolescentes à ampliação do Bolsa Família que privilegiou o limite da renda domiciliar per capita como critério para a seleção das famílias beneficiárias (Montali e Tavares, 2008).

Além destes arranjos identificados como mais suscetíveis ao empobrecimento, foi identificado outro tipo de arranjo domiciliar como beneficiário de programas de transferência de renda, demandando atenção no planejamento dos programas de proteção social, trata-se do arranjo domiciliar do chefe masculino sem cônjuge, com filhos e/ou parentes. Este arranjo é apontado principalmente para o Interior como um dos que apresenta elevada concentração entre os 50% mais pobres, da ordem de 45%; na RMSF apresenta concentração um pouco menor, da ordem de 40% (Anexos 1 e 3). Observou-se também que o acesso desse arranjo a programas de transferência de renda mostra-se diferenciado, quando consideradas a Região Metropolitana e o Interior do Estado de São Paulo. Na Região Metropolitana de São Paulo este arranjo domiciliar é beneficiário do BPC, no caso de 33% dos domicílios, e de Outro Programa, com a importante porcentagem de 50%; esta categoria Outro Programa inclui programas estaduais e municipais. No Interior, 70% destes domicílios são



beneficiários do Bolsa Família e 23% do BPC (Tabela 12). Esta nova situação de fragilidade merece um estudo especial, considerando-se as mudanças na estruturação das famílias, bem como na dinâmica do mercado de trabalho e as novas restrições ao emprego nos anos recentes.

Considerações Finais

Merece ressaltar que a análise do acesso aos programas de transferência de renda governamentais pelos domicílios caracterizados por arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento explicita, ao mesmo tempo, a confirmação da condição de maior suscetibilidade ao empobrecimento destes arranjos, bem como a focalização dos programas de transferência de renda nos domicílios mais pobres.

Por outro lado esta análise apontou um outro arranjo domiciliar identificado nos anos recentes, que evidencia fragilidade em face à sobrevivência, demandando atenção das políticas de proteção social, que é o arranjo do chefe masculino sem cônjuge, com filhos e/ou parentes. Embora este arranjo domiciliar represente cerca de 4% dos domicílios da RMSP, Interior e Estado de São Paulo em 2006, apresenta uma das concentrações mais elevadas entre os 50% mais pobres (Anexo 1) e evidencia acesso a programas de transferência de renda, demandando conhecimento mais aprofundado de sua configuração e da condição de precariedade.

Anexo 1

Distribuição dos arranjos domiciliares por tipologia segundo decis do rendimento domiciliar per capita (R\$)
Região Metropolitana de São Paulo, Interior e Estado São Paulo
2006

Tipos de arranjos	RMSP		Interior		Estado São Paulo	
	Distribuição Tipologia	50% mais pobres	Distribuição Tipologia	50% mais pobres	Distribuição Tipologia	50% mais pobres
Casais	65,0	52,2	70,2	51,7	67,7	51,9
Casal sem filhos	13,3	30,3	16,3	36,2	14,8	34,0
Casal até 34 anos com filhos e parentes	16,3	72,7	17,8	70,6	17,1	71,9
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	21,1	54,5	22,3	51,6	21,7	52,7
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	11,3	39,7	10,4	40,2	10,9	39,9
Chefe feminina sem cônjuge	25,5	52,0	21,1	51,2	23,2	51,9
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	19,1	58,4	14,8	59,4	16,8	58,9
Chefe feminina unipessoal	6,5	33,3	6,3	32,0	6,4	32,0
Chefe masculino sem cônjuge	9,4	29,9	8,8	35,0	9,1	33,4
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	4,1	40,0	3,3	45,0	3,7	43,0
Chefe masculino unipessoal	5,3	22,3	5,5	29,1	5,4	27,0
Total (1)	100,0	50,1	100,0	50,1	100,0	50,1

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) O Total inclui outros arranjos domiciliares.



Anexo 2

Rendimento domiciliar per capita (em R\$)

Pólo Regional de Sorocaba

2000

	Casais							Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem con		
	Total	Sem Filhos	com filhos e/ou parentes				Residual	com filhos e/ou parentes			com filhos e/ou parentes		
			Total	até 34 anos	de 35 a 49 anos	50 anos e mais		Total	Unipessoal	Total	Unipes		
Pólo Sorocaba	376,2	648,1	348,1	250,9	406,0	443,2	299,8	345,2	313,1	736,9	514,1	407,7	831
Alumínio	297,4	362,1	292,3	276,5	308,0	321,5	208,7	268,1	260,8	380,8	376,0	356,3	415
Araçariguama	276,3	595,2	239,2	197,4	287,3	246,6	213,3	228,8	218,4	386,8	274,7	251,8	319
Araçoiaba da Serra	304,7	587,2	263,6	201,1	289,3	334,5	211,7	298,2	256,8	760,3	431,2	441,7	391
Ibiúna	228,7	393,8	211,5	165,0	243,5	269,0	185,7	250,2	249,4	267,8	314,7	282,2	379
Iperó	232,8	447,7	208,8	156,6	249,2	277,2	180,3	225,1	210,0	418,3	257,0	190,5	485
Itu	425,2	663,8	400,1	263,2	508,6	459,2	335,6	347,3	315,3	790,2	622,8	494,6	973
Jumirim	221,1	270,5	215,8	156,1	224,7	312,8	190,7	445,1	450,6	371,3	430,6	482,9	299
Mairinque	287,5	525,7	263,3	194,5	304,0	392,9	214,7	265,1	261,3	335,4	442,7	332,4	686
Piedade	269,3	626,7	231,8	181,8	258,4	291,1	220,1	316,2	286,3	653,9	340,7	321,2	387
Pilar do Sul	319,0	1.282,1	216,1	178,2	230,6	291,0	187,5	352,4	232,0	2.250,1	298,0	239,8	393
Porto Feliz	289,3	454,1	270,9	200,0	310,5	361,8	229,5	247,5	230,5	433,4	481,4	348,3	859
Salto	343,6	639,0	315,1	242,5	366,7	371,7	269,6	304,6	271,4	653,3	482,6	391,7	853
Salto de Pirapora	240,7	414,4	222,7	179,8	253,9	273,3	166,5	201,0	193,5	318,4	256,6	207,3	394
São Roque	439,1	777,7	398,9	242,6	500,7	523,8	273,0	358,7	345,1	539,7	436,0	306,9	749
Sorocaba	448,8	737,9	419,0	310,0	467,0	543,5	378,2	398,8	358,5	845,8	642,9	485,6	1.151
Tapiraí	213,7	326,9	199,6	152,6	247,3	261,4	119,4	200,2	193,2	316,2	342,2	299,1	442
Tietê	425,1	679,7	397,7	238,9	499,7	498,3	237,2	432,0	391,7	832,5	501,5	450,8	649
Votorantim	307,4	451,6	295,1	222,5	332,3	365,0	315,6	263,0	242,8	550,3	385,7	344,5	570

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Anexo 3

Distribuição dos domicílios por arranjos domiciliares segundo decis do rendimento domiciliar per capita (50% mais pobres)

Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais

2000

Tipo de arranjo	Regiões Metropolitanas			Pólos Regionais					
	RMSP	RMBS	RMC	Araçatuba	Bauri	Presidente Prudente	Ribeirão Preto	São José dos Campos	São João do Rio Preto
Casais	51,8	52,2	52,7	49,6	51,2	50,0	51,1	50,3	50,0
Casal sem filhos	33,2	30,3	36,8	38,8	37,3	36,6	36,1	32,2	33,2
Casal até 34 anos com filhos e parentes	69,7	72,3	69,1	65,6	67,5	64,0	67,9	65,2	65,2
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	49,7	51,5	49,9	44,9	47,2	46,5	48,1	47,1	47,1
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	36,5	39,8	42,0	42,0	40,5	41,3	40,0	42,3	42,3
Chefe feminina sem cônjuge	50,6	50,0	51,9	55,5	50,3	52,4	51,8	55,0	51,8
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	56,1	57,0	57,1	59,2	55,4	54,6	56,0	59,5	59,5
Chefe feminina unipessoal	32,4	29,7	35,3	45,0	36,1	46,1	39,4	35,8	35,8
Chefe masculino sem cônjuge	32,7	34,8	37,7	39,9	37,7	43,6	35,6	37,1	37,1
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	39,9	43,6	46,4	45,7	47,6	48,9	44,6	47,3	47,3
Chefe masculino unipessoal	25,7	28,3	29,5	35,3	30,1	40,2	27,8	28,7	28,7
Total	50,0	50,0	51,4	50,0	50,0	50,0	50,0	50,0	50,0

Fonte: Censo demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projetos Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

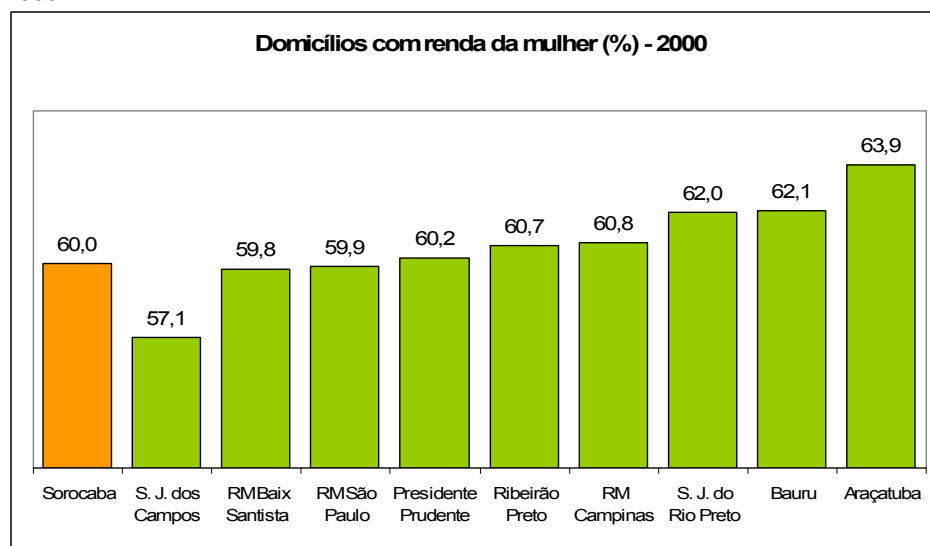


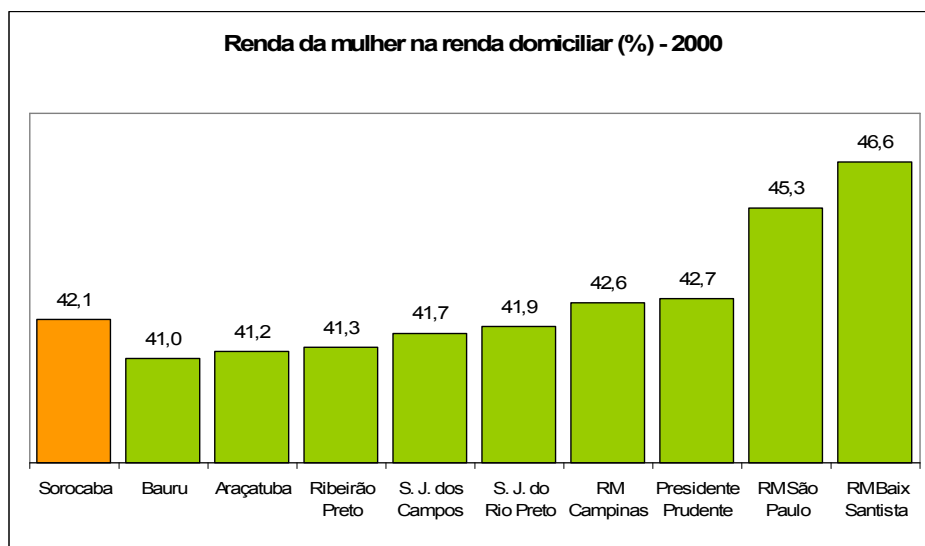
2.4. A mulher e a renda dos domicílios: 1991-2000

Domicílios com rendimento da mulher

Conforme mencionado anteriormente o Pólo Regional de Sorocaba tinha, em 2000, 60,0% dos domicílios com renda da mulher, sendo esta proporção maior que a do pólo de São José dos Campos e a das Regiões Metropolitanas da Baixada Santista e de São Paulo. Já a participação da renda da mulher na renda dos domicílios com mulher com renda era, em 2000, de 42,1% no pólo de Sorocaba, como pode ser visualizado no gráfico 11 a seguir.

Gráfico 11
Domicílios com renda da mulher e participação da renda da mulher na renda domiciliar
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais
2000





Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE

Em 1991, o Pólo de Sorocaba apresentava 50,2% dos domicílios auferindo rendimentos da mulher e essa porcentagem passou para 60% em 2000. Quanto à participação da renda da mulher na renda total dos domicílios com mulher com renda esta era de 39,7% em 1991 e passou para 42,1% em 2000. Assim, a ampliação do número de domicílios com mulher com renda teve um aumento de quase dez pontos percentuais, enquanto a variação da participação da renda da mulher na renda domiciliar foi bem menos intensa (2,4 pontos percentuais).

A tabela 13 mostra os municípios do Pólo de Sorocaba ordenados de menor a maior conforme a participação da renda da mulher na renda domiciliar, sendo 2000 o ano de referência. O percentual de domicílios com renda da mulher varia muito entre os municípios do Pólo Regional de Sorocaba. Em 1991 essa variação ia de 37,1% em **Ibiúna** a 56,8% em **Tietê**. Em 2000 o menor percentual ficava com **Alumínio** (46,2%) e o maior continuava com **Tietê** (66,8%). Quando se compara a proporção de domicílios com mulher com renda do Pólo de Sorocaba (60% em 2000) à observada em cada município, tem-se que **Tietê**, **Sorocaba**, **Itu** e **São Roque** possuem proporções que superam a média do pólo.

Entre 1991 e 2000 houve aumento generalizado do número de domicílios com mulher auferindo renda no pólo de Sorocaba. Merecem destaque os municípios de **Pilar do Sul**, **São Roque**, **Mairinque** e **Ibiúna**, que apresentaram as maiores variações da proporção de domicílios com mulher auferindo renda no período (14; 13,9; 13,4 e 13 pontos percentuais respectivamente).



Quanto à participação da renda da mulher na renda dos domicílios nos municípios do Pólo de Sorocaba o que se observa é que em 1991 ela variava de 34,4% em **Iperó** a 47,7% em **Ibiúna**. Em 2000, o menor peso da renda da mulher na renda domiciliar ficava com **Araçariguama** (35,0%) e o maior com **Tapiraí** (46,5%).

Tabela 13

Proporção de domicílios com mulher ocupada e participação da renda da mulher na renda domiciliar ordenados de menor a maior conforme a participação da renda da mulher na renda domiciliar em 2000.

Pólo de Sorocaba (1991-2000)

Pólo de Sorocaba	1991		2000	
	% Domicílios com mulher com renda (todas as fontes)	% Renda da mulher na renda total dos domicílios com mulher que tem renda	% Domicílios com mulher com renda (todas as fontes)	% Renda da mulher na renda total dos domicílios com mulher que tem renda
Araçariguama	-	-	47,1	35,0
Alumínio	-	-	46,2	38,0
Piedade	46,6	38,8	56,8	39,4
Porto Feliz	46,7	36,0	56,8	39,5
Itu	53,4	39,9	61,6	39,8
Salto	51,4	41,3	58,7	40,9
Tietê	56,8	41,4	66,8	41,5
Iperó	47,3	34,4	52,5	41,5
Mairinque	41,3	40,7	54,7	41,8
Ibiúna	37,1	47,7	50,1	42,3
Votorantim	48,4	37,8	60,0	42,5
Sorocaba	53,9	39,7	63,4	42,9
Araçoiaba da Serra	45,2	40,9	57,2	43,2
São Roque	46,7	38,7	60,6	43,3
Jumirim	-	-	56,9	44,0
Salto de Pirapora	46,3	38,0	54,7	45,1
Pilar do Sul	40,9	40,2	54,9	45,2
Tapiraí	38,2	37,7	47,9	46,5
Pólo de Sorocaba	50,2	39,7	60,0	42,1

Fonte: Censos, microdados, IBGE.

Entre 1991 e 2000 o peso da renda da mulher na renda dos domicílios aumentou em alguns municípios e diminuiu em outros, sendo que os aumentos de participação da renda da mulher na renda dos domicílios foram bem menores que



aqueles verificados para os aumentos nos percentuais dos domicílios com mulher com renda. Isto fica evidente no gráfico 12 a seguir, onde do lado esquerdo se visualiza a considerável ampliação nos percentuais referentes aos domicílios com mulher com renda. Todos os municípios tiveram variação positiva e muitos deles variação acima da verificada para o pólo de Sorocaba. Já no que diz respeito à participação da mulher na renda domiciliar o que se observa, no mesmo gráfico, do lado direito, é que os acréscimos (em pontos percentuais) foram mais modestos e vários municípios tiveram decréscimos no peso da renda da mulher na renda domiciliar.

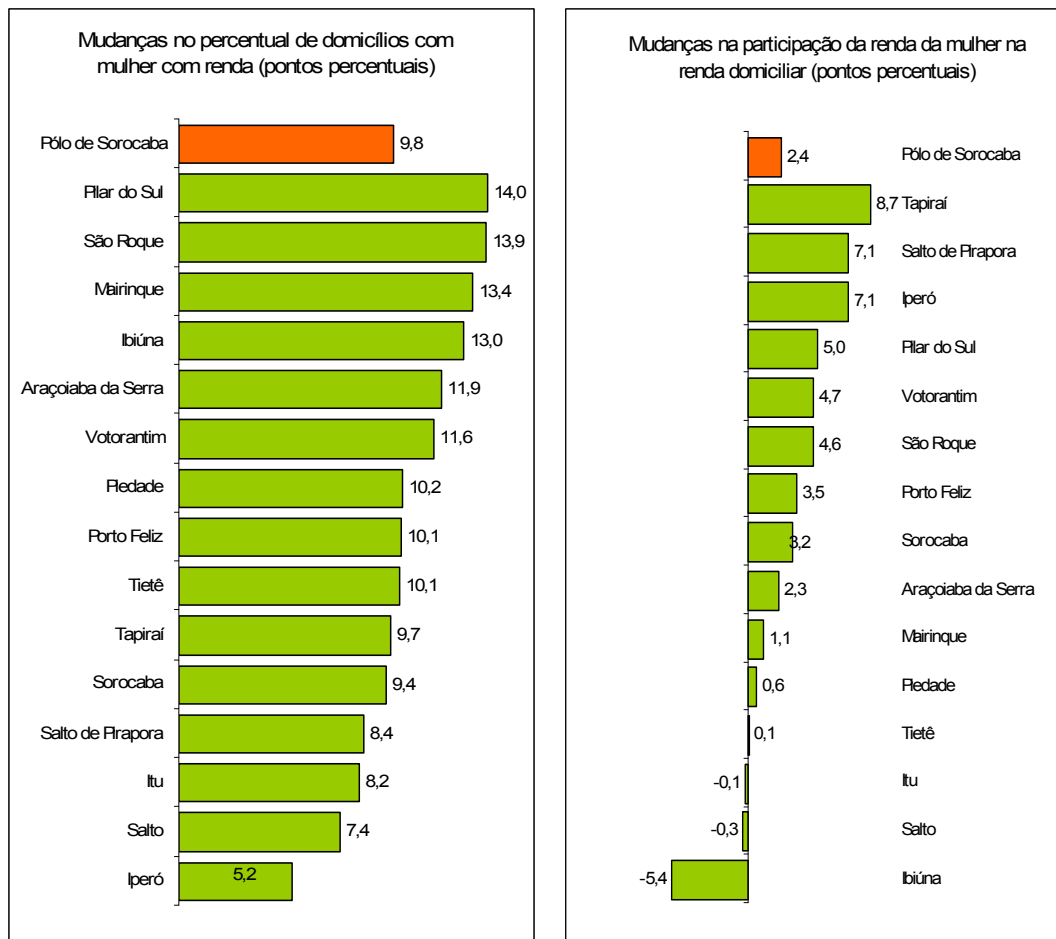
Um aspecto que vale destacar é a falta de correlação entre os aumentos no número de domicílios com mulher com renda e a participação da renda da mulher na renda domiciliar. Para ilustrar, o município de **Ibiúna** teve um acréscimo de 13 pontos no percentual de domicílios com mulher com renda e uma redução de 5,4 pontos na participação da renda da mulher na renda domiciliar. Já o município de **Iperó** apresentou uma das maiores variações na participação da renda da mulher na renda domiciliar e a menor mudança no percentual de domicílios com mulher com renda.



Gráfico 12

Mudanças no percentual de domicílios com mulher com renda e na participação da renda da mulher na renda familiar (em pontos percentuais)

Pólo de Sorocaba
1991 e 2000



Fonte: Censo Demográfico 2000. IBGE. Microdados.

Atividade remunerada da mulher

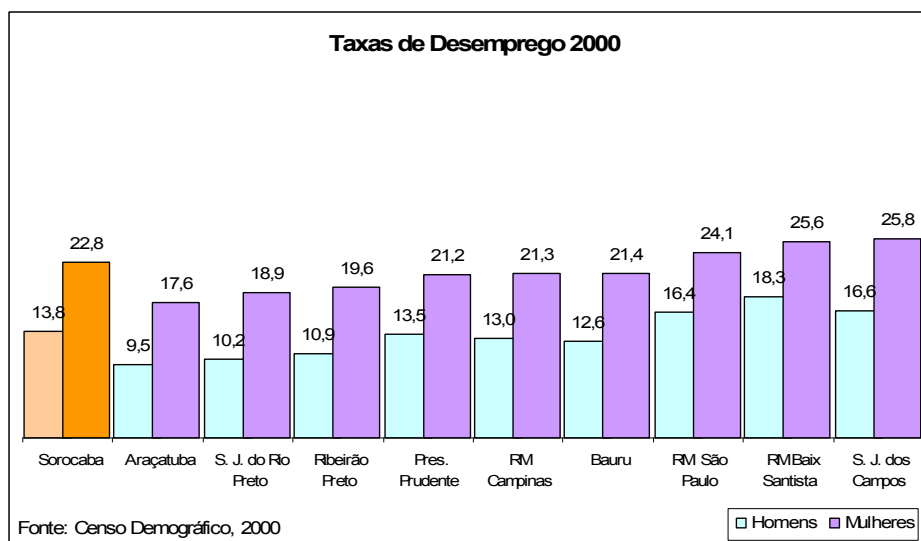
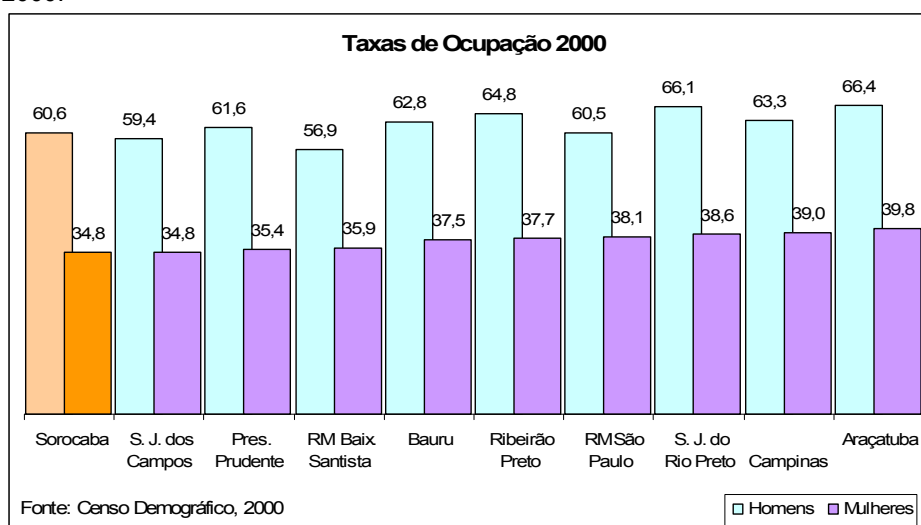
O Pólo Regional de Sorocaba tinha em 2000 uma taxa de ocupação masculina de 60,6% e feminina de 34,8%²⁴. Esta taxa de ocupação feminina era a menor entre os pólos regionais e regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, enquanto a taxa masculina era superior apenas à do pólo de São José dos Campos e à das Regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista (gráfico 13). A discrepância entre

²⁴ Taxa de ocupação foi calculada dividindo o número de pessoas ocupadas pela população em idade ativa (PIA) e multiplicado por 100.



homens e mulheres com relação à taxa de ocupação era bastante significativa no Pólo de Sorocaba (25,8 pontos percentuais) em 2000.

Gráfico 13
Taxas de ocupação e desemprego masculinas e femininas
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais
2000.



Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP.

No que se refere à taxa de desemprego, esta era de 13,8% para os homens e 22,8% para as mulheres no Pólo de Sorocaba no ano 2000. Ao contrário do observado para a taxa de ocupação, este pólo apresentava uma das maiores taxas de



desemprego entre os pólos e regiões metropolitanas de São Paulo, sendo superado pelas regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista e pelo pólo de São José dos Campos.

Do ponto de vista dos municípios do pólo de Sorocaba, observa-se que os municípios de **Tietê** (42,8%), **Itu** (37,7%), **São Roque** (37,0%), **Piedade** (36,2%), **Sorocaba** (35,6%) e **Pilar do Sul** (34,9%) tinham, em 2000, taxas de ocupação femininas superiores à média do pólo (34,8%). Todos os outros municípios apresentavam taxas femininas de ocupação inferiores à do pólo (Tabela 14). A menor participação feminina na atividade econômica ficava com **Alumínio** (25,3%). Entre os homens o número de municípios com taxas de ocupação superiores à média do pólo era bem maior destacando-se **Jumirim** com taxa de participação de 70%, **Tietê** (68,1%), **Araçariguama** (66,1%), **Piedade** (65,3%), **Porto Feliz** (65,3%), **Itu** (64,4%), **Pilar do Sul** (63,3%), **Ibiúna** (63,2%), **Tapiraí** (62,6%), **Salto** (61%) e **Mairinque** (60,9%).

No que tange ao desemprego este era elevado para homens e mulheres, mas o das mulheres superava o dos homens de forma significativa. Entre os homens a menor taxa de desemprego era, em 2000, a de **Jumirim** (4,6%) e a maior a de **Alumínio** (17,9%). Entre as mulheres a menor taxa de desemprego era a de **Tietê** (15,4%) e a maior a de **Alumínio** (36,6%).

Tabela 14
Taxas de Ocupação e Desemprego Masculinas e Femininas
Pólo de Sorocaba (1991, 2000)

Pólo de Sorocaba	1991				2000			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Taxa Ocup.*	Taxa Desemp.**	Taxa Ocup.	Taxa Desemp.	Taxa Ocup.	Taxa Desemp.	Taxa Ocup.	Taxa Desemp.
Alumínio	-	-	-	-	56,2	17,9	25,3	36,6
Araçariguama	-	-	-	-	66,1	12,6	30,5	29,3
Araçoiaba da Serra	69,6	1,6	28,8	6,7	60,2	10,3	30,1	16,4
Ibiúna	74,9	2,4	27,8	5,3	63,2	11,8	32,9	22,3
Iperó	61,5	3,1	24,9	4,3	55,7	17,4	27,5	31,3
Itu	71,5	4,7	36,5	6,1	64,4	12,3	37,7	21,8
Jumirim	-	-	-	-0	70,0	4,6	34,4	16,0
Mairinque	66,0	8,5	26,9	11,1	60,9	13,8	31,2	28,9
Piedade	77,9	2,0	37,4	3,3	65,3	11,5	36,2	22,0



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Pilar do Sul	75,1	2,5	33,2	4,4	63,3	13,9	34,9	23,2
Porto Feliz	72,7	4,7	30,9	9,2	65,3	9,5	34,7	17,8
Salto	69,0	6,2	33,3	7,7	61,0	14,2	34,1	26,9
Salto de Pirapora	62,2	6,7	26,1	13,5	55,0	17,0	29,0	26,6
São Roque	67,8	5,7	29,3	9,5	59,6	14,8	37,0	19,8
Sorocaba	63,8	7,0	31,6	10,0	59,0	14,6	35,6	22,6
Tapiraí	67,6	3,8	22,4	3,0	62,6	12,4	28,6	21,7
Tietê	75,1	0,7	37,4	2,0	68,1	8,2	42,8	15,4
Votorantim	61,5	11,0	26,1	18,5	55,8	16,0	31,7	23,4
Pólo de Sorocaba	67,3	6,0	31,4	9,1	60,6	13,8	34,8	22,8

* N° de pessoas ocupadas / População em Idade Ativa

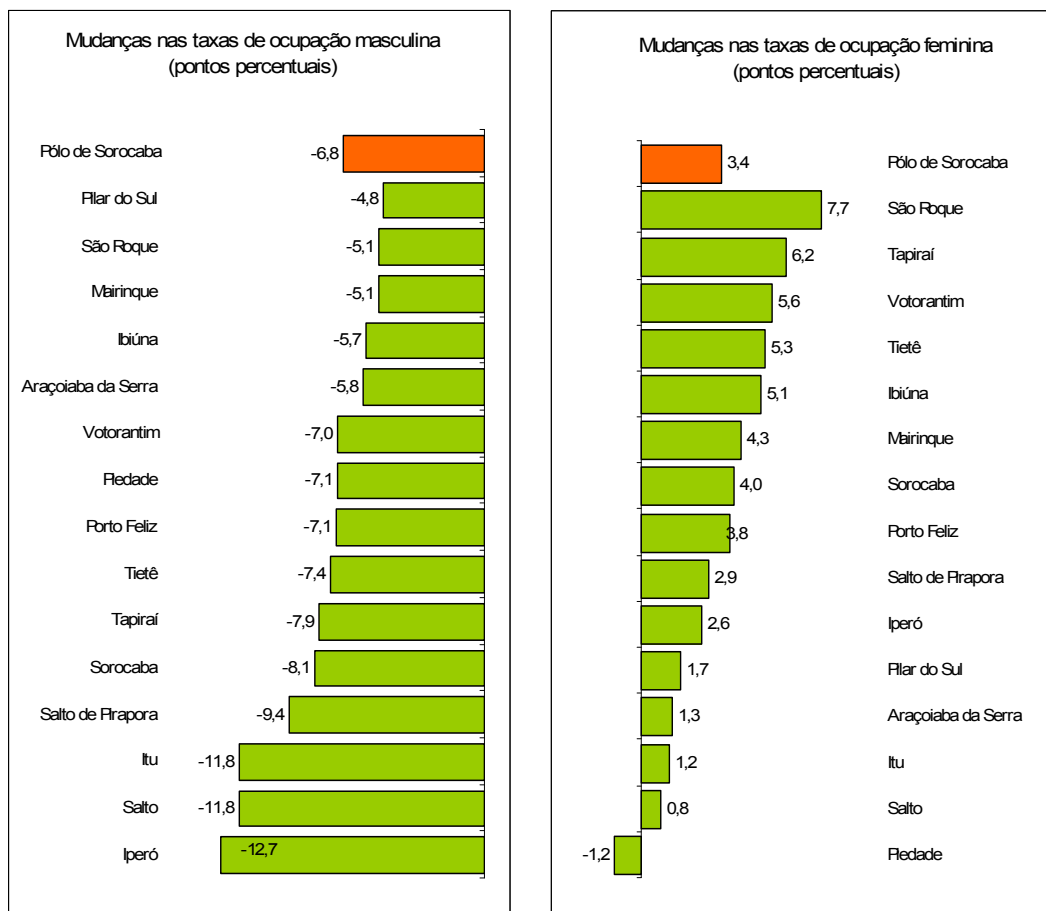
** N° de pessoas desempregadas / População Economicamente Ativa

Fonte: Censos, microdados, IBGE.

Como já foi mencionado, entre 1991 e 2000 as taxas de ocupação masculinas diminuíram enquanto as femininas aumentaram no pólo de Sorocaba. Isto também se verificou nos municípios deste pólo. O gráfico 14 mostra as mudanças (em pontos percentuais) nas taxas de ocupação masculina e feminina. As taxas de ocupação masculinas se reduziram em todos os municípios, variando de -4,8 pontos percentuais em **Pilar do Sul** a -12,7 em **Iperó**. Quanto à variação nas taxas de ocupação feminina, estas foram negativas somente em **Piedade** (-1,2 pontos). Os demais municípios tiveram variação positiva no período destacando-se os municípios de **São Roque**, **Tapiraí**, **Votorantim**, **Tietê** e **Ibiúna** com acréscimos acima de cinco pontos percentuais no período.



Gráfico 14
Mudanças nas taxas de ocupação masculina e feminina (em pontos percentuais)
Pólo regional de Sorocaba e Municípios
1991-2000.



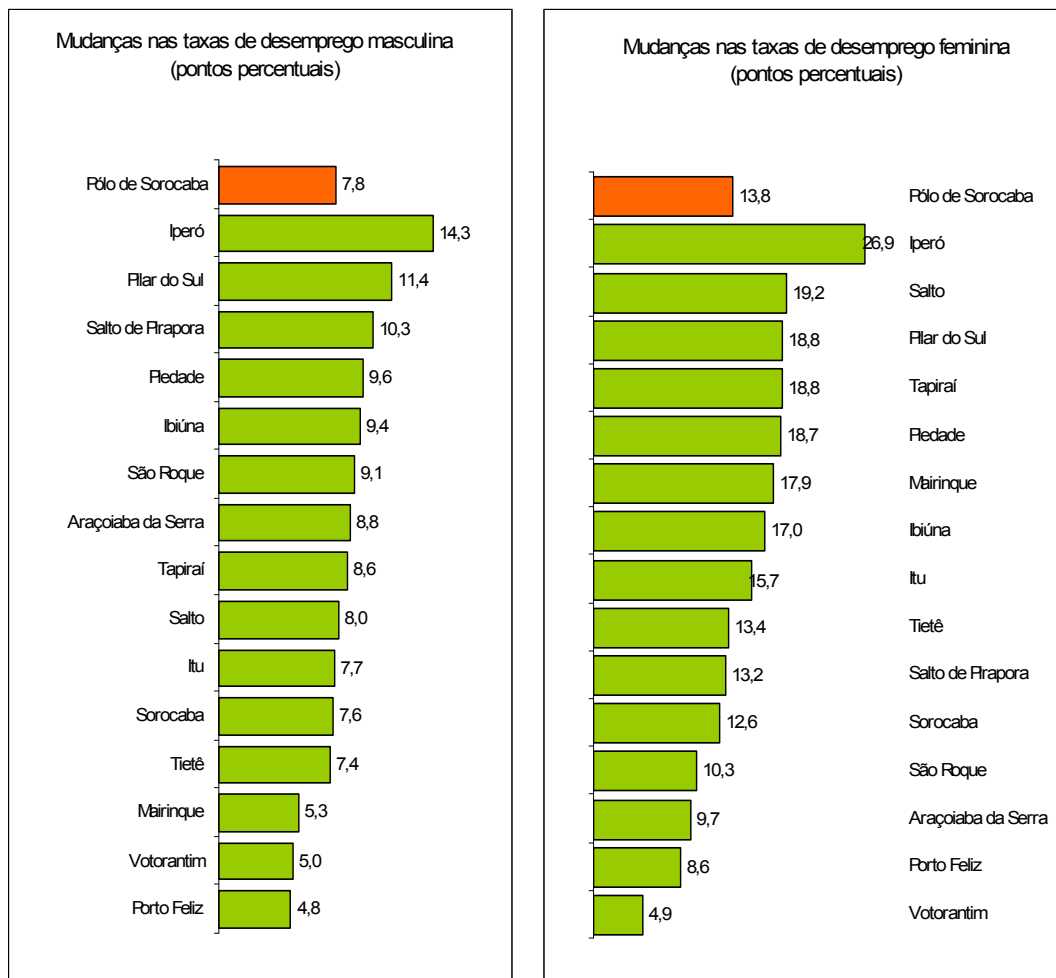
Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000. IBGE. Microdados.

No que se refere às mudanças nas taxas de desemprego estas foram positivas tanto para os homens como para as mulheres, sendo mais intensas entre as mulheres. Os aumentos nas taxas de desemprego masculinas variaram de 4,8 pontos percentuais em **Porto Feliz** a 14,3 pontos em **Iperó**, enquanto as femininas variaram de 4,9 em **Votorantim** a 26,9 em **Iperó** (Gráfico 15).

Destaca-se o fato de o município de **Iperó** possuir as maiores variações da taxa de desemprego tanto masculina quanto feminina.



Gráfico 15
Mudanças nas taxas de desemprego masculina e feminina (em pontos percentuais)
Pólo regional de Sorocaba e Municípios
1991-2000.



Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000. IBGE. Microdados.

Em síntese, pode-se concluir que a ampliação do número de domicílios com mulher com renda ocorreu de forma generalizada e intensa nos municípios do Pólo regional de Sorocaba. Essa ampliação, de forma análoga à verificada para as regiões metropolitanas e pólos regionais do estado de São Paulo, foi mais importante que o aumento da participação da renda da mulher na renda domiciliar. Quanto às taxas de ocupação estas aumentaram para as mulheres e diminuíram para os homens. Já as taxas de desemprego aumentaram tanto para os homens quanto para as mulheres, sendo que este aumento foi mais significativo no caso feminino.



3. Políticas Sociais no Pólo Regional de Sorocaba

Introdução

Neste item são apresentados para Pólo Regional de Sorocaba os aspectos da política de proteção social privilegiados pelo atual Projeto, quais sejam, o mapeamento e o acesso aos programas de transferência de renda, o acesso e a qualidade dos serviços básicos de educação e de saúde.

Para a realização do estudo das políticas sociais recorreu-se a um conjunto de informações oriundas tanto de fontes oficiais, como de levantamento de campo. A pesquisa de campo, de caráter qualitativo e complementar, visou mapear os programas de transferência de renda e os programas de apoio ao migrante nas regiões metropolitanas e pólos regionais do Estado de São Paulo, relatados com maior detalhe no Documento 1 – Relatório Consolidado. Nesse levantamento foram realizadas entrevistas com os agentes institucionais envolvidos.

O item 3.1. apresenta o perfil dos programas de transferência de renda implementados no Pólo Regional de Sorocaba. O mapeamento dos programas de transferência identifica os programas presentes na região, a parcela atendida da população alvo, bem como os principais problemas na implementação do Programa Bolsa Família e dos programas de transferência de renda de natureza municipal.

Os itens 3.2 e 3.3. contemplam, no âmbito das políticas públicas, por um lado o acesso de segmentos específicos da população às políticas básicas de educação e de saúde e, por outro, a disponibilidade de equipamentos e serviços pelos órgãos competentes.

3.1. Os programas de transferência de renda no Pólo Regional de Sorocaba - Mapeamento e Acesso

O Pólo Regional de Sorocaba apresenta em 2007, de acordo com a Contagem Populacional realizada pelo IBGE, um total de 1.360 mil habitantes, apresentando o maior contingente populacional quando comparado aos Pólos Regionais Paulistas analisados por este Projeto, superado pelas regiões metropolitanas do Estado de São Paulo.

Segundo estimativas do IPEA utilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para o ano de 2007, o Pólo de Sorocaba apresenta 35.037 famílias pobres assim classificadas por terem renda *per capita* de até meio salário mínimo vigente (Tabela 15).



Considerando o conjunto dos programas de transferência de renda que tomam a família como unidade beneficiária, tem-se em 2007 a estimativa de que todas as famílias classificadas como pobres que recebem algum tipo de benefício (Tabela 16). O município de **Sorocaba**, sede do Pólo, apresenta 111% das famílias beneficiadas por Programas de Transferência de Renda; sendo o município de **Jumirim** o que apresentou a menor porcentagem de cobertura desses programas (56%).

Tabela 16

Programas Federais e Estaduais de Transferência de Renda: famílias beneficiadas e cobertas por Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais
2007

Região ou Pólo Regional	Programas Federais de Transferência de Renda				Programas Estaduais de Transferência de Renda				Programas Federais de Transferência de Renda								
	Previsão (orçamento 2007)	Execução (R\$) (2007)	Famílias Beneficiadas	Famílias % de famílias beneficiadas sobre as famílias do pólo (Pólo 2007)	Famílias Beneficiadas	% Famílias Beneficiadas	Famílias Beneficiadas	% Famílias Beneficiadas	Famílias Beneficiadas	% Famílias Beneficiadas	Famílias Beneficiadas	% Famílias Beneficiadas					
RM Sorocaba	18.220.429	19.170	440.434	91,4	1.041	9,7	66.801	10,1	18.428	6,6	100.000	100,0	119.709	119,709	209.899	119,072	9,028
RM Sorocaba Sorocaba	1.000.143	20.000	42.419	90,7	104	1,2	1.200	1,1	2.200	2,2	10.000	100,0	10.000	100,0	10.000	100,0	0,000
RM Sorocaba Jumirim	1.800.286	60.000	38.419	81,4	89	1,0	900	0,9	4.400	0,9	9.000	111,1	11.000	122,2	20.000	222,2	11,111
Pólo Sorocaba	10.000.000	10.000	100.000	100,0	1.000	10,0	10.000	10,0	10.000	10,0	10.000	100,0	10.000	100,0	10.000	100,0	10,000
Pólo Jumirim	10.000.000	10.000	100.000	100,0	1.000	10,0	10.000	10,0	10.000	10,0	10.000	100,0	10.000	100,0	10.000	100,0	10,000
Pólo Presidente Prudente	10.000.000	10.000	100.000	100,0	1.000	10,0	10.000	10,0	10.000	10,0	10.000	100,0	10.000	100,0	10.000	100,0	10,000
Pólo Ribeirão Preto	1.100.000.000	1.100.000	1.100.000	100,0	1.100	1,1	1.100	1,1	1.100	1,1	1.100	100,0	1.100	100,0	1.100	100,0	1,100
Pólo São João del-Rei	100.000.000	100.000	100.000	100,0	100	1,0	100	1,0	100	1,0	100	100,0	100	100,0	100	100,0	1,000
Pólo São João del-Rei Pólo	174.229	174.229	174.229	100,0	174	1,0	174	1,0	174	1,0	174	100,0	174	100,0	174	100,0	1,000
Pólo Sorocaba	1.000.000	1.000.000	1.000.000	100,0	1.000	1,0	1.000	1,0	1.000	1,0	1.000	100,0	1.000	100,0	1.000	100,0	1,000

Fonte: Fundação Instituto de Estudos Sociais (FIES) - IAC. Em parceria com o governo do Estado de São Paulo. Dados estatísticos referentes ao Estado de São Paulo. Em: www.finep.org.br. Acesso em: 01/12/2007. **Observação:** Programa Agente Jovem e Programa Bolsa Família e BPC de 2007. Beneficiários e cobertos pelo as Políticas Sociais. NEPP/FNDTC/FINEP/2007

1) Fonte: Cálculo baseado em dados de famílias beneficiadas e cobertas por programas de transferência de renda em 2007.
2) Estimativa sobre 2007.

Os programas de transferência de renda que tomam as famílias como unidade beneficiária são: Bolsa Família, Renda Cidadã e Ação Jovem, sendo o primeiro de natureza federal e os outros dois de natureza estadual. Os outros programas têm o indivíduo como beneficiário e para o cumprimento das condicionalidades. Dentre estes, devem ser mencionados os programas federais BPC (Benefício de Prestação Continuada), o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e o Programa Agente Jovem. Deve-se mencionar ainda que estes programas federais, o primeiro dirigido a idosos e a deficientes e aqueles dirigidos à criança e ao adolescente - PETI e Agente Jovem - embora dirigidos ao indivíduo, têm como referência para a seleção do beneficiário dados familiares de renda. Atenta-se também para o fato de que o PETI em 2007 encontrava-se em transição para o Programa Bolsa Família e



atualmente encontra-se integrado a este. O Programa Agente Jovem, por sua vez, transformou-se em ProJovem Adolescente²⁵.

A porcentagem de famílias consideradas pobres pelos critérios do MDS atendidas pelo programa federal Bolsa Família no Pólo de Sorocaba é de 92,7% (Tabela 15), proporção que evidencia posição intermediária em relação à cobertura da população alvo, quando comparada tanto com as regiões metropolitanas paulistas, como em relação aos outros pólos regionais sob análise. Apenas o Pólo de Bauru apresenta cobertura de 100% do Programa Bolsa Família em relação à população alvo (Tabela 15). A menor cobertura foi encontrada no Pólo de São José do Rio Preto (80,1%), seguido do Pólo de Araçatuba (88,8%); entre as regiões metropolitanas a menor cobertura é encontrada na Região Metropolitana de São Paulo (83,4%) (Tabela 15).

Foi possível observar, através das entrevistas realizadas no trabalho de campo, que ocorre combinação dos diversos programas na composição do benefício recebido pelas famílias, possibilitando maior cobertura e evitando maiores disparidades entre as famílias beneficiárias. Dessa maneira observou-se, através da pesquisa nos municípios do Pólo de Sorocaba a complementaridade entre o Programa Bolsa Família e outros programas de transferência de renda.

Essa observação pode ser constatada também através da análise dos dados obtidos junto ao MDS, governo federal, e junto ao Sistema Pró-Social do Estado de São Paulo, organizados nas Tabelas 15 e 16. Através da análise destes se evidencia que, embora na média regional do Pólo de Sorocaba não seja muito elevada a cobertura dos programas de natureza estadual em relação às famílias classificadas como pobres pelo MDS, esta é mais significativa em municípios menores e especialmente entre aqueles mais pobres, identificados neste Projeto através do rendimento domiciliar per capita. Considerando-se o Pólo de Sorocaba e tomando-se como referência o total de famílias pobres (MDS), constata-se que são atendidas pelo Programa Renda Cidadã 4,8% delas, e que são atendidas pelo Programa Ação Jovem, 5,5% (Tabela 16). Outra constatação é que ambos os programas estaduais estão presentes em todos os municípios do Pólo Regional com apenas uma exceção.

²⁵ O ProJovem Adolescente tem como objetivos: o retorno e a permanência na escola, proteção social básica e assistência às famílias. Além de atender adolescentes de famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo, o programa privilegia jovens atendidos pelo Bolsa Família e participantes do PETI. Lei nº 11.692, de 10 de Junho de 2008.



Tal complementaridade possibilita, assim, que na média do Pólo de Sorocaba a totalidade das famílias classificadas como pobres, pelos critérios do MDS, tenha acesso a ao menos um programa de transferência de renda, como indicado na Tabela 16; entretanto a análise por município mostra que alguns deles não atingem essa proporção, destacando-se sete entre os dezoito municípios que compõem o Pólo.

De maneira bastante peculiar a esse Pólo, observa-se que em apenas nove dos dezoito municípios o Programa Bolsa Família atende a um número de famílias equivalente à totalidade de famílias classificadas como pobres, incluindo-se entre estes somente um dos quatro municípios com renda per capita mais baixas do Pólo²⁶ (**Iperó**) (Tabela 16).

Na análise da complementaridade entre o Programa Bolsa Família e os programas estaduais de transferência de renda para a cobertura das famílias classificadas como pobres, utilizando-se dos dados da Tabela 16, a questão da dificuldade dos pequenos municípios para a implementação de programas de transferência de renda, pode ser exemplificada pelo município de **Jumirim** (2.285 habitantes), que tem apenas 54% de famílias classificadas como pobres atendidas pelo Bolsa Família, sem informação sobre famílias atendidas pelos programas estaduais Renda Cidadã e Ação Jovem, enquanto estes foram encontrados em todos os municípios dos pólos e regiões metropolitanas paulistas. **Tapiraí** é outro município pequeno e apresenta a menor renda per capita do Pólo (7.954 habitantes), com 84,4% de famílias classificadas como pobres atendidas pelo Bolsa Família programas remanescentes, 8,7% atendidas pelo programa estadual Renda Cidadã e 5% atendidas pelo programa estadual Ação Jovem, totalizando 98% de famílias pobres atendidas.

Por outro lado, e de forma mais generalizada, a complementaridade entre o Programa Bolsa Família e os programas estaduais de transferência de renda tem permitido atingir a totalidade das famílias classificadas como pobres pelo MDS, possivelmente refletindo melhor estruturação dos órgãos municipais. Tomando como exemplo o caso do município de **Araçariguama** que também está entre as menores renda per capita do Pólo de Sorocaba e onde a cobertura estimada do programa Bolsa Família é de 73,6%, nota-se que é complementado pelos programas estaduais Renda Cidadã (15,8%) e Ação Jovem (14,2%), atingindo a 104% das famílias pobres (Tabela 16). Da mesma maneira, no município de **Sorocaba**, sede do Pólo de Sorocaba, em

²⁶ Os quatro municípios com renda per capita mais baixas do Pólo são: Tapiraí, Iperó, Ibiuna e Salto do Pirapora (ver Gráfico 2, no Capítulo 3, Parte 3.3, deste Estudo Regional).



2007 foram atendidas 12.255 famílias pelo Programa Bolsa Família, abrangendo 104%% das famílias pobres. Considerando ainda os programas voltados para as famílias, cerca de 232 famílias recebem transferências de renda do Programa Estadual Renda Cidadã (2%) e 508 famílias (4,3%) do Programa Estadual Ação Jovem.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 16
Programas Federais e Estaduais de Transferência de Renda: famílias atendidas e cobertura
Pólo Regional de Sorocaba
2007

Município	Indicadores			Programas Federais de Transferência de Renda				Programas Estaduais de Transferência de Renda				Subtotal		BPC			PETI	Agente Jovem
	População (Contagem 2007)	Estimativa Famílias Pobres	Percentual de Pobreza (%)	Bolsa Família		Programas Remanescentes (1)		Renda Cidadã		Ação Jovem		Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Pessoas com Deficiência (PCD)	Idosos	Total de Beneficiários	Total de Beneficiários	Total de Beneficiários
	Pessoas (Contagem 2007)	Famílias (PEA 2004)	% da estimativa de pobres* (PEA 2004) em relação à população (Contagem 2007)	Famílias Beneficiárias	Cobertura do Bolsa Família % de famílias atendidas abaixo da estimativa de pobreza (PEA 2004)	Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias					
Pólo Sorocaba	1.358.815	37.778		35.037	92,7	385	1,0	1.823	4,8	2.075	5,5	39.320	104,1	5.310	5.063	10.375	250	950
Alumínio	15.878	426	9,3	459	107,7	1	0,2	50	11,7	44	10,3	554	130,0	42	39	81	-	-
Araçaguama	12.291	380	10,5	280	73,6	2	0,5	60	15,8	54	14,2	396	104,2	69	87	156	-	-
Araçatuba da Serra	24.022	685	9,7	748	109,2	8	1,2	18	2,6	13	1,9	787	114,9	95	123	218	-	-
Itáina	64.930	3.630	19,0	2.815	77,5	34	0,9	108	3,0	95	2,6	3.053	84,1	891	545	1.236	-	-
Iperó	24.239	707	9,9	837	118,4	9	1,3	92	13,0	50	7,1	988	139,7	64	90	154	-	25
Iju	147.260	3.445	8,0	3.580	103,9	53	1,5	147	4,3	99	2,9	3.879	112,6	703	881	1.584	-	150
Juruti	2.285	57	8,5	31	54,2	1	1,8	-	0,0	-	0,0	32	56,1	1	7	8	-	-
Mairinque	41.448	1.255	10,3	1.054	84,0	5	0,4	82	6,5	50	4,0	1.191	94,9	177	170	347	50	25
Madalena	48.577	2.598	18,2	2.714	104,5	8	0,3	110	4,2	100	3,8	2.932	112,8	250	309	559	-	125
Pilar do Sul	28.457	1.239	15,9	1.312	105,9	38	2,9	109	8,8	55	4,4	1.512	122,0	198	158	356	-	25
Posto Feliz	46.050	1.364	10,1	1.440	108,5	24	1,8	211	15,5	50	3,7	1.725	126,5	232	316	548	-	25
São João do Rio Preto	102.253	2.594	8,6	1.713	66,0	40	1,5	109	4,2	105	4,0	1.967	75,8	380	464	844	-	150
São João de Pirapora	37.324	1.319	12,0	964	73,1	8	0,6	136	10,3	69	5,2	1.177	89,2	171	126	297	-	50
São Roque	65.701	2.533	13,1	1.240	49,0	30	1,2	148	5,8	143	5,6	1.561	61,6	432	321	753	-	125
Sorocaba	559.157	11.740	7,1	12.255	104,4	88	0,7	232	2,0	508	4,3	13.083	111,4	1.312	1.114	2.426	100	225
Tapiraí	7.954	587	25,1	491	83,7	4	0,7	51	8,7	30	5,1	576	98,1	43	33	76	-	25
Tietê	34.116	662	6,8	715	108,0	0	1,4	51	7,7	49	7,4	824	124,5	98	142	240	-	-
Votorantim	100.073	2.557	8,7	2.389	93,4	25	1,0	109	4,3	560	21,9	3.083	120,6	342	150	492	100	-

Fonte: Federais: Matriz de Informação Social SAGI - MDS. Em: <http://mids.gov.br/sagi>. Acesso em: 25/11/2008. Estaduais Sistema Pró-Social do Estado de São Paulo. Em: www.prosocial.sp.gov.br. Acesso em: 18/11/2008. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPP/UNICAMP-FINEP.

(1) Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Cartão Alimentação

* Estimativa de pobres MDS.



Duas informações devem ser acrescentadas com relação às famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda. A primeira, é que uma família pode receber benefício de mais de um programa de transferência de renda; a segunda é que dificilmente será atendida a totalidade das famílias que seriam o público alvo desses programas.

Quadro 1

Programas de transferência de renda vigentes nos municípios pesquisados, ordenados por tamanho Pólos Regionais do Estado de São Paulo 2007

Pólos	Tamanho	Municípios	Federais				Estaduais		Municipais
			Bolsa Família	PETI	Agente Jovem	BPC	Renda Cidadã	Ação Jovem	
Araçatuba	mais de 100 mil	Araçatuba - SEDE							
		Birigui							
	mais de 20 até 50 mil	Valparaíso							
Bauru	mais de 100 mil	Bauru - SEDE							
	mais de 50 até 100	Lençóis Paulista							
	mais de 20 até 50 mil	Pederneiras							
Presidente Prudente	mais de 100 mil	Presidente Prudente - SEDE							
	mais de 20 até 50 mil	Rancharia							
	até 20 mil	Euclides da Cunha							
Ribeirão Preto	mais de 100 mil	Ribeirão Preto - SEDE							
		Sertãozinho							
	mais de 20 até 50 mil	Barrinha							
São José do Rio Preto	mais de 100 mil	São José do Rio Preto - SEDE							
	mais de 50 até 100	Mirassol							
	até 20 mil	Bady Bassit							
São José dos Campos	mais de 100 mil	São José dos Campos - SEDE							
		Jacareí							
	até 20 mil	Santa Branca							
Sorocaba	mais de 100 mil	Sorocaba - SEDE							
		Itu							
	até 20 mil	Tapiraí							

Fonte: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais – Pesquisa de campo. NEPP/NEPO/IE-UNICAMP. 2007. Convênio FINEPUNICAMP.

Tendo por referência os municípios visitados na pesquisa de campo do pólo Regional de Sorocaba constata-se em todos a presença dos programas federais Bolsa Família, BPC e Agente Jovem, enquanto o Programa PETI só foi encontrado no município de **Sorocaba**. Os programas estaduais Renda Cidadã e Ação Jovem foram também encontrados em todos os municípios pesquisados seguindo a tendência observada nas Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais do Estado de São Paulo



(Quadro 1). Deve-se observar, com base nos dados do MDS e do Pró-Social-ESP, organizados na Tabela 16, que o PETI consta em apenas três dos municípios do Pólo, dentre eles o município-sede, e que o programa Agente Jovem consta em onze dentre os dezoito municípios do Pólo. O BPC apresenta beneficiários na totalidade de municípios do Pólo. Os programas estaduais, Renda Cidadã e Ação Jovem foram encontrados em todos os municípios pesquisados e em todos os municípios do Pólo de Sorocaba, com a exceção de **Jumirim** (Tabela 16), bem como observado nas Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais do Estado de São Paulo analisados por este Projeto, como já mencionado.

A pesquisa de campo foi a única fonte de informação sobre os programas municipais, pois não existem registros oficiais para os mesmos, de maneira distinta do que atualmente ocorre com os programas federais e estaduais. Dessa maneira, a pesquisa de campo evidenciou no Pólo de Sorocaba a existência de programas municipais de transferência de renda apenas um dos municípios visitados, **Sorocaba**.

Programas Municipais de Transferência de Renda

A pesquisa de campo no Pólo de Sorocaba foi realizada em três municípios, a saber, **Sorocaba**, sede de pólo, **Itu** e **Tapiraí**. Constatou que apenas o município de **Sorocaba**, possui programas municipais de transferência de renda.

Existem no município de **Sorocaba** dois programas municipais de transferência de renda: Programa Municipal de Transferência de Renda para Gêmeos e Projeto Travessia (Quadro 2).

O Programa Municipal de Transferência de Renda para Gêmeos tem como público-alvo a família e as crianças carentes. O objetivo do programa é melhorar as condições de vida das famílias, acompanhado através de visitas domiciliares às famílias beneficiárias. A mãe é a titular do benefício, sendo este repassado aos homens somente quando viúvos. Esse programa atende um total de 375 famílias. O Programa é coordenado pela Secretaria de Cidadania e executado de forma integrada com diversas secretarias e órgão da administração municipal, destacando-se a Secretaria Municipal do Trabalho que oferece cursos de capacitação para os pais dos gêmeos. Um dos resultados do programa foi a melhoria da alimentação e da saúde das crianças.

O Projeto Travessia teve, em 2007, por público-alvo, jovens do sexo masculino de 17 a 24 anos, com passagens por instituições para menores delinqüentes ou



penitenciárias. O objetivo deste programa é a capacitação de jovens para o mercado de trabalho. O programa é executado conjuntamente por órgãos da prefeitura, especialmente a Secretaria de Cidadania, órgãos do judiciário, órgãos ligados aos menores, além do SENAI. Este último é responsável pela capacitação do público-alvo, enquanto os órgãos do Judiciário e instituições que lidam com menores são responsáveis por selecionar os beneficiários. É interessante ressaltar que o público-alvo e os objetivos do programa são definidos anualmente, de acordo com as demandas observadas na realidade local. Em 2006, houve um trabalho com jovens que atuavam como “flanelinhas” na cidade, já em 2007, foi focado nos jovens com antecedentes criminais e passagens por instituições correccionais ou penitenciárias. Ainda não havia sido decidido qual seria o foco deste programa em 2008 até o momento da realização da entrevista.

No Pólo Regional de Sorocaba, as dificuldades encontradas pelos programas municipais de transferência de renda pesquisados estão relacionadas ao acompanhamento dos beneficiários.

Quadro 2
Beneficiários dos Programas Municipais de Transferência de Renda
Pólos Regionais Paulistas - Pesquisa de Campo
2007

RM/Pólo	Municípios	Programas Municipais de Transferência de Renda	Beneficiários	
			Famílias	Pessoas
Araçatuba	Valparaíso	Jovem cidadão	16	16
Presidente Prudente	Euclides da Cunha Paulista	Programa de Capacitação e Qualificação profissional de Desempregados e Frentes emergenciais de trabalho	66	66
		Criança cidadã	140	141
	Presidente Prudente	Cuidadores de idosos (Vale vovô)	50	50
Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	Bolsa do Horto		90
		Auxílio as famílias carentes de recursos materiais		90
		Família substituta	131	
		Renda mínima	564	
		Apoio alimentar	2.757	
São José dos Campos	Santa Branca	Lar hospedeiro	2	
	São José dos Campos	Bolsa auxílio de qualificação	1.430	1.430
		Renda mínima	850	
		Vida em família	60	
São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Bolsa-Escola	3.100	5.300
Sorocaba	Sorocaba	Benefícios para mães de gêmeos	375	
		Projeto Travessia	20	

Fonte: Pesquisa de Campo. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2007.



Principais dificuldades na implementação dos programas de transferência de renda

Nos três municípios visitados no pólo de Sorocaba, **Sorocaba, Itú e Tapiraí**, as principais dificuldades apontadas na implementação dos Programas de Transferência de Renda Federais, Estaduais e Municipais são mais recorrentes em relação a recursos e infra-estrutura, aos recursos humanos, à relação entre as esferas de governo e ao acompanhamento das condicionalidades,

Na análise das dificuldades apontadas na implementação do programa de transferência de renda de maior abrangência, o Bolsa Família, no Pólo de Sorocaba, observa-se que as principais estão relacionadas ao Acompanhamento das Condicionalidades, apontadas nos três municípios visitados, envolvendo vários aspectos: problemas na articulação entre as secretarias envolvidas, falta de recursos e pessoal para acompanhamento e dificuldade do controle motivada pelo volume da população atendida, no caso dos maiores municípios. Outras dificuldades apontadas estão relacionadas aos itens Recursos e Infra-Estrutura, Recursos Humanos e Relação entre as esferas de governo. Ainda outra questão apontada é a insuficiência de vagas.

Ampliando a análise das dificuldades encontradas na implementação do Programa Bolsa Família para o conjunto de municípios pesquisados nas Regiões Metropolitanas e os Pólos Regionais Paulistas, a partir da sistematização das informações coletadas pelo trabalho de campo, fica patente que as principais deficiências apontadas em relação ao item Recursos e Infra-Estrutura são apresentadas pelos maiores municípios²⁷. A principal deficiência apontada por sete dentre estes municípios, incluindo-se as sedes das regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista, refere-se a recursos insuficientes para a realização de visitas para o acompanhamento das famílias beneficiárias, havendo destaque para as deficiências de funcionário para exercer as tarefas necessárias e a necessidade de veículo para locomoção. Estas funções são executadas pela prefeitura municipal e explicita a dificuldade imposta pelo porte do município. Desse modo foi possível captar

²⁷ A análise que se segue baseia-se no documento de pesquisa referido: FINEP/NEPP/NEPO/IE. 2009. **Documento 1 - Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo**. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio FINEP-FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas. Capítulo 3., Item 3.1.



através da pesquisa de campo que a rápida expansão do Programa Bolsa Família entre os anos de 2004 e 2007, apontada na análise para o conjunto das regiões e pólos regionais não foi devidamente acompanhada da ampliação da estrutura básica necessária para seu funcionamento, como foi apresentada no Documento 1. Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo, parte desta pesquisa.

Da mesma forma, a análise dos municípios menores, traz evidências de que as deficiências decorrentes da rápida expansão do Programa Bolsa Família também se fazem sentir nos menores municípios em análise nas Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais do Estado de São Paulo. Tomando-se como referência para qualificar os municípios menores aqueles com população de até 50 mil habitantes, constata-se que estes também apresentam deficiência de veículo e de funcionário para desempenhar a atividade de acompanhamento das famílias beneficiárias.

Assim, as limitações relacionadas a Recursos e Infra-Estrutura afetam de distintas maneiras os municípios maiores e os menores das três regiões metropolitanas paulistas e dos sete pólos regionais pesquisados.

Por outro lado, as deficiências relacionadas com a Equipe, ou seja, com os profissionais envolvidos na operação, afetam menos os municípios grandes da RMSP, porém surgem em municípios grandes e pequenos das demais regiões metropolitanas e dos pólos regionais. Com relação a esse aspecto, são apontadas com maior frequência a falta de profissionais ou equipe reduzida frente às demandas e ao tamanho do programa. Em segundo lugar e de maneira mais acentuada nos municípios das regiões metropolitanas da Baixada Santista e Campinas e também em alguns dos pólos, foi apontada a falta de capacitação permanente e a baixa capacitação dos profissionais que integram a equipe.

Um terceiro aspecto com maiores indicações de dificuldades nessas regiões e pólos é relativo ao Acompanhamento de Condicionais. Deve-se ressaltar que essa deficiência é apontada nas regiões metropolitanas paulistas como a segunda maior dificuldade na implementação do programa Bolsa Família, enquanto nos pólos regionais aparece como sendo a primeira maior dificuldade, conforme apresentado no Gráfico 16. Como se sabe, em sua execução o Programa Bolsa Família deve contar com ações articuladas entre as secretarias municipais de assistência, educação e saúde que acompanham e informam sobre o cumprimento das condicionais e a secretaria que realiza a gestão do benefício. Nesse sentido, a principal dificuldade apontada reside na relação entre as esferas de governo, principalmente pelos municípios menores de 100 mil habitantes tanto das regiões metropolitanas, como nos



sendo citado o comprometimento insatisfatório com atividades de capacitação para geração de renda. Esta dificuldade é apresentada com maior freqüência nos municípios dos pólos regionais.

Outro aspecto ressaltado é o valor do benefício. Uma das dificuldades relativas ao programa Bolsa Família, apontadas pelos entrevistados é o baixo valor em relação à realidade do município, evidenciando a necessidade de ajustes regionais para o valor das transferências de renda no caso para o Estado de São Paulo. A inadequação do valor do benefício à realidade das cidades é apontada com maior freqüência nos municípios das Regiões Metropolitanas Paulistas, mas também é apontada nos municípios maiores dos pólos regionais.

Quadro 3
Dificuldades citadas pelos gestores responsáveis pelos programas municipais de Transferência de Renda.
Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo – 2007

Regiões Metropolitanas			Dificuldades				
Região	Tamanho	Município	Programa Municipal	recursos e Infra-estr.	com profissionais	valor do benefício	outras
RMSP	mais de 100 mil	Diadema	Adolescente Aprendiz Bolsa transporte Bolsa aluguel				
		Guarulhos	Bolsa Auxílio Desemprego Programa de Oportunidade ao jovem				
		Osasco	Bolsa Trabalho Começar de Novo Operação Trabalho				
		S. Bernardo do Campo	rotativo cidadão Turma Cidadã PEAT - prog.educativo Adolescente para o trabalho PRODESIP (*) Usina sócio-educativa				
		São Paulo	Renda Mínima				
		Sto. André	Família Andreense GTIS (Geração de Trabalho e Interesse Social)				
RMBS	mais de 100 mil	Praia Grande	PAD (Programa de Apoio ao Desempregado)				
		Santos	Programa Nossa Família Prog.Valoriz. do Jovem: Juventude e Comunidade Programa de Inclusão Cidadã - FÊNIX Programa de Valorização do Idoso				
RMCP	mais de 100 mil	Campinas	Programa de Garantia de Renda Mínima Municipal				
		Hortolândia	Frete de Trabalho				

(*) Programa de Desenvolvimento Social e Inclusão Produtiva

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP



Quadro 4

Dificuldades citadas pelos gestores responsáveis pelos programas municipais de Transferência de Renda.

Pólos Regionais do Estado de São Paulo

Polos Regionais			Dificuldades			
Região	Tamanho	Município	Programa Municipal	com recursos e Infra-estrutura	com profissionais	em controlar condicionalidade
Araçatuba	mais de 20 até 50 mil	Valparaíso	Jovem Cidadão			
P. Prudente	até 20 mil	Euclides da Cunha	C. e Q. de desemp. e Fr. E. de Trabalho (*)			
	mais de 20 até 50 mil	P. Prudente	Criança Cidadã (**) Vale vovô			
Ribeirão Preto	mais de 100 mil	Ribeirão Preto	Bolsa do Horto Auxílio às Fam. Carentes de Rec. Materiais Família Substituta / Família Acolhedora Renda Mínima Apoio Alimentar			
S.J. Rio Preto	mais de 50 até 100 mil	S. J. do Rio Preto	Bolsa - Escola			
S.J. Campos	até 20 mil	Santa Branca	Programa Lar Hospedeiro			
	mais de 100 mil	S. J. dos Campos	Renda Mínima Vida em Família Bolsa Auxílio Qualificação			
Sorocaba	mais de 100 mil	Sorocaba	Gêmeos Travessia			

(*) Programa de Capacitação e Qualificação profissional de desempregados e Frentes Emergenciais de Trabalho

(**) Estadual + Municipal

Fonte: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais – Pesquisa de campo. NEPP/NEPO/IE-UNICAMP. 2007. Convenio FINEPUNICAMP.

No entanto, sobre os programas municipais de transferência de renda, os municípios relataram não enfrentar muitas dificuldades na sua implementação e quando estas existem são consideradas menores do que as enfrentadas na implementação dos programas de responsabilidade de outros níveis de governo, segundo entrevistas realizadas pela pesquisa de campo. Este fato pode estar relacionado à própria natureza municipal dos programas, que por dependerem exclusivamente de recursos e de decisões políticas do âmbito municipal, muitas das dificuldades podem ser mais facilmente solucionadas.

Entre as dificuldades apontadas pelos programas municipais, as principais referem-se a limitações relativas aos recursos e infra-estrutura, tendo sido mencionadas a falta de local para realizar as atividades; falta de pessoal para realizar o acompanhamento e monitoramento; a falta de recursos para ampliar o programa e para a formação de profissionais capacitados.

Outras dificuldades apontadas relacionam-se à insuficiência de vagas, observada pelos gestores, frente à grande demanda pelos programas, à falta de adesão das famílias ao programa, à alta rotatividade de beneficiários em alguns programas e, à falta de recursos de uma forma mais ampla.



Considerações finais

Em síntese, as principais dificuldades na implementação do Programa Bolsa Família nas regiões metropolitanas paulistas estão mais relacionadas à grande demanda, bem como à necessidade de ampliação de vagas e à falta de recursos para sua implementação. São apontadas deficiências relativas a: recursos e de infraestrutura; a equipes reduzidas frente à demanda de atendimento e necessidade de capacitação destas, bem como dificuldades para o acompanhamento das condicionalidades. Com menor frequência são apontados: problemas na relação entre as esferas de governo; relativos ao valor do benefício, considerado baixo para a realidade da região.

Nos pólos regionais, os principais problemas apontados são relativos: a dificuldades para o acompanhamento das condicionalidades, apontado como o principal; a equipes reduzidas frente à demanda de atendimento e necessidade de capacitação dos profissionais; problemas na relação entre as esferas de governo; e comprometimento insatisfatório das famílias beneficiárias.

Concluindo, observa-se que os gestores apontaram menores problemas na implementação dos programas municipais em comparação aos federais e estaduais, possivelmente associados ao fato de estes serem menores; de terem sido criados para atender a demandas locais e serem mais adaptados à gestão municipal.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

ANEXO 1 - RESUMO: Características dos Programas Sociais de Transferência de Renda Vigentes - 2007

Programas Federais	Objetivos	Público Alvo	Crítérios de Elegibilidade	Condicionalidades
Bolsa Família (2004) Criado pela LEI No 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Promoção do acesso à saúde, educação e assistência social. Combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional. Estímulo à emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Combate à pobreza e promoção da intersetorialidade, da complementaridade e da sinergia das ações sociais do Poder Público.	Unidades Familiares em situação de pobreza ou extrema pobreza.	Unidades familiares que se encontrem em situação de: <ul style="list-style-type: none"> Extrema pobreza com renda per capita de até 60 reais; Pobreza com renda mensal per capita entre 60 e 120 reais. 	Manter as crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e cumprir os cuidados básicos em saúde, ou seja, o calendário de vacinação, para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação.
PETI (1996) Integrado ao Programa Bolsa Família pela Portaria GM/MS nº 666, de 28 de dezembro de 2005. Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Eradicar todas as formas de trabalho infantil no País, em um processo de resgate da cidadania de seus usuários e inclusão social de suas famílias.	Para famílias que tenham filhos, crianças e/ou adolescentes, com idade inferior à 16 anos, expostos à diversas situações de trabalho.	Renda familiar per capita igual ou menor que R\$ 120,00.	Frequência mínima da criança e do adolescente nas atividades de ensino regular e nas Ações Socioeducativas e de Convivência (Jornada Ampliada) no percentual mínimo de 85% (oitenta e cinco) da carga horária mensal.
Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (2005) Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Promover atividades continuadas que proporcionem ao adolescente, experiências práticas e o desenvolvimento do protagonismo juvenil, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, ênfase sobre a educação e o trabalho.	Adolescentes de 15 a 17 anos que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.	Renda familiar inferior a meio salário mínimo. Prioridade para os que estão fora da escola e de programas como: Renda Mínima, PETI, BCC, Bolsa Escola e Liberdade Assistida e egressos de programas sociais.	Frequência às atividades programadas.
BPC/ Loas (1996) Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Garantia de renda a pessoas portadoras de deficiência independente da idade, e ao idoso com 65 anos ou mais, que não possuir meios de sustento.	<ul style="list-style-type: none"> Idosos com 65 anos ou mais; Pessoas portadoras de deficiência incapacitadas para o trabalho e para a vida independente. 	<ul style="list-style-type: none"> Renda inferior a um quarto de salário mínimo; Não possuir outro benefício da seguridade social ou de qualquer regime previdenciário. 	Um salário mínimo

Programas Estaduais	Objetivos	Público Alvo	Crítérios de Elegibilidade	Condicionalidades
Renda Cidadã (2005) Governo Estadual Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social	Conceder recurso financeiro temporário visando à melhoria das condições de subsistência das famílias, integradas com ações socioeducativas e de geração de renda.	Famílias em situação de pobreza com renda mensal "per capita" de até R\$ 100,00, priorizando mulheres chefes de família.	<ul style="list-style-type: none"> Residência no município por no mínimo 2 anos. Família com renda mensal "per capita" de até R\$ 100,00. 	<ul style="list-style-type: none"> Participar das ações desenvolvidas pelo município; Manter crianças e adolescentes de 6 (seis) a 15 (quinze) anos matriculados e frequentando a escola; Frequência mínima de 75%; Família com crianças de até 7 (sete) anos com carteira de vacinação atualizada.
Ação Jovem (2005) Governo Estadual Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social	<ul style="list-style-type: none"> Beneficiar jovens com ensino fundamental e/ou médio incompletos e que se encontram em situação de vulnerabilidade social, priorizando aqueles pertencentes a famílias de renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos. Oferecer condições para o retorno e /ou permanência na escola; Propiciar ações que capacitem para o mundo de trabalho. 	Jovens na faixa etária de 15 a 24 anos que não puderam frequentar a escola na idade apropriada.	<ul style="list-style-type: none"> Estar com ensino fundamental e/ou médio incompletos, ter domicílio nos setores censitários de alta vulnerabilidade e concentração de pobreza e ter, prioritariamente, renda familiar de até 2 (dois) salários-mínimos. 	Comprovar frequência a cursos do ensino regular e/ou profissionalizante no qual esteja matriculado.



3.2. Educação Básica no Pólo Regional de Sorocaba

Introdução

O propósito deste capítulo é apresentar de maneira sintética o panorama da educação no Pólo Regional de Sorocaba com foco na educação básica, a qual compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

O capítulo estrutura-se em três partes. Na primeira exploram-se indicadores de contexto onde se evidencia a evolução dos municípios com relação ao analfabetismo, à proporção de adultos com educação básica completa e às taxas de escolarização líquidas obtidas através de tabulações dos censos demográficos de 1991 e 2000.

Na segunda parte, será apresentado o volume de matrículas e de funções docentes para caracterizar as condições de oferta entre 1999 e 2006 e, indicadores de desempenho e rendimento para o ano de 2002. Para esta parte foram utilizadas as informações disponibilizadas pela Fundação SEADE que tomou como fonte os dados do Censo Escolar elaborado pelo INEP/MEC e tabulações do INEP/MEC.

Na terceira parte do capítulo, é realizada uma análise da qualidade do ensino no Pólo Regional de Sorocaba comparativamente aos indicadores estaduais. Para tanto, lançamos mão dos resultados das avaliações do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP - da Secretaria Estadual de Educação no ano de 2007. Os resultados do SARESP permitem avaliar o ensino regular de todas as escolas da rede pública estadual que oferecem a 1ª, 2ª, 4ª, 6ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio. Nesta etapa, são apresentados os resultados das provas de Língua Portuguesa e Matemática e dos níveis de desempenho em Redação para as 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio.

Índice de Analfabetismo da População de 15 anos ou mais anos de idade

Em 1991, o índice de analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade no Pólo Regional de Sorocaba foi de 10%, valor acima da média estadual que atingiu neste ano 9,7% das pessoas com 15 anos ou mais de idade.

Com a queda de 36% nas taxas de analfabetismo, o Pólo de Sorocaba passa a apresentar taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais equivalente a 5,5%, patamar superior à média estadual no ano 2000.

O município de Sorocaba, sede do Pólo foi o município que apresentou a taxa mais baixa de analfabetismo na população residente com mais de 15 anos no ano de



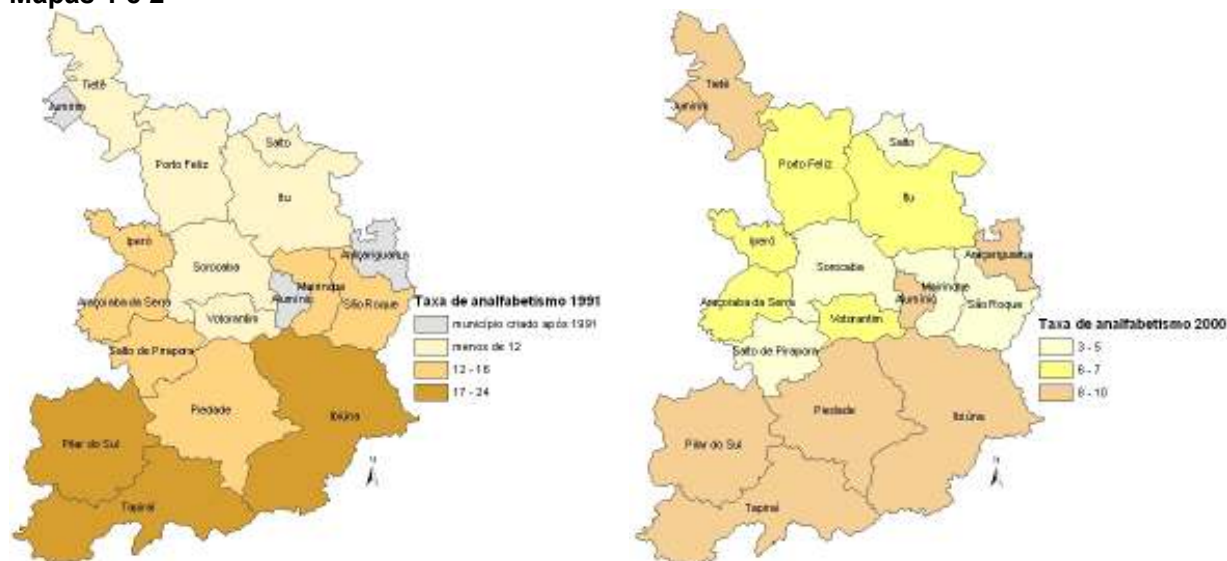
Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

1991, 6,7%. As taxas mais altas de analfabetismo em 1991 corresponderam aos municípios de Tapiraí, Ibiúna e Pilar do Sul com respectivamente 22,4%, 20,7% e 18,0%.

No ano 2000 foi possível constatar o avanço conquistado com a queda na taxa de analfabetismo na região, em todos os municípios da região. A maioria dos municípios com as taxas mais baixas de analfabetismo em 1991 e no ano 2000 estava localizada na região central e ao norte do Pólo (Mapa 1e 2). Os municípios da região com as taxas de analfabetismo mais altas, concentradas entre 8,5% e 10,2%, foram: Piedade, Tapiraí, Araçatiguama, Pilar do Sul, Jurumim e Ibiúna.

Mapas 1 e 2



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo

Proporção da população adulta com mais de 12 anos de estudo

Este índice aponta para a proporção da população adulta, definida como aquela na faixa etária entre 25 e 59 anos, que completou o ensino básico e freqüenta ou freqüentou e, concluiu pelo menos um ano do ensino superior.

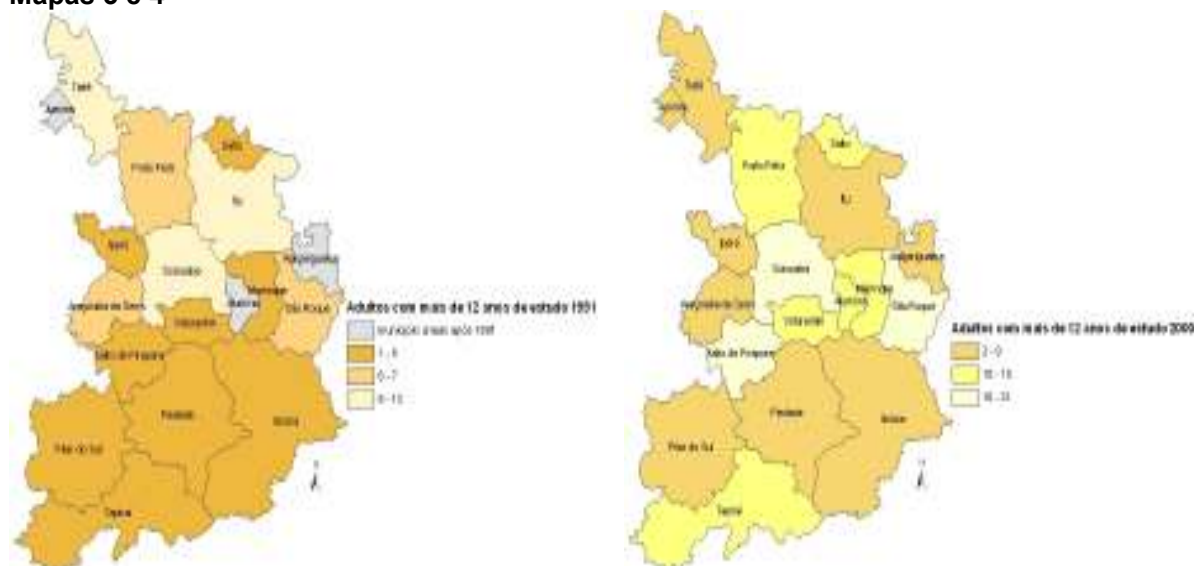
O Pólo Regional de Sorocaba apresentou, em 1991, proporção da população adulta com 12 anos ou mais de estudo de 8,7%, valor abaixo da média estadual correspondente a 12,1%. Na década seguinte a proporção da população adulta com 12 anos ou mais de estudo o ano 2000 aumentou para 15,5%.



Em 1991 o município sede do Pólo, Sorocaba contrastou dos demais municípios do Pólo por apresentar o maior percentual de população adulta com alta escolarização equivalente a 12,7% (Mapa 3).

Os municípios que mais incrementaram o percentual de população com 12 anos ou mais de estudo foram: Tapiraí, Ibiúna, Salto, São Roque e Salto de Pirapora. Estes mesmos municípios foram aqueles que em 1991 apresentaram os percentuais mais baixos de pessoas com alta escolaridade. (Mapa 4).

Mapas 3 e 4



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo

Taxas de Escolarização Líquida do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série²⁸

Em 1991 a Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série no Pólo Regional de Sorocaba atingiu em média 84,6%, índice abaixo da média estadual de 87,5%. No ano 2000 o Pólo passou a apresentar taxa de Escolarização Líquida no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série superior à média estadual, 91,7% e 89,7% respectivamente.

Os municípios que mais incrementaram suas taxas foram aqueles que apresentaram as taxas mais baixas em 1991: Mairinque, Piedade, Ibiúna, Tapiraí e

²⁸ Esse índice representa o percentual da população que frequenta o ensino fundamental entre a 1ª e a 4ª série com idade correspondente a esse nível de ensino, ou seja, entre 7 a 10 anos.

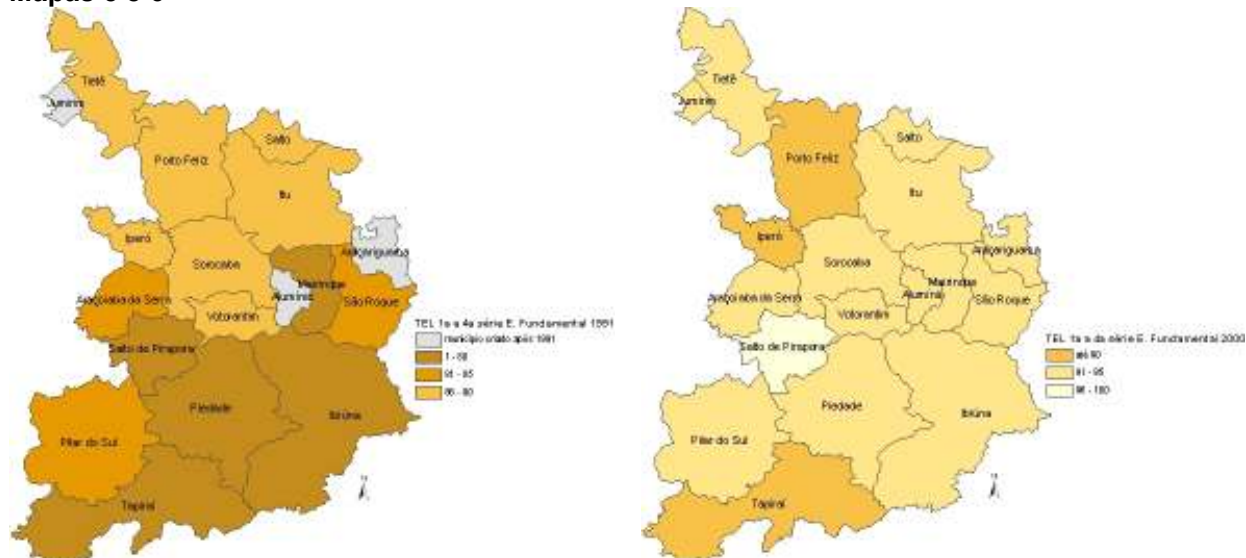


Salto de Pirapora. Nesses municípios a Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série cresceu mais de 16% (Mapa 5 e 6).

Em 1991, as taxas líquidas de escolarização do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série nos municípios pertencentes ao Pólo de Sorocaba variaram entre 73,6% e 89,6%. Na década seguinte, foi registrado um intervalo de variação menor nas taxas, de 88,4% a 96,2% (Mapa 5).

Os municípios com as taxas mais elevada no ano 2000, superiores a 95%, foram: Salto de Pirapora, Jurumim, Alumínio, Araçoiaba da Serra e Pilar do Sul (Mapa 6).

Mapas 5 e 6



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo.



Taxas de Escolarização Líquida do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série

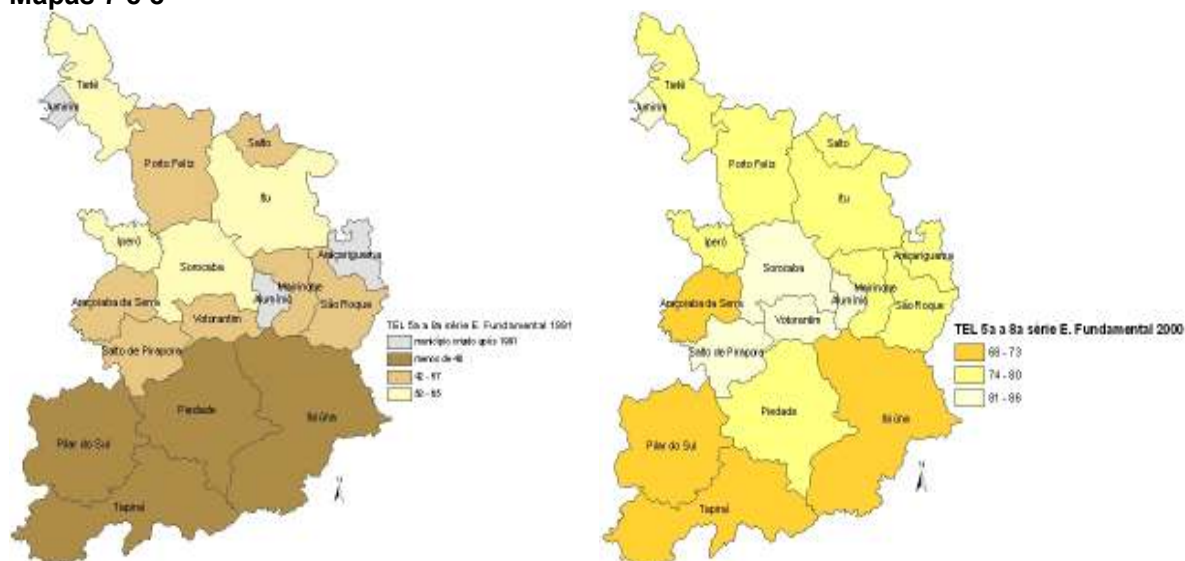
A taxa de escolarização líquida de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental no Pólo Regional de Sorocaba passou de 56,3% em 1991 para 78,6% no ano 2000.

A taxa de escolarização líquida referente à segunda fase do ensino fundamental apresentou incremento de 39,4% entre as décadas de 90 e de 2000 no Estado de São Paulo e, de 39,8% no Pólo Regional de Sorocaba.

Os municípios de Ibiúna, Piedade, Tapiraí e Salto de Pirapora apresentaram incrementos de mais de 70% nas taxas de escolarização líquida do ensino fundamental de 5ª a 8ª série (Mapas 7 e 8).

Os municípios localizados ao sul do Pólo Regional de Sorocaba apresentaram em 1991 e no ano 2000 as taxas mais baixas de escolarização no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série, assim como foram estes municípios os que mais incrementaram as taxas.

Mapas 7 e 8



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo



Matrículas no Pólo Regional de Sorocaba

De acordo com as informações do Censo Escolar (MEC-INEP), o Pólo Regional de Sorocaba concentrou em 2006 mais de 18 mil matrículas entre os níveis de ensino Infantil, Fundamental e Médio. A educação infantil, formada por creche e pré-escola, representou 16,3% do total de matrículas e, a maior concentração das matrículas aconteceu na pré-escola.

No ensino básico, nos níveis Fundamental e Médio, as matrículas do Pólo Regional de Sorocaba totalizaram 15.323 matrículas, onde o maior peso recaiu no ensino Fundamental que representou 59,5% do total de matrículas (Tabela 17).

Entre 1999 e 2006 houve decréscimo do número médio de alunos por professor em todos os níveis de ensino no Pólo regional de Sorocaba.

No ensino infantil foi onde a queda no número de alunos por professor foi menor. Neste nível de ensino havia, em 1999, 23,4 alunos por professor e, no ano de 2006 foram 19,6 alunos para cada professor. Os municípios com maiores déficits de professores neste nível de ensino em 2006 foram: Tapiraí, Votorantim, Piedade, Iperó e Pilar do Sul cujas turmas de ensino infantil tinham em média mais de 25 alunos por professor.

Tabela 17

Matrículas por nível de ensino, Pólo Regional de Sorocaba

	Matrículas em 2006				
	Creche	Pré-Escola	E. Fundamental	E. Médio	Total
Pólo de Sorocaba	496	2.498	10.893	4.430	18.317
Alumínio	0	67	168	36	271
Araçariçuama	6	40	182	36	264
Araçoiaba da Serra	6	50	189	50	295
Ibiúna	16	104	643	275	1.038
Iperó	0	33	165	49	247
Itu	55	444	1.143	510	2.152
Jumirim	3	7	20	17	47
Mairinque	34	106	367	136	643
Piedade	9	63	426	186	684
Pilar do Sul	7	29	287	86	409
Porto Feliz	12	79	429	174	694
Salto	36	122	772	328	1.258
Salto de Pirapora	6	58	311	102	477
São Roque	17	170	738	209	1.134
Sorocaba	226	872	3.953	1.815	6.866
Tapiraí	0	11	65	11	87
Tietê	29	81	311	155	576
Votorantim	34	162	724	255	1.175

Fonte: Censo Escolar - INEP - MEC 1999 e 2006. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

No ensino fundamental, a média de alunos por professor passou de 26,8 para 19,7 configurando uma queda de mais de 7 alunos por turma entre 1999 e 2006. Este



declínio no indicador foi causado tanto pelo aumento do número de professores em todos os municípios do Pólo, quanto pela queda no volume de matrículas em 11 municípios entre os 18 que formam o Pólo de Sorocaba. As maiores quedas neste indicador, entre 10 e 19 alunos, ocorreram nos municípios de Araçariguama, Porto Feliz, Pilar do Sul, Alumínio e Tietê.

No ensino Médio, havia no ano de 1999, 19,0 alunos por professor. Em 2006 observou-se queda de mais de 4 alunos por professor, fazendo com que o indicador passasse para 14,5 alunos por professor. As maiores quedas no índice ocorreram nos municípios de: Porto Feliz, Pilar do Sul, Piedade, Ibiúna, Salto de Pirapora (Tabela 18).

Assim como no ensino fundamental, no ensino médio a queda no número de alunos por professor foi resultado, em parte, da queda no volume de matrículas em 8 dos 18 municípios que formam o Pólo, concomitante ao fato de ter havido incremento no número de professores em 15 municípios do Pólo.

Vale dizer que a queda no número de alunos por professor, sobretudo no ensino fundamental e médio, se deu em alguns municípios, sobretudo, pelo incremento no número de professores, mas em alguns casos concomitante a este fato também ocorreu uma diminuição na pressão por matrículas devido às mudanças demográficas.

Tabela 18 – Número de Alunos por professor
Indicadores de Educação - Funções Docentes e número de matriculados

	Ensino Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	1999	2006	1999	2006	1999	2006
Pólo de Sorocaba	23,4	19,6	26,8	19,7	19,0	14,5
Alumínio	22,9	13,6	29,4	18,9	16,5	26,4
Araçariguama	19,1	18,9	35,8	16,4	15,6	15,3
Araçoiaba da Serra	24,4	23,2	30,0	21,2	21,3	25,0
Ibiúna	18,4	17,0	26,2	18,9	32,7	12,1
Iperó	19,7	26,5	27,2	22,2	21,3	18,4
Itu	17,2	13,0	26,2	19,3	18,8	13,0
Jumirim	23,8	15,8	20,6	16,2	8,1	6,4
Mairinque	19,7	14,7	25,4	22,1	20,9	14,2
Piedade	20,6	26,6	28,3	18,7	26,1	11,6
Pilar do Sul	27,5	25,6	29,6	18,6	25,4	14,3
Porto Feliz	23,5	19,2	27,4	16,3	21,9	11,7
Salto	23,2	18,4	28,5	21,7	20,2	14,3
Salto de Pirapora	28,4	22,3	27,2	18,9	44,0	17,9
São Roque	18,6	16,5	24,1	16,6	16,1	14,8
Sorocaba	26,9	22,4	26,5	20,6	17,7	15,3
Tapiraí	36,9	37,6	30,5	24,2	12,3	28,5
Tietê	21,6	15,2	24,5	14,4	13,0	9,9
Votorantim	28,7	27,1	29,0	21,0	22,9	15,0

Fonte: Censo Escolar - INEP - MEC 1999 e 2006. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP



Indicadores de Rendimento³⁰

Taxas de Aprovação Escolar³¹

No ano de 2002, no Pólo Regional de Sorocaba, as taxas médias de aprovação no ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, 5ª a 8ª série e no Ensino Médio foram de respectivamente 95,6%, 91,8% e, 86,4%, taxas superiores às taxas médias estaduais³².

Os municípios que obtiveram os índices mais altos de aprovação no ensino Fundamental de 1ª a 4ª série foram Salto, Araçoiaba da Serra, Tietê e Sorocaba onde as taxas de aprovação foram iguais ou superiores a 98% (Tabela 19).

Entre a 5ª e 8ª série, o melhor e o pior índice de aprovação variou entre 79,5% e 97,3% taxas equivalentes respectivamente aos municípios de São Roque e Salto.

No ensino médio a diferença entre os extremos é menos acentuada (de 79,5% a 91,6%) correspondendo respectivamente a São Roque e Alumínio.

³⁰ Dados obtidos da Fundação SEADE / Secretaria de Estado da Educação – SEE/Centro de Informações Educacionais – CIE.

³¹ Porcentagem de alunos que preencheram em avaliação final, os requisitos mínimos em aproveitamento e frequência, previstos em legislação, em relação ao total de alunos matriculados no fim do ano letivo.

³² Em 2002, as taxas de aprovação para o Estado de São Paulo no ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, 5ª a 8ª série e no Ensino Médio foram de respectivamente: 94,5%, 90,5% e 85,0%.



Tabela 19 - Taxas de Aprovação Escolar³³

Taxa de Aprovação, 2002

	E. Fundamental 1ª a 4ª série	E. Fundamental 5ª a 8ª série	Ensino Médio
Pólo de Sorocaba	95,6	91,8	86,4
Alumínio	94,4	89,0	91,6
Araçariguama	79,5	81,1	85,3
Araçoiaba da Serra	98,5	94,2	88,7
Ibiúna	91,7	90,2	84,1
Iperó	94,7	92,2	88,3
Itu	97,5	92,1	85,6
Jumirim	78,6	86,9	82,4
Mairinque	87,3	87,7	86,5
Piedade	95,3	92,3	89,3
Pilar do Sul	95,5	92,2	82,7
Porto Feliz	96,7	93,6	82,8
Salto	98,7	97,3	90,0
Salto de Pirapora	95,2	90,7	84,8
São Roque	85,5	79,5	79,5
Sorocaba	98,0	93,2	87,7
Tapiraí	94,5	87,0	85,1
Tietê	98,2	95,0	89,9
Votorantim	94,7	91,9	80,4

Fonte: SEE-SP. Tabulações Especiais. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Taxas de Evasão Escolar³⁴

Em 2002 as taxas de evasão escolar no Pólo Regional de Sorocaba para a 1ª a 4ª série, para a 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio foram de respectivamente 0,8%, 2,6% e, 5,8%. Nos três níveis de ensino as taxas médias de evasão escolar no Pólo foram inferiores às taxas médias estaduais equivalentes a 0,95%, 3,2% e, 7,3% respectivamente aos níveis de ensino de: 1ª a 4ª série, 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.

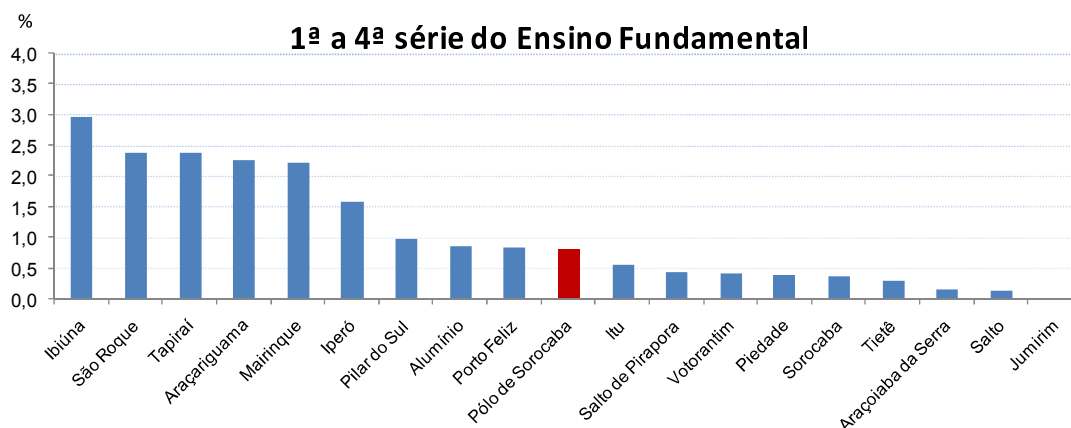
No nível de ensino que compreende da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental, as taxas de evasão entre os municípios foram baixas, sendo iguais ou inferiores a 3%. Os municípios com as menores taxas nesse nível de ensino, ou seja, taxas inferiores ou iguais a 0,3 foram: Tietê, Araçoiaba da Serra e Salto.

³³ Porcentagem de alunos que preencheram em avaliação final, os requisitos mínimos em aproveitamento e frequência, previstos em legislação, em relação ao total de alunos matriculados no fim do ano letivo.

³⁴ Porcentagem de alunos que abandonaram a escola antes da avaliação final ou que não preencheram os requisitos mínimos em frequência previstos em legislação, em relação ao total de alunos matriculados no fim do ano letivo.



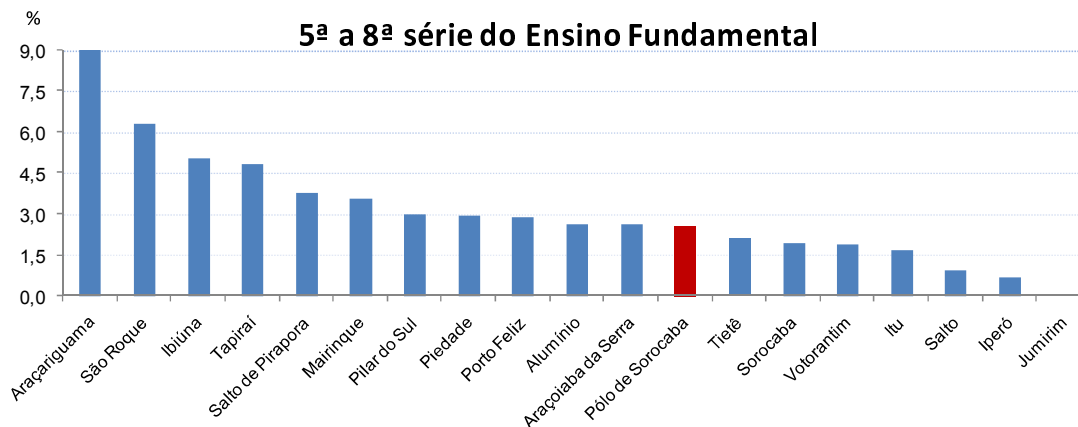
Gráfico 17 – Taxa de Evasão Escolar. Pólo de Sorocaba, 2002



Fonte: SEE-SP. Tabulações Especiais. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP -FINEP

Na segunda fase do Ensino Fundamental, as taxas de evasão ficaram mais heterogêneas e variaram entre 0,7% e 9,0%. As taxas mais elevadas neste nível de ensino corresponderam à Araçariquama, São Roque e Ibiúna, 9,0%, 6,3% e 5,0% respectivamente (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Taxa de Evasão Escolar. Pólo de Sorocaba, 2002

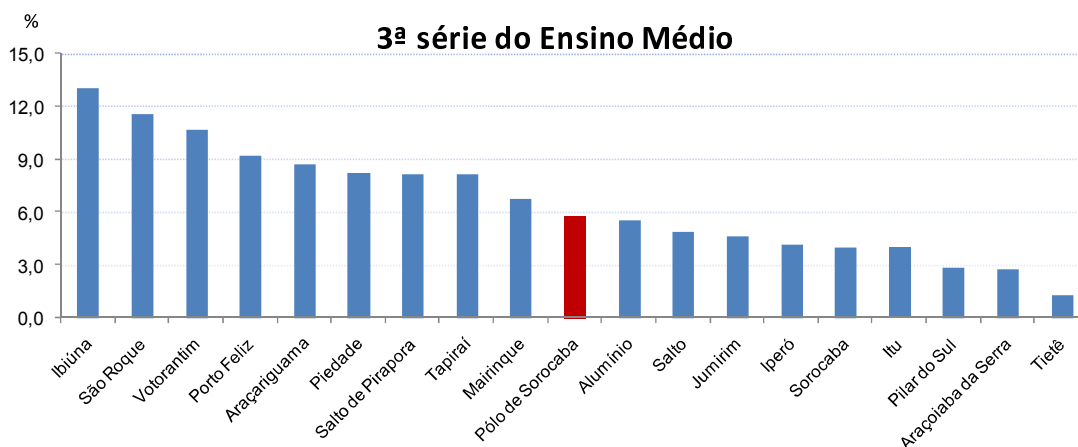




Fonte: SEE-SP. Tabulações Especiais. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP -FINEP

Os maiores índices de evasão aconteceram no Ensino Médio onde se verificou uma amplitude nas taxas de 1,3% a 13,0%. Os municípios de Ibiúna, São Roque, Votorantim e Porto Feliz apresentaram as taxas de evasão no Ensino Médio mais elevadas entre todos os municípios do Pólo, 13,0%, 11,6%, 10,7% e 9,2% respectivamente. (Gráfico 19).

Gráfico 19 – Taxa de Evasão Escolar. Pólo de Sorocaba, 2002



Fonte: SEE-SP. Tabulações Especiais. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Indicadores de qualidade do ensino

Para estudar as tendências com relação à qualidade do ensino, lançamos mão dos resultados das avaliações do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP – para o ano de 2007. Os resultados do SARESP permitem avaliar o ensino regular de todas as escolas da rede pública estadual que oferecem a 1ª, 2ª, 4ª, 6ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio. Assim, apresentamos os resultados das provas de Língua Portuguesa e Matemática e dos níveis de desempenho em Redação para as 4ª e 8ª séries do



Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio para o Pólo Regional de Sorocaba e para o Estado de São Paulo.

O Pólo Regional de Sorocaba se destacou no desempenho nas disciplinas de Matemática e de Língua Portuguesa com pontuações superiores às médias estaduais nos três níveis de ensino.

Na 4ª série do Ensino Fundamental o Pólo de Sorocaba esteve quase 9 pontos à frente da pontuação média do estado na disciplina de matemática e quase 8 pontos em Língua Portuguesa.

Na 8ª série do Ensino Fundamental o Pólo de Sorocaba obteve vantagem de 2,7 pontos na disciplina de Matemática e 5,9 na de Língua Portuguesa em relação à média estadual.

Na 3ª Série do Ensino Médio apesar das notas de Matemática e Língua Portuguesa ainda serem superiores às médias do estado, a vantagem do Pólo de Sorocaba sobre o Estado é menor comparativamente às outras séries, 2,7 pontos a mais em matemática e 2,5 em Língua Portuguesa (Tabelas 20 e 21).

Tabela 20 - Média de Proficiência em Matemática, 2007

Matemática	Pólo Regional de Sorocaba	Estado de São Paulo
4ª. Série do E. F.	191,30	182,45
8ª. Série do E. F.	234,25	231,53
3ª. Série do E. M.	266,38	263,68

Fonte: SARESP, SEE-SP. Tabulações Especiais. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Tabela 21 - Média de Proficiência em Língua Portuguesa, 2007

Língua Portuguesa	Pólo Regional de Sorocaba	Estado de São Paulo
4ª. Série do E. F.	194,64	186,84
8ª. Série do E. F.	248,54	242,62
3ª. Série do E. M.	265,75	263,22

Fonte: SARESP, SEE-SP. Tabulações Especiais. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

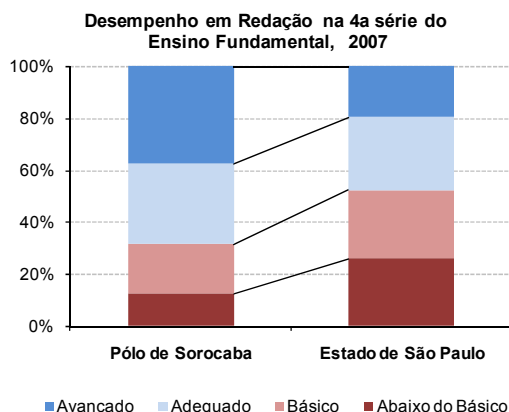


Em relação ao nível de desempenho em Redação³⁵, o Pólo Regional de Sorocaba obteve resultados muito superiores aos do Estado para a 4ª série do Ensino Fundamental. Isto significa que se agregando as categorias de desempenho na avaliação de redação: básico e abaixo do básico, enquanto o Pólo de Sorocaba concentrou 31,3% das notas de redação abaixo do básico, o Estado concentrou 52,4%.

Na 8ª série do Ensino Fundamental, o Pólo também apresentou resultados melhores do que o Estado. No Pólo regional de Sorocaba em 2007 37,5% dos resultados correspondiam à soma das categorias: básico e abaixo do básico e, no Estado esses resultados atingiram 45,7% das avaliações.

Para a 3ª série do Ensino Médio a situação do Pólo novamente é superior que a do Estado. Enquanto o Estado apresentou 48,3% das avaliações abaixo do critério básico, no Pólo este os resultados abaixo do nível básico somaram 40,5% (Gráficos 20, 21 e 22).

Gráfico 20



³⁵ Para o cálculo da distribuição percentual, foram excluídas do total das avaliações, aquelas categorizadas pelo sistema SARESP como: não válidas: anuladas, em branco e não calculada.



Gráfico 21

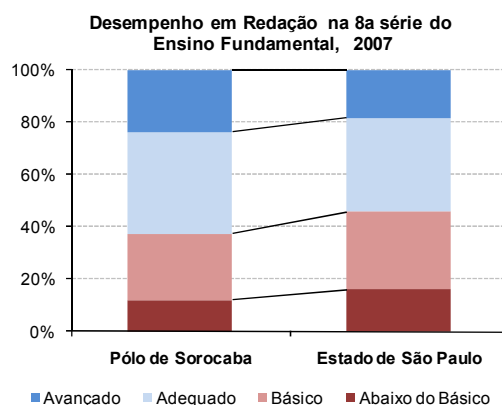
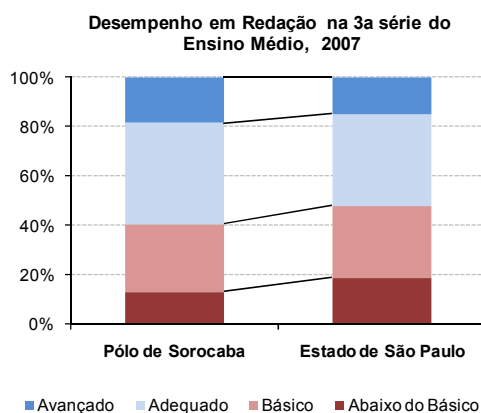


Gráfico 22



Fonte: SARESP, SEE-SP. Tabulações Especiais. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

3.3. Atenção Básica à Saúde e Acesso às Ações e Serviços de Saúde

Pólo Regional de Sorocaba

Apresentação

O capítulo da saúde procurou abordar questões relacionadas à Atenção Básica à Saúde e ao Acesso às Ações e Serviços de Saúde, dimensões fundamentais para o estabelecimento de políticas públicas, no Pólo Regional de Sorocaba.



Na Atenção Básica à Saúde foram analisados indicadores relacionados às taxas de mortalidade infantil, indicadores relacionados à saúde da criança, à atenção ao pré-natal, à saúde da mulher e do adulto.

No bloco referente ao Acesso às Ações e Serviços de Saúde são apresentadas as taxas de cobertura do programa PSF (Programa de Saúde da Família), as consultas médicas básicas por habitante, o número de leitos por habitantes e a proporção de Beneficiários de Plano de Saúde Privado.

O estudo procurou levar em conta as taxas médias dos indicadores para o Estado de São Paulo e os parâmetros ou metas do Ministério da Saúde, quando possível para efeitos de comparação.

Mortalidade Infantil

No Pólo Regional de Sorocaba a taxa de mortalidade infantil, vem caindo sistematicamente, assim como acontece no Brasil e no Estado de São Paulo.

O Pólo de Sorocaba apresentou níveis de mortalidade infantil ligeiramente abaixo da média estadual no ano de 1990 e um pouco acima da média estadual em 2006. Assim, enquanto o Estado reduziu a taxa de mortalidade infantil em 57% e passou de 31,2 para 13,3, no caso do Pólo de Sorocaba a taxa de mortalidade infantil foi reduzida pela metade e, passou de 30,3 para 15,1 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos.

Em 1990 os municípios do Pólo Regional de Sorocaba com taxas mais elevadas foram Jumirim, Iperó, Alumínio e Salto. Nesses municípios as taxas de mortalidade infantil em 1990 variaram de 23,4 a 103,5 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos (Gráfico 23)³⁶.

Os dados mostraram que apenas o município de Tapiraí apresentou incremento na taxa de mortalidade infantil que passou de 6,4 para 20,6 óbitos de menores de um ano por mil entre o ano 2000 e 2006.

Salto de Pirapora, Votorantim, Mairinque, Ibiúna, Araçoiaba da Serra, Piedade e Pilar do Sul foram os municípios que durante o período analisado reduziram suas

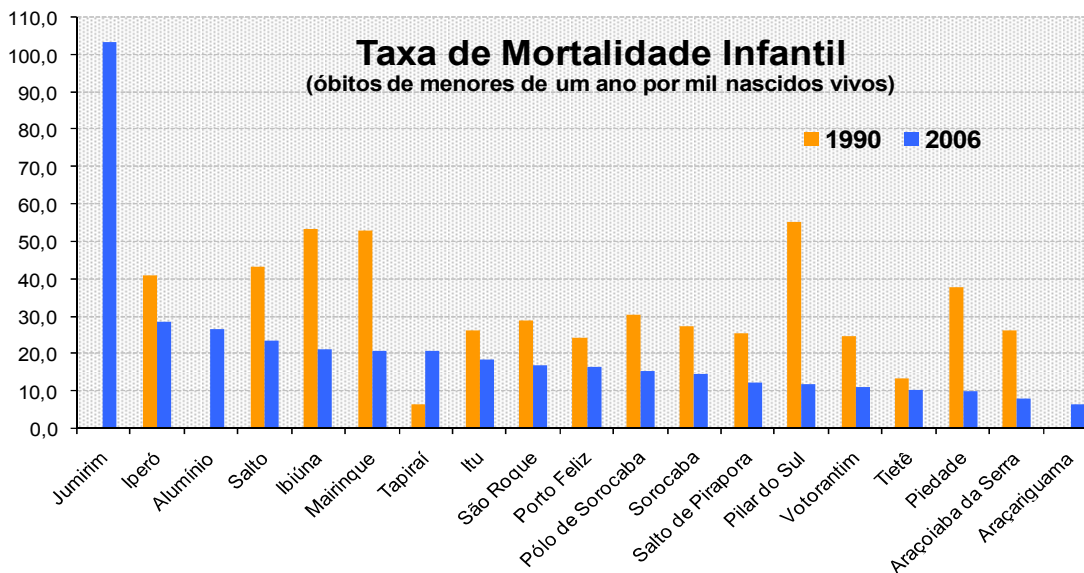
³⁶ Devido à indisponibilidade da informação para os municípios de Jumirim e Tapiraí em 2006, foi considerada a informação referente aos anos de 2005 e 2007 respectivamente.



taxas de mortalidade infantil em pelo menos 50%. Com exceção de Mairinque, todos estão localizados na parte sul da região.

No final do período em análise, com exceção do município de Jurumim as taxas ficaram mais homogêneas nos municípios que compõem o Pólo e, se concentraram em um intervalo de 6,1 a 28,4 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos.

Gráfico 23



Fonte: Fundação Seade; Sec. Estadual da Saúde; Sec. Municipais da Saúde. Base Unificada de Nascimentos e Óbitos.

Saúde da Criança

A taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda em menores de cinco anos é um indicador frequentemente usado, pois fornece uma medida da qualidade da atenção à saúde preventiva e curativa à criança. O Ministério da Saúde recomenda que a taxa deva ser inferior a 35 internações por mil crianças menores de cinco anos.

No ano 2000 o Pólo Regional de Sorocaba não apresentou taxa de internação por IRA acima do recomendado pelo Ministério da Saúde. Neste ano, a taxa de internações por IRA em menores de cinco anos no Pólo alcançou 29,9 crianças para cada mil menores de cinco anos, taxa acima da média estadual de 28,2 internações por mil.



Em 2007 a situação do Pólo melhorou e a taxa de internações por IRA caiu para 20,4 internações ficando abaixo da média estadual neste ano, equivalente a 21 internações.

A observação das taxas de internação por Infecção Respiratória Aguda em menores de cinco anos nos municípios do Pólo Regional de Sorocaba revela que houve melhora das taxas no sentido de ter ocorrido declínio de quase 32% e, da taxa média da região continuar abaixo do recomendado pelo Ministério da Saúde em 2006.

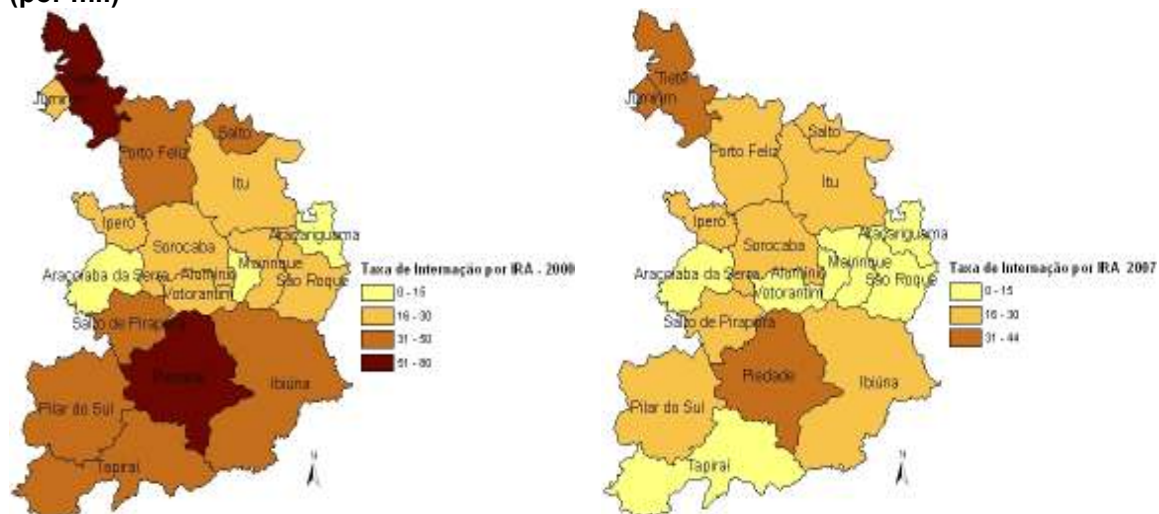
Ainda que se haja conseguido avançar no combate às doenças respiratórias agudas em crianças na região, como a taxa média referente ao Pólo de Sorocaba tem mostrado, ainda existem 2 municípios, Jumirim e Alumínio onde ocorreu elevação das taxas de internação por IRA

Os mapas mostraram que as taxas mais altas no ano 2000 corresponderam aos municípios localizados na parte mais ao sul da região (Mapa 11).

No ano de 2007, Piedade, Tietê e Jumirim concentraram as taxas mais elevadas, acima de 30 internações por IRA em mil menores de cinco anos (Mapa 12).

Mapas 11 e 12

Taxa de internação por IRA (Infecção Respiratória Aguda) em menores de cinco anos (por mil)



Fonte: SIH/SUS – DATASUS, Censo Demográfico e estimativas populacionais do IBGE

Atenção ao Pré-Natal

Para avaliar a cobertura e a qualidade da assistência ao parto no Pólo Regional de Sorocaba utilizamos o indicador: Proporção de mulheres com filhos nascidos vivos



que realizaram sete ou mais consultas de pré-natal. O número mínimo de consultas recomendadas pelo Ministério da Saúde é sete.

É necessário dizer, baseado em alguns estudos (SERRUYA, 2004), que este indicador é fortemente influenciado pelo nível de pobreza da região, além de outros fatores. Além disso, em uma análise longitudinal, as taxas podem em grande parte terem sido afetadas, positivamente, pelas ações do Programa Saúde da Família e pela implementação do Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento do Ministério da Saúde lançado em junho de 2000 onde o foco principal tem sido proporcionar a melhora do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério das gestantes e ao recém-nascido.

A proporção média de nascidos vivos cujas mães realizaram pelo menos sete consultas por mês no Pólo Regional de Sorocaba no ano 2000 e no ano de 2007 foi superior à média estadual. No ano 2000, enquanto a proporção média de nascidos vivos cujas mães completaram o pré-natal era de 54,5% no Estado de São Paulo, o Pólo Regional de Sorocaba realizou 13,5% a mais.

No ano de 2005, a média estadual ficou em 73,4%, e o Pólo Regional de Sorocaba ficou em um patamar superior com quase 85% dos nascidos vivos, cujas mães haviam realizado 7 consultas ou mais de pré-natal. Assim, houve um incremento de quase 26% na proporção de mães que realizaram pelo menos 7 consultas de pré-natal no Estado e de quase 20% no Pólo Regional de Sorocaba entre 2000 e 2005.

Em 2005 os municípios do Pólo que mais incrementaram a cobertura de pré-natais concluídos foram: Porto Feliz, Tapiraí, Iperó, Jumirim e Salto de Pirapora. Estes municípios em 2005 com o crescimento nas proporções superior a 33% passaram para taxas de conclusão de pré-natal acima de 78% (Tabela 22).

Vale lembrar que dos 18 municípios do Pólo de Sorocaba, apenas Mairinque e Salto apresentaram declínio de mais de 10% na proporção de nascidos vivos com 7 ou mais consultas de pré-natal.



Tabela 22

Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Crescimento (%) 2000-2005
Total ESTADO	54,5	59,0	63,2	67,1	71,4	73,4	25,8
Pólo Sorocaba	68,0	74,0	78,1	81,2	83,6	84,6	19,6
Alumínio	86,7	92,6	87,6	90,1	93,5	90,4	4,1
Araçariçuama	66,7	80,7	91,4	89,8	87,6	83,5	20,2
Araçoiaba da Serra	63,5	61,7	76,4	84,7	92,6	90,8	30,0
Ibiúna	49,3	67,4	60,8	55,9	59,7	58,4	15,5
Iperó	45,5	56,6	61,5	65,7	72,6	78,9	42,3
Itu	67,2	71,7	70,4	72,7	75,3	77,0	12,8
Jumirim	50,0	58,1	74,2	89,7	86,1	86,2	42,0
Mairinque	80,5	92,0	83,2	67,0	80,1	72,7	-10,8
Piedade	57,2	66,1	72,8	76,8	70,5	81,6	30,0
Pilar do Sul	50,5	67,3	72,0	77,1	82,9	73,1	30,9
Porto Feliz	9,3	34,8	71,0	84,1	87,6	88,7	89,6
Salto	92,3	94,4	90,5	78,7	69,9	79,1	-16,6
Salto de Pirapora	60,3	56,5	70,4	85,7	90,4	90,3	33,3
São Roque	68,3	89,8	92,3	92,9	92,2	90,4	24,5
Sorocaba	73,2	74,8	79,3	85,8	90,1	90,7	19,2
Tapiraí	45,4	58,6	64,8	78,4	84,0	82,4	44,9
Tietê	75,0	69,0	71,3	84,3	83,5	86,4	13,2
Votorantim	73,7	75,7	86,7	89,0	89,0	91,1	19,1

Fonte: SINASC/SUS - DATASUS. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Controle da Hipertensão

A taxa de internações por Acidente Vascular Cerebral (AVC) na população de 40 anos ou mais, além de apontar o nível de morbidade para esta doença, também avalia a oferta de ações básicas preventivas para o controle da doença hipertensiva.

Enquanto o número de internações entre 2000 e 2007 por Acidente Vascular Cerebral (AVC) a cada 10.000 pessoas com 40 anos ou mais no Estado de São Paulo passou de 15,2 para 20,8 internações por 10.000 habitantes, no Pólo Regional de Sorocaba o indicador caiu de 29,7 para 26,9 internações.

Apesar de ter havido discreta melhora nos indicadores, constatada pela queda na taxa de internação no Pólo de Sorocaba, quando analisamos as taxas por municípios verificamos que ainda ocorreu elevação da taxa em 8 municípios dos 18 que compõem a região.

Além disso, a variabilidade das taxas nos municípios é muito grande nos dois períodos, mas, sobretudo no início onde as taxas variaram de 14,8 até 97,2. Assim, devemos ter cuidado ao utilizar as taxas médias de internações por AVC referente ao



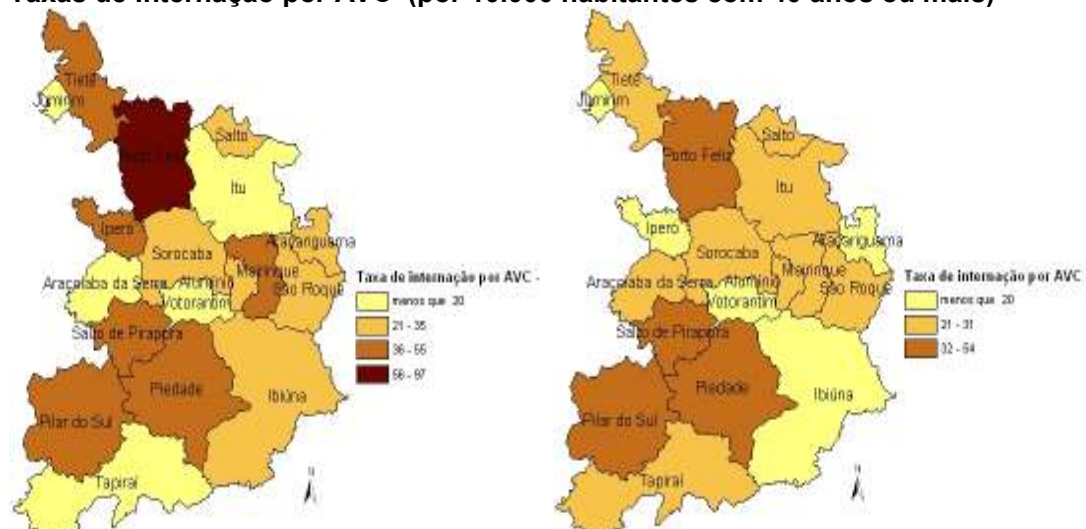
Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Pólo para os dois períodos pesquisados, pois ela não reflete a heterogeneidade dos municípios (Mapas 13 e 14).

Mapas 13 e 14

Taxas de Internação por AVC (por 10.000 habitantes com 40 anos ou mais)



Fonte: SIH/SUS – DATASUS, Censo Demográfico e estimativas populacionais do IBGE.

Indicadores Gerais de Atenção à Saúde

Consultas Médicas Básicas por Habitante

No Brasil a média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas pouco variou entre o ano de 2000 e 2007. No ano 2000 este indicador atingiu 1,51 consultas básicas por habitante e em 2007 alcançou 1,54. No Estado de São Paulo, o patamar é praticamente o mesmo referente à média brasileira em 2000 e, em 2007 chegou a 1,7 consultas básicas por habitante.

No Pólo Regional de Sorocaba a média de consultas médicas básicas por habitante atingiu o patamar de 2,1 consultas no ano 2000, e caiu para 1,9 em 2007. Nos períodos em análise, o Pólo Regional de Sorocaba apresentou número de consultas nas especialidades básicas por habitante superior à média estadual.



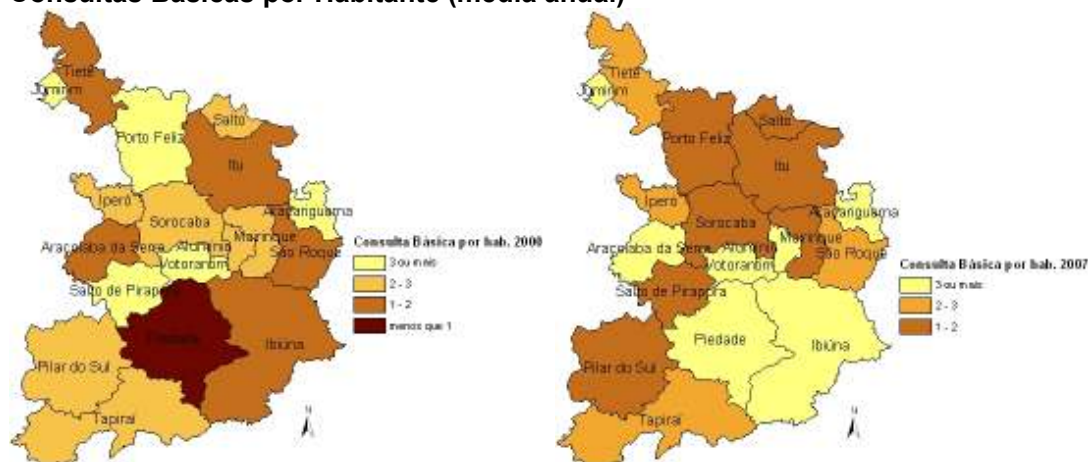
Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Os municípios que mais realizaram consultas básicas por habitante em 2007, entre 3,7 e 3,9 foram: Araçoiaba da Serra, Piedade, Araçariguama e Jumirim (Mapas 15 e 16).

Os municípios que apresentaram queda expressiva de mais de 29% no número médio de consultas realizadas nas especialidades básicas entre 2000 e 2007 foram Salto de Pirapora, Porto Feliz, Sorocaba, Mairinque e Salto.

Mapas 15 e 16 Consultas Básicas por Habitante (média anual)



Cobertura do Programa de Saúde da Família

As informações sobre percentuais de cobertura do Programa Saúde da Família em grandes cidades e capitais revelam que em geral há uma dificuldade maior de consolidação deste programa em cidades maiores e mais urbanizadas (ELIAS, 2006).

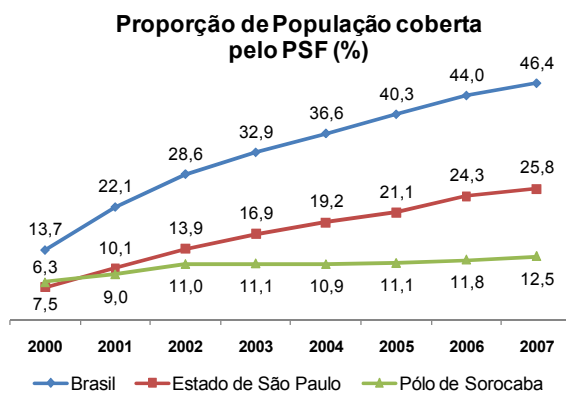
Como já foi dito, a região do país com menor cobertura do Programa Saúde da Família é a Sudeste, com menos de 30% de cobertura da população no ano de 2007. No Estado de São Paulo em 2007, em média a cada 4 pessoas uma foi atendida pelo PSF e, no Pólo de Sorocaba, uma a cada 8 pessoas foi atendida pelo PSF.

Os dados mostraram que houve crescimento da proporção de pessoas atendidas pelo PSF no Estado de São Paulo e no Pólo Regional de Sorocaba entre 2000 e 2007. O ritmo de crescimento do PSF no Pólo Regional de Sorocaba foi bem menos intenso do que o ritmo do Estado e do país. Nesse sentido, enquanto as



proporções de famílias cobertas pelo PSF foram multiplicadas por 4,1, no Estado, no Pólo de Sorocaba este fator foi de 1,7 vezes (Gráfico 24).

Gráfico 24



Os mapas 17 e 18 evidenciam que não somente a cobertura de famílias atendidas vem aumentando como também o número de municípios que em 2000 não tinham implementado o programa e, em 2007 já implantaram.

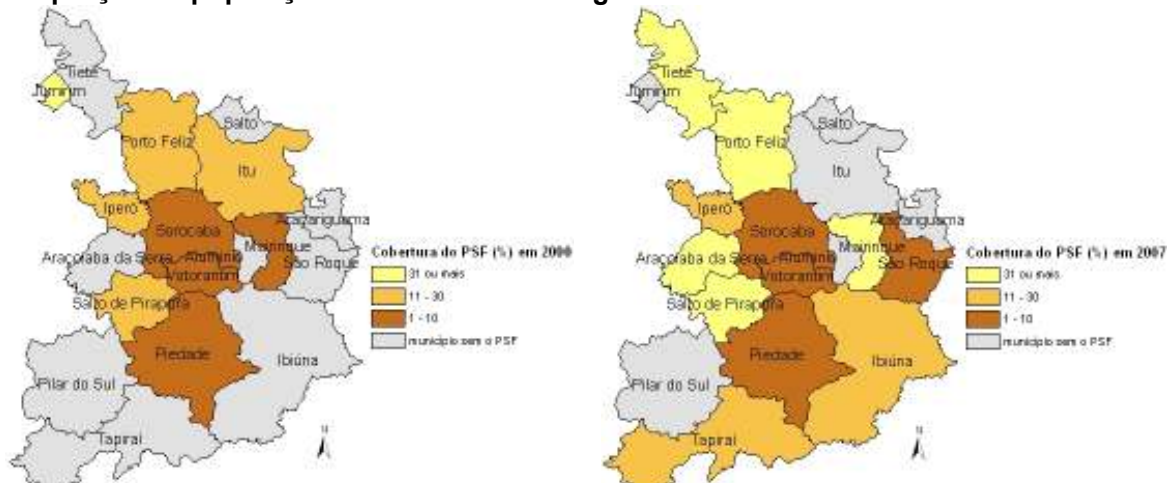
No ano 2000, 9 dos 18 municípios do Pólo de Sorocaba haviam implementado o PSF (Mapa 17). No ano de 2007, o total de municípios que oferecem o programa subiu para 12.

Os municípios de Salto de Pirapora e Mairinque se destacaram em 2007 por apresentarem uma cobertura populacional do PSF de mais de 67%. Por outro lado, Piedade, Sorocaba, Votorantim e São Roque foram os municípios com os menores índices, abaixo de 8% de cobertura (Mapa 18).



Mapas 17 e 18

Proporção da população atendida com o Programa Saúde da Família



Fonte: Fonte: Número de pessoas cadastradas, de 2000 a 2006, por município. Fonte: SIAB/SUS - DATASUS, Censo Demográfico 2000 e projeções, IBGE.

Atenção Hospitalar - Leitos Hospitalares por Habitante

A análise deste indicador tem como objetivo ilustrar como acontece a concentração de leitos hospitalares por habitantes nos municípios pertencentes ao Pólo Regional de Sorocaba.

Como este indicador é suscetível a uma variedade de fatores relativos às localidades ou regiões distintas, não há parâmetros validados para efeitos de comparação. O que acontece é que a própria demanda juntamente com a capacidade de financiamento do local acaba definindo as metas a serem alcançadas. Assim, este indicador não é adequado para avaliar o sistema de saúde de uma região, mas auxilia nas ações de planejamento e gestão.

Apesar de não termos parâmetros validados, o Ministério da Saúde preconiza que o volume de leitos hospitalares esteja entre 2,3 a 3 leitos por mil habitantes (Portaria do Ministério da Saúde 1101/2002).

No Pólo Regional de Sorocaba a oferta de leitos hospitalares foi de 4,3 leitos por mil habitantes em 2006, onde 3,8 leitos foram disponibilizados através do SUS. A média de leitos hospitalares por mil habitantes no Pólo Regional de Sorocaba ficou bem acima da média estadual e da nacional. No Estado foram disponibilizados 2,6 leitos e no Brasil 2,7 leitos por mil habitantes em 2006 (Tabela 23).

No Pólo Regional de Sorocaba 89% dos leitos foi disponibilizado pelo SUS, proporção acima da média estadual de 65,4%.



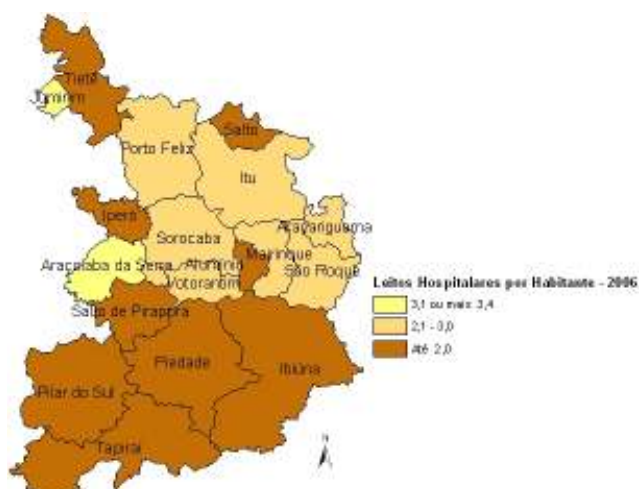
Tabela 23 - Leitos Hospitalares por mil habitantes

Leitos Hospitalares em 2006	Leitos* Por Mil Habitantes Hab.		Proporção de Leitos do SUS (%)
	Total	SUS	
Pólo Sorocaba	4,3	3,8	89,0
Estado de São Paulo	2,6	1,7	65,4
Brasil	2,7	2,0	74,1

Fonte: CNES - Recursos Físicos - Hospitalar - Leitos de internação - São Paulo SUS - DATASUS, Censo Demográfico 2000 e projeções, IBGE.

O município de Salto de Pirapora, Piedade, Itu e Sorocaba, foram os municípios que apresentaram as maiores razões de leitos hospitalares, 24,4³⁷, 9,6, 6,2 e 4,6 leitos hospitalares por mil habitantes respectivamente (Mapa 19).

Mapa 19 – Leitos Hospitalares por mil habitantes em 2006



Fonte: CNES -Recursos Físicos - Hospitalar - Leitos de internação - DATASUS, projeções, IBGE.

Beneficiários de Plano de Saúde Privado

³⁷ Em Salto de Pirapora há um hospital psiquiátrico responsável por mais de 90% dos leitos hospitalares.



De acordo com PINTO, 2004; a região Sudeste concentra cerca de 70% da população que possui planos de saúde e, as maiores proporções de cobertura acontecem nas capitais. Ainda segundo este autor: *Estudos anteriores (Costa e Pinto, 2002; Siqueira et al., 2002) demonstram que, nas cidades de pequeno e médio porte (menos de 80.000 habitantes), a participação das modalidades de saúde suplementar é menor que a prestação de serviços mediante o SUS, enquanto que nas cidades de mais de 80.000 habitantes, a hegemonia dos planos de saúde já ocorria em 1992 e expandiu-se ainda mais em 1999.*

O indicador proporção de cobertura da população por planos de saúde privados considera como plano privado, segundo os critérios da ANS/MS, os planos de assistência à saúde que são operados por medicina de grupo, cooperativas, seguradoras, autogestão e filantropia. Pode haver superestimação do indicador na medida em que pode haver beneficiários com mais de um plano de saúde privado.

A cobertura da população por planos de saúde privado no país foi de quase 20% da população entre 2000 e 2005. A região Sudeste apresentou a maior cobertura entre as regiões, e entre 2000 e 2005 a representação da região ficou praticamente constante por volta de 30% (Tabela 24).

No ano 2000, a cobertura média populacional de planos de saúde privados para o Estado e para o Pólo Regional de Sorocaba foi de respectivamente 41,6% e 39,8%.

Tabela 24 - Proporção (%) da população coberta por planos privados de saúde segundo ano por região. Brasil, 2000 a 2005

Regiões	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	19,1	18,6	18,5	18,6	19,1	19,9
Norte	5,7	5,5	6,2	6,8	7,3	7,2
Nordeste	7,6	7,2	7,6	8,0	8,2	8,4
Sudeste	32,0	30,9	30,2	29,9	30,3	31,7
Sul	14,0	14,1	14,6	15,5	16,7	17,4
Centro-Oeste	12,7	12,2	12,5	12,5	12,5	12,8

Fonte: Ministério da Saúde/Agência Nacional de Saúde - Sistema de Informações de Beneficiários e IBGE

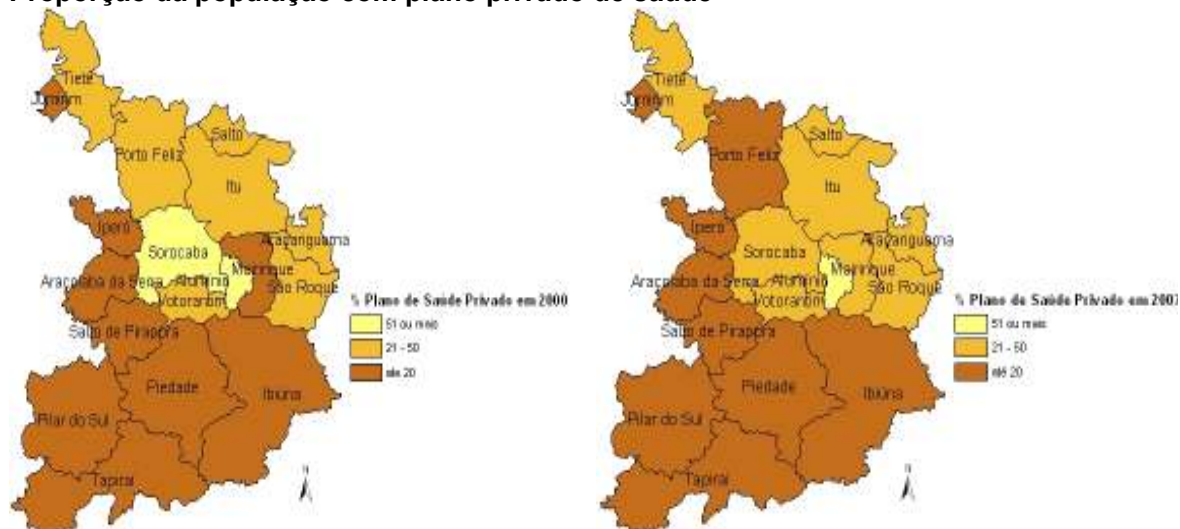


Em 2007 foi constatado o crescimento da cobertura por planos de saúde privados no Estado de São Paulo que resultou em uma proporção equivalente a 48% de cobertura populacional com planos privados de saúde. No Pólo Regional de Sorocaba ocorreu declínio de 15% na proporção de população com planos privados de saúde. A taxa média de cobertura por planos de saúde privados no Pólo alcançou 33,8% da população, índice abaixo da média estadual (Mapas 20 e 21).

Apesar dos planos de saúde terem aumentado na maior parte dos municípios do Pólo de Sorocaba, em 11 dos 18 municípios, nos demais municípios, que são mais populosos, a proporção de população com plano de saúde privado declinou. Assim, tiveram queda na proporção da população com plano de saúde privado os municípios de: Salto em 8,8%; Araçoiaba da Serra em 12,8%; Votorantim em 20,8%; Sorocaba em 26,9%; Porto Feliz em 43,7%; Piedade em 48,6% e Pilar do Sul em 66,8%.

Mapas 20 e 21

Proporção da população com plano privado de saúde



Fonte: Sistema de Informações de Beneficiários (SIB), Sistema de Cadastro de Operadoras (Cadop) e Sistema de Registro de Produtos (RPS), todos geridos pela ANS - DATASUS. SIA/SUS - DATASUS, Censo Demográfico 2000 e projeções, IBGE.



Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Ensino Médio: Múltiplas Vozes**. Brasília: UNESCO; MEC. 2003

ANDRADE, Cibele Y., TELLES, Stella M.B.S. Universalização e equidade: análise da evolução do acesso à educação básica no Brasil de 1995 a 2005. In: Anais do ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16^ª, 2008. Caxambu. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>.

ARRIAGADA, I. **Câmbios y desigualdad en las familias latinoamericanas**. Revista de la Cepal 77, Santiago de Chile, 2002.

_____. Estructuras familiares, trabajo y bienestar en América Latina, In: Arriagada, I. e Aranda, V. (comp.) **Cambio de las familias en el marco de las transformaciones globales: necesidad de políticas públicas eficaces, Serie Seminarios y Conferencias**, CEPAL, nº 42. Santiago de Chile, 2004.

BAENINGER, Rosana; BRITO, Fausto. Crescimento das Cidades, das Metrôpoles e do Interior do Brasil Contemporâneo. In: **Anais**. XII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Sessão temática ST2 – Rede Urbana e Estrutura Territorial. Belém, Pará. 2007.

BERQUÓ, E.. Arranjos Familiares no Brasil: Uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, Vol. 4, 2000.

BILAC, E.. **Estruturas familiares e padrões de residência**. Campinas: NEPO, UNICAMP. 2001.

BRASIL; Ministério da Cultura. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Brasília : INEP; MEC, 2003. Disponível em: < www.inep.gov.br >.

CECCHINI, S. e UTHOFF. A. Reducción de la pobreza, tendencias demográficas, familias y mercado de trabajo en America Latina. In: **Série: Políticas Sociales**, CEPAL, División de Desarrollo Social, Santiago de Chile, julio de 2007.

FINEP/NEPP/NEPO/IE. **Relatórios de Pesquisa de Campo - Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais**. Convênio 3595-FINEP-FNDCT/NEPP-UNICAMP. 9 volumes, 2008.

COSTA N. R. & PINTO L.F.. Avaliação de programa de atenção à saúde: incentivo à oferta de atenção ambulatorial e a experiência da descentralização no Brasil. In: **Ciência & Saúde Coletiva** 7(4): 907-923. 2002.

DRAIBE, Sônia; FONSECA, Ana Maria; MONTALI, Lilia. Programas de Renda Mínima para Famílias Carentes: Levantamento das Experiências e Metodologias de Avaliação. In: IPEA. LOBATO, Ana Lucia (org.). **Garantia de Renda Mínima: Ensaio e Propostas**. Brasília, IPEA, 1998.



ELIAS, Paulo Eduardo et al. Atenção Básica em Saúde: comparação entre PSF e UBS por estrato de exclusão social no município de São Paulo. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.11, n.3, set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232006000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 mar. 2009. doi: 10.1590/S1413-81232006000300012.

FINEP/NEPP/NEPO/IE. **Relatório da Pesquisa de Campo – Pólo Regional de Sorocaba**. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio FINEP-FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas. 2007.

FINEP/NEPP/NEPO/IE. 2007. **Relatório da Pesquisa de Campo – Município de Sorocaba – Pólo Regional de Sorocaba**. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio FINEP-FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas.

FINEP/NEPP/NEPO/IE. Base de Dados - Pesquisa de Campo, Módulos 2A e 2B. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio FINEP-FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas, 2008.

FINEP/NEPP/NEPO/IE. **Documento 1 - Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo**. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio FINEP-FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas, 2009. Capítulo 3. Item 3.1.

FLETCHER, P. **As dimensões transversal e longitudinal do Modelo Profluxo**. Brasília, Ministério da Educação e da Cultura, 1997, Mimeo.

FONSECA, Ana Maria M. **Família e Política de Renda Mínima**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FONSECA, A. M. M.; COHN, A.. O Bolsa-Família e a Questão Social. SEGUNDO WORKSHOP INTERNACIONAL SOBRE TRANSFERÊNCIA CONDICIONAL DE RENDA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. São Paulo, Brasil. Abril 2004.

GUIMARÃES DE CASTRO, Maria Helena. As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro. In: Ricardo Henriques. (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, v., p. 425-458. 1999.

GUIMARÃES DE CASTRO, Maria Helena. Política Social en Brasil: continuidades y cambios. In: Instituto de Estudios Internacionales; Embajada de Brasil en Chile. (Org.). **Brasil y Chile: una mirada hacia América Latina**. 1ed ed. Santiago, Chile: RIL Editores, v. único, p. 253-264. 2006.

HOFFMANN, R. e LEONE, E. (2003). **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade de renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002**. Campinas: IE/UNICAMP. (mimeo).

HOFFMANN, R.; LEONE, E. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, vol. 14, Nº 2, maio-agosto, Belo Horizonte – MG, 2004.



IBGE-MDS, 2008. Acesso a transferências de renda de programas sociais – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- 2006. Rio de Janeiro, IBGE.

IDB – DATASUS. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/idb>

IDESP – <http://idesp.edunet.sp.gov.br/>

IPEA. Assistência Social e Segurança Alimentar. IN: **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, n. 15. Brasília, IPEA, p. 51-72. Março de 2008.

IPEA, Boletim do desenvolvimento social 14. Disponível em: www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_14/politicassocialdesenvolvimento.pdf

IPEA. LOBATO, Ana Lucia (org.). **Garantia de Renda Mínima: Ensaio e Propostas**. Brasília, IPEA, 1998.

KAGEYAMA, A; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.15, n.1 (26), p. 58-78, jan./jun.2006.

KLEIN, R. **Produção e utilização de indicadores educacionais: metodologia de cálculo de indicadores de fluxo escolar da educação básica**. Brasília, INEP/MEC, 1995. Mimeo.

LEONE, E.. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90, em ROCHA, M.I.B. (coord.): **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO / UNICAMP e CEDEPLAR / UFMG, São Paulo: editora 34. 2000.

_____. Mudanças no Trabalho da Mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90. Anais do XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Ouro Preto, MG. Novembro de 2002.

_____. Trabalho da Mulher em Regiões Metropolitanas do Brasil. In: Proni, Marcelo W. e Henrique, Wilnês (orgs.) **Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP. 2003.

LEONE, E.; GORI MAIA, A.; BALTAR, P.. Trabajo remunerado de las mujeres e ingreso de las familias brasileñas: 1981 – 2005. In: II CONGRESSO DE ECONOMIA FEMINISTA, Zaragoza. 2007.

MEDEIROS, M. e OSÓRIO, R.. Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil – 1978 a 1998. **Revista Brasileira de Estudos de População** v. 17 (1/2). 2000.

Ministério da Saúde Brasil 2007: uma análise da situação de saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 641 p.:Il. – (Série G. Estatística e Informação em Saúde).



MONTALI, L.. Família e trabalho na conjuntura recessiva: crise econômica e mudança na divisão sexual do trabalho. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1995.

_____.; LOPES, G.. Relações Familiares e Trabalho Feminino na Região Metropolitana de São Paulo na Década de 90. In: **Caderno CRH** n.38, jan-jun de 2003.

_____. Rearranjos Familiares de Inserção, Precarização do Trabalho e Empobrecimento. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 21(2), jul/dez. 2004.

_____. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e desemprego. **Revista Brasileira de Estudos de População** – ABEP, v. 23 (2), pp. 223-245. 2006.

_____. **Regiões Metropolitanas: mudanças na família e na relação família-trabalho, as condições sociais e as políticas de transferência de renda**. Relatório de Pesquisa CNPq, abril 2008, Campinas. NEPP/UNICAMP. 2008.

MONTALI, L. e TAVARES, M.. Famílias Metropolitanas: precarização do trabalho e empobrecimento. In: SEMINÁRIO POPULAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE - ABEP, Belo Horizonte - MG. 05-06 de novembro de 2007.

_____. Família, Pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. In: **Revista Brasileira de Estudos de População** – ABEP, v. 25 (2), pp. 211-231. 2008.

MONTALI, Lilia; BAENINGER, Rosana; TELLES, Stella B.S. Virtudes e vicissitudes dos programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas paulistas. In: 6º ENCONTRO ABCP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Unicamp, 29 de julho a 01 de agosto de 2008.

OLIVEIRA, O. e SALAS, M.. Entre la inclusion e la exclusion laboral de los jóvenes: Um análisis comparativo de México y Costa Rica. In: III CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN – ALAP, Córdoba, Argentina, 24 a 26 de setembro de 2008.

OPAS. REDE Interagencial de Informações para a Saúde. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações/ – **Rede Interagencial de Informações para a Saúde Ripsa – Brasília**: Organização Pan-Americana da Saúde. 299p.:il. 2002.

PINTO, Luiz Felipe; SORANZ, Daniel Ricardo. Planos privados de assistência à saúde: cobertura populacional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 Mar. 2009. doi: 10.1590/S1413-81232004000100009.

SCAVONE, L.. Maternidade: Transformações na família e nas relações de gênero. In: **Interface**. n. 8, fevereiro de 2001.



SCHWARTZMAN, S.. **Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda.** Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Versão 3, 13 de fev. 2006.

SERRUYA, Suzanne Jacob; LAGO, Tânia Di Giacomo and CECATTI, José Guilherme. O panorama da atenção pré-natal no Brasil e o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.** [online]. V. 4, n. 3, pp. 269-279. ISSN 1519-3829. 2004.

SILVA, Maria O. da Silva e.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SIQUEIRA, S.A.V., SENNA, M.C.M., OLIVEVEIRA, P.T.R. & PINTO, L.F.. Descentralização e assistência à saúde no Brasil: um balanço dos anos 90. **Revista Saúde em Debate** 26(60):25-36. 2002.

SUPLICY, Eduardo M. **Programa de Garantia de Renda Mínima.** Brasília, Senado Federal, 1992.

SZWARCWALD CL, BASTOS FI, VIACAVAL F, Andrade CLT. Income inequality and homicide rates in Rio de Janeiro, Brazil. **Am J Public Health.**; 89(6):845–50. 1999.

TAKAHASHI, R.F. & OLIVEIRA, M.A.C. **A visita domiciliária no contexto da saúde da família** In BRASIL. Instituto para o Desenvolvimento da Saúde. Universidade de São Paulo. Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

TOLEDO; OVALLE. **Estatística básica.** São Paulo: Atlas, 1985.

WAJNMAN, S.; RIOS NETO, E.. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: ROCHA, M. I. B. (coord.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios.** Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, Editora 34. 2000.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa das mortes por violência. **Estudos Avançados,** São Paulo, v.21, n.61, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Mar. 2009. doi: 10.1590/S0103-40142007000300009.